

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril



O Turismo e a Inovação na Hotelaria: contributos para o
desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane

Orlando Miguel Pestana Alcobia

Dissertação de Mestrado em Turismo, especialização em Gestão Estratégica
de Destinos Turísticos

Março, 2016

O Turismo e a Inovação na Hotelaria: contributos para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Orlando Miguel Pestana Alcobia

Dissertação de Mestrado em Turismo, especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

O Turismo e a Inovação na Hotelaria: contributos para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane

Orientação do Professor Doutor Fernando João Moreira

Março, 2016

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,

pela perseverança nestes últimos 7 anos,
pela ajuda e carinho a tantos quilómetros de distância,
sempre esperando o meu regresso a casa.

“We must be willing to let go of the life we planned so as to have the life that is waiting for us.”

Joseph Campbell

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação constitui mais um passo significativo na árdua caminhada de enriquecimento pessoal e obtenção de conhecimentos que me levará a alcançar patamares mais elevados na minha, ainda, curta carreira de docente universitário e investigador. Assim, não posso deixar de referir as muitas pessoas que por diversos motivos têm estado ao meu lado, apoiando-me, torcendo pelo meu sucesso e alegrando-se pelas minhas conquistas.

Em primeiro lugar, o meu sincero agradecimento ao Professor Doutor Fernando João Moreira, meu orientador, pela preciosa transmissão de conhecimentos, amabilidade e simpatia, sempre solícito e cheio de palavras encorajadoras. Foi um enorme prazer, honra até, ter podido contar com a sua enorme experiência e sabedoria.

Não poderei esquecer também o Professor Doutor Nuno Gustavo, professor e amigo de todas as horas, a quem pude recorrer sempre que a necessidade se fez presente. A preocupação que sempre demonstrou, assim como os seus conselhos extremamente úteis, motivaram-me a dar o melhor de mim ao longo de todo o trabalho.

Endereço um agradecimento especial ao meu amigo, colega de profissão e colega de mestrado Roberto Vico, com quem partilhei todos momentos. Juntos festejámos vitórias, juntos nos apoiámos em momentos de dificuldade e juntos continuaremos a superar os desafios futuros.

Pelo companheirismo, agradeço também ao Gouveia Dramane, um verdadeiro amigo que encontrei em terras moçambicanas.

Pelas suas valiosas contribuições, agradeço a Jérstica Mianga, Sílvia Silvestre, Fulgência Vilankulos e Felda Nguenha, estudantes da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane que me auxiliaram na realização do trabalho de campo. Porém, devo destacar Yoca Sumale, estudante da mesma instituição, por todo o auxílio, suporte e dedicação, sem ela indubitavelmente tudo teria sido mais árduo.

Por último, os meus mais sinceros agradecimentos às pessoas mais importantes. À minha tia Milú, por todo o apoio, suporte psicológico e carinho. Aos meus pais, Olga e Alberto pelo amor que sempre me deram e pelo verdadeiro exemplo de retidão, honestidade e sacrifício que são para mim.

A todos, o meu muito obrigado.

ÍNDICE

| | |
|---|----------|
| Índice de Quadros | viii |
| Índice de Gráficos | ix |
| Resumo..... | x |
| Abstract | xi |
| Lista de Abreviaturas | xii |
| 1. Introdução | 1 |
| 1.1. Enquadramento do tema..... | 1 |
| 1.2. Conceptualização estrutural da dissertação..... | 3 |
| 1.3. Escopo da dissertação e formulação da pergunta de partida | 5 |
| 1.4. Pertinência do estudo | 5 |
| 2. Fundamentação Teórica..... | 7 |
| 2.1. O desenvolvimento, a sua vertente socioeconómica e os modelos que o preconizam. | 7 |
| 2.1.1. A evolução dos diversos conceitos de desenvolvimento..... | 7 |
| 2.1.2. O desenvolvimento e o crescimento económico | 10 |
| 2.1.3. O desenvolvimento socioeconómico..... | 12 |
| 2.1.4. Os indicadores do desenvolvimento socioeconómico..... | 17 |
| 2.1.5. Correntes teóricas do desenvolvimento socioeconómico num contexto de globalização: do neoliberalismo aos modelos alternativos..... | 21 |
| 2.1.5.1. Teoria Neoliberal..... | 22 |
| 2.1.5.2. Teoria do Desenvolvimento Sustentável | 28 |
| 2.1.5.3. Teoria da Economia Ecológica..... | 30 |
| 2.1.5.4. Teoria do Desenvolvimento Endógeno | 32 |
| 2.2. O turismo como fator de desenvolvimento socioeconómico nos países em vias de desenvolvimento. | 34 |
| 2.2.1. As características dos países em vias de desenvolvimento e o turismo como estratégia de superação. | 34 |
| 2.2.2. Efeitos da globalização do mercado turístico nos países em vias de desenvolvimento . | 40 |
| 2.2.3. Os efeitos do turismo na redução de pobreza e os impactes nas comunidades receptoras dos países em vias de desenvolvimento | 45 |
| 2.2.4. As correntes teóricas do desenvolvimento socioeconómico e a sua influência nos modelos de desenvolvimento turístico | 48 |

| | |
|---|----|
| 2.3. A hotelaria como fator de desenvolvimento socioeconómico nos países em vias de desenvolvimento. | 53 |
| 2.3.1. A evolução do mercado hoteleiro e a sua adaptação ao fenómeno da globalização | 53 |
| 2.3.2. O contributo da hotelaria para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais | 57 |
| 2.3.3. Os impactes das empresas hoteleiras multinacionais nos países em vias de desenvolvimento..... | 61 |
| 3. Objetivos e Problemática da Pesquisa | 64 |
| 3.1. Elaboração do objetivo geral e objetivos específicos da dissertação | 64 |
| 3.2. Apresentação das perguntas de partida derivadas | 65 |
| 4. Metodologia da Pesquisa | 66 |
| 4.1. Modelo conceptual da dissertação..... | 66 |
| 4.2. Modelo de análise da pesquisa | 68 |
| 4.3. Preparação do estudo empírico | 70 |
| 4.3.1. Área de estudo..... | 70 |
| 4.3.2. Amostragem dos grupos em estudo..... | 71 |
| 4.3.3. Instrumentos de observação | 73 |
| 4.3.4. Recolha e tratamento dos dados | 76 |
| 5. Apresentação dos Resultados..... | 78 |
| 5.1. Caracterização dos grupos em estudo | 78 |
| 5.1.1. Questionário realizado às unidades hoteleiras (parte I)..... | 78 |
| 5.1.2. Questionário realizado aos trabalhadores das unidades hoteleiras (parte I)..... | 79 |
| 5.2. Políticas conducentes ao contributo das unidades hoteleiras no desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane - Entrevista à Direção Provincial da Cultura e Turismo (parte I) | 81 |
| 5.3. O efeito multiplicador das operações das unidades hoteleiras na economia do Município de Inhambane | 82 |
| 5.3.1. Entrevista à Associação dos Empresários do Município de Inhambane | 82 |
| 5.3.2. Questionário realizado às unidades hoteleiras (parte II) | 82 |
| 5.4. Qualidade da oferta de emprego proporcionada pelas unidades hoteleiras..... | 85 |
| 5.4.1. Entrevista à Diretora da Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social | 85 |
| 5.4.2. Questionário realizado às unidades hoteleiras (parte III) | 86 |
| 5.4.3. Questionário realizado aos trabalhadores das unidades hoteleiras (parte II)..... | 88 |
| 5.5. Contributo das unidades hoteleiras para as infraestruturas de “bem-estar” locais..... | 93 |
| 5.5.1. Entrevista à Direção Provincial da Cultura e Turismo (parte II)..... | 93 |

| | |
|--|------------|
| 5.5.2. Questionário realizado às unidades hoteleiras (parte IV)..... | 93 |
| 5.6. As políticas de preservação ambiental das unidades hoteleiras | 95 |
| 5.6.1. Entrevista à Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural | 95 |
| 5.6.2. Entrevista à Direção Provincial da Cultura e Turismo (parte III) | 96 |
| 5.6.3. Questionário realizado às unidades hoteleiras (parte V) | 96 |
| 6. Análise e Interpretação dos Resultados | 98 |
| 6.1. Caracterização dos grupos em estudo | 98 |
| 6.1.1. Unidades hoteleiras | 98 |
| 6.1.2. Trabalhadores das unidades hoteleiras | 99 |
| 6.2. Políticas conducentes ao contributo das unidades hoteleiras no desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane..... | 99 |
| 6.3. O efeito multiplicador das operações das unidades hoteleiras na economia do Município de Inhambane | 101 |
| 6.4. Qualidade da oferta de emprego proporcionada pelas unidades hoteleiras..... | 102 |
| 6.5. Contributo das unidades hoteleiras para as infraestruturas de “bem-estar” locais | 104 |
| 6.6. As políticas de preservação ambiental das unidades hoteleiras | 105 |
| 7. Conclusões e Recomendações | 107 |
| 7.1. Conclusões gerais do estudo | 107 |
| 7.2. Propostas de medidas qualitativas de operações hoteleiras que promovam um desenvolvimento económico mais sustentável no Município de Inhambane..... | 110 |
| 7.3. Constrangimentos e limitações do estudo | 111 |
| 7.4. Recomendações para linhas futuras de investigação..... | 112 |
| Referências Bibliográficas: | 113 |
| Anexos..... | 125 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1. Evolução do conceito de desenvolvimento | 9 |
| Quadro 2. Etapas do procedimento metodológico | 67 |
| Quadro 3. Secções do questionário aos directores das unidades hoteleiras | 74 |
| Quadro 4. Secções do questionário aos trabalhadores das unidades hoteleiras | 75 |
| Quadro 5. Âmbito das entrevistas às instituições do Município de Inhambane..... | 76 |
| Quadro 6. Salário e nível de vida em Moçambique | 89 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1. Tipologia de unidades inquiridas | 78 |
| Gráfico 2. Origem do capital investido | 78 |
| Gráfico 3. Faixa etária dos trabalhadores inquiridos | 79 |
| Gráfico 4. Nível de escolaridade dos trabalhadores inquiridos | 79 |
| Gráfico 5. Dispersão de trabalhadores por cargo ocupado | 80 |
| Gráfico 6. Produtos e serviços fornecidos por empresas sediadas no Município de Inhambane às unidades hoteleiras | 83 |
| Gráfico 7. Contratação de artistas locais | 84 |
| Gráfico 8. Periodicidade da contratação de artistas locais | 84 |
| Gráfico 9. Número de trabalhadores por unidade hoteleira | 86 |
| Gráfico 10. Percentagem de trabalhadores locais | 86 |
| Gráfico 11. Número de trabalhadores locais com cargo de chefia por unidade hoteleira | 86 |
| Gráfico 12. Número de trabalhadores locais com cargos de chefia e do género feminino por unidade hoteleira | 86 |
| Gráfico 13. Regalias extra-salariais por unidade hoteleira | 87 |
| Gráfico 14. Periodicidade da formação profissional | 87 |
| Gráfico 15. Existência de contrato de trabalho | 88 |
| Gráfico 16. Tipo de contrato de trabalho | 88 |
| Gráfico 17. Regime laboral | 88 |
| Gráfico 18. Nível da remuneração salarial | 89 |
| Gráfico 19. Tempo de trabalho nas unidades hoteleiras | 90 |
| Gráfico 20. Ocorrência de aumento salarial | 91 |
| Gráfico 21. Tempo decorrido desde o último aumento salarial | 91 |
| Gráfico 22. Avaliação do ambiente laboral | 92 |
| Gráfico 23. Infraestruturas ou campanhas no Município de Inhambane apoiadas pelas unidades hoteleiras | 94 |
| Gráfico 24. Estratégias de consciencialização de hóspedes para adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis | 97 |

RESUMO

A atividade turística é hoje uma aposta de diversos países para o seu desenvolvimento socioeconómico. Esta atividade torna-se ainda mais fulcral nos países em vias de desenvolvimento, carentes de uma estrutura empresarial e industrial pujante. Assim, este tipo de países tentam rentabilizar os recursos que têm à sua disposição sendo eles faunísticos, florísticos, paisagísticos, culturais, patrimoniais, entre outros. Recursos esses que alimentam o setor turístico.

Aliado a essa janela de oportunidade, um fenómeno têm contribuído para essa aposta: a globalização. Fruto da globalização, os grandes operadores turísticos mundiais têm-se fixado pelos quatro cantos do mundo, internacionalizando-se e ajudando os países em vias de desenvolvimento a ganhar notoriedade na vitrina turística à escala global.

Contudo, a aposta no sector turístico não garante por si só o desenvolvimento socioeconómico das populações dos países em vias de desenvolvimento. Traduz-se sim num aumento do potencial endógeno para que tal ocorra, estando bastante dependente do modelo de desenvolvimento turístico aplicado e das características intrínsecas das comunidades locais.

Ao analisar-se o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane, depara-se com um fenómeno conflituante: a comunidade local possui indicadores de “bem-estar” paupérrimos enquanto o seu território é um ex-libris no panorama turístico moçambicano.

Neste contexto, observa-se que o modelo de desenvolvimento turístico implementado no município não é o mais acertado, limitando também o contributo proporcionado pelas unidades hoteleiras para o desenvolvimento socioeconómico da comunidade local.

Conclui-se então que as unidades hoteleiras sediadas no Município de Inhambane são na sua maioria fruto de investimentos estrangeiros ou multinacionais, não garantindo um efeito multiplicador de relevo na economia local, sendo a qualidade da sua oferta de emprego muitas vezes precária, não conseguindo contribuir de forma significativa para a melhoria das infraestruturas de “bem-estar” locais e produzindo por vezes custos ambientais altamente indesejáveis.

Urge repensar todo o modelo de desenvolvimento turístico do Município de Inhambane, pondo de lado o seu carácter neoliberal, abrindo horizontes para novas formas de pensar, estar e sentir o turismo, fazendo reter em Inhambane os benefícios económicos das atividades turísticas praticadas no seu território e transformando a comunidade local, não num mero instrumento de atração turística mas no seu principal beneficiário.

Palavras-chave: Turismo, hotelaria, desenvolvimento socioeconómico, países em vias de desenvolvimento, neoliberalismo, alternativas.

ABSTRACT

Nowadays, tourist activity is a gamble to several countries trying to achieve socio-economic development. This activity becomes even more crucial in developing countries, being deprived of a strong business and industrial structures. Therefore such countries try to monetize the resources at their disposal such as wildlife, flora and landscape, cultural and patrimonial heritage, amongst others.

Allied to this window of opportunity, a phenomenon has contributed to this gamble: globalization. As a result of globalization, the world's major tour operators have spread to the four corners of the globe, internationalizing and assisting developing countries gaining notoriety in tourist showcase on a global scale.

However, the gamble in the tourism sector doesn't guarantee the socio-economic development for developing countries by itself. It only increases the endogenous potential for the occurrence of socio-economic development, being largely dependent on the applied model of tourism development and the intrinsic characteristics of local communities.

Analyzing its socio-economic development, Inhambane is faced with a conflicting phenomenon, the local community has very poor indicators of "well-being", while its territory is an ex-libris in the Mozambican tourism panorama.

In this context, it's observed that the tourism development model implemented in Inhambane is inadequate, limiting the contribution provided by the hotels operating activities for the socio-economic development of the local community.

Hotel units based in Inhambane are mostly the result of foreign or multinational investment, not ensuring a significant multiplier effect on the local economy, the quality of their job offer is often precarious, not contributing significantly to the local infrastructure or improvement of "well being", sometimes also producing highly undesirable environmental costs.

It is pressing to rethink the whole model of tourism development in Inhambane, putting aside its neoliberal character, opening horizons to new ways of thinking, being and feeling tourism, which allows to retain in Inhambane the economic benefits of tourist activities practiced in its territory. Transforming the local community, not in a mere tourist attraction tool but in its main beneficiary.

Keywords: tourism, hotel management, socio-economic development, developing countries, neo-liberalism, alternatives.

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|--------|---|
| AEMI | Associação dos Empresários do Município de Inhambane |
| DPCT | Direção Provincial da Cultura e Turismo |
| DPTADR | Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural |
| DPTESS | Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| ILO | International Labour Organization |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| MI | Município de Inhambane |
| MITUR | Ministério do Turismo |
| OMT | Organização Mundial do Turismo |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| STEP | Sustainable Tourism for Eradicate Poverty |
| WTTC | World Travel & Tourism Council |

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento do tema

“There can be no denying that tourism is a major global economic force”, Milne e Ateljevic (2001, p.370).

A atividade turística é vista pela generalidade das entidades governamentais como uma janela de oportunidade para o desenvolvimento económico e social dos respetivos países. Pelo seu carácter aglutinador, traduz-se invariavelmente na alavancagem de muitas outras atividades económicas de apoio, como a construção civil, o comércio, os transportes, as telecomunicações ou a agricultura. Para Krippendorf (1987), a indústria turística contribui para um aumento exponencial dos benefícios económicos, afetando positivamente o rendimento, o emprego, o volume de negócios e as receitas fiscais. Segundo Archer, Cooper e Ruhanen (2005), a aposta no desenvolvimento turístico pode ter repercussões a nível económico, político, sociocultural e ecológico.

Se o efeito de contágio positivo a outras atividades económicas faz-se sentir em qualquer país independentemente da sua realidade socioeconómica, a verdade é que a dicotomia entre efeitos positivos e negativos do turismo nos restantes planos (social, ambiental ou territorial por exemplo) manifesta-se diferentemente em países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, pois não se pode negligenciar que a atividade turística é uma consumidora/exploradora de recursos, sejam eles ambientais, patrimoniais, sociais, culturais, territoriais ou económicos.

Glasson, Godfrey, Goodey, Absalom, e Van Der Borg (1995) defendem que os impactos do desenvolvimento turístico nas esferas supracitadas dependem de fatores como o envolvimento das comunidades recetoras, do tipo de turistas, das taxas de crescimento do turismo, das políticas fiscais e ambientais, entre outras.

Como forma de alcançar o desejado desenvolvimento socioeconómico, várias teorias e modelos foram gizados. Nos países ocidentais aquele que maior implementação prática teve e que configurou-se como orientador de todas as atividades económicas, incluindo do turismo, foi a teoria neoliberal, com o seu conceito de livre mercado, autorregulação do mesmo levando à minimização do papel regulador do Estado. (Telfer, 2002).

Porém, teorias de desenvolvimento mais recentes e alternativas ao modelo neoliberal ganharam notoriedade. Conceitos como o desenvolvimento sustentável abordado em fóruns das Nações Unidas, sugerindo sinergias entre o desenvolvimento económico, social e ambiental (OMT, 2013); a economia ecológica, onde o foco passa da produção para a eficiência na manipulação dos recursos naturais; o desenvolvimento endógeno, que visa suportar o desenvolvimento económico e estrutural

em atividades capazes de serem desenvolvidas pela população local, evitando a dependência de agentes externos; ou mesmo o conceito de pós-desenvolvimento, que declina as ideologias de desenvolvimento ocidentais (considera basearem-se em injustiças sociais), pretendendo introduzir novos paradigmas, são ferramentas que se propõem a redistribuir de uma forma mais equitativa os benefícios advindos da exploração turística tentando minimizar por outro lado os seus possíveis impactos negativos.

Neste contexto, os modelos de desenvolvimento alternativos ao neoliberal ganham relevância, principalmente quando aplicados a países em vias de desenvolvimento, pois estes possuem um tecido socioeconómico e uma capacidade de reguladora Estatal mais frágeis e onde segundo a WTTC (2014)^{1 2} a indústria turística revela um maior peso relativo nos seus PIB assim como nas taxas de empregabilidade, deixando estes países mais dependentes e vulneráveis aos efeitos desta atividade económica e que tal realidade aumentará nos próximos anos.

Englobados no espaço da indústria turística, encontram-se diferentes sectores de atividade como os transportes, operadores turísticos, agências de viagens ou provedores de serviços de lazer, mas um deles possui especial relevância: a hotelaria.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), no seu relatório intitulado *Tourism – Industry as a Partner for a Sustainable Development* (2002), considera a hotelaria o principal *player* da indústria turística. Para tal, enaltece a elevada capacidade para a criação de emprego e a extensa contribuição para o PIB dos países onde se instala, derivado das receitas fiscais que produz assim como dos postos de trabalho indiretos que também consegue fomentar. Nesta perspetiva, a indústria hoteleira reveste-se de fulcral importância para os países em vias de desenvolvimento que façam do turismo uma aposta central para a sua ascensão socioeconómica e que vêm na sua vitalidade uma locomotiva impulsionadora de diversas infraestruturas assim como de programas educacionais, quer ao nível da formação prática como superior.

Contudo, a implantação da indústria hoteleira nos países em vias de desenvolvimento deve ser acompanhada com elevado grau de rigor e exigência pelas entidades reguladoras, uma vez que o seu elevado custo de investimento traduz-se maioritariamente em investimentos externos. A OMT no seu guia *Sustainable Tourism for Development* (2013, p.72) alerta que este tipo de investimento possui algumas desvantagens, nomeadamente “*dependency on investment decisions taken externally and a potential for higher economic leakage*”. Por sua vez a ILO (2010), considera que apesar da hotelaria ser um enorme sector empregador, a sua prática salarial muitas vezes situa-se

¹ Ver anexo 1 - Lista de países cuja indústria turística possui maior preponderância nos seus PIB e tendências futuras. Fonte: WTTC (2014)

² Ver anexo 2 - Lista de países cuja indústria turística possui maior preponderância nos seus índices de empregabilidade e tendências futuras. Fonte: WTTC (2014)

abaixo das médias nacionais e caracteriza-se também por alguma precariedade das condições laborais.

Assim, os benefícios socioeconómicos para as comunidades recetoras advindos da exploração hoteleira estão muito dependentes das estratégias de gestão adotadas pelas unidades e da sua capacidade em garantir um saudável envolvimento da mão-de-obra local, promovendo uma justa redistribuição dos benefícios económicos das suas operações, quer de forma direta como indireta.

Deste modo a presente dissertação, realizada no âmbito do Mestrado em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, tem como objeto de estudo o fenómeno turístico num contexto de globalização, procurando identificar os pressupostos em que ocorre o desenvolvimento socioeconómico das sociedades em vias de desenvolvimento alicerçado na exploração turística no geral e hoteleira em particular.

1.2. Conceptualização estrutural da dissertação

A presente dissertação tem como referência o modelo metodológico de investigação científica para as ciências sociais proposto por Quivy e Campenhoudt (2005) que compreende sete etapas capitais, traduzidas neste trabalho por capítulos.

O **Capítulo 1**, que visa familiarizar o leitor com a problemática e a estrutura do trabalho, começa com o enquadramento da temática em estudo, focando a área central da pesquisa: o papel da indústria turística e da hotelaria no desenvolvimento socioeconómico das sociedades em vias de desenvolvimento. De seguida, efetua-se a conceptualização da estrutura da obra que descreve pormenorizadamente o modelo metodológico a ser seguido, visando a concretização dos objetivos da dissertação. Ainda neste capítulo, apresenta-se a pergunta de partida que rege a pesquisa científica assim como o objetivo da mesma. Por fim, termina com a explanação da pertinência da aplicação desta pesquisa ao Município de Inhambane.

A fundamentação teórica é apresentada no **Capítulo 2** no intuito de proceder-se ao enquadramento conceptual teórico da dissertação. Neste capítulo são explorados os diversos conceitos de desenvolvimento, o que caracteriza o desenvolvimento socioeconómico, os desafios do turismo nos países em vias de desenvolvimento e em particular no continente africano e qual a forma de atuação da hotelaria e o seu papel no desenvolvimento socioeconómico nesses mesmos países.

O **Capítulo 3** encerra os objetivos e a problemática da pesquisa. Traçam-se o objetivo geral e os objetivos específicos da dissertação que se revestem de guião orientador da abordagem

metodológica da pesquisa. Desconstrói-se a pergunta de partida original apresentando as suas perguntas derivadas e partindo das mesmas formulam-se as hipóteses da pesquisa.

O **Capítulo 4** revela a metodologia da pesquisa. Nele, delinea-se o modelo de análise a ser seguido assim como as várias etapas metodológicas a serem implementadas na pesquisa empírica do estudo de caso.

Os resultados obtidos são apresentados no **Capítulo 5**. São expostos os dados recolhidos por fontes primárias, como questionários dirigidos aos empreendimentos hoteleiros e aos seus colaboradores assim como entrevistas realizadas a órgãos governamentais como a Direção Provincial da Cultura e Turismo, Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e a instituições privadas como a Associação dos Empresários do Município de Inhambane. Também são apresentados os dados recolhidos por fontes secundárias, como INE e Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane, no intuito de satisfazer os objetivos específicos da dissertação. Divulgam-se dados sobre o modelo turístico seguido no Município de Inhambane e o contributo da hotelaria para o desenvolvimento socioeconómico do mesmo, através da taxação das operações hoteleiras, da mão-de-obra empregada, dos salários praticados, do estímulo ao aparecimento de atividades de suporte entre outras.

No **Capítulo 6** efetua-se a análise e interpretação dos dados. Faz-se a confrontação entre a pesquisa bibliográfica da dissertação e os resultados obtidos na pesquisa empírica, visando atribuir um significado interpretativo aos mesmos, tentando assim saber que estratégias turísticas e hoteleiras poderão ser utilizadas na maximização do desenvolvimento socioeconómico no Município de Inhambane.

O **Capítulo 7** apresenta as conclusões alcançadas nesta dissertação, assim como os constrangimentos a que ela esteve sujeita, o contributo que poderá dar a outras pesquisas, quais as áreas de estudo que merecerão maior aprofundamento no futuro e propor medidas para a implementação de operações hoteleiras mais sustentáveis no Município de Inhambane.

1.3. Escopo da dissertação e formulação da pergunta de partida

A presente dissertação visa perceber as especificidades do desenvolvimento turístico no Município de Inhambane e decorrente dessa conjectura, que estratégias adotam as unidades hoteleiras para atingirem o sucesso das suas operações.

Por outro prisma, tenta também aferir quais os modelos de desenvolvimento turístico que tendem a maximizar o desenvolvimento socioeconómico da comunidade local e desse modo, qual o papel e que postura deverão as unidades hoteleiras assumir para a prossecução desse desígnio.

Assim, este trabalho possui a seguinte pergunta de partida:

Que estratégias turísticas e hoteleiras poderão ser utilizadas na maximização do desenvolvimento socioeconómico no Município de Inhambane?

1.4. Pertinência do estudo

O Município de Inhambane aloja em si a Cidade de Inhambane, cidade capital da principal Província turística do país que contém duas das mais afamadas praias turísticas de Moçambique: Praia do Tofo e Praia da Barra.

“Inhambane alberga o maior número de facilidades de acomodação para o lazer, correspondendo, neste momento, à zona do país que recebe maior número de turistas ligados ao lazer.”, Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004, p.20)³.

Outro facto interessante é que configurando-se o Município de Inhambane como um destino turístico de lazer (sol-praia e atividades oceânicas), insere-se na tipologia de destino mais procurado de África, pois segundo a OMT (2011)⁴ 49% dos turistas em solo africano em 2020 estarão em busca de lazer.

Segundo o Plano Estratégico da Província de Inhambane (2010), a atividade turística é vista como prioritária pois reveste-se como elemento fundamental para o desenvolvimento da Província, sendo uma oportunidade e um ponto forte para desenvolvimento económico da mesma.

³ Apesar de o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique compreender os anos de 2004 a 2013, à data o MITUR ainda não divulgou o novo Plano Estratégico para o Turismo.

⁴ Ver anexo 3 - Projeção da tipologia de turistas que visitarão o continente africano em 2020 e 2030. Fonte: OMT (2011)

Porém, e apesar do Município de Inhambane ser hoje um destino turístico consolidado no âmbito moçambicano, o mesmo documento reflete que os Índices de Pobreza Absoluta⁵ da Província de Inhambane superam os da média nacional.

Observando os dados do INE (2013)⁶, no seu documento intitulado *Estatísticas do Distrito – Cidade de Inhambane*, conclui-se que os “Indicadores de Bem-Estar” do Município de Inhambane são paupérrimos. Como exemplo disso constata-se que 73% da população possui habitação de caniço, somente 42% usufrui de água canalizada e apenas 32% desfruta de eletricidade.

Perante estes dados, parece evidente que apesar do aparente sucesso do Município de Inhambane como destino turístico, os frutos da exploração desta atividade ainda chegam à generalidade da população de forma incipiente.

Assim, torna-se pertinente questionar o modelo turístico seguido pelo Município de Inhambane no geral e que possibilidades existem em alterar as políticas de gestão das unidades hoteleiras em particular, visando a maximização do desenvolvimento socioeconómico do município e garantindo também uma sustentabilidade distributiva dos benefícios por si gerados.

⁵ Ver anexo 4 - Incidência da pobreza absoluta em Moçambique e Província de Inhambane. Fonte: Governo da Província de Inhambane (2010)

⁶ Ver anexo 5 - Indicadores de “bem-estar” do Município de Inhambane. Fonte: INE (2013)

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O desenvolvimento, a sua vertente socioeconómica e os modelos que o preconizam.

2.1.1. A evolução dos diversos conceitos de desenvolvimento.

“Development occupies the centre of an incredibly powerful semantic constellation. There is nothing in modern mentality comparable to it as a force guiding thought and behavior.”, Sachs (1992, p. 3).

Que a atividade turística é um veículo impulsionador do desenvolvimento de sociedades e nações, parece ser consensual aos olhos da generalidade da comunidade científica, comunidade política e restantes franjas da população. Porém, uma dúvida assaz pertinente deve ser esclarecida: o que significa desenvolvimento? O que se deve observar para poder concluir-se que o desenvolvimento ocorreu?

Seers (1969) apresenta uma definição prática e simplista do conceito de desenvolvimento dividindo-o em duas partes: por um lado refere que por juízos de valor o desenvolvimento pode ser apresentado quase como um sinónimo de melhoria, por outro, como quem persegue o desenvolvimento muitas vezes o faz tentando atingir um estágio de evolução já presente em outros contextos externos ao seu, o desenvolvimento pode também ser definido como o alcance de um estado desejado.

Para Bellù (2011) o desenvolvimento significa a melhoria do sistema que influencia a “nossa” situação atual ou então somente de alguns elementos que o constituem.

Com um conceito um pouco mais complexo Rist (2002) introduz às definições acima citadas a variável bem-estar. Assim, para o autor, o desenvolvimento implica a busca evolutiva das condições de bem-estar da humanidade.

Segundo Rostow (1961 apud Quintella e Soares, 2008), é o mundo ocidental que dita o ritmo e os padrões de conduta do desenvolvimento, ao afirmar que o desenvolvimento é um processo evolutivo onde as sociedades deixam o seu modo de vida rudimentar e tentam alcançar o modelo industrializado da sociedade ocidental que é considerado único e global.

Goulet (1989, p.197) apresenta um conceito de desenvolvimento bem mais pormenorizado naquilo que apelidou de *“people centered development”*. Para Goulet o desenvolvimento deve compreender a satisfação das necessidades básicas das pessoas, fomentar a criação de emprego, preservar a autoestima e a diversidade das tradições culturais da população.

Em 1990, as Nações Unidas lançam o seu primeiro relatório anual sobre o desenvolvimento através do seu programa intitulado de *United Nations Development Program* (UNDP). Nele expressa o seu vasto conceito de desenvolvimento considerando-o como um processo multiplicador de escolhas para as pessoas, visando três objetivos fundamentais: fomentar uma longa e saudável esperança de vida às populações, contribuir para a massificação da escolaridade e do conhecimento e permitir a erradicação da pobreza. O desenvolvimento deve também garantir o respeito pelos direitos humanos assegurando a livre escolha política, económica e a liberdade individual.

Quem dá uma definição de desenvolvimento mais completa e contemporânea, até por salientar a responsabilidade ambiental do mesmo, é Sharpley e Telfer (2008, p.6) ao considerarem o desenvolvimento como sendo um *“complex, multidimensional concept that may be defined as a continuous and positive change in the economic, social, political and cultural dimensions of the human condition, guided by the principle of freedom of choice and limited by the environment’s capacity to sustain such change”*.

Desta forma, pode-se observar que ao longo dos anos o conceito de desenvolvimento foi sofrendo alterações significativas, tornando-se cada vez mais complexo e acima de tudo ética, social e ambientalmente mais responsável.

Porém, a partir da década de 90, autores começam a pôr em causa as dimensões dos conceitos mais vanguardistas de desenvolvimento e a sua forma de medição. Nasce assim o pós-desenvolvimento. Sachs (1992) afirma que a estandardização globalizada dos conceitos de desenvolvimento periga a diversidade cultural dos locais e constitui uma maneira de exploração encapotada dos países mais desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos. Para Crush (1995) as teorias de desenvolvimento impõem modelos teóricos criados pelo mundo desenvolvido, com escasso subsídio por parte das comunidades intervencionadas, modelos esses que muitas vezes pecam quanto à sua aplicabilidade prática. Escobar (1997) refere mesmo que pelo facto de muitas vezes serem economistas a gizarem e medirem o desenvolvimento, este negligencia as pessoas e o seu bem-estar e foca-se muitas vezes somente na acumulação de capital. Rahnema (1997) conclui que o desenvolvimento percebido até aqui, levará indubitavelmente a um esgotamento ecológico assim como das relações humanas por via da adoção de um estilo de vida castrador do tempo de lazer, aumentando os níveis de *stress* e desvirtuando o que deveriam ser as necessidades básicas em prol de uma sociedade de consumo.

A evolução do conceito de desenvolvimento pode ser observada no quadro que se segue:

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

| Linha Temporal | Paradigma | Perspetivas teóricas e conceitos |
|-----------------------------|---|---|
| 1950 – 1960 | <i>Modernização</i> | Implementação à escala global do modelo ocidental industrializado |
| 1950 – 1960 | <i>Dependência</i> | O subdesenvolvimento era causado pela exploração dos países mais desenvolvidos (neocolonialismo) Dualismo entre a pobreza e o crescimento económico |
| meados 1970 – 1980 | <i>Neoliberalismo económico</i> | Desregulamentação dos mercados, perda do papel regulador do Estado, globalização do mundo financeiro. |
| 1970 – início 1980 | <i>Desenvolvimento alternativo</i> | Preocupação com o bem-estar e necessidades básicas: alimentação, habitação educação e saúde condignas. Desenvolvimento centrado nas pessoas, nos seus direitos e liberdades Sustentabilidade ambiental do desenvolvimento |
| 1990, 2000 em diante | <i>Para lá do impasse? A busca de uma nova alternativa, o pós-desenvolvimento</i> | Pós-desenvolvimento: rejeição do conceito de desenvolvimento que promova desigualdades Retoma do papel ativo do Estado como regulador do desenvolvimento Envolvimento da comunidade civil através de trabalho comunitário, ONGs, movimentos ativistas, harmonização das diversas diferenças culturais Novos desafios ao Estado-nação fruto da globalização |

Fonte: adaptado de Sharpley e Telfer (2008, p.12)

2.1.2. O desenvolvimento e o crescimento económico

“Por que razão se confunde frequentemente desenvolvimento com crescimento económico?”, Seers (1979, p.949).

Frequentemente estes dois conceitos são confundidos. Como consequência deste erro comum, poderão ser traçadas políticas de desenvolvimento incorretas ou então estabelecidos indicadores para a aferição ou não da ocorrência de desenvolvimento extremamente redutores.

Sen (1988), explica esta confusão de conceitos com o facto dos primeiros estudiosos sobre o desenvolvimento concentrarem sobretudo o foco da sua medição em indicadores como o PIB ou as taxas de empregabilidade, indicadores esses da esfera económica e que medem o seu crescimento.

Para Szirmai (2005), este equívoco surge porque o tema desenvolvimento logo nos remete à noção de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, à existência de regiões terceiro-mundistas, com graves problemas de pobreza e que invariavelmente o desenvolvimento das suas sociedades estarão dependentes também da melhoria ou crescimento das suas condições económicas.

Desta forma, importa então definir o conceito de crescimento económico. Haller (2012) define crescimento económico como sendo um aumento da renda nacional *per capita* e que envolve uma análise predominantemente quantitativa. Assim, reflete-se preferencialmente no aumento do PIB, portanto da riqueza nacional e na sua capacidade de produção.

Porém, Kuznets (1966) refere que o desenvolvimento é muito mais do que o mero crescimento económico. Para haver desenvolvimento além de existir um crescimento económico (quantificável) devem ocorrer simultaneamente mudanças estruturais (qualitativas) por exemplo ao nível da produção ou da qualidade do emprego.

Haller (2012), destriça os dois conceitos afirmando que enquanto o crescimento económico é o processo de aumento dos indicadores macroeconómicos dos locais com possíveis efeitos socioeconómicos positivos, o desenvolvimento reflete como os impactos do crescimento aumentam os padrões de vida da sociedade.

Contudo para Sen (1988), Szirmai (2005), Friedman (2006), nem sempre a ocorrência de crescimento económico significa a existência de desenvolvimento. Por vezes países que baseiam o crescimento da sua economia somente na exploração de um tipo de produto, como os exportadores de petróleo por exemplo, não conseguem fazer coincidir o aumento dos seus PIB com o aumento dos padrões de vida dos seus cidadãos ou mesmo das próprias estruturas económicas nacionais. Outra demonstração desta realidade é o facto de existirem países com indicadores económicos redutores mas cuja esperança média de vida das populações é mais elevada do que em alguns países com altos índices económicos.

Friedman (2006, p.15) numa visão mais política e global frisa: *“economic growth, meaning a rising standard of living for the clear majority of citizens, more often than not fosters greater opportunity, tolerance of diversity, social mobility, commitment to fairness, and dedication to democracy”*.

Como consequência, vários autores são extremamente críticos ao que chamam de fetiche pelo crescimento, como por exemplo Seers (1979) que conclui que o desenvolvimento envolve muito mais que crescimento económico, indicando mais três dimensões a serem observadas: o decréscimo da pobreza e da má nutrição, a diminuição das desigualdades sociais e a melhoria das condições laborais.

Szirmai (2005) conclui que o desenvolvimento é um conceito vasto que engloba vários valores e que dessa forma os seus pressupostos devem ser sempre muito bem identificados. Que embora muitos sejam os conceitos de desenvolvimento, invariavelmente algumas metas a serem alcançadas são comuns à esmagadora maioria dos pesquisadores, como a redução da pobreza, aumento do bem-estar, a melhoria das condições de saúde e educação assim como o aumento da liberdade política e social. Deste modo, o desenvolvimento pode ser definido como o movimento em perseguição destas metas. O autor esclarece ainda que nos países em vias de desenvolvimento o aumento da produtividade *per capita* é essencial para a ocorrência de desenvolvimento pois na maioria dos casos o crescimento económico permanece sempre como uma das condições necessárias para o desenvolvimento a longo prazo e enormes progressos foram conseguidos ao medi-lo de forma padronizada. Isto não significa que, e indo ao encontro dos conceitos mais vanguardistas, todas as sociedades deverão convergir para um padrão comum de desenvolvimento.

2.1.3. O desenvolvimento socioeconómico

“O desenvolvimento socioeconómico se tornou um fenómeno amplamente desejado por toda a população, visto que a humanidade deseja qualidade de vida (...)”, Nazzari, Reule e Lazzarotto (2003, p.3).

Embora Nazzari et al. (2003a) consigam associar o desenvolvimento socioeconómico ao aumento dos padrões de qualidade de vida das populações, as autoras confessam que o conceito ou definição não reúne na comunidade científica uma concordância revestida de unanimidade. Calvo (2006) não tem pejo em afirmar que é complicado apresentar uma definição adequada para o que deve ser entendido como desenvolvimento socioeconómico.

Assim, qual o motivo para tanta ambiguidade quanto à conceitualização deste tipo de desenvolvimento? Bellù (2011, p.3) explica que ao abordar-se o desenvolvimento como socioeconómico está-se invariavelmente num patamar generalizado de compreensão do fenómeno dificultando assim a sua caracterização. Desta forma, para o exercício de políticas visando efeitos práticos do desenvolvimento socioeconómico *“the focus of the agents aiming at development is almost always on selected parts of the system or on specific features”* que compreendem as seguintes dimensões: económica, humana, sustentável e territorial.

Segundo Chojnicki (2010), o desenvolvimento socioeconómico implica alterações na esfera social mas de natureza maioritariamente económica, tais alterações podem ser causadas por fatores endógenos ou exógenos e podem ocorrer de forma espontânea ou premeditada através políticas orientadas para o efeito. Stemplowski (1987 apud Chojnicki, 2010) refere que o desenvolvimento socioeconómico é produto de uma visão otimista da sociedade e de uma conjugação de vários interesses sociais, podendo servir também de ferramenta de análise em pesquisas sociais.

Tremblay (2009), considera que o desenvolvimento socioeconómico tem como finalidade garantir princípios de equidade e de justiça social. A autora sublinha que este tipo de desenvolvimento reveste-se de imperiosa importância principalmente nos países em vias de desenvolvimento pois permite fomentar regimes de proteção em bases comunitárias combatendo a exclusão social.

Para Calvo (2006), o desenvolvimento socioeconómico é uma consequência do desenvolvimento pessoal, grupal, organizacional, empresarial e que para além de progressos económicos supõe também melhorias ao nível das estruturas de apoio social que protegem as comunidades e os indivíduos. Traduz-se em muitos casos na alteração da atividade ocupacional de muitas pessoas o que gera invariavelmente a alteração de contextos e por tanto da própria identidade social.

Nazzari, Gonzatto, Scimeoni e Borges (2003, p.2) entendem que o desenvolvimento socioeconómico resulta da *“conjugação dos capitais existentes que envolvem as várias aéreas da*

vida humana”, sendo eles: a) o capital físico que compreende as infraestruturas, os equipamentos e a tecnologia, b) o capital natural que engloba o solo, o subsolo e o clima, c) o capital financeiro que inclui créditos, poupanças e títulos, d) o capital humano envolvendo a educação e a saúde, e) o capital social que é integrado pela confiança, grupos de interesses e civilidade.

Deste modo, abrangendo o desenvolvimento socioeconómico tão vasta gama de áreas específicas como relata Nazzari et al. (2003b), presume-se que o desenvolvimento socioeconómico encerre em si uma alargada panóplia de valores que se manifestam aquando da sua ocorrência.

Quem esclarece a axiologia do desenvolvimento socioeconómico é Chojnicki (2010). Para o autor o desenvolvimento socioeconómico tem associado a si os seguintes cinco tipos de valores: económicos, sociais, políticos, culturais e ecológicos.

Os valores económicos podem-se observar por duas perspetivas diferentes: valor de uso e valor de troca. O valor de uso reflete a utilidade de carácter prático que uma coisa terá na vida de alguém. O valor de troca constitui-se pela quantia de dinheiro que custa a compra ou que se ganha em caso de venda de algo. Assim, o valor de troca é de natureza quantitativa e aplicável ao mercado económico, enquanto o valor de uso apesar de também pertencer à esfera económica é complementado por outros fatores como por exemplo vitais, culturais ou estéticos. Porém, surgem críticas ferozes quanto à adoção de valores económicos como objetivos do desenvolvimento socioeconómico uma vez que nem sempre se verifica uma paridade entre o valor de uso e o valor de troca, o que comporta por vezes conflitos de valor éticos. Como exemplo tem-se o valor da água e de um diamante: a água sendo o recurso mais valioso para a humanidade tem um valor de troca muitíssimo baixo, por sua vez um diamante apesar de ter um valor de troca elevadíssimo possui um valor de uso ínfimo.

Os valores sociais compreendem a existência de condições que permitam às comunidades atingir a satisfação das suas necessidades coletivas. Deste modo, está-se perante fatores como justiça, qualidade de vida, prosperidade, segurança ou condições de saúde. Muitas vezes os valores sociais evoluem na mesma medida que os valores económicos: a melhoria dos padrões de qualidade de vida pode estar intimamente relacionada com fatores económicos como a subida das taxas de empregabilidade ou critérios como a prosperidade incluem não só fatores económicos como também elementos que satisfaçam necessidades específicas das pessoas. Conclui-se portanto que os valores económicos e os valores sociais associam-se entre si através dos outros três tipos de valores: políticos, culturais e ecológicos.

Os valores políticos revestem-se dos aspetos políticos da vida, isto é, das características e do papel do Estado e da sua autoridade. Por um lado incluem o poder estatal na relação entre Estados e organizações internacionais o que estabelece valores como a soberania, por outro caracterizam-se

pela relação existente entre o Estado e o sistema interno de cada país que aflora valores como a democracia, a estabilidade, a confiança, a liberdade ou a participação civil.

Os valores culturais abrangem a satisfação das comunidades nas esferas da inovação e educação. Assim, cingem-se ao comportamento das pessoas (socialmente aprendido), à aprendizagem científica (aprendizagem institucional) e à produção de arte (artesanato, música). Exemplos de valores culturais poderão ser a eficácia da aprendizagem empírica, a universalidade da educação ou o desenvolvimento científico.

Os valores ecológicos centram-se nas atitudes que a sociedade adota perante as problemáticas do ambiente natural e do ecossistema. O impacto que a sociedade poderá ter na reabilitação dos seus recursos naturais é sempre um dos objetivos a serem alcançados quando se observa o desenvolvimento socioeconómico. A despoluição, o equilíbrio e a ordem ecológica são valores ecológicos básicos.

É ainda o autor supracitado, Chojnicki (2010), que disserta sobre o âmbito das duas perspetivas em que pode ser enquadrado o termo “desenvolvimento socioeconómico”: desenvolvimento socioeconómico como fator de progresso e desenvolvimento socioeconómico como objeto de avaliação.

A primeira perspetiva, o desenvolvimento socioeconómico como fator de progresso, suporta-se no facto de a palavra progresso poder ser vista como uma variável do desenvolvimento. Assim, nesta abordagem “*socio-economic progress is the kind of development in which the direction of change is evaluated positively*”. Chojnicki (2010, p.14).

Sendo o progresso uma variável, o seu oposto poderá ser também uma realidade, isto é, o retrocesso poderá ocorrer quando o desenvolvimento regredir para patamares antecedentes, voltando a estados evolutivos ultrapassados anteriormente. Isto implica que o desenvolvimento socioeconómico visto como fator de progresso tenha uma hierarquia de valores que caracterizam as suas diferentes etapas evolutivas que vão desde os estados tidos como mais baixos até aos mais altos.

A segunda perspetiva, desenvolvimento socioeconómico como objeto de avaliação resulta do seu papel como instrumento avaliador de alterações da realidade socioeconómica de um lugar. Deste modo, existem quatro questões a serem consideradas: o desenvolvimento como crescimento, a modernidade como estado de desenvolvimento, o papel do desenvolvimento como transformador das sociedades e economias e por último a abordagem dos aspetos éticos do desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento como crescimento é extremamente útil no traçar de metas e objetivos a serem alcançados pois está intimamente associado a uma abordagem quantitativa do desenvolvimento socioeconómico, logo de fácil monitorização e mensuração. Assim, segundo

Siedenberg (2003) suporta-se em indicadores como o PIB, Distribuição de Renda ou no Índice de Desenvolvimento Humano. Contudo, muitos são os detratores à identificação redutora do desenvolvimento socioeconómico como um crescimento (maioritariamente) económico. A esmagadora maioria das teorias contemporâneas trazem à tona vetores essenciais para além da esfera económica, como o aumento das condições de saúde, da satisfação das necessidades ou a melhoria da distribuição de bens.

O conceito da modernidade como estado de desenvolvimento implica a possibilidade de distinguir a ocorrência de momentos de mudança nas estruturas socioeconómicas. A estes estados de momentos de mudança é atribuído um nome: evolução. A evolução caracteriza-se por marcar a transição entre o reconhecido como tradicional para o apelidado de moderno. Deste modo, Cholaj (1998 apud Chojnicki, 2010, p.15) afirma que *“the concept of modernisation refers to a combination of processes that accumulate and interact generation of capital and mobilisation of resources, development of the productive forces and growth in labour efficiency, urbanisation, popularisation of schooling, secularisation of ethical values and norms. (...) Those phenomena are mutually conditioned since as a rule they occur jointly, or at most some of them are temporarily delayed.”*

A modernização muitas vezes pode ser vista como estados mais avançados de industrialização ou então como a implementação em sociedades geograficamente periféricas de modelos e costumes civilizacionais ocidentais. Porém, a adoção destes modelos civilizacionais, principalmente em países em vias de desenvolvimento, acarreta alguns efeitos negativos a nível ecológico, social, político e cultural, o que faz surgir na comunidade científica novos conceitos e abordagens denominadas de pós-modernidade, Lizardo e Strand (2009).

O conceito de desenvolvimento socioeconómico como fator de transformação de sociedades e economias é aquele que maiores críticas gera e que mais debate suscita na comunidade científica. Tal fato surge pela recorrente prioridade dada a políticas valorizadoras do crescimento económico e da modernização das sociedades, o que conduz a uma miopia dos planos para o desenvolvimento incapazes de observar toda a complexidade que acarreta o desenvolvimento socioeconómico nos mais variados planos. Para os críticos esta realidade demonstra que o modelo de desenvolvimento global está instrumentalizado por uma economia capitalista e subjugado à sua ideologia pragmática que na maioria das vezes revela-se incapaz de esbater as grandes diferenças socioeconómicas verificadas sobretudo por uma dispersão geográfica e traduzidas por abismais diferenças nas condições de vida das populações o que leva a classificações como países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento.

Neste contexto, várias vozes se levantam defendendo um aumento da relevância dada aos aspetos ecológicos e civilizacionais nos modelos gizados para a prossecução do desenvolvimento

socioeconómico, especialmente em áreas como a conservação ambiental e a exploração dos recursos naturais.

Por último, na abordagem dos aspetos éticos do desenvolvimento um valor mais alto se levanta: a justiça social. Harcourt (1997 apud Chojnicki, 2010, p.16) afirma que *“development has always been about the politics of achieving social justice”*. Também Grimes (1999 apud Chojnicki, 2010) alicerça a justiça social no respeito pelos direitos humanos, direitos cívicos realçando que traduz o enaltecimento da Humanidade.

Para a ILO (2003), a justiça social encerra a igualdade e o direito das pessoas em beneficiar do progresso social e económico, viver com dignidade assim como garantir a paridade de oportunidades de género no âmbito laboral, económico, social e político.

Contudo, é Gil (2009) que define pormenorizadamente o conceito de justiça social. Para o autor, a justiça social está umbilicalmente ligada a condições de vida condignas onde cada um tem o direito de usufruir de uma vida autónoma e autêntica sempre sujeito a uma igualdade de direitos e deveres nas relações sociais que estabelece. Assim, condena-se todo o tipo de autoritarismo ou abuso de poder que vise ameaçar este equilíbrio e que se pode apelidar de “violência” ao causar um domínio forçado e uma exploração de um individuo por outro. Deste modo, cada cidadão deve ter acesso aos benefícios gerados pelos recursos produtivos da economia, ao conhecimento, ao mercado laboral e a bens e serviços comunitários que conduzam à satisfação das necessidades intrínsecas de cada um.

Fraser (1996, p.3), apresenta para além da comum justa redistribuição de recursos e bens, um conceito de justiça social denominado de “reconhecimento político”. Neste contexto, *“the goal, in its most plausible form, is a difference-friendly world, where assimilation to majority or dominant cultural norms is no longer the price of equal respect. Examples include claims for the recognition of the distinctive perspectives of ethnic, “racial,” and sexual minorities, as well as of gender difference”*.

Este plano do desenvolvimento socioeconómico, os seus aspetos éticos e os valores que deverão estar a ele associados, é hoje alvo de um enorme debate na comunidade científica. Invariavelmente surgem conflitos como a observação do progresso económico e a sustentabilidade ecológica ou entre o que deve ser tido como modernidade e o conceito de qualidade de vida, etc.

Qualidade de vida... um conceito que tem sofrido alterações ao longo dos tempos e que continuará a suscitar sem sombra de dúvidas as mais acasas discussões.

2.1.4. Os indicadores do desenvolvimento socioeconómico

“Os indicadores económicos e sociais têm a finalidade principal de permitir a avaliação da situação e evolução de uma comunidade em seus vários aspetos.”, Moldau (1998, p.70).

Como referido anteriormente, o conceito de desenvolvimento socioeconómico é constituído por inúmeras áreas de interesse desde a economia, passando pela ecologia chegando até à cultura. Desta forma, muitos e dos mais variados espetros são também os indicadores que visam medir e caracterizar a evolução ou o estágio em que se encontra o desenvolvimento socioeconómico de uma certa população, região ou país.

Perante tal pluralidade de indicadores muitos académicos e mesmo instituições internacionais tentaram ao longo do tempo criar modelos⁷ de análise mais ou menos focados em áreas específicas, mais ou menos abrangentes quanto ao conceito de desenvolvimento, tentando alcançar formas eficientes de medição de realidades económicas, sociais, políticas ou ambientais que se podem encontrar no âmago da sociedade.

De uma forma resumida, Norman Hicks e Paul Streeten (1979) definem indicadores socioeconómicos como um conjunto de ferramentas que visam medir a pujança económica dos países assim como o desenvolvimento da saúde, nutrição, habitação, distribuição de renda, entre outros aspetos culturais e sociais.

Siedenberg (2003, p.53) apresenta uma visão técnica sobre as características dos indicadores. Desta forma o autor considera que para além do seu valor estatístico, *“um indicador é, (...), apenas uma unidade de medida parcial, substitutiva”*. Quer com isto dizer que um só indicador não é capaz de representar ou caracterizar a totalidade da realidade socioeconómica que está em estudo, mas que através dele pode-se concluir de uma forma consistente a generalização de algo. Exemplo disso pode ser a taxa de mortalidade infantil numa determinada região. Na realidade ela só demonstra estatisticamente o número de crianças que faleceram naquela região ao longo de um determinado período de tempo, mas permite-nos generalizar e concluir o nível das condições de saúde a que uma população está sujeita.

Nohlen e Nuscheler (1993 apud Siedenberg, 2003, p.54), concluem portanto que nas ciências económicas e sociais ao tentar caracterizar-se o desenvolvimento o mais importante não é como mensurar mas sim perceber se *“aquilo que está sendo mensurado realmente expressa os aspetos relevantes do processo de desenvolvimento que está sendo analisado”*.

⁷ Ver anexo 6 - Modelos internacionais de medição de desenvolvimento. Fonte: Quintella & Soares (2008)

Porém, enquanto os fenómenos do desenvolvimento económico podem ser diretamente quantificados por indicadores como o PIB (por exemplo), já os indicadores relacionados com o desenvolvimento social não são diretamente mensuráveis e nem reúnem um consenso generalizado sobre as relações que podem estabelecer com a realidade que visam traduzir.

É ainda Siedenberg (2003, p.59) que se predispõe a identificar a utilidade prática do uso dos indicadores. Segundo o autor os indicadores podem ser utilizados tendo em conta quatro prismas: como recolha de informação, como fonte de avaliação, como base normativa ou como fator decisório. Neste contexto, destacam-se os seguintes fins:

- Diagnosticar as condições de desenvolvimento social ou sectorial;
- Propiciar informações sobre problemas sociais ou crises potenciais;
- Subsidiar planos ou decisões políticas;
- Avaliar metas e estratégias globais/sectoriais.

Dudley Seers (1979, p.949), sendo um dos pioneiros a debruçar-se sobre que indicadores devem ser usados nas ciências sociais e económicas, dá um contributo extremamente relevante quanto a esta temática indicando a sua génese: afinal, “*o que estamos a tentar medir*”?

Para o autor, um termo começa por destacar-se: o “*rendimento*”. O rendimento é visto como um dos principais barómetros da economia devido à sua ligação intrínseca com o fator emprego, sendo também um instrumento valioso na comparação entre estágios e evolução do desenvolvimento económico entre os mais diversos países.

Também Moldau (1998, p.77) debruça-se sobre o rendimento ou “*renda*” como o próprio apelida. Moldau relaciona o rendimento com o “*bem-estar*”, sendo este um fenómeno que caracteriza o sucesso do desenvolvimento socioeconómico, concluindo que “*o seu principal fator determinante seria a renda real*”. Fundamenta esta sua visão por considerar que um dos maiores obstáculos ao alcance do “*bem-estar*” das populações encontra-se na restrição de “*renda*” a que muitas estão sujeitas, dificultando ou impedindo a satisfação do consumo de bens materiais de primeira necessidade.

Porém, o próprio Moldau (1998) esclarece que pelas características multidimensionais associadas ao conceito de “*bem-estar*”, somente o indicador rendimento, mesmo no seu plano individual, como ferramenta de mensuração é escassa e limitativa.

Siedenberg (2003) sugere que o “*bem-estar*” é composto por quatro âmbitos primordiais: os bens de capital que incluem máquinas, equipamentos e infraestruturas, o capital humano que

compreende a escolarização, qualificação, saúde entre outros, as potencialidades naturais como a fauna e a flora e o capital social que abrange as instituições e redes sociais.

Costa e Lustosa (2007, p.3) partilham com Moldau a convicção das limitações do rendimento como medida aferidora de “*bem-estar*”. Ao analisar o rendimento estes autores centram as suas atenções no indicador PIB *per capita*, um dos indicadores económicos mais conhecidos “*uma vez que maiores fluxos monetários propiciam maior bem-estar no sentido de maior consumo para a população*”.

A primeira limitação do PIB *per capita* é a sua incapacidade para evidenciar a distribuição de renda, fator essencial para aferir o “*bem-estar*” da população como um todo. Por outro lado, o PIB *per capita* também não considera os custos ambientais da produção económica, custos esses que podem reduzir drasticamente a qualidade de vida dos cidadãos. O PIB *per capita* como medida estritamente económica pode aumentar graças à produção de bens de consumo prejudiciais para a saúde como por exemplo o tabaco. Outro facto a ter em conta é a total desconexão entre as atividades de lazer, hoje reconhecidas como fator essencial de “*bem-estar*” e os pressupostos do PIB *per capita*. Por fim, o aumento do PIB *per capita* como resultado de acréscimo das horas semanais laborais não indica forçosamente uma melhoria das condições de vida.

Como não só de economia se alicerça o desenvolvimento socioeconómico, Seers (1979) disserta também sobre as áreas sociais que deverão ser equacionadas e sujeitas a medição. Assim, como umas das principais preocupações sociais tem-se o fator pobreza e as técnicas conducentes à sua erradicação. Existindo até nos países economicamente mais desenvolvidos franjas da sociedade (mesmo que reduzidas) marginalizadas e afetadas pela pobreza uma questão se levanta merecendo a sua aferição: a justa distribuição de rendimentos que elimina o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Visando a proteção dos mais desfavorecidos torna-se também essencial para a existência de uma justiça social uma afixação equilibrada dos preços dos produtos de primeira necessidade como os alimentos ou o vestuário.

Outro plano bastante pertinente e umbilicalmente ligado à pobreza é o da saúde e nutrição embora por vezes possam ser de difícil mensuração. Quanto à nutrição padrões mínimos de consumo podem ser estabelecidos em função da idade e atividade física dos indivíduos em causa. Como indicadores ligados à saúde podem-se observar a esperança média de vida, a taxa de mortalidade infantil ou materna pós-parto e a eficiência dos serviços de saúde.

A construção é outra área a merecer destaque, pois pode indiciar o grau de satisfação das necessidades de bem-estar se levarmos em conta o material utilizado na construção das habitações ou infraestruturas de saneamento básico, assim como o nível de industrialização de uma certa região

caso se verifique a construção de fábricas ou mesmo de infraestruturas industriais ligadas à exploração agrícola em zonas rurais.

De superior relevância é também o estudo do emprego e a sua qualidade. Medir as taxas de empregabilidade, o seu carácter temporal (*full time* ou *part time*) e a precaridade das condições laborais é extremamente útil, embora por vezes seja de difícil mensuração em países em vias de desenvolvimento onde muitas vezes o emprego informal predomina. Quanto a estes casos Seers (1979, p.959) afirma que “*o volume deste tipo de emprego é difícil de quantificar (...). É necessária informação muito mais detalhada por sector, região, sexo, idade, e qualificação educacional, para se poder avaliar a natureza do desemprego e subemprego no país e as atitudes em relação ao trabalho*”.

Por fim, é importante também verificar a facilidade de acesso da população aos mais diversos serviços públicos assim como a postura do poder político quanto ao respeito dos mais variados direitos e garantias individuais dos cidadãos.

Siedenberg (2003) divide os indicadores sociais em cinco grandes áreas: alimentação, saúde, meio ambiente, habitação e educação.

Os indicadores nutricionais são considerados de primeira grandeza uma vez que a alimentação é uma necessidade fisiológica básica. Entre eles podemos encontrar o consumo diário de calorias *per capita* e o consumo diário de proteínas *per capita*.

Quanto aos indicadores de saúde três deles destacam-se: relação entre o número de pessoal profissional de saúde e o número de habitantes, a expectativa média de vida ao nascer e índices e causas de mortalidade.

Nos indicadores ambientais podem-se encontrar mais de 500 indicadores diferentes, versando sobre a erosão, a qualidade do ar, a qualidade da água ou a destruição da fauna e da flora. Diretamente relacionados com o quotidiano das populações observam-se dois indicadores: percentual da população com acesso a água potável e percentual da população que usufrui de instalações sanitárias.

Os indicadores habitacionais compõem-se por o número de habitantes por moradia, percentual das habitações com energia, água e esgoto e o tipo de material de construção da moradia.

Por último, os indicadores educacionais privilegiam a mensuração de três indicadores sendo eles: o percentual de alfabetizados, o índice de escolarização (percentual de jovens em idade escolar que efetivamente frequentam a escola) e a relação do número de alunos por professor.

O mesmo autor ainda faz referência a mais quatro indicadores sociais relevantes que não se enquadram nas áreas acima apresentadas, sendo eles a discriminação da mulher na educação, saúde e trabalho, a qualidade de vida das crianças, a justiça social no trabalho e finalmente a democratização ou liberdade política.

2.1.5. Correntes teóricas do desenvolvimento socioeconómico num contexto de globalização: do neoliberalismo aos modelos alternativos

“Economic growth theories (...) provided the theoretical orientation for the creation of the new order, and national development plans the means to achieve it.”, Escobar (2010, p.149).

Como já foi anteriormente mencionado, aquando da escalpelização do termo “desenvolvimento”, frequentemente este conceito é visto como uma realidade subjacente aos países ocidentais (ditos desenvolvidos), realidade essa que importa transplantar para o tecido económico e social dos países em vias de desenvolvimento.

Hoje mais que nunca, um fenómeno à escala mundial permite que as estratégias usadas pelo ocidente no seu processo de desenvolvimento sejam decalcadas em outras regiões periféricas, fenómeno esse denominado de “globalização”.

O conceito de globalização é algo que não gera uma unanimidade nos diversos autores que se debruçam sobre ele. Para isso muito contribui os diferentes enfoques que podem surgir quando se estuda o tema. Segundo Giddens (2000) a globalização tem quatro enfoques: política, cultural, tecnológica e económica.

É o mesmo autor que produz uma das mais consensuais definições de globalização. Anthony Giddens (1991, p.60) define globalização como *“intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância”*.

Mais complexo e detalhado é o conceito de globalização definido por Held e McGrew (2001, p.12) que afirmam que *“globalização denota muito mais do que a ampliação de relações e atividades sociais atravessando regiões e fronteiras. É que ela sugere uma magnitude ou intensidade crescente de fluxos globais, de tal monta que os Estados e sociedades ficam cada vez mais enredados em sistemas mundiais de interação”*.

A globalização floresce mais do que nunca graças ao fenomenal desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação alicerçadas agora num modelo de interação em rede à escala global, associado a novos modelos de organização geográfica como a abolição de fronteiras favorecendo

a livre circulação de pessoas, mercadorias, bens e serviços, às recentes visões de um capitalismo mais liberal que autocontrola-se a si mesmo e por fim, ao surgimento de novos países emergentes em alguns casos já considerados economicamente como futuras superpotências.

Deste modo, este contexto veio permitir que diversas teorias de desenvolvimento se disseminassem mundialmente. De entre elas destaca-se o neoliberalismo, que nas asas dos grandes grupos económicos ocidentais que alastraram a sua rede de influências da escala nacional ou regional para uma escala global, viu as suas premissas serem implementadas por países periféricos sedentos também eles em alcançar patamares socioeconómicos condizentes com o “*el dorado*” vendido principalmente pelas sociedades banhadas pelo Atlântico norte.

Porém, segundo Faria (2012, p.10) “*o resultado de trinta anos de utilização das políticas neoliberais para alcançar o desenvolvimento não mostrou avanços quanto à redução das desigualdades entre os países.(...) e muitas vezes verificou-se o aumento da pobreza*”.

São constatações como a anterior que fazem existir na comunidade científica alguns conflitos ideológicos e debates académicos intensos sobre qual o caminho a trilhar pelos países em busca de uma evolução socioeconómica, assim como qual a abordagem teórica que deverá constituir-se de guia orientador de políticas a implementar nos países em vias de desenvolvimento.

Assim, Faria (2012) apresenta três teorias alternativas⁸ ao modelo neoliberal que juntamente com este serão desenvolvidas e contextualizadas ao longo de toda esta dissertação. São elas: o desenvolvimento sustentável, a economia ecológica e o desenvolvimento endógeno.

2.1.5.1. Teoria Neoliberal

Para Faria (2012), o neoliberalismo é uma corrente de pensamento que surge e impõe-se nos finais da década de 60 do século passado reavivando a ideologia do liberalismo, que teve em Adam Smith a sua maior figura, datada da segunda metade do século XVIII. Cury (2011) enfatiza que a corrente do liberalismo tem raízes na ideologia do “estado de natureza” do homem, defendido por grandes pensadores como Jean-Jacques Rousseau. Para os seus defensores, “o estado natural” do homem é aquele em que o ser humano não é condicionado ou limitado nas suas ações ou estilo de vida por nenhum paradigma que possa emergir da convivência em sociedade. Cury (2011) afirma que o homem deve ter três “direitos naturais”: o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

⁸ A autora faz menção a uma quarta teoria de desenvolvimento alternativa ao modelo neoliberal: o pós-desenvolvimento. Contudo, como a teoria do pós-desenvolvimento não é facilmente aplicável como estratégia de desenvolvimento turístico, não será abordada nesta dissertação.

Segundo Cerqueira (2008), a grande recessão económica verificada no início da década de 70 despoletou o ressurgimento das ideologias liberais, agora chamadas de neoliberais, ideologias essas que tiveram em Margareth Teatcher e Ronald Reagan os seus principais promotores políticos.

Para o mesmo autor, as novas políticas neoliberais que começavam-se a expandir nos países ocidentais eram alicerçadas em cinco premissas: a) enfraquecer os movimentos sindicais como forma de restringir certas regalias à classe trabalhadora no intuito de alcançar maior acumulação de riqueza pelo patronato visando maior poder de investimento das empresas; b) alcance do equilíbrio financeiro das empresas tentando maximizar a sua lucratividade, vista como essencial para futuros reinvestimentos assim como para angariação de divisas para os países; c) supressão do papel do Estado como agente produtivo ou regulador/fiscalizador no seio das atividades económicas; d) inversão das políticas fiscais, diminuindo a carga fiscal sobre os rendimentos mais elevados e sobre as rendas promovendo a saúde dos grandes grupos económicos e acreditando que o estímulo às desigualdades sociais dinamizaria a economia, estimularia o risco e o empreendedorismo; e) diminuição do papel social do Estado tendo em vista a redução dos custos sociais em áreas como a saúde, a educação, previdência entre outras.

Carece refrisar que uma das maiores premissas do neoliberalismo, o dismantelamento do poder regulador e protetor do Estado, ocorre por a instituição Estado ser vista pelo olhar neoliberal como castrador da liberdade de escolhas e direitos da ação dos cidadãos à luz do “estado natureza” do homem.

Evans (1998, p.54) explica o porquê da “*demonização do Estado*” por parte dos defensores da doutrina neoliberalista. Para o autor, a decadência do Estado como catalisador de desenvolvimento ficou patente durante a década de 70. Nos países economicamente mais desenvolvidos os Estados foram incapazes que lidar com a estagnação económica e assim prevenir a crise. Nos países africanos, vivendo o sonho das recentes independências, os Estados revelaram-se inábeis para promover o desenvolvimento e a estabilidade desejadas no período pós colonial. Por fim, os países da América Latina também passavam por períodos conturbados mergulhados em crises económicas e instabilidades políticas.

Como consequência de uma década de 70 cinzenta à escala global, várias críticas surgiram ao papel dos Estados no enredo organizacional das sociedades. Começa-se então a questionar a teia subversiva entre o Estado e os vários agentes económicos, o mesmo quer dizer “*as relações de troca entre os governantes e aqueles que lhes dão apoio*”, (Evans (1998, p.55)). Era indesmentível que para chegarem ao poder ou mesmo para nele se manterem os governantes necessitavam de apoios ou incentivos externos às esferas partidárias, facto que resultava invariavelmente num favorecimento económico e mesmo legislativo aos agentes que com eles colaboravam. Assim, mesmo assumindo uma dimensão diminuta na cadeia produtiva, o Estado acabava por influenciar

muitíssimo as atividades produtivas promovendo enormes iniquidades quanto à concorrência entre os diversos agentes económicos.

Interessava minimizar ao máximo o papel dos Estado, considerado asfixiador do empreendedorismo, tendencioso quanto aos privilégios concedidos. Interessava promover o livre mercado.

Para Stewart (1995, p.78), num mundo neoliberal o papel do Estado deve ser o de *“usar o aparato de coerção e compulsão para impedir e eventualmente punir um cidadão que queira usar da violência ou fraude para atingir os seus objetivos; é o de proteger e preservar a vida, a liberdade, a propriedade e a saúde dos indivíduos (...) em resumo: é o de prover a ordem e a justiça.”*. A este Estado de poder de influência reduzido, Lanni (1998, p.28) apelida de *“Estado mínimo”*, conceito bastante utilizado no léxico neoliberal.

Defende-se assim a criação de um comércio livre onde se acredita que a lei da oferta e procura é suficientemente forte para alcançar o crescimento económico, regular a economia e haver uma justa redistribuição da riqueza. (Cury, 2011).

Ao caracterizar as condições necessárias para a existência de um livre mercado, Cerqueira (2008) refere que não basta minimizar a função reguladora do Estado mas também retirá-lo completamente da cadeia produtiva através da venda das suas empresas, isto é, promover as privatizações. Outro fator fulcral é facilitar as transações económicas entre nações, através da abolição das barreiras físicas quer burocráticas, que levam a um protecionismo contraproducente a uma saudável competição, e que facilita o investimento de capital estrangeiro assim como a saída de divisas. O autor revela também que paralelamente a estas medidas, os Estados neoliberais devem reforçar o seu investimento na defesa e forças armadas como forma de repressão às convulsões que possam surgir na sociedade civil.

Perante este cenário, estão reunidas todas as condições para a existências de uma acumulação de capital pelos grandes grupos económicos que desta forma transferem a sua base de influências do âmbito nacional para a esfera global com o objetivo de alcançar novos mercados e novos investimentos. Criam-se os oligopólios, roçam-se os monopólios que a própria ideologia neoliberal diz combater.

Lanni (1998, p.29) observa que *“o neoliberalismo diz respeito à transnacionalização das forças produtivas e das relações de produção, atravessando territórios e fronteiras, tanto quanto os regimes políticos e as culturas”*. É desta forma que surgem expressões como *“aldeia global”*, *“mundo sem fronteiras”* ou *“nova ordem económica mundial”*.

Acresce revelar, que os valores neoliberais quanto ao livre mercado não se traduzem somente na competição entre empresas e na sua relação com o Estado. No pensamento neoliberal mais puro as relações laborais também devem ser totalmente livres de condicionalismos. Cury (2011) afirma que para o neoliberalismo as leis da oferta e da procura tendem a equilibrar o sistema entre a produtividade e as remunerações. Assim, os Estados devem deixar de obrigar à instituição de um salário mínimo ou mesmo à existência de um contrato de trabalho que obrigue as partes.

Stewart (1995, p.64) concretiza: *“a sociedade livre, de cooperação exclusivamente voluntária, é aquela em que não existem restrições de nenhuma natureza ao estabelecimento das relações contratuais, representadas por preços, salários ou juros, e em que prevalece uma absoluta liberdade de entrada no mercado”*.

Como resultado das políticas neoliberais pôde-se observar conquistas interessantes. Cury (2011) destaca entre elas a estabilização da economia, o controlo da inflação e o alcance de elevados níveis de lucro para as empresas. Tal facto, conduziu a um aumento significativo do consumo associado muitas vezes a um aumento do poder de compra nos países ocidentais.

Quanto às perspetivas futuras do neoliberalismo, Cerqueira (2008) considera que o mesmo continuará a sua paulatina expansão pelo globo conquistando até países periféricos que têm sido palco de ideologias como o socialismo, o comunismo entre outras. Como maiores beneficiários o autor identifica os grandes grupos económicos, que através de estratégias de mercado como fusões, aquisições ou *joint ventures* transformam-se em autênticos gigantes à escala mundial e também os países mais desenvolvidos, países sede desses mesmos grupos económicos, que através da transferência de divisas (vulgo fuga de capitais), para si são canalizados os lucros operacionais para futuros reinvestimentos.

Cury (2011) lembra que depois da recente e enorme crise económica de 2008, em alguns países principalmente europeus, acentuou-se ainda mais a implementação de políticas de cariz neoliberal. Por detrás da palavra *“austeridade”* as funções sociais dos Estados foram fortemente restringidas, assim como observou-se também à reformulação das leis laborais e contributivas que se traduziram numa clara transferência de recursos ou direitos dos trabalhadores para as entidades empregadoras.

Contudo, e apesar da cavalgada praticamente imparável da teoria neoliberal como modelo de desenvolvimento espalhado pelos quatro cantos do mundo, suportada por aparentes casos de sucesso quanto ao desenvolvimento socioeconómico diz respeito, variadíssimos autores vêm agora apresentar críticas, algumas delas violentas, ao modelo neoliberal.

Cerqueira (2008) não apresenta somente os grupos beneficiários das políticas neoliberais. O autor aponta também alguns prejudicados, logo à cabeça os países em vias de desenvolvimento, os

trabalhadores e as franjas mais desfavorecida da sociedade. Na génese destes desfavorecimentos está apenas e só uma premissa: o “*Estado mínimo*”.

Para Bresser-Pereira (2009, p.8) uma realidade parece incontornável: “*Não se pode pretender aumentar o poder do mercado à custa do enfraquecimento do Estado*”.

Harvey (2007, p.1) põe em causa a tese neoliberal que exalta a equidade de oportunidades para todos resultante de um Estado menos interventivo, logo menos tendencioso. O autor justifica a sua contraposição com a seguinte questão: “*a que interesses particulares serve o Estado quando adota uma postura neoliberal e de que modo esses interesses particulares utilizaram-se do neoliberalismo para se beneficiarem a eles próprios(...)?*”.

Quem encontra uma outra explicação para o “*Estado mínimo*” defendido pela corrente neoliberal é Bresser-Pereira (2009). O autor defende que o verdadeiro motivo para a mitigação dos poderes do Estado prende-se com o favorecimento que se pretende dar aos grandes grupos económicos de atuarem a seu belo prazer, num contexto de completa desregulação, com a finalidade de estes realizarem proveitos financeiros de todo o tipo e muitas vezes de forma ilegítima.

Complementando a ideia de Bresser-Pereira, Hill (2003) descreve o neoliberalismo com possuindo um único foco: o lucro privado. Para tal, recorre-se a uma guerra de classes onde a classe trabalhadora é explorada e vê os seus direitos anteriormente adquiridos serem espoliados pela classe capitalista.

Para o Hill (2003, p.28) as políticas neoliberais em todo o mundo resultaram em “*perda da equidade e da justiça económica e social, perda de democracia e da responsabilidade democrática e perda do pensamento crítico dentro de uma cultura de desempenho*”.

Segundo Harvey (2007, p.17), o neoliberalismo teve como prioridade “*restaurar o poder de classe das elites dirigentes*” sobre o restante grosso da população. Para a prossecução desse objetivo, recorreu-se a 4 elementos centrais: privatizações, especulação financeira, manipulação de crises e redistribuições do Estado.

As privatizações deram acesso às classes mais privilegiadas da sociedade à obtenção de lucratividade em áreas que até ali eram vistas como bens e serviços públicos sem carácter empresarial. Desta forma, esferas como o da saúde, educação, habitação popular, fundos de pensões entre outras perderam em muito a sua vertente socialmente solidária e passaram a ser negócios altamente lucrativos.

Outro sector que ganhou grande expressão e relevância nas condições de vida das sociedades foram os mercados financeiros. Através da desregulamentação da atividade, o sistema financeiro é hoje responsável por grande parte da redistribuição de dividendos muitas vezes na base da especulação,

sem existir consonância quanto às atividades produtivas que visam traduzir. Esse fato contribui fortemente para que haja uma desvirtuação ou manipulação dos mercados e uma acumulação de riqueza por parte de uma exígua franja da população aumentando em muito as desigualdades.

Intimamente ligadas à especulação financeira estão as dívidas soberanas dos Estados mais frágeis. Sob a égide no neoliberalismo os mercados financeiros têm o poder de em forma concertada especular sobre as dívidas de países, levando-os a assumirem juros altíssimos, e dessa forma manipulam crises financeiras que invariavelmente terminam com uma assistência financeira internacional. Porém, essa assistência ou ajuda financeira internacional leva a uma redistribuição da riqueza dos países pobres para os países ricos (que auxiliam financeiramente em troca de juros) aumentando uma vez mais o fosso das desigualdades.

Mesmo nos regimes neoliberais o Estado continua a ter um papel ativo quanto às políticas redistributivas. Contudo, em virtude das privatizações, cortes nos gastos sociais e revisões dos sistemas tributários, tende-se a assistir a uma inversão da redistribuição tradicional onde os fluxos direcionavam-se das classes altas para as classes baixas da sociedade como mecanismo de solidariedade social.

Ball (2003 apud Hill, 2003) conclui que o sistema neoliberal fomenta perigosamente as desigualdades dentro dos Estados e também entre os Estados. Afirma que a globalização do neoliberalismo degrada e desumaniza as sociedades, levando até que as desigualdades muitas vezes estejam assentes numa degradação ambiental, onde os mais favorecidos têm condições de minimizar os seus impactos para a saúde e estilo de vida enquanto os mais frágeis estão sujeitos a todo o tipo de conjeturas.

Hatcher e Hirtt (1999 apud Hill, 2003, p.30), sustentam que devido ao neoliberalismo “*os valores e interesses empresariais substituíram a responsabilidade democrática e a voz coletiva*”, pois empresas privadas movidas pelos seus interesses individuais administram hoje sectores que até aqui eram importantes bastiões do serviço público.

Lanni (1998, p.29) termina por afirmar que o neoliberalismo “*implica sempre e necessariamente o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado*”. Desigual porque promove um desequilíbrio latente nas relações estabelecidas entre as forças produtivas e os reais beneficiários da acumulação de riqueza e também porque acentua o fosso entre os que mais têm e os que menos têm, entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Contraditório porque apesar do apelo à globalização, à unificação dos mercados e ao estreitamento das relações entre os povos, as suas políticas levam a um aumento dos atritos e tensões entre nações e regiões baseadas nas desigualdades anteriormente referidas. Combinado porque apesar desses atritos e tensões possui

estratégias conducentes à acomodação da opinião pública e até mesmo de subordinação consentida da esmagadora maioria da população pelos poderes dominantes.

2.1.5.2. Teoria do Desenvolvimento Sustentável

Segundo Kates, Parris e Leiserowitz (2005), a teoria do desenvolvimento sustentável⁹ emerge na primeira metade do século XX assente na defesa e garantia de quatro grandes pilares: a paz, a liberdade, o desenvolvimento e o ambiente. Para conceituar o desenvolvimento sustentável os autores recorrem-se da definição da Comissão Brundtland que o define como sendo um tipo de desenvolvimento que visa suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em suprir as suas próprias necessidades.

A teoria do desenvolvimento sustentável ganha um novo folego e relevância na década de 90 com o disseminar à escala global das preocupações com a degradação ambiental resultante do acelerado ritmo de desenvolvimento a que se assiste, tentado entender qual a influência da sociedade neste processo, (Bellen, 2003).

Para Emas (2015), o desenvolvimento sustentável tem como principal objetivo garantir uma estabilidade saudável a longo prazo quer na esfera social como na ambiental e isso só se consegue se existir uma integração de políticas económicas, ambientais e sociais. Como exemplo, a autora refere a implementação de taxas pecuniárias sobre a poluição aplicadas aos países que ultrapassam valores admissíveis de emissão de CO₂ para a atmosfera advindo das suas cadeias produtivas.

Harris (2000), afirma que sendo inquestionável a melhoria significativa dos PIB e IDH que muitos países conseguiram alcançar nas últimas décadas, é inegável também que esse processo de desenvolvimento (muito baseado no modelo neoliberal que estimula o consumo desenfreado) conduziu à degradação de vários planos. Primeiramente não existiu uma equidade distributiva dos benefícios económicos, o que originou uma alavancagem das desigualdades sociais, refletida nos números globais sobre a pobreza extrema e má nutrição, valores esses onde não se vislumbra nenhuma tendência de diminuição e que chegaram mesmo a aumentar em algumas zonas do globo. Por fim, variadíssimas vezes o desenvolvimento observado trouxe uma degradação ambiental e social. Muitas sociedades viram as suas florestas devastadas e os seus sistemas de água comprometidos. Assiste-se também a áreas urbanas de países em vias de desenvolvimento a sofrer de poluição extrema, sobrepovoadas, com inadequadas redes de transporte, água e infraestruturas que levam a um inevitável colapso do ecossistema.

⁹ Ver anexo 7 – Modelo conceptual do desenvolvimento sustentável. Fonte: Kates, Parris & Leiserowitz (2005)

De forma a combater os problemas por si identificados, o autor tal como Emas (2015) sugere políticas sustentáveis em três áreas-chave: sustentabilidade económica, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social.

A sustentabilidade económica refere-se à capacidade do tecido económico produzir bens e serviços de forma racional que permitam manter uma saudável margem de gestão governamental e uma equilibrada dívida externa, mas que não exerçam desajustes de mercado (por excesso de produção) que provoquem prejuízos tanto ao nível da produção agrícola como industrial.

A sustentabilidade ambiental deve permitir manter uma base estável de recursos naturais, não permitindo o excesso de exploração dos recursos renováveis e esgotamento dos recursos não renováveis, investindo sempre que possível na exploração de recursos alternativos mantendo assim a biodiversidade e o ecossistema.

A sustentabilidade social deve garantir a justa distribuição de riqueza, oferecer à população os adequados serviços sociais como educação e saúde e permitir a participação política de cada cidadão.

Kates et al. (2005, p.18), acrescentam que para o exercício pleno de uma política de desenvolvimento sustentável é necessário fomentar na sociedade os seguintes valores: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e partilha de responsabilidades envolvendo todos os países em busca de um desenvolvimento comum. Nesta perspetiva, os autores consideram que a teoria do desenvolvimento sustentável pode ser vista como um movimento social onde *“a group of people with a common ideology who try together to achieve certain general goals”*.

Nesse intuito, as Nações Unidas durante a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo em 2002 produziu um documento apelidado de Declaração de Joanesburgo. Nesse documento, que visa definir políticas orientadoras a serem seguidas pela generalidade dos Estados constam ideias como: a erradicação da pobreza, a mudança de padrões de consumo e produção assim como a proteção dos recursos naturais. Ampliar a solidariedade humana e combater as desigualdades, promover a paz, fomentar as alianças regionais, promover a criação de emprego assim como estabelecer políticas efetivas de longo prazo.

Murphy (2012), estabelece quatro pré-requisitos para que o desenvolvimento sustentável traga indubitavelmente mais-valias na construção de uma sociedade mais saudável, sendo eles: a equidade social, a consciencialização para a sustentabilidade económica e ambiental, o fomentar do espírito de participativa na sociedade e elaboração de políticas que visem a coesão social.

Também a ILO na sua Conferência Internacional do Trabalho de 2013, debruçou-se sobre esta temática. No seu relatório intitulado Desenvolvimento Sustentável, Trabalho Digno e Empregos Verdes (2013, p.2) menciona que *“é no local de trabalho que as dimensões social, económica e ambiental do desenvolvimento sustentável convergem num todo indissociável”*. Deste modo, a ILO faz a apologia do *“Emprego Verde”*. Assim, emprego verde é aquele que para além de fomentar boas práticas ambientais que visem a preservação do ecossistema, é também aquele que confere dignidade ao trabalhador, que seja produtivo, que proporcione rendimento suficiente, prestando proteção social, respeitando as leis laborais e permitindo que o trabalhador tenha voz ativa nas decisões que afetam a sua vida.

Diz a ILO (2013, p.4) que só assim, é possível existir uma contribuição efetiva para a erradicação da pobreza e para a existência de uma economia verdadeiramente sustentável, promover a inclusão e a equidade social, apostar no bem-estar da humanidade, preservando simultaneamente *“o bom funcionamento dos ecossistemas do planeta”*.

2.1.5.3. Teoria da Economia Ecológica

Gowdy e Erickson (2005) consideram que o modelo de desenvolvimento neoliberal, que se disseminou por todo mundo, vive hoje uma crise nos dois principais pilares em que se sustenta: a falência de uma sociedade que tem como principal foco o consumo e o notório desequilíbrio do mercado resultante da incapacidade de este autorregular-se através da concorrência perfeita e assim controlar o excesso de produção.

Paralelamente à constatação dos autores supracitados, Cavalcanti (2004, p.149) adverte que qualquer atividade humana tem um impacto no ecossistema. Desta forma também as atividades económicas, quer pela extração de recursos ou pelos resíduos que produzem alteram invariavelmente e continuamente o ecossistema do planeta. Assim, a economia *“tem que respeitar limites (...). Daí a noção de desenvolvimento sustentável: trata-se de promover a economia (...) sem causar estresses que o sistema ecológico não possa absorver”*.

Para tal, o autor acredita ser necessário afetar outros tipos de custos aos normalmente associados às atividades económicas. Aos custos internos e intrinsecamente ligados às atividades produtivas, devem ser associados os custos externos, os prejuízos que essas mesmas atividades causam no meio ambiente.

Assim, segundo Klink e Ancántara (1994, p.17) uma nova teoria de desenvolvimento floresce na década de sessenta e ganha dimensão nos dias de hoje: a economia ecológica¹⁰. Esta teoria versa sobre os impactes das atividades económicas sobre os ecossistemas, impactes esses sistémicos uma vez que *“en realidad, la actividad económica no puede existir sin el sustrato biofísico que la sustiene”*.

Para Cavalcanti (2010, p.62) a economia ecológica visa estabelecer *“una escala máxima sustentável do sistema económico com respeito ao ecossistema, escala essa a ser determinada pela comparação de benefícios económicos com os custos ambientais”*.

Martinez-Alier, Norgaard e Kallis (2009, p.15), sob a ideologia da economia ecológica, vêem a economia como um subsistema de algo bem mais amplo, do ecossistema global. Afirmam que o sistema económico e a ecologia são *“mutuamente constitutivos e metabolicamente relacionados”* e dessa forma rejeitam a ideia do *“homo-economicus”* onde a economia navega ao sabor do vento soprado pelas vontades humanas. Deste modo, a economia ecológica refuta a noção do progresso ou desenvolvimento meramente como crescimento. Critica o excesso de importância dado a rácios como o PIB na medição do desenvolvimento uma vez que não refletem nenhum tipo de sensibilidade social e ambiental.

Daly (2007) afirma mesmo que em variadíssimos casos o crescimento do PIB pode revelar-se contraproducente para a economia ao verificar-se que os custos sociais e ambientais sejam superiores aos benefícios produtivos. Refere então o autor que o caminho para o progresso não deve passar pelo crescimento quantitativo mas sim pelo desenvolvimento qualitativo.

Hidalgo (2008 apud Faria, 2012, p.15) sustenta que a economia ecológica implica uma mudança de mentalidades sobre o significado de *“bem-estar”* na sociedade consumista em que vivemos. Para o autor o *“bem-estar não consiste em maximizar o consumo, mas sim em minimizar as necessidades”*.

Cavalcanti (2004) frisa também a necessidade da sociedade refrear o seu espírito consumista. Acrescenta que a economia global, assente no consumo insustentável e excesso de produção está a conduzir a um esgotamento dos recursos naturais, muitas vezes de forma perdulária. Associado ao excesso de consumo está também o excesso de desperdício, realidade inaceitável quando se assiste a uma tremenda iniquidade quanto aos padrões de riqueza e bem-estar entre países e classes sociais.

Para tal, Klink e Ancántara (1994) esclarecem que é necessário uma alteração do estilo de vida principalmente no mundo ocidental. Essa alteração não pode ficar nas mãos dos mercados mas sim

¹⁰ Ver anexo 8 – Diferença conceptual entre a economia ecológica e as teorias económicas neoclássicas.
Fonte: Gowdy & Erickson (2005)

partir de claras decisões políticas que visem pôr os mercados ao serviço da sociedade e não a sociedade ao serviço dos mercados como se observa até aqui.

2.1.5.4. Teoria do Desenvolvimento Endógeno

Segundo Romer (1994) e Vázquez-Barquero (2007) a teoria do desenvolvimento endógeno¹¹ desponta entre a comunidade científica em meados da década de oitenta do século passado.

Para Amaral (1996), a globalização despoletou muitas alterações a nível geográfico quanto à economia diz respeito. Desta forma, variadíssimas regiões, outrora ricas e industrializadas caíram em declínio ao mesmo tempo que emergiu o conceito de economias regionais e desenvolvimento local. Christofakis e Tsampra (2012) e Vázquez-Barquero (2007) consideram o desenvolvimento endógeno uma resposta das regiões e localidades marginalizadas pelos modelos soberanos da globalização, com foco na internacionalização, em busca também eles de competitividade económica, combatendo o aumento de desemprego e a pobreza crónica.

Assim, Amaral (1996, p.37) define desenvolvimento endógeno como sendo *“um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente económico gerado na economia local”*.

Para Jara (1996 apud Lovison e Basso, 2015, p.331) o desenvolvimento endógeno é *“aquele induzido pelo potencial endógeno, ao se fortalecerem as capacidades técnicas, financeiras e gerenciais locais, o associativismo e potencial empreendedor, a democracia participativa e as parcerias entre os atores sociais e as instituições”*.

Vázquez-Barquero (2002 apud Lovison e Basso, 2015, p. 332) considera o desenvolvimento endógeno como um *“processo de crescimento económico e mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar o seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população”*.

Como resultados deste tipo de desenvolvimento Amaral (1996) observa um aumento das taxas de empregabilidade assim como do produto e renda das regiões. Vázquez-Barquero (2007) enfatiza o papel do desenvolvimento endógeno na alavancagem das empresas locais e no empreendedorismo, na difusão de inovações e conhecimento, no desenvolvimento urbano, classificando-o como um tipo de desenvolvimento sustentável tendo em conta que leva em consideração a tipicidade de cada localidade e território. Christofakis e Tsampra (2012) revelam que o desenvolvimento endógeno

¹¹ Ver anexo 9 – Mecanismos do desenvolvimento endógeno. Fonte: Vázquez-Barquero & Afonso-Gil (2015)

fomenta a valorização das tradições e heranças culturais, dos recursos naturais e promove os padrões de vida das populações.

O desenvolvimento endógeno é um modelo de implementação inverso à esmagadora maioria dos outros modelos de desenvolvimento. Neste caso, as estratégias partem da base, das características socioeconómicas endógenas do local, da vontade e competências das populações, procurando depois o auxílio de instâncias superiores para a sua implementação. Está-se assim diametralmente em oposição aos modelos convencionais, onde as estratégias de desenvolvimento partem de um planeamento Estatal ou de uma organização extra comunidade para posterior aplicação num determinado território. Sendo assim, o grau de autonomia dos autóctones em matérias decisórias, comerciais, tecnológicas e financeiras é extremamente importante para o sucesso deste modelo, (Amaral, 1996).

Desta forma, segundo Garofoli (1995 apud Vergara, 2004), o desenvolvimento endógeno implica a transformação do sistema socioeconómico, o aprofundamento do conhecimento e aprendizagem pelas comunidades e a implementação de mecanismos de autorregulação da economia local. Para o autor uma palavra é essencial: inovação.

Para tal, Amaral (1996, p.44) sustenta que apesar do aparente fechamento das comunidades sobre si próprias no processo de desenvolvimento endógeno, para alcançarem a inovação, o fortalecimento e a qualificação estas devem *“permitir a atração e localização de novas atividades económicas numa perspetiva de economia aberta (e mesmo globalizada) e de sustentabilidade”*.

É Vázquez-Barquero (2002 apud Lovison e Basso, 2015) quem assenta o desenvolvimento endógeno em três dimensões distintas: a dimensão económica que se baseia num sistema específico de produção que permite à população local usar eficientemente os recursos endógenos que tem à sua disposição e que lhes confere competitividade, a dimensão sociocultural que se constitui por uma rede comunitária de interesses económicos sustentada em valores locais visando o desenvolvimento e a dimensão política que se reveste de iniciativas locais visando o desenvolvimento sustentável.

Por fim, Fischer (2002 apud Lovison e Basso, 2015, p.333) afirma que no desenvolvimento endógeno pode-se observar duas vertentes particulares: *“uma orientada para a competição e outra para a cooperação ou solidariedade”*. Desta forma, se o desenvolvimento endógeno for alicerçado numa lógica de solidariedade, saem reforçados a gestão local e as redes de interesses sociais, enquanto se em causa estiver a exaltação dos interesses meramente empresariais ou individuais, sobressairão estratégias de atuação mais ajustadas àqueles que forem os interesses dos grupos dominantes num dado território.

2.2. O turismo como fator de desenvolvimento socioeconómico nos países em vias de desenvolvimento.

2.2.1. As características dos países em vias de desenvolvimento e o turismo como estratégia de superação.

“Tourism is widely considered as an effective contributor to socio-economic development, particularly in less developed countries”, Sharpley e Telfer (2008, p.i).

Frequentemente, em noticiários, aulas, palestras, conferências, entrevistas, aquando da comparação ou diferenciação entre países, somos confrontados com expressões como países periféricos, terceiro-mundistas, países subdesenvolvidos e a denominação atualmente aceite (talvez por parecer menos sectária e desprestigiante ou soar a uma esperança solidária) e adotada pelas Nações Unidas, países em vias de desenvolvimento.

Sabe-se que em contraponto a estes países está o *“mundo ocidental”*, os países industrializados, desenvolvidos, economicamente pujantes e tecnologicamente avançados. Na sua esmagadora maioria pertencentes ao hemisfério norte e polarizados em dois *el dorados*: a América do Norte e a Europa Ocidental. No meio, como que equipas de segunda divisão se tratassem, sobre as quais já se vislumbra um certo nível de *“profissionalismo”* temos os chamados países de desenvolvimento médio. E assim, quase de um modo simplista, rotulam-se países e sociedades, estabelecem-se fronteiras para a opinião pública entre ricos, remediados e pobres, entre fortes, medianos e fracos, onde de uma forma estereotipada pode-se levar a pensar que se vive bem, modestamente ou mal.

Contudo, de forma a dar credibilidade a esta catalogação de países, vários critérios e indicadores foram estabelecidos por inúmeras organizações internacionais, servindo como referência a esta dissertação a talvez mais prestigiada de todas, as Nações Unidas.

Para a avaliação dos países em vias de desenvolvimento, Cortez e Bruckner (2015), pertencentes ao Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, no seu relatório intitulado de *The 2015 Triennial Review of the List of Least Developed Countries*, estabelecem os seguintes indicadores: a Renda Nacional Bruta¹² que fornece os dados de cariz económico sobre os países em estudo, o Índice de Capital Humano¹³ que compreende a percentagem da população subnutrida, mortalidade infantil, taxa de escolarização, taxa de alfabetismo adulto e ainda o Índice de

¹² Ver anexo 10 – Lista de países em vias de desenvolvimento segundo a Renda Nacional Bruta. Fonte: Cortez e Bruckner (2015)

¹³ Ver anexo 11 – Lista de países em vias de desenvolvimento segundo o Índice de Capital Humano. Fonte: Cortez e Bruckner (2015)

Vulnerabilidade Económica¹⁴ que se estipula através do número total da população, do isolamento, nível de exportações, a percentagem da agricultura, das pescas e da indústria florestal no PIB, percentagem da população nas zonas costeiras, vítimas de desastres naturais, instabilidade na produção agrícola e instabilidade na exportação de bens e serviços.

Também no seio das Nações Unidas outro departamento debruça-se sobre a classificação dos países quanto ao seu estágio de desenvolvimento: o Human Development Report Office. Este departamento é responsável por um dos indicadores mais renomados a nível internacional, o Índice de Desenvolvimento Humano¹⁵.

O Índice de Desenvolvimento Humano classifica 187 países à escala global em quatro categorias distintas: Desenvolvimento Humano Muito Elevado, Desenvolvimento Humano Elevado, Desenvolvimento Humano Médio e Desenvolvimento Humano Baixo.

Para classificar os países quanto ao seu IDH as Nações Unidas observam os seguintes *itens*: a esperança média de vida à nascença, a média de anos de escolaridade, os anos de escolaridade esperados e o rendimento nacional bruto *per capita*.

É de referir que segundo o Human Development Report 2014 das Nações Unidas, Moçambique é classificado como país de Desenvolvimento Humano Baixo sendo-lhe atribuído o lugar número 178 do *ranking*. Desta forma para as Nações Unidas quanto ao IDH somente nove países no mundo encontram-se numa situação mais débil que Moçambique.

Sharpley e Telfer (2008), elaboram cinco características inerentes aos países em vias de desenvolvimento: forte dependência económica da agricultura e da exportação dos seus recursos primários, baixos níveis dos padrões de vida da população, crescimento demográfico acelerado e altos rácios de desemprego e subemprego, grandes fragilidades económicas e dependência de ajudas externas e por último estruturas sociopolíticas instáveis.

Assim, pode-se concluir que os países em vias de desenvolvimento caracterizam-se socioeconomicamente como possuindo uma Renda Nacional Bruta *per capita* baixa, compreendem condições de saúde pública débeis, possuem taxas de escolaridade e alfabetização paupérrimas, ostentam uma economia pouco industrializada, tecnologicamente pouco desenvolvidos e a esperança média de vida dos seus cidadãos é extremamente reduzida.

Geograficamente estes países concentram-se esmagadoramente na África subsariana assim como no sul e sudeste asiático, regiões que historicamente foram associadas a períodos coloniais,

¹⁴ Ver anexo 12– Lista de países em vias de desenvolvimento segundo o Índice de Vulnerabilidade Económica. Fonte: Cortez e Bruckner (2015)

¹⁵ Ver anexo 13 – Mapa-múndi do Índice de Desenvolvimento Humano. Fonte: Nações Unidas (2015)

passando por profundas convulsões políticas e militares durante o séc. XX e que até aos dias de hoje na sua maioria incorrem numa profunda instabilidade político-económica.

Talvez associado à instabilidade acima referida, observando os dados do relatório *Corruption Perceptions Index 2014*¹⁶ da organização não-governamental Transparência Internacional, constata-se uma enorme similaridade entre os países considerados em vias de desenvolvimento e os países identificados com um alto índice de corrupção. Este facto concorre obviamente para uma subversão do papel das entidades competentes (estatais e privadas) a operar nos países em vias de desenvolvimento, tendo em vista o desenvolvimento socioeconómico dos mesmos, alicerçado nos mais diversos ramos de atividade económica entre as quais a poderosa indústria turística.

Para Amundsen (1999), a corrupção nos países em vias de desenvolvimento pode levar a sérios danos quer a nível ambiental como a nível social. Para o autor a corrupção manifesta-se em duas grandes esferas: a esfera económica e a esfera política. No campo económico pode existir corrupção de dois tipos: organizada, centralizada, controlada e previsível ou pelo contrário desorganizada, descentralizada, descontrolada e imprevisível. No primeiro caso, quando a corrupção é quase institucionalizada, as empresas pelo facto de a conseguirem prever assumem-na como um custo que trará algum tipo de benefício a prazo e deste modo não se configura como um obstáculo para o investimento. Porém, quando a corrupção é praticada desorganizadamente e inconsistentemente, pelo facto de não existir uma garantia de retribuição de favores nem da cessação de pedidos de suborno, esta torna-se economicamente prejudicial. Outro fator determinante para aferir os reais prejuízos económicos advindos da corrupção é a alocação dos rendimentos gerados pela mesma. Em economias mais fortes, pelo facto de existir confiança, os rendimentos costumam ser reinvestidos na própria economia, principalmente nas áreas das infraestruturas, equipamentos e construção; mas em economias mais débeis como as africanas, a grande generalidade dos recursos provenientes da corrupção costuma ser reinvestida em economias externas, em investimentos estrangeiros ou então em importações de luxo, servindo principalmente para sustentar um modo de vida artificial de uma elite dominante, em claro prejuízo das franjas mais desfavorecidas da sociedade.

Assim como na esfera económica, também as consequências da corrupção na esfera política dependem fortemente do tipo de corrupção que se pratica. Estados politicamente estáveis e fortes conseguem manter níveis baixos de corrupção ou então mantê-la controlada e centralizada usando-a até como estratégia de imposição de poder. Estados politicamente mais fragilizados, como as democracias africanas, onde os governantes têm pouco controlo sobre o tipo de corrupção que se

¹⁶ Ver anexo 14 – Mapa-múndi sobre o Índice de Corrupção. Fonte: Transparência Internacional (2014)

prática, vêem a corrupção enfraquecer fortemente a prestação de serviços sociais pondo em risco até a legitimidade da estrutura de poder e conseqüentemente todo o sistema democrático.

Contudo, em países altamente burocráticos a corrupção quando controlada pode configurar-se como uma realidade positiva, pois facilita o empreendedorismo e o investimento privado. O problema complica-se sobretudo quando se conjugam dois fatores: o investimento estrangeiro e a corrupção descentralizada, como muitas vezes acontece na implementação da indústria turística nos países em vias de desenvolvimento. Neste caso, o investimento privado estrangeiro retrai-se pela imprevisibilidade da atuação das autoridades Estatais locais ou então aproveitam-se dessa vulnerabilidade para atuarem de forma menos ética tentando uma maximização desenfreada dos seus lucros, com todos os prejuízos sociais ou ambientais que possam daí advir.

É perante esta contextualização económica, social e até política que surge a aposta na exploração turística como estratégia catalisadora do tão almejado desenvolvimento socioeconómico por parte dos países em vias de desenvolvimento, até porque se economias industrializadas, tecnologias de vanguarda e mão-de-obra qualificada parecem hoje recursos valiosos e exclusivos dos países ditos “*desenvolvidos*”, recursos naturais, culturais, paisagísticos ou faunísticos foram equânimamente atribuídos a todas as nações, prontos para serem explorados e rentabilizados.

Fator determinante para o crescente sucesso dos países em vias de desenvolvimento como destinos turísticos, é o “*perfil do novo turista*” descrito por Poon (1994). Para a autora, o turista do século XXI é imprevisível, espontâneo, compõe a sua própria viagem fugindo das rotas turísticas tradicionais e do turismo de massas. Como motivação para viajar, Boorstin (1992) descreve a sociedade contemporânea ocidental como estando extremamente desapontada com a superficialidade do mundo atual, assim ao viajar os turistas procuram a autenticidade da vida nos locais de destino. Já Ritzer e Liska (1997) afirmam que os turistas não procuram a autenticidade, procuram sim uma simulação do cotidiano da vida das populações locais mesmo que este seja intrinsecamente inautêntico. MacCannell (1999) defende que as sociedades tecnologicamente mais evoluídas levam uma vida inautêntica e sofrem muitas vezes de anomia, procurando desta forma viajar para fora do mundo “moderno” em busca de algo que seja profundamente autêntico, embora ao chegar ao destino muitas vezes os turistas deparam-se não com uma realidade autêntica mas sim com uma “*autenticidade encenada*”. Sendo os países mais desenvolvidos os principais emissores de turistas a nível mundial, conclui-se que estes olham para os países em vias de desenvolvimento, muitos deles autênticas novidades na vitrina turística, como o cenário ideal para suprir as suas necessidades e expectativas.

Ashley, De Brine, Lehr e Wilde (2007), explanam três efeitos do turismo nas economias dos países em vias de desenvolvimento, configurando-se eles em: efeitos diretos, efeitos indiretos e efeitos dinâmicos. Os efeitos diretos são aqueles que provêm diretamente da atividade turística como a

empregabilidade de mão-de-obra assim como todos os benefícios gerados pela atividade das empresas do sector. Os efeitos indiretos versam sobre o emprego e os benefícios gerados pela atividade de todas as empresas que fornecem produtos e serviços às empresas inseridas na indústria turística. Os efeitos dinâmicos resultam da capacidade da indústria turística em revitalizar a economia e a sociedade no geral.

Clarke e Ng (1993) esclarecem que o turismo está englobado num contexto de mercado globalizado e que assim, o incentivo ao turismo internacional e à internacionalização dos seus agentes trazem múltiplos benefícios económicos aos países menos desenvolvidos com especial incidência na entrada de divisas, aumento das exportações e de postos de trabalho.

São Sharpley e Telfer (2008) que listam pormenorizadamente os porquês da aposta num sector turístico forte e robusto por parte dos países em vias de desenvolvimento, assim como os contributos que este pode gerar para o desenvolvimento socioeconómico. Em primeiro plano está o facto de a indústria turística estar em constante crescimento, configurando-se assim como uma opção segura e vantajosa para o surgimento de novos *players* que tentem ganhar espaço e notoriedade no plano internacional. Em segundo lugar está o facto de o turismo ser teoricamente uma ótima via de distribuição de riqueza, seja através do turismo internacional, onde existe um claro investimento estrangeiro oriundo dos países mais ricos (através de operadores turísticos ou dos turistas em si mesmos) em economias mais desfavorecidas, quer através do turismo doméstico onde as franjas mais elitizadas da população fazem uma redistribuição da sua riqueza muitas vezes até num plano geográfico. Uma terceira vantagem resultante da aposta na indústria turística é a sua imensa capacidade em catapultar economicamente outras indústrias, como a construção, agroalimentar, telecomunicações, transportes entre outras, dando assim um auxílio precioso no desenvolvimento de grandes empresas bem como no comércio local, tendo também um efeito positivo na já de si desequilibrada balança comercial dos países em vias de desenvolvimento fazendo aumentar as exportações. Um quarto motivo prende-se com o facto de o turismo poder alicerçar-se em infraestruturas naturais, logo em infraestruturas que não precisam de um investimento monetário para serem exploradas como a praia, áreas selvagens ou mesmo de património cultural, fazendo com que o custo de *start-up* para o começo da sua atividade seja reduzido. Como quinta e última razão para a aposta na exploração turística por parte dos países em vias de desenvolvimento, os autores referem que o turismo não possui barreiras comerciais, querendo com isto dizer que ao contrario de outras atividades económicas que encontram barreiras em diversos espaços económicos geograficamente delimitados para proteger os seus mercados internos, a atividade turística funciona sem fronteiras sendo livre e proporcionando a todos os países (e aqui também teoricamente, negligenciando o poder e os interesses por detrás dos grandes operadores turísticos à escala global) oportunidades equitativas de acesso ao mercado turístico internacional.

Porém, existe um outro benefício muitíssimo importante para os países em vias de desenvolvimento, sobretudo para os africanos, patrocinado pela indústria turística que não foi mencionado pelos autores anteriores: o contributo para o alcance ou manutenção da paz. Segundo Honey e Gilpin (2009, p.1) do United States Institute of Peace, “*although often underestimated, the tourism industry can help promote peace and stability in developing countries by providing jobs, generating income, diversifying the economy, protecting the environment, and promoting cross-cultural awareness*”. Assim, para a prossecução da paz, deve existir um investimento em infraestruturas e capacitação humana, o desenvolvimento turístico deve estar inserido numa lógica de estratégia nacional, a atividade do sector deve estar assente numa regulamentação robusta, a criação de mecanismos para a maximização de lucros no país em moeda estrangeira deve ser uma prioridade, assim como o combate à criminalidade e à corrupção. Para tudo isto tornar-se uma realidade deverá haver ações específicas em três áreas chave: nas comunidades recetoras, nos governos anfitriões e nos investidores estrangeiros interessados na exploração turística. As comunidades recetoras devem ser capacitadas de forma a alavancarem as suas vantagens competitivas sempre numa perspetiva de proteção do meio ambiente e da herança cultural endógena. Os governos anfitriões devem promover estratégias de apoio às comunidades, introduzir regulamentações ao sector e implementar normas turísticas com os padrões internacionalmente aceites. Por último, as entidades investidoras estrangeiras devem priorizar formas de exploração turística sustentáveis, promoverem o investimento direto no sector e também muitíssimo relevante, facilitar a passagem de conhecimento e a transferência de tecnologias.

Contudo, Brohman (1996) adverte que apesar das vantagens da implementação da indústria turística nos países em vias de desenvolvimento, quando mal implementada sérios prejuízos podem ocorrer, entre os quais: excessiva dependência de agentes estrangeiros, criação de enclaves geográficos, reforço das iniquidades socioeconómicas e geográficas, destruição ambiental ou mesmo uma aculturação das comunidades recetoras. De forma a evitar esses problemas devem ser criados mecanismos que encorajem um papel Estatal ativo, que as comunidades tenham uma participação relevante no planeamento turístico de forma a ser implementada uma estratégia turística de acordo com as características de cada comunidade e que os interesses de longo prazo da maioria não sejam postos em causa pelos interesses de curto prazo de uma elite minoritária.

2.2.2. Efeitos da globalização do mercado turístico nos países em vias de desenvolvimento

“The tourism sector is tied closely to the globalizing force which pursues profits over justice.”, Reid (2003, p.3).

Analisando a publicação da Organização Mundial do Turismo intitulada *Tourism Towards 2030 – Global Overview* (2011) pode-se observar claramente que existe uma globalização do mercado turístico internacional. Se em 1980 a Europa possuía 64% do turismo internacional, em 2010 essa percentagem caiu para os 51%, prevendo-se para 2030 que abranja somente 41%, sendo relevante notar que o continente americano, segundo polo turístico à escala global, acompanha o europeu na perda de peso quanto à percentagem do turismo internacional. Desta forma prevê-se que em cinco décadas o resto das regiões mundiais (Ásia - Pacífico, Médio Oriente e África) passem dos 14% em 1980 para uns bem superiores 35% da fatia do turismo mundial em 2030. Estes dados revelam que serão os países em vias de desenvolvimento a ter um crescimento mais acelerado quanto ao número de chegadas de turistas internacionais¹⁷.

Atentos a este fenómeno, grandes grupos económicos entraram em cena disputando os mais importantes sectores do mercado turístico global: o sector de prestações de serviços como a hotelaria, as companhias aéreas, os cruzeiros ou os parques temáticos e o sector da distribuição como o caso dos grandes operadores turísticos ou mesmo das agências de viagens turísticas.

Se até meados da década de 80 esses grupos económicos já estavam estabelecidos nos mercados turísticos, a sua esfera de influências restringia-se sobretudo aos limites nacionais ou regionais. Contudo, a conjugação de alguns fatores vieram nas duas últimas épocas mudar esse paradigma e dar um novo sentido a um conceito marcante intitulado de “globalização”. (Coutinho, 1995).

O fenomenal desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação alicerçadas agora num modelo de interação em rede à escala global, associado a novos modelos de organização geográfica como a abolição de fronteiras favorecendo a livre circulação de pessoas, mercadorias, bens e serviços, às recentes visões de um capitalismo mais liberal que autocontrola-se a si mesmo e por fim, ao surgimento de novos países emergentes em alguns casos já considerados economicamente como superpotências, veio permitir que os grandes grupos económicos alastrassem a sua rede de influências da escala nacional ou regional para uma escala global, beneficiando-se assim da globalização.

É a própria Organização Mundial do Turismo que na sua publicação intitulada de *Tourism in the Age of Alliances, Mergers and Acquisitions* (2002, p.25) dá o mote afirmando: *“major advances in information technology, economic development in Third World countries and policy changes in*

¹⁷ Ver anexo 15 – Percentagem de chegadas de turistas internacionais até 2030. Fonte: OMT (2011)

numerous countries around the world are just some of the factors accelerating the growth of a global market. With the right strategy, companies can now penetrate formerly inaccessible markets and take advantage of the new opportunities created by globalization”.

Esta “globalização” do sector turístico trouxe porém novos desafios aos seus principais agentes. Devido ao carácter dinâmico do turismo, as formas comuns de atuação do mercado numa dada região variam quando se opera noutra zona do globo. Este facto está associado a variáveis como a capacidade financeira dos turistas, os subprodutos a serem explorados, as raízes culturais das comunidade recetoras, a abertura das comunidades locais em relação à exploração turística ou até à permissividade dos governos locais em relação a esta atividade económica. Outro desafio que se impõe é o facto de a concorrência dos destinos turísticos ser feita agora a uma escala global em contraponto com o ocorrido há poucas décadas atrás. (Sharpley e Telfer, 2008).

Hjalager (2007) cria um modelo¹⁸ onde fundamenta que a globalização do mercado turístico está assente em quatro etapas principais. A primeira etapa configura-se na internacionalização, isto é, numa exploração e inserção em novos mercados recorrendo para tal à implantação de agentes nos mercados externos alvo no intuito de existir uma familiarização com a realidade local, à criação de parcerias estratégicas de comercialização dos serviços a prestar caso se trate de operadores de médio porte ou pelo contrário a aposta na criação de um espaço de atuação independente caso se esteja na presença de um operador de grande escala. A segunda etapa que consiste no investimento em infraestruturas nos mercados externos processa-se por duas vias: ou através de uma interferência direta dos recursos financeiros das empresas como nos casos de investimentos, fusões ou aquisições ou então somente na expansão e valorização da marca como no caso dos *franchisings*. A terceira etapa busca a lucratividade do negócio além-fronteiras, recorrendo-se às novas tecnologias para levar à desintermediação da cadeia de distribuição do produto turístico, objetivo esse conducente à maximização da proximidade entre os consumidores internacionais e os prestadores de serviços locais visando o aumento de receitas. O *outsourcing* quer seja de mão-de-obra como de matérias-primas vindas de países terceiros é uma estratégia comum de atuação entre as empresas multinacionais, permitindo que estas reduzam custos operacionais e de instalação, ao mesmo tempo que aumentam a qualidade dos serviços prestados. Porém, a globalização do mercado turístico não fomenta somente o aumento da mobilidade dos turistas internacionais, este fenómeno aumenta também a mobilidade da força de trabalho. As empresas multinacionais apostam também na contratação e alocação de mão-de-obra internacional como fator de superação das dificuldades encontradas em países menos competitivos procurando desta forma colmatar a falta de *know-how* existente. A quarta e última etapa destina-se à criação de novas cadeias de valor associadas à indústria turística. Para tal, a competitividade das empresas do sector e dos próprios destinos passa

¹⁸ Ver anexo 16 – Modelo das etapas da globalização do mercado turístico. Fonte: Hjalager (2007)

pela capacidade de desenvolver *clusters* e serviços integrados onde a multidisciplinaridade do conhecimento é essencial. Desta forma, distintas áreas do conhecimento como o marketing, as tecnologias de informação e comunicação, a economia, a antropologia, o meio ambiente e ecologia, o desporto, a gestão de marcas, a saúde entre outras são essências para a oferta de serviços e produtos integrados e personalizados de acordo com as exigências cada vez maiores dos também mais multifacetados turistas do século XXI.

Todas estratégias desenvolvidas visando a devida adaptação a esta nova era global pelos mais diversos *players* mudaram o contexto dos mercados turísticos. Se antes existiam monopólios onde um operador turístico dominava na sua área de ação todo um mercado regional, hoje verifica-se que para adaptarem-se à globalização do mercado turístico as empresas formaram oligopólios; oligopólios esses que pelo poder de influências que possuem, pelas suas “multinacionalidades” e heterogeneidades deixam de atuar num plano internacional e passam a atuar num plano transnacional. Para Krugman (1991), o plano transnacional é aquele que escapa às ordens e controlos dos Estados, que não possui fronteiras nem nacionalidade.

Esta teia interligando as mais diversas empresas do circuito turístico mundial e outros grandes grupos económicos promove imenso a mobilidade, a troca de informações e a diversidade da oferta turística, influenciando (juntamente com outros fatores como o aparecimento das economias emergentes) os próprios fluxos turísticos à escala global.

Num mercado turístico globalizado, para os destinos de países em vias de desenvolvimento que visam competir com destinos pertencentes a países desenvolvidos palavras como credibilidade, confiança, segurança ou *know-how* podem fazer toda a diferença entre o sucesso e o insucesso; sendo precisamente este ponto a raiz para a questão que inevitavelmente surge: abrir ou não as portas do seu território às empresas turísticas multinacionais?

Segundo Sharpley e Telfer (2008) muitos são os benefícios advindos da resposta positiva à pergunta supra mencionada. A entrada em cena das empresas turísticas multinacionais traz em primeiro lugar a capacidade de investimento em infraestruturas de qualidade e de padrões internacionais que dificilmente poderiam ser levadas a cabo por empresas nacionais com défices de experiência ou financeiros. Seguidamente as grandes marcas multinacionais possuem uma credibilidade no mercado capaz de fomentar no turista internacional a segurança de escolha acertada mesmo ao optar por um destino considerado recôndito. Por fim, o *know-how* que estas empresas possuem sobre a forma de atuação do mercado turístico internacional e sobre os seus canais de promoção e distribuição permitem uma maior assertividade na captação de turistas assim como confere uma visibilidade internacional do destino dificilmente alcançável através de operadores turísticos locais.

Porém, Reid (2003) e Zhao e Li (2006) afirmam não ser possível aferir de forma tão perentória o custo-benefício dos efeitos da globalização turística nos países em vias de desenvolvimento. Se por

um lado os países em vias de desenvolvimento estão hoje na “moda” dos fluxos turísticos internacionais levando os governos a considerarem esta atividade como estratégica em busca de captação de investimentos externos ao mesmo tempo que ao catalogar-se a prestação de serviços turísticos como exportações está-se a reduzir a vulnerabilidade desses países quanto à exploração e exportação de recursos primários como forma de equilíbrio das suas balanças comerciais, na prática muitos dos outros benefícios advindos do turismo internacional não se manifestam de uma forma tão evidente quanto a teoria parece espelhar.

Os autores começam por afirmar que suportando-se a globalização turística na atividade de grandes empresas multinacionais, é expectável que todas as críticas dirigidas ao neoliberalismo económico se manifestem também nos efeitos causados pela expansão da indústria turística à escala global e que entre eles esteja o efeito da dependência a que estão sujeitos os países em vias de desenvolvimento por parte dos interesses capitalistas ocidentais.

O facto do produto turístico ser desde há décadas comercializado em forma de *packages*, sendo visto pelos turistas como uma modalidade mais barata, confortável e segura, configura-se também como um entrave aos tão apregoados benefícios socioeconómicos do turismo nos países em vias de desenvolvimento. Contratualizando os turistas esses *packages* nos seus países de origem com as grandes empresas multinacionais é previsível que a distribuição dos dividendos gerados pelo turismo internacional para os operadores locais seja deveras afetado pela intermediação.

Outro fator que afeta a justa redistribuição da riqueza gerada pelo turismo internacional nos países em vias de desenvolvimento são as novas estratégias de atuação dos operadores turísticos neste mercado globalizado. Estratégias de integração vertical na cadeia produtiva através de fusões e aquisições de empresas locais por parte das grandes companhias multinacionais fazem com que exista uma excessiva concentração das receitas geradas beneficiando pouquíssimas empresas e principalmente (pelo carácter transaccional das mesmas) criam todas as condições para que exista uma tremenda fuga de capitais dos países anfitriões. Para Nowak e Sahli (2010, p.11) “... *tourism may carry risks, particularly for least developed countries (...)“internal”, “external” or “invisible” foreign exchange leakages can weaken the economic and financial input that the tourism business provides, the latter can itself cause economic nuisances, social nuisances and environmental nuisances. (...) They are a serious external drain on the value created by tourism, benefitting a country other than the host country.*”

O efeito multiplicador do turismo na economia local fica também reduzido quando aplicado aos países em vias de desenvolvimento. A dependência que a indústria turística destes países tem dos turistas internacionais é colossal, uma vez que o turismo interno é incipiente. Assim, a exigência destes turistas (maioritariamente ocidentais) em termos de consumo traduz-se num excesso de importações de todos os tipos de insumos, preterindo desta forma os produtos e as empresas locais.

Também o efeito do turismo na empregabilidade local pode ser questionável. A tendência atual do turismo na persecução de certificados internacionais de qualidade, como por exemplo as ISO 9000, esbarra diretamente com a falta de mão-de-obra qualificada que os países em vias de desenvolvimento possuem. Desta forma, a generalidade dos postos de trabalho ocupados pelos membros das comunidades locais são de baixos salários, pouco especializados, sem nenhum poder decisório, por vezes precários, sazonais e até mesmo revestidos de carácter informal, deixando os cargos de relevância para cidadãos vindos de outras paragens. Mesmo para trabalhos técnicos, como a arquitetura de hotéis, serviços informáticos ou a manutenção por exemplo, recorre-se muitas vezes a empresas estrangeiras.

A excessiva dependência a que os países em vias de desenvolvimento muitas vezes estão sujeitos, pelo facto de serem as organizações multinacionais o principal catalisador da captação do fluxo turístico internacional, leva a que sejam feitas concessões desvantajosas nas negociações empreendidas com essas entidades. Assim, vendas ou cedências de usufruto de terras a preços muito abaixo dos praticados no mercado são geralmente associadas a essas mesmas negociações ou parcerias. Outro problema é o aparecimento de “enclaves”, zonas reservadas exclusivamente para exploração turística por parte de empresas multinacionais onde proliferam hotéis em regime de “*all inclusive*” e que por essa via a população local perde toda e qualquer possibilidade de contacto com os turistas não usufruindo assim que qualquer benefício inerente a um possível contacto direto com os mesmos. Esta realidade só vem acentuar ainda mais as desigualdades sociais em territórios turísticos por excelência.

Por último, a dependência já demonstrada que os países em vias de desenvolvimento têm em relação à captação do turismo internacional faz com que os grandes operadores turísticos à escala global possam negociar preços muito baixos nesses territórios, sob pena de influenciarem e deslocarem os fluxos turísticos para outros países que lhes sejam mais rentáveis.

Desta forma, Zhao e Li (2006) estabelecem cinco medidas prioritárias para defenderem os países em vias de desenvolvimento dos efeitos neoliberais da globalização turística sendo elas: criação de alianças geoestratégicas entre países em vias de desenvolvimento, restrição à criação de “enclaves” turísticos, surgimento de políticas que permitam a criação de postos de trabalho qualificados e condignos para as comunidades anfitriãs, conferir um poder decisório às comunidades locais sobre os caminhos estratégicos a serem seguidos e promover o turismo interno. Só assim a aposta na exploração turística pode contribuir efetivamente para a redução da pobreza neste tipo de países.

2.2.3. Os efeitos do turismo na redução de pobreza e os impactes nas comunidades recetoras dos países em vias de desenvolvimento

“The development benefits of tourism need to extend to as many as possible in the community. (...) Communities are complex, and are increasingly recognized as important resources for tourism.”, Sharpley e Telfer (2008, p.144).

Como referido anteriormente, tanto o perfil do turista do séc. XXI como os efeitos da globalização do mercado turístico vieram ampliar o foco dos fluxos turísticos nos países em vias de desenvolvimento em busca de lugares pouco explorados, pouco massificados e onde os turistas possam experienciar modos de vida diferenciados, autênticos e saudáveis. Desta forma quando se trata de turismo nos países em vias de desenvolvimento uma pedra angular se destaca: as comunidades recetoras.

Segundo Rothman, Erlich e Tropman (1995 apud Sharpley e Telfer, 2008, p.117) considera-se por comunidade uma *“territorial organization of people, goods and services, and commitments that are important subsystems of society where locally relevant functions occur”*.

As comunidades recetoras tornam-se no âmago do fenómeno turístico destes destinos pois encerram em si uma dicotomia: o seu desenvolvimento é a razão da aposta na exploração do sector turístico numa dada região e elas próprias configuram-se como um importantíssimo atrativo turístico segundo as novas tendências dos turistas internacionais. Assim, pode-se considerar que as comunidades locais são atores ativos e deveriam ser beneficiários principais no palco da atividade turística nos países em vias de desenvolvimento. (Muhanna, 2007).

Desta forma, como a heterogeneidade de comunidades recetoras e do tipo de turistas é vastíssima, Mathieson e Wall (2006 apud Shrpoley e Telfer, 2008) consideram que o turismo pode ser visto como uma interação de três tipos de culturas: a cultura endógena das populações locais, a cultura endógena dos locais de origem dos turistas e a cultura de cada turista como individuo resultante da sua educação e experiências vividas e com efeitos no seu comportamento particular.

Para Higgins-Desbiolles (2006, p.1196) a atividade turística confere múltiplas vantagens às comunidades anfitriãs, apelidando-a mesmo de *“social force”*¹⁹. Refere o autor as seguintes vantagens: melhora as condições de vida individuais, promove a compreensão intercultural, facilita os processos de aprendizagem, contribui para a preservação cultural e ambiental, promove a paz e fomenta o despertar de uma consciência de integração a uma sociedade global.

¹⁹ Ver anexo 17 – A perspectiva do turismo como força social. Fonte: Higgins-Desbiolles (2006)

Contudo, se existem variados aspetos positivos na interação entre turistas e comunidade recetora, a verdade é que também existem alguns pontos negativos. Greenwood (1976) avança com o conceito de “*commodification*” onde revela que o contacto dos turistas com a população local pode alterar os hábitos e até a estrutura social das comunidades recetoras. Em comunidades com um alto índice de demanda turística é comum existir uma adoção dos costumes e hábitos dos turistas, alterando valores, comportamentos e até relações sociais na população anfitriã. Em contraponto, algumas tradições esquecidas no tempo podem ser reavivadas pois os turistas gostam de experimentar e presenciar a cultura local. Sharpley e Telfer (2008) enfatizam que a exploração turística nos países em vias de desenvolvimento pode levar ao aumento da criminalidade e da prostituição. Ainda assim, é extremamente difícil prever em que situações esta aculturação ocorre pois segundo Glasson et al. (1995) os impactes variam consoante o tipo de turismo praticado, o nível de envolvimento da comunidade local, a percentagem de crescimento da atividade turística num dado território, entre muitas outras variáveis.

Porém, quando se fala dos impactes da atividade turística nos países em vias de desenvolvimento e o seu contributo para as comunidades locais torna-se inevitável referir o seu principal legado, o combate contra a pobreza. De acordo com o Fundo Monetário Internacional e a Associação Internacional de Desenvolvimento (1999 apud Goodwin, 2006, p.4) a pobreza assume um carácter multidimensional sendo “*a lack of basic capacity to participate effectively in society. It means not having enough to feed and clothe a family, not having a clinic or school to go to, not having the land on which to grow one’s food or a job to earn one’s living, not have access to credit. It means insecurity, powerlessness and exclusion of individuals, households and communities*”.

Perante tal nobreza de objetivo, foi lançado um movimento apelidado de “*Pro-Poor Tourism*”. “*Pro-Poor Tourism aimed to put poverty at the heart of the tourism agenda and the Pro-Poor Tourism Partnership was formed in 1999 to pursue this goal*”, (Goodwin & Ashley, 2007, p.80).

Para Ashley et al. (2001 apud Goodwin, 2006) o *Pro-Poor Tourism* parte da premissa que qualquer tipo de turismo pode gerar benefícios em rede na luta contra a pobreza. Este movimento pretende alavancar as oportunidades económicas e a qualidade de vida da população, sabendo que estas variam de destino para destino. Contudo a abordagem *Pro-Poor* reconhece ser necessário escarpelizar todos os efeitos socioeconómicos da atividade turística num dado território pois em algumas circunstâncias podem existir impactes negativos como a perda de acesso a alguns recursos ou a inflação do preço da terra.

Para a ILO (2011, p.12)²⁰ “*os governos desempenham um papel importante no estabelecimento de estratégias, programas e políticas de desenvolvimento e de condições legais*” que garantam um

²⁰ Ver anexo 18 – A relação entre o turismo e a erradicação da pobreza. Fonte: ILO (2011)

efetivo combate contra a pobreza através da exploração das suas potencialidades turísticas. São as estruturas políticas que constituem as bases para avaliar os impactes ambientais gerados pelo turismo, incentivar a compra de insumos produzidos localmente combatendo assim as importações, promover o protagonismo local dando oportunidades principalmente a jovens e mulheres facilitando o acesso ao crédito a pessoas em condições de pobreza, fortalecer as relações entre as empresas turísticas e as empresas do sector primário e secundário locais (principalmente as agrícolas) e por fim mitigar a precariedade das relações trabalhistas.

Também a OMT (2004 apud Goodwin, 2006, p.5), engajada e imbuída nos valores do *Pro-Poor Tourism*, elenca sete estratégias capazes de transformar a atividade turística num dínamo contra a pobreza: (1) empregar pessoas afetadas pela pobreza em empresas turísticas, (2) discriminar positivamente empresas de pessoas pobres ou que empreguem pobres no fornecimento de bens e serviços às empresas turísticas, (3) fomentar a economia informal facilitando o contacto direto entre os pobres locais e os turistas tendo em vista a venda de bens e serviços, (4) apoiar o empreendedorismo de pessoas pobres no que concerne à implementação de projetos turísticos, (5) implementar taxas turísticas aplicadas ao consumo dos visitantes revertendo as receitas para o combate contra a pobreza, (6) incentivar doações voluntárias dos turistas e empresas turísticas às classes mais desfavorecidas e (7) investir em infraestruturas que gere benefícios ao nível de rendas aos mais carenciados.

Porém, mesmo o conceito altruísta do *Pro-Poor Tourism* é alvo de críticas. Pleumarom (2012) acusa de certa forma esta ideologia de demagogia e superficialidade. A autora considera que algumas questões pertinentes não são profundamente tidas em conta por esta corrente, tais como: Pessoas que vivem em destinos turísticos são "pobres" em que sentido? Quais são as reais causas da pobreza nesses destinos? Que impactes negativos advindos do turismo podem agravar a pobreza? Existem outras opções melhores que a exploração turística para enfrentar o problema da pobreza?

A autora supracitada enfatiza também o facto de apesar do *Pro-Poor Tourism* reconhecer que podem existir efeitos negativos resultantes da exploração turística, este realça propositadamente os benefícios por si gerados, parecendo assim esconder uma verdade inconveniente. Assim, acusa os seus promotores de sistematicamente publicitarem o que o turismo pode fazer, qual o seu potencial e as oportunidades que oferece tentando criar a certeza que é a resposta certa visando o desenvolvimento, contudo nunca ultrapassando o plano do que o turismo deveria ser em vez do que realisticamente é.

Assim para Pleumarom (2012) questões como o progresso económico, a perda de recursos e alterações no estilo de vida tradicional, o paradigma do desenvolvimento sustentável e da degradação ambiental, as ameaças das alterações climáticas, a real emancipação das mulheres no

mercado de trabalho, a antítese entre o turismo de saúde e as condições de saúde das comunidades locais, a visão neoliberal sobre menos regulação e mais crescimento ou mesmo expor comunidades pobres a estilos de vida moldados ao sabor da industrialização não foram até ao momento seriamente respondidas e solucionadas pelo *Pro-Poor Tourism*.

Ashley, Roe, Page e Meyer (2004) concluem que a exploração turística nos países em vias de desenvolvimento não resulta obrigatoriamente na redução da pobreza das suas populações. Ao invés disso, a aposta no sector turístico aumenta somente o potencial para que o combate contra esse flagelo possa ser feito. O que efetivamente contribui para a erradicação da pobreza será a compreensão por parte da cúpula política sobre os reais motivos causadores da pobreza, as características endógenas de cada território, as estratégias turísticas a serem implementadas e principalmente como usarão os proveitos económicos advindos do turismo em benefício das franjas mais desfavorecidas da população.

2.2.4. As correntes teóricas do desenvolvimento socioeconómico e a sua influência nos modelos de desenvolvimento turístico

“A evolução do pensamento sobre o turismo e a sua contribuição para o desenvolvimento tem alguns pontos em comum com a construção do próprio conceito de desenvolvimento”. Faria (2012, p.18).

Como já foi abordado ao longo desta dissertação, o desenvolvimento do mercado turístico, principalmente nesta era de globalização, fez-se nas asas dos ideais neoliberais vigentes na cultura empresarial dos grandes grupos económicos ocidentais.

Esta realidade faz com que as críticas inerentes ao desenvolvimento baseado no modelo neoliberal se manifestem também nas consequências advindas do desenvolvimento turístico, particularmente quando ocorrido nos países em vias de desenvolvimento onde estruturas de poder e regulação premiáveis conduzem inevitavelmente a Estados sociais mais frágeis.

Desta forma, os fundamentos das correntes teóricas de desenvolvimento socioeconómico alternativas ao modelo neoliberal²¹ como o desenvolvimento sustentável, a economia ecológica e o desenvolvimento endógeno são também transversais ao pensamento sobre a idealização do desenvolvimento turístico.

²¹ As correntes teóricas de desenvolvimento socioeconómico alternativas ao modelo neoliberal são apresentadas no ponto 2.1.5. desta dissertação.

Assim, fenómenos como o turismo inclusivo, turismo sustentável, turismo responsável, *pro-poor tourism*, turismo baseado num comércio justo, turismo comunitário ou ecoturismo, defendidos por Ashley, Spenceley e de Kock (2009)²² como forma de combater a pobreza através do turismo, têm ligações ideológicas umbilicais com as teorias de desenvolvimento socioeconómicas acima citadas.

Faria (2012, p.19) observa que para o neoliberalismo o turismo é visto somente como “*uma indústria exportadora do sector de serviços e oferece oportunidades de geração de emprego e renda para os países*”.

Também Rodrigues (2002) lembra o lado mercantilista do turismo, o lado do turismo como consumidor de recursos e que por essa via traz lucratividade ao mercado. Para o autor a atividade turística faz um uso intensivo do território no intuito de alcançar a meta do desenvolvimento. Para tal, reduz o território ao plano de mercadoria comercializando-o, pagando o turista para usufruir da natureza, da paisagem e do ambiente natural ou construído.

Martoni (2006, p.14) entende que graças ao capitalismo o turismo surge hoje como uma atividade económica bastante lucrativa o que faz com que geralmente a sua interpretação seja feita somente segundo as leis mercantilistas levando à não observação ou à relativização dos impactes negativos que este pode gerar para os territórios e comunidades receptoras, expondo que “*a análise linear e superficial do turismo como atividade economicista e tecnicista está associada ao pensamento neoliberal, que procura enfraquecer a compreensão do que é concreto e ocultar a amplitude do fenómeno com discursos que expressam os ideais privados, ou seja, do turismo como um mero negócio*”. Conclui assim o autor que “*a superação dessa compreensão (neoliberal) é assaz importante para atuarmos criticamente e efetivamente nas políticas públicas e reordenamento do turismo nacional, favorecendo comunidades e valorizando intrinsecamente o património*”.

Perante os argumentos supracitados, desenvolveu-se o conceito de turismo sustentável, que influenciado pelo modelo do desenvolvimento sustentável, leva em conta fatores ambientais e sociais no desenvolvimento de destinos turísticos.

É a própria Organização Mundial do Turismo que refere que “*sustainable Tourism development meets the needs of present tourists and host regions while protecting and enhancing opportunities for the future. It is envisaged as leading to management of all resources in such a way that economic, social and aesthetic needs can be fulfilled while maintaining cultural integrity, essential ecological processes, biological diversity and life support systems*”. (OMT, 1998, p.21)

²² Ver anexo 19 – Definição de cada abordagem turística conducente à redução da pobreza. Fonte: Ashley et al. (2009).

Uma das formas estudadas para aplicação prática de um turismo sustentável é a implementação de um desenvolvimento turístico endógeno, pela importância que ele atribui às infraestruturas naturais ou construídas e ao fator humano.

Sinclair e Stabler (1997) destacam o papel importantíssimo que o sector público tem na criação de políticas, capacidade de investimento e fiscalização da atividade turística neste tipo de desenvolvimento. Porém, parte do esforço público pode ser recompensado através de impostos diretos e indiretos.

O desenvolvimento turístico endógeno, apesar de comportar investimentos mais reduzidos e não atrair turismo de massas, possui uma percentagem de absorção local de capital bastante mais elevada do que o desenvolvimento turístico baseado no modelo neoliberal. Faria (2012, p.20) complementa argumentando que *“esta é uma atividade desenvolvida em local específico e a concentração de empresas e as externalidades propiciadas por esta concentração podem contribuir para o crescimento económico local e regional. (...) o turismo como motor de desenvolvimento económico irá depender do nível de diversificação da atividade produtiva do local e das próprias condições do desenvolvimento turístico”*. Esta realidade contrasta como o modelo neoliberal do turismo onde a fuga de capital para outros países ou regiões acontece por via de transferências de divisas, pagamento de mão-de-obra especializada estrangeira ou consumo de recursos não locais.

Sharpley e Telfer (2008) dizem que um desenvolvimento turístico que integre a comunidade com um intuito de desenvolvimento humano e sustentável muitas vezes gera mais receitas para um destino do que o próprio turismo baseado em agentes internacionais pelo simples facto de utilizar esmagadoramente recursos locais. A este pensamento estão inerentes os efeitos multiplicadores da indústria turística nas economias locais.

Segundo Hidalgo (2000) a premissa máxima do desenvolvimento endógeno do turismo deve ser garantir a redistribuição equitativa de renda pela população, principalmente pela mais desfavorecida ao mesmo tempo que se zela pela sustentabilidade ambiental do local, mesmo que para isso seja necessário impor limites à entrada de turistas.

O modelo da economia ecológica é facilmente constatado na indústria turística quando se aborda o ecoturismo. Para Ceballos-Lascuráin (1996) o ecoturismo é um modo responsável de viajar para reservas naturais no intuito de desfrutar, estudar ou observar a natureza, promovendo a sua conservação, tendo pouquíssimo impacto no ecossistema e indispensavelmente contribui para o desenvolvimento económico da população local.

Honey (1999) acrescenta que o ecoturismo deve educar o viajante e acima de tudo promover o respeito pela diversidade cultural.

Como preconiza Hidalgo (2008), ao fazer ecoturismo os turistas devem minimizar as suas necessidades de conforto em prol do meio ambiente. Infelizmente, o conceito de ecoturismo muitas vezes é deturpado e serve somente para fins comerciais.

Um modelo turístico que agrega as várias ideologias dos modelos de desenvolvimento alternativos ao modelo neoliberal é o turismo comunitário.

Para Coriolano (2009, p.282) “o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”.

Maldonado (2009, p.31) tem um conceito de turismo comunitário mais complexo, entendendo “por turismo comunitário (...) toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida”.

Para o sucesso da implementação do turismo comunitário a comunidade deve ter um papel ativo desde a planificação até a execução prática do modelo. Deste modo Irving (2009) afirma que só existe turismo comunitário se a população local for o sujeito e não objeto do processo.

O grande atrativo do turismo comunitário é a possibilidade que o turista tem de imiscuir-se no *modus vivendi* da comunidade local e dessa forma usufruir dos produtos que a mesma tem para oferecer, algo que está muito em voga e que vai de encontro ao perfil dos novos turistas traçado por Poon (1994) e que alavanca incontestavelmente o comércio e economia local levando a que se observe a uma distribuição de renda junto da comunidade recetora.

Para Lenz (2011) estabelece-se uma relação causa efeito na interação turista/comunidade recetora. Se por um lado o turismo estimula o aparecimento de atividades comerciais nas populações locais, por outro lado o aumento das mesmas atividades comerciais fazem aumentar o interesse do turismo pelo destino pois este é estimulado pela diversidade.

Hiwasaki (2006) assume que o turismo comunitário assenta em quatro premissas: a participação integral da comunidade, a conservação dos recursos locais, o desenvolvimento socioeconómico da população e por fim a qualidade e autenticidade da experiência oferecida aos turistas.

Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p.86) dizem que o turismo comunitário distingue-se do turismo de massas pois requer *“menor densidade de infraestruturas e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar (...) nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista”*.

Contudo, como considera Sharpley (2009), não se pode generalizar e dizer que a vertente neoliberal do turismo é sempre má e que o desenvolvimento endógeno, o ecoturismo ou o turismo comunitário são sempre a melhor solução. Tudo por causa das escalas. Para Faria (2012, p.21) *“o que deve ser avaliado é que tipo de turismo é mais apropriado para cada situação de acordo com os objetivos de desenvolvimento que se quer alcançar”*. Por vezes o turismo massificado é a única alternativa e por outras o turismo endógeno pode não ser sustentável economicamente.

Deste modo, Cañada e Gascón (2007, p.98) consideram que *“El turismo hay que entenderlo como un espacio de conflicto social. En torno a la gestión y a la elección del modelo de la actividad turística entran en competencia y contradicción diferentes intereses de sectores sociales distintos: por el uso de los recursos naturales, económicos y humanos, por el reparto de los beneficios o por la distribución de las externalidades negativas que genera. La cuestión es entender esta dinámica de conflicto en los modelos de desarrollo turístico y en su gestión, y tener claro al lado de qué clases sociales queremos estar”*.

2.3. A hotelaria como fator de desenvolvimento socioeconómico nos países em vias de desenvolvimento.

2.3.1. A evolução do mercado hoteleiro e a sua adaptação ao fenómeno da globalização

“The hotel industry is often perceived as one of the most ‘global’ in the service sector”. Whitla, Walters e Davies (2007, p.777).

Segundo Barrows, Powers e Reynolds (2012), a história da hotelaria remonta há milhares de anos, havendo registos da sua atividade no Código de Hamurabi²³ datado de 1.800 a.C. Muitos séculos mais tarde, fruto da expansão do império romano, construiu-se uma infindável rede de estradas e caminhos no intuito de facilitar a mobilidade e as comunicações, rede essa onde proliferavam estabelecimentos de alojamento para os viajantes. Durante a Idade Média, o principal motivo para viajar eram as peregrinações religiosas, com instituições de caridade e ordens religiosas a prestarem os serviços de hospedagem. A partir do século XV várias cidades europeias tornaram-se grandes centros comerciais, estimulando o crescimento das rotas mercantis e o desenvolvimento dos primeiros meios de transporte automáticos. Desde então, os estabelecimentos de hospedagem ganharam também um carácter comercial. É no século XIX que surgem os primeiros hotéis como hoje os conhecemos, cómodos, luxuosos, com variedade de serviços prestados e onde começam a surgir as primeiras cadeias ou grupos hoteleiros. Para Sezgin e Yolal (2012) no início do século XX a indústria hoteleira estava em grande expansão muito graças ao aparecimento do automóvel que veio democratizar o acesso às viagens de lazer, tempos áureos que duraram até ao início da grande depressão que culminou com a II Grande Guerra. A partir da segunda metade do século XX, com o advento dos transportes aéreos que se tornaram mais fiáveis, geograficamente mais eficientes e principalmente mais baratos, massificou-se o turismo, sendo que nas décadas subsequentes os países do norte e centro da Europa assim como os Estados Unidos eram os mercados emissores e os países do mediterrâneo eram os de destino, levando a uma concentração de hotéis nessas paragens. No final do século XX e início do século XXI um fenómeno alterou a sociedade, o mundo dos negócios, o turismo e por conseguinte a indústria hoteleira: a globalização²⁴. O aparecimento de países emergentes, o novo perfil de turistas e as novas janelas de oportunidade que este fenómeno trouxe para um aumento de visibilidade dos países em vias de desenvolvimento na montra turística internacional, levaram a que também a indústria hoteleira se globalizasse, expandindo-se massivamente por todos os continentes sem exceção.

²³ Monumento monolítico que representa um conjunto de leis escritas oriundo da Mesopotâmia. Fonte: Nagarajan (2011).

²⁴ Os efeitos da globalização no mercado turístico já foram abordados nesta dissertação desde a página 46.

O surgimento de vários países com economias emergentes como no caso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), vieram amplificar um fenómeno à escala global: o aumento da classe média. Segundo a A.T. Kearney's Hospitality Index (2013) perspectiva-se que entre os anos de 2010 e 2025 a classe média à escala global aumente na ordem dos 120%²⁵. Este fenómeno, ocorrendo em países superpopulosos, permite que variadíssimos milhões de pessoas saiam da esfera da pobreza e alcancem rendimentos que lhes permitam usufruir de atividades de lazer e por outro lado vem fomentar o incremento muito específico do turismo de negócios. Desta forma, a indústria hoteleira espreita um terreno fértil para o seu crescimento e expansão geográfica, contornando assim os impactes do abrandamento económico ocorrido nos seus dois maiores mercados até então, o mercado europeu e o norte-americano, como fica bem explícito nos dados divulgados pelo Euromonitor International no seu relatório Passport – Global Hotels: innovating for growth (2012)²⁶, que espelham o mercado asiático, do médio oriente e o africano como sendo os de maior expansão.

Para Whitla et al. (2007) quatro forças encontram-se subjacentes à globalização do mercado hoteleiro: o fator custo, o fator de mercado, fatores governamentais e o fator competitividade.

O fator custo compreende todas as estratégias de atuação que as empresas hoteleiras internacionais usam de forma a minimizar os seus custos de operação. Entre eles encontram-se a busca de fornecedores de insumos locais ou regionais de forma a evitar os elevadíssimos custos de transporte, a concentração de atividades de *back office* de toda a cadeia do hotel alocando-a num país onde a mão-de-obra seja mais barata e por último a internacionalização da marca minimiza os custos com a captação e reservas de hóspedes assim como com a criação de um sistema de informações, pois desenvolvendo um sistema único de gestão de clientes podem ir direcionando os clientes para outros hotéis do mesmo grupo evitando a intermediação.

O fator mercado consiste na vantagem competitiva que a internacionalização pode conferir a uma marca de hotéis principalmente na captação de clientes *corporate*. Muitas empresas multinacionais fazem contratos com hotéis para alojarem os seus trabalhadores e indubitavelmente possuir uma cobertura geográfica adequada é uma mais-valia.

Ao contrário de outras atividades económicas, as políticas governamentais dos países não costumam moldar ou limitar de sobremaneira os investimentos hoteleiros em países terceiros, bem pelo contrário, raríssimos são os casos onde as autoridades demonstram preocupações com os impactes dos hotéis internacionais sobre a cultura ou concorrentes locais preferindo sempre

²⁵ Ver anexo 20 – Previsão de crescimento da classe média à escala mundial até 2025. Fonte: A.T. Kearney's Hospitality Index (2013)

²⁶ Ver anexo 21 – Mapa da previsão do crescimento da indústria hoteleira por regiões geográficas até 2016. Fonte: Euromonitor International (2012)

destacar os seus possíveis efeitos benéficos para o turismo e para a empregabilidade local. Porém em alguns casos a legislação interna pode dificultar a padronização dos serviços associados a uma marca hoteleira.

A visibilidade conseguida através da globalização da marca é um fortíssimo trunfo quanto à competitividade no mercado hoteleiro pois experiências positivas num determinado país influenciam eficazmente as escolhas numa futura reserva para qualquer parte do mundo. Contudo, se as cadeias internacionais de hotéis não desenvolverem um sistema de reservas e de informação uniforme à escala global podem vir a sentir problemas em competir.

Segundo Okumus, Altinay e Chathoth (2010) e Cunill (2009), existem variadas estratégias de internacionalização que as empresas hoteleiras podem adotar sem terem necessariamente que incorrer em custos de construção de novas unidades, entre elas: fusões e aquisições, alianças estratégicas, contratos de *franchise*, contratos de gestão, e contratos de arrendamento ou de propriedade.

No caso das fusões, duas ou mais empresas hoteleiras decidem-se juntar de forma a capitalizar os seus pontos fortes e dessa forma tornarem-se mais competitivos passando a partilhar *know-how*, infraestruturas, tecnologias, força de trabalho, entre outros elementos. Nas aquisições uma empresa hoteleira que visa estabelecer-se num determinado país, compra outra que já tenha lá alguma unidade.

As alianças estratégicas resultam de parcerias entre as multinacionais e os Estados dos países anfitriões ou então de parcerias entre duas ou mais empresas que, mantendo cada uma a sua independência, tentam em conjunto alcançar negócios benéficos num dado território.

Nos contratos de *franchise* um hotel independente cuja marca tenha pouca atratividade, explora e usufrui do nome da marca de uma grande cadeia internacional tendo que pagar uma certa comissão sobre as vendas (*royalties*) à empresa que cede a marca. É uma ótima opção para empresas que queiram somente globalizar a marca ganhando assim notoriedade internacional.

Os contratos de gestão consistem numa empresa que sem possuir fisicamente uma certa unidade hoteleira, faz usufruto da sua gestão operacional recebendo em contrapartida uma percentagem das suas receitas. O dono do hotel fica com a responsabilidade de financiar as operações do mesmo recebendo o remanescente das receitas geradas.

Por fim, os contratos de arrendamento podem ser definidos como o aluguer de um hotel por um período normalmente nunca inferior a três anos enquanto os contratos de propriedade podem consistir na aquisição total ou parcial de unidades hoteleiras.

Assim como as empresas hoteleiras utilizam variadas estratégias de internacionalização com o objetivo de minimizar riscos e maximizar proveitos, de acordo com Cunill (2009) e Yu, Byun e Lee (2014) também existem vários tipos de orientações culturais que podem ser empregues no processo de internacionalização e que se vão manifestar nas atitudes empresarias a serem tomadas. Desta forma destacam-se quatro tipos de orientações culturais: etnocêntrica, policêntrica, geocêntrica e regiocêntrica.

As atitudes etnocêntricas caracterizam as empresas que aplicam sempre as mesmas estratégias operacionais sem levar em linha de conta os valores culturais e as especificidades endógenas dos países onde estão instaladas as suas unidades hoteleiras. Estas atitudes são exatamente as mesmas que são aplicadas nos países de origem das empresas e visam a padronização dos serviços.

Como o oposto às atitudes etnocêntricas existe a orientação policêntrica. Esta orientação define as empresas hoteleiras que possuem unidades nos mais variados países e que por ter chefias locais a gerirem cada unidade, estas caracterizam-se por serem fidedignas quanto à especificidade cultural do país onde estão implantadas.

A orientação geocêntrica baseia-se na conclusão que hoje existe uma cultura comum formatada pela globalização. Desta forma as operações das unidades hoteleiras seguem os padrões internacionalmente aceites tentando que estes respeitem as exigências de todos os clientes independentemente das suas proveniências e credos.

No meio da orientação policêntrica e geocêntrica reside a orientação regiocêntrica. Esta orientação reflete as unidades hoteleiras que tendo como principio básico das suas operações a satisfação de todo o tipo de clientes, preocupam-se também em conferir ao seu hotel particularidades que o façam espelhar a realidade sociocultural e ambiental que o envolve.

Dunning e McQuenn (1981) criaram uma teoria a que chamaram de Paradigma Eclético que visa demonstrar em que bases as empresas transnacionais se expandem pelo globo, teoria essa que aplicaram também à indústria hoteleira. Para estes autores a internacionalização das empresas hoteleiras depende da conjugação de três fatores: (1) das vantagens competitivas que a internacionalização trará a uma empresa em relação aos seus concorrentes, (2) das vantagens que uma localização específica pode trazer às empresas como por exemplo a percentagem do aumento da procura, as condições oferecidas pelo governo local, a estabilidade social e política vivida, o tipo de turismo praticado, o perfil de turista que se pretende obter, a qualidade da mão-de-obra disponível ou os fornecedores existentes no mercado interno, e por fim (3) das vantagens que esse mercado geográfico oferece às grandes companhias transnacionais hoteleiras na implementação de estratégias de integração vertical no intuito de ganhar economias de escala.

Contudo Yu et al. (2014) advertem que as empresas que tenham somente uma visão globalizada do mercado hoteleiro incorrem em possíveis efeitos negativos. A perda de autenticidade e o desfasamento com a herança cultural do local de destino pode levar a que os hotéis se tornem impessoais e que as experiências dos turistas não se tornem memoráveis, bem como a que haja possíveis conflitos com trabalhadores e comunidade local. Assim o autor refere ser necessário que exista um equilíbrio entre o que chama de globalização *versus* localização.

2.3.2. O contributo da hotelaria para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais

“How can a luxury hotel make a difference in the lives of average people living in the community around it? (...) This is particularly important to some of less developed countries heavily reliant on tourism”. Cain (2012, p.1).

De acordo com Mrema (2015), existem muitas referências bibliográficas que abordam o fenómeno turístico no que tange ao seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades receptoras. Contudo, escassas são as reflexões que, fechando o foco, se debruçam sobre os efeitos específicos da hotelaria na prossecução desse desenvolvimento tão almejado.

Não obstante essa realidade, sendo a hotelaria um dos principais *players* da indústria turística, é de fácil depreensão que muitos dos já citados benefícios socioeconómicos advindos da atividade turística sejam em grande parte catalisados pela exploração hoteleira uma vez que segundo Ogunleye e Adesuyan (2012) a hotelaria compreende mais de 60% da globalidade dos serviços turísticos.

Segundo Ajake (2015), o peso da hotelaria no âmbito da atividade turística justifica-se pela panóplia de serviços que esta consegue abranger. Assim, uma única unidade hoteleira pode proporcionar para além de serviços primários e indispensáveis como o alojamento e alimentação, serviços complementares como lojas de conveniência, serviços de animação, serviços de transporte, centros de negócios e de conferências entre muitos outros. Toda esta diversidade de serviços oferecidos pelos hotéis é de capital importância para a observância de um dos principais benefícios atribuídos à indústria turística na esfera socioeconómica: o seu efeito multiplicador.

Para Cain (2012) e Ajake (2015), os benefícios socioeconómicos mais flagrantes resultantes da exploração hoteleira prendem-se com a vasta capacidade de criar empregos, gerar divisas, gerar rendas, reter por tempo perlongado os turistas num determinado território, promover a imagem do destino, promover a compra de bens e serviços em empresas da comunidade local e por fim contribuir para o estado social através de pagamento dos mais variados impostos.

Porém, os mesmos autores referem também que a hotelaria produz impactes socioeconómicos indiretos importantíssimos para as comunidades locais através do auxílio à criação de infraestruturas de apoio aos turistas (desde o lazer até à saúde e suporte básico de vida), do fomento à criação de uma rede adequada de transportes, ao surgimento de guias turísticos, ao apoio às formas artísticas e artesanais, a todo um comércio adjacente que vise a satisfação das necessidades básicas e de lazer dos turistas assim como a promoção e o incentivo de uma adequada política de segurança pública.

Apesar de todos os benefícios socioeconómicos acima citados, Cain (2012, p.4) adverte que os impactes podem diferir mediante alguns fatores tais como: a disponibilidade local de materiais de construção, equipamentos e insumos contra a necessidade de importação dos mesmos, a disponibilidade local de mão-de-obra qualificada contra a necessidade de expatriados e de mão-de-obra importada e da existência de impostos que incidam sobre as operações hoteleiras ou sobre os hóspedes. Outro importante fator é o próprio tipo de operações e produtos hoteleiros praticados nas unidades hoteleiras assim como da mentalidade dos seus gestores, *“for example, a full service luxury hotel with a host of services will certainly create more jobs, tax revenue and foreign exchange than a limited service budget type product, though there is a real need for both in today’s travel environment. And clearly, much depends on the mindset of the hotel managers and their efforts to be good corporate citizens, developing and promoting local staff and working creatively to strengthen linkages with potential suppliers of goods and services”*.

A autora supracitada enfatiza que o impacte que as unidades hoteleiras possam ter no desenvolvimento socioeconómico das comunidades, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, está diretamente ligado com a qualidade dos postos de trabalho que criam, com a percentagem de compras que conseguem fazer no seio da comunidade e com o comprometimento que conseguem estabelecer com os habitantes ao seu redor.

Neste âmbito, Mrema (2015) destaca a importância que a indústria hoteleira pode ter no auxílio ao desenvolvimento local através da dinamização que consegue criar junto dos produtores agrícolas, num contexto onde esta atividade económica tem um relevo capital. Como barreiras à efetiva contribuição do ramo hoteleiro para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades receptoras, o autor destaca a fraca capacidade financeira da comunidade local para empreender atividades profissionais de apoio aos hotéis, a sua escassa formação profissional e habilitações literárias para usufruírem de oportunidades profissionais que garantam, para além de uma considerável melhoria salarial, ocuparem cargos com capacidade decisória e por fim uma inadequada ligação entre o sector hoteleiro e os restantes ramos de atividade como a agricultura ou as pescas que permitam à comunidade local escoar os seus produtos facilmente valorizando assim os seus recursos endógenos.

Para a ILO (2010), o sector hoteleiro é um empregador por excelência. Se por um lado busca trabalhadores em massa, por outro oferece oportunidades de emprego das mais variadas qualificações profissionais, contribuindo para a empregabilidade de jovens, mulheres e imigrantes e por essa via para a sua inclusão social. Contudo, a qualidade da empregabilidade hoteleira caracteriza-se também por ser muitíssimo heterogénea e em alguns casos socioeconomicamente pouco produtiva. É relativamente comum a indústria hotelaria praticar salários baixos, recorrer a horários de trabalho *part-time*, a contratos de trabalho temporários e sazonais. A ILO revela mesmo, que a precariedade da oferta empregadora no sector hoteleiro pode ser tanta que não é incomum a existência de uso de mão-de-obra informal. Outro fator que caracteriza a mão-de-obra hoteleira é a sua juventude, em média abaixo dos trinta e cinco anos de idade, fator esse que se enquadra perfeitamente nos países em vias de desenvolvimento que demograficamente contam com uma população bastante jovem.

Vasquez (2014) revela outro problema quanto a qualidade da empregabilidade do sector hoteleiro, a retenção da mão-de-obra. Altas taxas de *turnover* são contraproducentes para a estabilidade socioeconómica uma vez que representam insegurança quanto à manutenção dos postos de trabalho assim como dificultam a existência de melhorias das qualificações profissionais quer seja através de formações ou do acumulado de experiência *on job*.

Como foi sublinhado ao longo desta dissertação não só de fatores económicos se alimenta o desenvolvimento socioeconómico. Este tipo de desenvolvimento alicerça-se também em pilares como a sustentabilidade ambiental o desenvolvimento humano e a equidade e justiça social.

Lim (2002), Kasim e Scarlat (2007) e Grosbois (2011) advertem para o facto de as unidades hoteleiras terem fortes impactes ambientais junto das comunidades receptoras tais como: altos índices de consumo de energia, consumo e desperdício de água, produção de lixo, uso de químicos e poluição atmosférica. Desta forma, medidas operacionais devem ser implementadas visando a eficiência na utilização de lâmpadas, ar condicionado, frigoríficos, câmaras congeladoras, torneiras, sistemas de regas, piscinas, tratamento de águas e de resíduos, reciclagem do lixo, manutenção de jardins e espaços verdes, entre tantos outros.

Não obstante as medidas operacionais acima apresentadas, Tixier (2008) considera ser da responsabilidade dos hoteleiros comunicar e encorajar os hóspedes a também eles assumirem uma postura social e ambientalmente sustentável a bem da economia local. Desta forma, os hotéis devem comunicar através do que eles são, do que eles dizem e das atitudes operacionais que adotam. Assim, políticas ambientais, práticas adequadas ou compromentimentos devem ser expostos nos quartos para que os hóspedes os possam ler. Cartões de sensibilização devem ser colocados nas toalhas e roupa de cama, brochuras e panfletos devem informar os hóspedes de atividades de carácter sustentável em que possam envolver-se. De forma a garantirem atitudes sustentáveis dos

seus hóspedes, as unidades hoteleiras podem criar códigos de condutas éticas para os hóspedes e fornecer essas informações nos seus *web sites* antes dos turistas efetivarem as suas reservas.

O autor explicita também que raramente a comunicação dos hotéis para com os hóspedes se faz de forma ostensiva, exceto quando os hotéis encontram-se em reservas naturais, possuem o selo *eco* ou então não possuem concorrência. Na esmagadora maioria dos casos os hotéis preferem comunicar quase de forma indireta, deixando no ar uma janela de oportunidade à mercê da opção do hóspede, atitude essa que não é considerada de todo incorreta.

Outros hotéis ou resorts preferem não tomar nenhuma medida de sensibilização ilustrativa mas as suas ações falam mais alto do que as palavras: dando o exemplo eles educam os seus hóspedes. O primeiro passo é ter ações substantivas em vez de mostrarem que os seus compromissos de sustentabilidade só são feitos de palavras. As ações mais usadas estão ligadas à reciclagem, redução do uso de papel, consumo de produtos orgânicos, plantação de árvores, criação de hortas e, claro está, a utilização de sistemas de economia de água e energia.

Quanto à sensibilização dos hóspedes para com a sustentabilidade social, podem ser implementadas medidas como o incentivo às contribuições para fundos de apoio social, donativos para fundações ou organizações não-governamentais, criação de itinerários que fomentem o contacto direto com a comunidade local, demonstrações nos hotéis da cultura local através da música, da dança, do artesanato, através de patrocínios de atividades lúdicas ou desportivas, passando vídeos de carácter cultural endógeno nos ecrãs dos espaços públicos, entre outras.

Deste modo, segundo Grosbois (2011) hoje mais do que nunca os impactes socioeconómicos da indústria hoteleira começam a ser alvo das atenções da comunidade internacional, comparando-a já às indústrias dos químicos, da mineração ou da manufatura. Deste modo, um termo deve constar obrigatoriamente do dicionário de qualquer gestor hoteleiro de vanguarda: responsabilidade social.

2.3.3. Os impactes das empresas hoteleiras multinacionais nos países em vias de desenvolvimento

“Multinational hotel companies (...) play a key role in the development and continuity of an international tourism industry in developing countries”. Kusluvan e Karamustafa (2001, p.179).

Como foi explanado anteriormente, os países em vias de desenvolvimento caracterizam-se por possuírem extremas desigualdades sociais. Aliado a uma enorme franja da população que vive no limiar da pobreza acresce-se uma classe média de diminuta dimensão quando comparado com os países desenvolvidos. Fustigada pela pobreza, por conflitos militares e sociais e contando com uma população extremamente jovem, a sociedade dos países em vias de desenvolvimento não conta com o hábito cultural nem com pujança financeira para fazer viagens de lazer e dessa forma estimular o turismo interno. Neste contexto, a capacidade de atração do turismo internacional torna-se vital para os países que queiram fazer da indústria turística um polo dinamizador do seu desenvolvimento socioeconómico.

Assim, as empresas hoteleiras multinacionais desempenham um papel importantíssimo na captação do turista internacional. Afinal, as empresas turísticas oriundas dos países em vias de desenvolvimento não possuem a projeção global, *know-how*, credibilidade nem influência capazes de transformarem os seus territórios em pontos de interesse nas rotas turísticas internacionais.

É partindo desta reflexão, que Kusluvan e Karamustafa (2001) traçam os impactes do envolvimento das unidades hoteleiras multinacionais nos países em vias de desenvolvimento²⁷.

Os autores apontam sete benefícios do envolvimento destas unidades hoteleiras: (1) arrastam o investimento financeiro necessário para catapultar a qualidade da atividade turística local para *standars* internacionais, (2) facilitam a transferência de *know-how* em áreas da gestão e da operação em territórios com escasso nível de conhecimentos técnicos, (3) estabelecem os imprescindíveis contactos com os grandes operadores turísticos globais visando a entrada desses destinos na rota turística internacional, (4) alcançam níveis de operação mais eficientes que as unidades de carácter local graças à “profissionalização” da gestão e às taxas de ocupação que alcançam contornando assim os altos índices de sazonalidade de que padecem estes destinos, (5) contribuem substantivamente para uma melhoria da imagem do destino oferecendo serviços de qualidade e segurança aos turistas estabelecendo através da sua reputação relações de confiança, (6) elevam a fasquia da qualidade e da competitividade junto dos hotéis locais e (7) promovem a adoção de técnicas de gestão internacionais junto dos empresários locais.

²⁷ Ver anexo 22 – Os impactes da hotelaria multinacional nos países em vias de desenvolvimento. Fonte: Kusluvan e Karamustafa (2001)

Contudo, os autores esmiúçam também seis possíveis efeitos nefastos do estabelecimento deste tipo de empresas: (1) o envolvimento das unidades hoteleiras multinacionais podem levar à diminuição os benefícios económicos da exploração turística para as comunidades locais pois são propensas à contratação de mão-de-obra estrangeira para a ocupação de cargos de chefia e de decisão e incorrem frequentemente na tentação de transferirem os seus lucros operacionais para os seus países de origem fomentando a fuga de capitais, (2) alimentadas pela busca desenfreada pelo lucro podem aumentar muitíssimo a procura turística num dado território e optarem por estratégias operacionais contraproducentes à sustentabilidade social, ambiental e até económica, que se impera, (3) em casos de acontecimentos imprevistos e desfavoráveis, como ataques terroristas ou escaladas de violência, os hotéis multinacionais são menos comprometidos com causas patrióticas ou regionais sendo mais flexíveis na hora de descapitalizar o investimento originando assim depressões no mercado turístico dificilmente recuperáveis, (4) pode ocorrer também um excesso de dependência das unidades multinacionais na prossecução do desenvolvimento socioeconómico local nunca se estabelecendo uma verdadeira força motriz endógena capaz de assegurar um desenvolvimento sustentável e autónomo baseado nos recursos locais, (5) este facto pode gerar um clima de “dominação estrangeira”, isto acontece quando o peso da empregabilidade e da atração turística por parte das unidades hoteleiras multinacionais é tal num certo destino que fica posta em causa a autodeterminação das autoridades locais quanto a matérias como o uso do solo, a taxação de impostos ou regulamentação turística, podendo levar assim a um sentimento de revolta na comunidade receptora contra as empresas estrangeiras ou turistas e (6) este tipo de hotéis, muitos deles em regime de *all inclusive*, podem levar a uma deterioração ambiental, declínio da qualidade de vida da população ou a uma perda de identidade cultural local.

Neste contexto, de forma a capitalizar os efeitos positivos destas empresas hoteleiras e mitigar os efeitos negativos, os autores sugerem um plano de ação²⁸ levado a cabo pelos países em vias de desenvolvimento.

O primeiro passo que os países em vias de desenvolvimento devem tomar é identificar ou não a utilidade de atrair empresas hoteleiras multinacionais. Em caso de resposta afirmativa, deve-se estabelecer em que moldes o envolvimento será feito, se através de parcerias público-privadas, investimento direto, contratos de gestão, *franchising*, todo um conjunto de possibilidades participativas que arrolam as suas características específicas e que determinam modos de desenvolvimento diferenciados.

Seguidamente deve ser definida qual a escala da procura turística que se pretende captar. Esta definição que se reveste como fator de atratividade para possíveis investidores terá influência na

²⁸ Ver anexo 23 – Plano de ação para a implementação de unidades hoteleiras multinacionais nos países em vias de desenvolvimento. Fonte: Kusluvan e Karamustafa (2001)

capacidade de alojamento hoteleiro que irá ser construído, na qualidade dos serviços hoteleiros a serem prestados e até no tipo de segmento turístico a ser explorado.

Posto isto, um plano de ligações sectoriais deve ser gizado. Quase como um *cluster*, devem ser criadas condições para que o efeito multiplicador da exploração da indústria hoteleira seja florescente. Atividades como a agricultura, as pescas, a manufatura, o comércio de ocasião, a animação turística devem ser organizadas de forma a satisfazerem o mais possível as necessidades operacionais dos hotéis, minimizando as importações, e potencializando a retenção da riqueza gerada no território de destino.

É essencial também promover a empregabilidade dos habitantes locais perspetivando a melhoria das suas condições de vida que passa pelo aumento de renda, melhoria das condições habitacionais, de saúde, entre outros aspectos. Em países com baixos índices de escolaridade é fundamental que os hotéis multinacionais não promovam somente a empregabilidade mas invistam também na formação profissional dos seus trabalhadores assim como auxiliem as instituições de ensino locais. Esta prática fará que a médio longo prazo mais habitantes da comunidade local possam usufruir de postos de trabalhos mais qualificados, financeiramente mais rentáveis e decisoriamente mais preponderantes.

Por parte das autoridades governamentais, é necessária a implementação de políticas fiscalizadoras e de controlo das práticas de gestão dos hotéis multinacionais e que visem garantir a efetiva contribuição destes para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais. Devem ser elaboradas equipas que possam monitorar as propostas de investimento e os seus efeitos socioeconómicos, devem ser feitas fiscalizações periódicas e rigorosas aos hotéis nas suas mais diversas vertentes, devem ser obrigadas as publicações dos preços dos quartos assim como das taxas de ocupação, devem ser identificadas operações que constituam práticas de concorrência desleal entre os hotéis multinacionais e os nacionais, devem ser formulados aplicativos legais que condenem veementemente práticas de suborno e devem ser limitados, entre operadores turísticos e hotéis, o pagamento de serviços através de *vouchers* ou créditos.

Por fim devem ser estabelecidos critérios bem definidos de incentivos à fixação de hotéis multinacionais num dado território, pois estes devem servir somente como um *star-up* e nunca como um fator potenciador de concorrência desleal ou de favorecimentos obscuros.

3. OBJETIVOS E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

3.1. Elaboração do objetivo geral e objetivos específicos da dissertação

A presente dissertação possui os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Aferir estratégias inovadoras que garantam um maior contributo das unidades hoteleiras no desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane.

Objetivos específicos:

- Expor as especificidades da implementação da indústria turística nos destinos em vias de desenvolvimento.
- Descrever a tipicidade das operações hoteleiras nos destinos em vias de desenvolvimento.
- Identificar a tipologia e os estabelecimentos hoteleiros com maior preponderância no espectro turístico do Município de Inhambane
- Analisar o modelo operacional dos estabelecimentos hoteleiros existentes no Município de Inhambane.
- Propor (se necessário) medidas qualitativas de operações hoteleiras que promovam um desenvolvimento socioeconómico mais sustentável no Município de Inhambane.

3.2. Apresentação das perguntas de partida derivadas

Perante o retratado na fundamentação teórica, conclui-se que o desenvolvimento socioeconómico é constituído por vários focos interdependentes como o capital social, económico, natural, físico e humano, perspetivando sempre a coexistência de três fatores chaves: a sustentabilidade, a equidade e a justiça social.

Deste modo, a pergunta de partida orientadora desta dissertação²⁹ desdobra-se nas seguintes perguntas derivadas:

- Qual a corrente teórica do desenvolvimento socioeconómico que melhor caracteriza o modelo de desenvolvimento turístico seguido pelo Município de Inhambane?
- Que práticas operacionais são implementadas pelas unidades hoteleiras visando o efeito multiplicador do turismo conducente à prosperidade económica do Município de Inhambane?
- Como se caracteriza qualitativamente a empregabilidade gerada pelas unidades hoteleiras do Município de Inhambane?
- Qual o contributo das unidades hoteleiras do Município de Inhambane na melhoria das infraestruturas de apoio à população local?
- Que políticas de preservação ambiental são levadas a cabo pelas unidades hoteleiras do Município de Inhambane?

²⁹ A pergunta de partida encontra-se plasmada no subcapítulo 1.3. intitulado: **Escopo da dissertação e formulação da pergunta de partida**

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1. Modelo conceptual da dissertação

Como foi anteriormente referido, a presente dissertação rege-se pelo modelo metodológico proposto por Quivy e Campenhoudt (2005), concebido para estudos vocacionados para a área científica das ciências sociais, cujas sete etapas são esquematicamente apresentadas no quadro 2.

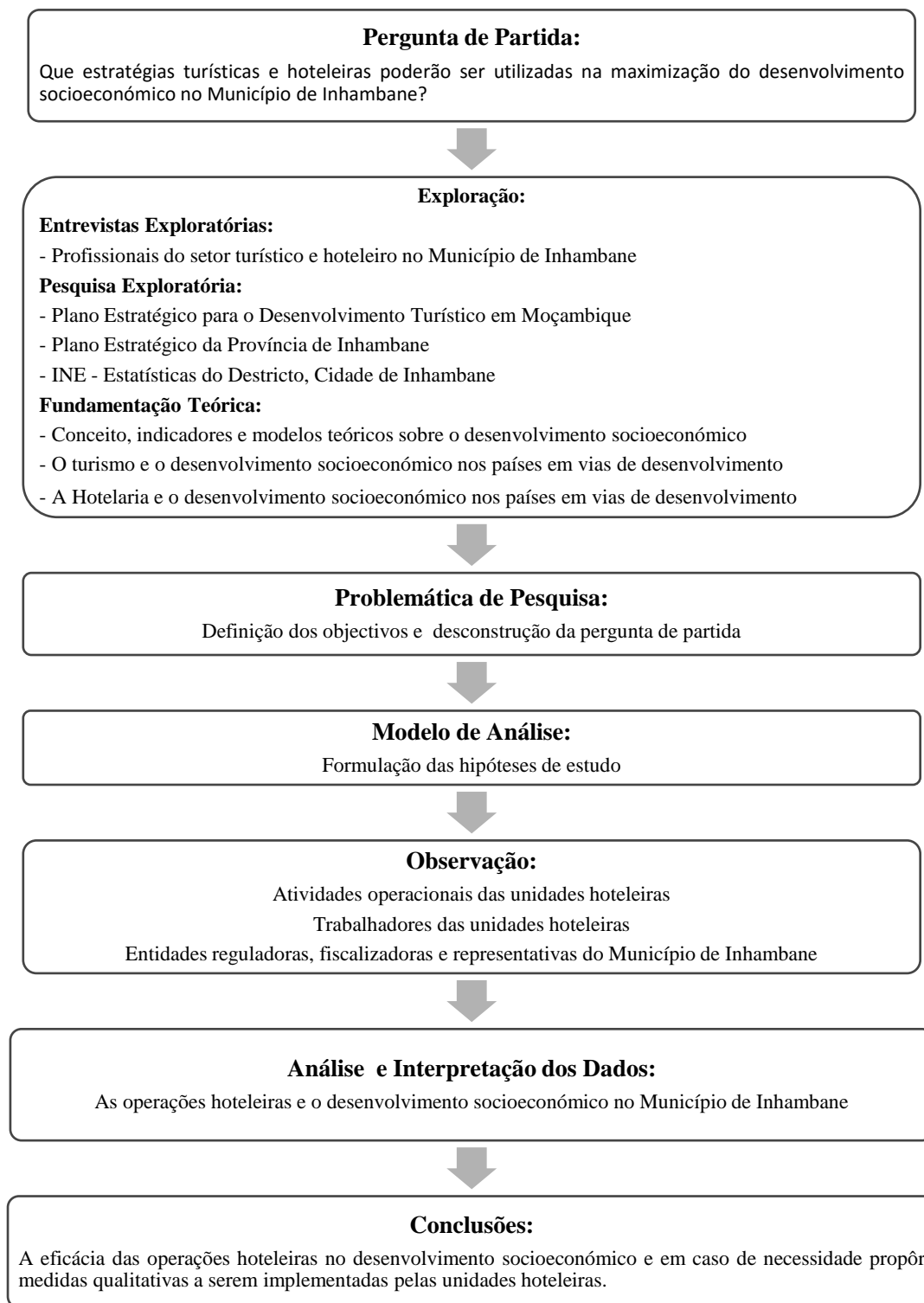
Após a indagação sobre se o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane era condizente com a relevância que este território tem no mapa turístico moçambicano e qual o contributo que especificamente as unidades hoteleiras dão para que esse desenvolvimento ocorra, o autor passou à fase exploratória da pesquisa.

Na etapa de exploração procedeu-se primeiramente a entrevistas exploratórias com profissionais do sector turístico e hoteleiro no intuito de absorver várias sensibilidades sobre o tema em pesquisa assim como averiguar a pertinência e a exequibilidade da mesma. Seguidamente, analisaram-se dados oficiais do Ministério do Turismo, do Governo da Província de Inhambane e do Instituto Nacional de Estatística onde observou-se claramente que apesar do Município de Inhambane configurar-se um dos baluartes do turismo moçambicano, os índices de pobreza e os indicadores de “bem-estar” eram paupérrimos e abaixo da média nacional. Então, como forma de familiarização com a temática e na tentativa de entender as causas das discrepâncias encontradas, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica profunda que versou sobre três temáticas distintas mas complementares: o desenvolvimento socioeconómico, o papel do turismo no desenvolvimento socioeconómico, e fechando o foco, o contributo da hotelaria para o desenvolvimento socioeconómico. Estas três temáticas abordadas na fundamentação teórica foram sempre observadas sobre dois prismas fundamentais: a globalização e os países em vias de desenvolvimento.

Na posse de toda a fundamentação bibliográfica necessária para a compreensão do fenómeno em estudo, seguiu-se para a etapa da problemática de pesquisa. Nela, traçaram-se os objetivos geral e específicos da dissertação (guiões orientadores da pesquisa) assim como desconstruiu-se a pergunta de partida original e afloraram-se as perguntas de partida derivadas às quais terá que se obter resposta.

Na construção do modelo de análise para o estudo do papel das operações hoteleiras no desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane, são construídas as hipóteses de estudo em correlação com os objetivos previamente traçados. São definidas também as dimensões e os indicadores que constam dos instrumentos de pesquisa assim como quais os grupos em estudo, a sua dimensão e os métodos a utilizar.

QUADRO 2 – ETAPAS DO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO



Fonte: adaptado de Quivy e Campenhoudt (2005, p.278)

Na etapa de observação são aferidas as operações das várias unidades hoteleiras no Município de Inhambane com o intuito de perceber se as mesmas praticam ações potencializadoras de um desenvolvimento socioeconómico sustentável para a comunidade local. São também entrevistados os trabalhadores das unidades hoteleiras para caracterizar-se a qualidade da oferta emprego. Por fim, realizam-se entrevistas a instituições públicas e privadas como a Direção Provincial da Cultura e Turismo, a Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social, a Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e Associação dos Empresários do Município de Inhambane; entidades essas com responsabilidades de regulação, fiscalização e de representação do sector turístico do Município.

Por fim, a análise e interpretação dos dados é feita a partir dos resultados obtidos pelos instrumentos de pesquisa como entrevistas e questionários.

4.2. Modelo de análise da pesquisa

Como já foi evidenciado anteriormente, o desenvolvimento socioeconómico é heterogéneo na sua unicidade pois é constituído por diversas áreas de interesses. Por conseguinte, o modelo de análise desta dissertação assenta em cinco dimensões: social, económica, ambiental, física e humana.

Desta forma, também cinco hipóteses são definidas neste estudo:

- **Hipótese 1:** As autoridades competentes do turismo em Inhambane gizam políticas que estimulam as unidades hoteleiras a praticar operações que contribuam para um desenvolvimento socioeconómico sustentável do município.

Com esta primeira hipótese pretende-se esclarecer se as autoridades competentes da área turística do Município de Inhambane possuem um modelo de desenvolvimento turístico a ser seguido e se promovem ações junto das unidades hoteleiras que se traduzam numa força impulsionadora da justa redistribuição das receitas geradas pelas unidades.

Como indicadores a serem medidos estão a capacidade de taxação das receitas, a de fiscalização da qualidade do emprego gerado, a de fiscalização das práticas ambientais adotadas ou a criação de programas que visem uma justa redistribuição da riqueza advinda da atividade turística pela população local.

- **Hipótese 2:** As unidades hoteleiras do Município de Inhambane implementam operações conducentes à existência de um efeito económico multiplicador que se expanda a outras atividades económicas do município.

Com a segunda hipótese, visa-se perceber se as operações das unidades hoteleiras do Município de Inhambane estimulam a dinamização da economia local através do estabelecimento de canais de fornecimento de insumos ou de serviços.

Os indicadores a serem estudados são a utilização de fornecedores locais, os critérios de escolha dos mesmos fornecedores, a contratação de serviços de empresas locais, o apoio a manifestações de arte e cultura local e as formas de incentivo para que os hóspedes se envolvam em atividades comunitárias.

- **Hipótese 3:** A empregabilidade gerada pelas unidades hoteleiras do Município de Inhambane contribui satisfatoriamente para o desenvolvimento socioeconómico do município.

A terceira hipótese visa compreender qual a qualidade da oferta de emprego que as unidades hoteleiras põem à disposição dos habitantes locais.

Assim, são medidos indicadores como a satisfação no trabalho, o nível salarial, regalias extra salariais, a oportunidade de usufruir de formação profissional, as perspectivas de progressão na carreira, o *empowerment* dado aos trabalhadores e a igualdade de oportunidades para cargos de direção.

- **Hipótese 4:** As unidades hoteleiras do Município de Inhambane contribuem ativamente para a melhoria de infraestruturas que proporcionem um aumento do “bem-estar” da população.

Com a quarta hipótese, tenta-se saber se as unidades hoteleiras direta ou indiretamente estão associadas à melhoria de condições de “bem-estar” da população local.

Os indicadores avaliados são o contributo para a melhoria da habitação, saneamento, segurança, transportes, energia, saúde e educação.

- **Hipótese 5:** As unidades hoteleiras do Município de Inhambane operam segundo políticas consistentes de preservação ambiental.

Por último, a quinta hipótese procura esclarecer que políticas ambientais são seguidas pelas unidades hoteleiras do Município de Inhambane.

Os indicadores a serem usados são modos de gestão eficiente de energia e de água, o tratamento adequado de lixo e resíduos, o uso de reciclagem ou fontes de energia alternativas, o *design* de construção e materiais usados e as formas de indução de comportamentos ambientalmente responsáveis por parte dos hóspedes.

4.3. Preparação do estudo empírico

4.3.1. Área de estudo

Situado na Província de Inhambane, região sul de Moçambique (África Austral), o Município de Inhambane³⁰ é delimitado a Norte e a Oeste pela baía de Inhambane, a Este pelo Oceano Índico e a Sul pelo Município de Jangamo. Encontra-se a 490 quilómetros a norte da capital Maputo e a 600 quilómetros da fronteira com a República da África do Sul.

O Município é composto por 24 bairros, dos quais três se destacam devido à sua proeminência turística: bairro Balane 1 que se situa no centro da Cidade de Inhambane e onde se encontram instalados os dois hotéis da cidade, bairro Josina Machel onde se encontra a Praia do Tofo, maior estância balnear da Província de Inhambane e por fim o bairro Conguiana que abarca a Praia da Barra uma das mais famosas de Moçambique.

Pelas suas características endógenas únicas, o Município de Inhambane é um destino balnear por excelência com praias paradisíacas e onde impera uma vasta gama de operadores de mergulho e safaris oceânicos aproveitando a sua riquíssima fauna marinha composta por baleias, tubarões, golfinhos, mantas gigantes entre outras espécies.

As tipologias de unidades hoteleiras mais comuns no município são os *lodges* na Praia da Barra e Praia do Tofo assim como hotéis de 3 e 4 Estrelas que se encontram na Cidade de Inhambane e na Praia do Tofo. Também proliferam as *Guest Houses* derivadas da cada vez maior procura por parte de turistas *backpackers*.

Contando com um aeroporto com ligação diária a Maputo e Joanesburgo (África do Sul) a grande generalidade da procura turística é sul-africana, embora não sejam escassos os turistas europeus ou sul-americanos.

Afetado pela instabilidade político-militar nacional dos últimos anos, o Município de Inhambane tem visto a sua atividade turística decrescer, fator que levou ao encerramento de muitas unidades hoteleiras sem que esses encerramentos constem dos dados oficiais da Direção Provincial de Turismo de Inhambane ou da Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane.

Pelo seu potencial turístico o Município de Inhambane aloja também a Escola Superior de Hotelaria e Turismo, único estabelecimento de ensino superior público de formação em hotelaria e turismo, pertencente à Universidade Eduardo Mondlane.

³⁰ Ver anexo 24 – Mapa do Município de Inhambane. Fontes: www.ppgconsulting.net (2006), INE (2013) e Google Earth (2016)

4.3.2. Amostragem dos grupos em estudo

Tendo a presente dissertação como objetivo geral a aferição de estratégias operacionais que promovam o aumento do contributo das unidades hoteleiras no desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane e sabendo-se que os seus maiores trunfos na prossecução desse desígnio são a altíssima capacidade de geração de empregos bem como o seu efeito multiplicador na economia local, emergem à partida dois grupos de importância capital a serem estudados: os diretores das unidades hoteleiras assim como os trabalhadores das mesmas.

Porém, as instituições ligadas direta ou indiretamente ao turismo de Inhambane (públicas e privados) pela sua importância reguladora, fiscalizadora e de planificação também são auscultadas.

a) Amostragem do primeiro grupo em estudo: unidades hoteleiras

Primeiramente recorreu-se aos dados da Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane para identificar-se o universo³¹ das unidades de alojamento existentes no município, as quais totalizam 40 unidades (lista datada do ano de 2015).

Sendo o autor desta dissertação um profundo conhecedor da realidade hoteleira do município em estudo, observou-se que nos registos daquela instituição aparecem unidades hoteleiras já encerradas. Ao invés, unidades hoteleiras em pleno exercício das suas atividades comerciais não foram ainda cadastradas. Tal facto revela a desatualização dos dados da Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane pese embora (e confrangedoramente) estejam mais atualizados que os dados fornecidos pelo órgão Estatal, a Direção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane, que logo à partida foram postos de parte para esta pesquisa.

Assim, sentiu-se a necessidade de partir para um estudo de campo no intuito de identificar fidedignamente o universo real das unidades hoteleiras do Município de Inhambane onde foram contabilizados um total de 30 unidades³² (6 na Cidade de Inhambane, 14 na Praia do Tofo e 10 na Praia da Barra).

Acresce informar que foram consideradas unidades hoteleiras todos os estabelecimentos comerciais que oferecessem aos seus clientes serviços de alojamento e alimentação mesmo que somente em regime de *bed and breakfast*, conforme o estabelecido no Boletim da República de Moçambique datado de 31 de Dezembro de 2013 que divulga o Regulamento de Alojamento Turístico, Restauração e Bebidas e Salas de Dança.

³¹ Ver anexo 25 – Cadastro das unidades de alojamento no Município de Inhambane. Fonte: Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane (2015)

³² Ver anexo 26 – Lista das unidades hoteleiras (serviço de alojamento e alimentação) no Município de Inhambane. Fonte: o autor (2016)

Neste contexto, tentou-se abranger todo o universo em estudo tendo sido contactadas as 30 unidades hoteleiras. Do universo em causa, 22 unidades hoteleiras mostraram-se disponíveis para colaborar com o estudo, o que totaliza 73% do universo³³.

b) Amostragem do segundo grupo em estudo: trabalhadores das unidades hoteleiras

O critério para determinar a amostra dos trabalhadores das unidades hoteleiras foi o de terem residência permanente no Município de Inhambane. Deste modo, segundo Ferreira e Campos (2009, p.26) utilizou-se a amostragem não probabilística “Bola de Neve” que utiliza-se *“quando se pretende analisar populações pequenas ou com características muito específicas (...) e o entrevistador pede ajuda ao inquirido, após ser entrevistado, para que este forneça nomes de outros indivíduos que possam ser igualmente inquiridos”*.

Para identificação do universo da população utilizou-se o questionário realizado junto dos diretores das unidades hoteleiras onde questionava-se o número de trabalhadores oriundos do Município de Inhambane que cada unidade efetivamente possuía.

Assim, o número total de trabalhadores oriundos do Município de Inhambane cifrou-se em 428 trabalhadores, sendo que perante os parâmetros do *survey system* o tamanho da amostra para um nível de confiança de 95% é de 203 trabalhadores. Entrevistaram-se um total de 216 trabalhadores.

Acresce informar que 428 trabalhadores correspondem ao número total de trabalhadores das unidades hoteleiras inquiridas. No questionário dirigido aos diretores das unidades hoteleiras optou-se por perguntar não o número total de trabalhadores com residência permanente no Município de Inhambane mas a sua percentagem, pois seria difícil contabilizar com exatidão o número de empregados com essa característica. Assim, tendo 19 das 22 unidades hoteleiras respondido que mais de 75% dos seus trabalhadores residem permanentemente no Município de Inhambane, por uma questão de prudência na mensuração da amostra, resolveu-se considerar a totalidade dos trabalhadores como o universo em estudo.

Para possuir resultados fidedignos e representativos de todo o universo, houve o cuidado de seleccionar inquiridos que executassem as mais diversas funções laborais nas diversas unidades hoteleiras.

³³ Ver anexo 27 – Lista das unidades hoteleiras inquiridas e número de trabalhadores. Fonte: o autor (2016)

Pela sensibilidade de alguns dados recolhidos como o nível salarial, a existência ou não de contratos de trabalho ou a satisfação no trabalho, os questionários foram preenchidos de forma totalmente anónima.

c) Terceiro grupo de estudo: instituições públicas e privadas no âmbito do turismo de Inhambane

A escolha das instituições a serem entrevistadas prende-se com a importância das mesmas em áreas como a fiscalização, regulamentação ou planificação da atividade turística e hoteleira nas cinco dimensões anteriormente identificadas como pilares de um desenvolvimento socioeconómico sustentável e que têm expressão nas também cinco hipóteses definidas nesta pesquisa: a dimensão do planeamento turístico, a dimensão do efeito multiplicador (económico) das operações hoteleiras, a dimensão da qualidade da oferta dos postos de trabalho, a dimensão das infraestruturas propiciadoras de “bem-estar” da população local e por fim a dimensão da preservação ambiental.

Deste modo, realizaram-se entrevistas semidirectivas ou semiestruturadas na Direção Provincial da Cultura e Turismo, Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e Associação dos Empresários do Município de Inhambane.

4.3.3. Instrumentos de observação

Como instrumentos de observação, segundo Quivy e Campenhoudt (2005, p.164), optou-se pela “*observação indireta*” através da aplicação de questionários e de guiões de entrevistas semiestruturadas.

Tendo dividido a amostragem em três grupos distintos, aplicaram-se os questionários aos diretores das unidades hoteleiras assim como aos seus trabalhadores enquanto as entrevistas semiestruturadas foram conduzidas junto das instituições Estatais e privadas cujo magistério de influências atua sobre a atividade turística do Município de Inhambane.

a) Questionário aos diretores das unidades hoteleiras³⁴

O questionário dirigido aos diretores das unidades hoteleiras pretende contribuir para a clarificação do efeito multiplicador das operações hoteleiras conducente à alavancagem da economia e comércio local (hipótese 2), esclarecer a qualidade da sua oferta de emprego (hipótese 3), perceber o seu contributo para a melhoria das infraestruturas do município que promovam o “bem-estar” da população local (hipótese 4) e por fim identificar quais as políticas ambientais que regem as suas operações (hipótese 5).

Neste questionário tenta-se ainda identificar a nacionalidade do capital investido em cada unidade, qual a tipologia de unidade (hotel, lodge ou guest house), qual o perfil dos seus quadros de direção (nacional, estrangeiro ou multinacional) e se possuem mais alguma atividade económica no Município de Inhambane. Segundo Ferreira e Campos (2009) este questionário apresenta questões fechadas de resposta única e múltipla assim como questões semi-abertas e abertas (onde se fará a análise ao discurso).

QUADRO 3 – SECÇÕES DO QUESTIONÁRIO AOS DIRECTORES DAS UNIDADES HOTELEIRAS

| Secções | Hipótese em estudo | Número de questões |
|---|--|--------------------|
| 1. Identificação | Origem do capital investido, tipologia de unidade hoteleira e perfil dos quadros diretivos | 08 |
| 2. Qualidade da oferta de emprego | Hipótese 3 | 10 |
| 3. Participação na prosperidade económica | Hipótese 2 | 12 |
| 4. Contributo para infraestruturas de “bem-estar” | Hipótese 4 | 10 |
| 5. Políticas ambientais | Hipótese 5 | 12 |

Fonte: o autor (2016)

b) Questionário aos trabalhadores das unidades hoteleiras³⁵

O questionário dirigido aos trabalhadores das unidades hoteleiras do Município de Inhambane, também ele composto por questões fechadas de resposta única e múltipla como por questões semi-abertas e abertas (Ferreira e Campos, 2009), tenta principalmente dar resposta à hipótese 3 desta dissertação que estuda a qualidade da oferta de emprego gerada pelas unidades hoteleiras. Porém,

³⁴ Ver anexo 28 – Questionário dirigido aos diretores das unidades hoteleiras do Município de Inhambane. Fonte: o autor (2016)

³⁵ Ver anexo 29 – Questionário dirigido aos trabalhadores das unidades hoteleiras do Município de Inhambane. Fonte: o autor (2016)

como através dos salários praticados as unidades hoteleiras transferem parte da receita gerada para o orçamento familiar dos seus trabalhadores, também o efeito multiplicador das operações hoteleiras é analisado (hipótese 2).

Assim, este questionário, que visa unicamente os trabalhadores com residência permanente no Município de Inhambane, aborda temas como a caracterização demográfica da força trabalhadora, os tipos de contratos celebrados e os salários praticados, as regalias extra-salariais usufruídas, a igualdade de género, as perspetivas de progressão na carreira, a satisfação no trabalho entre outras.

QUADRO 4 - SECÇÕES DO QUESTIONÁRIO AOS TRABALHADORES DAS UNIDADES HOTELEIRAS

| Secções | Hipótese em estudo | Número de questões |
|---|---|--------------------|
| 1. Dados pessoais | Categorização demográfica dos trabalhadores | 06 |
| 2. Qualidade do emprego | Hipótese 2 e Hipótese 3 | 09 |
| 3. Perspetivas de progressão na carreira e igualdade de oportunidades | Hipótese 2 e Hipótese 3 | 12 |
| 4. Satisfação no trabalho | Hipótese 3 | 15 |

Fonte: o autor (2016)

c) Guiões de entrevistas às instituições públicas e privadas no âmbito do turismo de Inhambane³⁶

As entrevistas realizadas têm todas um carácter semidirectivo (Quivy e Campenhoudt, 2005). Tal escolha baseia-se na possibilidade de o autor, mesmo tendo um guião de entrevista, ter a flexibilidade de explorar questões não previamente determinadas mas que no momento lhe pareçam enriquecedoras para o estudo.

Como critério de escolha para as instituições selecionadas observaram-se as hipóteses em estudo nesta dissertação. Assim, em cada entrevista tenta-se aprofundar o conhecimento e a visão de cada instituição sobre uma hipótese específica.

Na Direção Provincial da Cultura e Turismo tem-se como objetivo aferir quais as políticas atualmente em curso para que as unidades hoteleiras contribuam eficientemente para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane (hipótese 1) assim como para a melhoria das infraestruturas de “*bem-estar*” (hipótese 4).

³⁶ Ver anexo 30 – Guiões de entrevistas às instituições públicas e privadas do Município de Inhambane.
Fonte: o autor (2016)

O Turismo e a Inovação na Hotelaria: contributos para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane

Na Associação dos Empresários do Município de Inhambane pretende-se perceber a visão dos comerciantes locais sobre a importância do setor turístico nas suas atividades comerciais (hipótese 2).

Na Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social tenta-se compreender os fundamentos para as práticas salariais registadas no Município de Inhambane, o fenómeno das formações profissionais ou a realidade quanto à igualdade de oportunidades de progressão na carreira, fatores que contribuem para a qualidade da oferta de emprego (hipótese 3).

Por último, na Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural visa-se o aprofundamento de questões relacionadas com os impactes ambientais advindos da atividade das unidades hoteleiras (hipótese 5).

QUADRO 5 – ÂMBITO DAS ENTREVISTAS ÀS INSTITUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

| Instituição entrevistada | Hipótese em estudo | Número de questões |
|---|-------------------------------------|--------------------|
| Direção Provincial da Cultura e Turismo | Hipótese 1, Hipótese 4 e Hipótese 5 | 08 |
| Associação dos Empresários do Município de Inhambane | Hipótese 2 | 04 |
| Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social | Hipótese 3 | 04 |
| Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural | Hipótese 5 | 05 |

Fonte: o autor (2016)

4.3.4. Recolha e tratamento dos dados

Para o aperfeiçoamento dos instrumentos de recolha de dados efetuaram-se pré-testes na cidade de Inhambane e Praia do Tofo. Deste modo, os questionários dirigidos aos diretores das unidades hoteleiras foram testados em cinco estabelecimentos e os questionários orientados para os trabalhadores das unidades hoteleiras foram ensaiados junto de dez trabalhadores.

Feitos os reajustes necessários, a recolha de dados decorreu entre a segunda quinzena de Fevereiro e a primeira semana de Março de 2016.

Sempre que possível os questionários aos diretores das unidades hoteleiras foram preenchidos presencialmente com o auxílio do autor da pesquisa. Quando não existiu disponibilidade para tal, os questionários foram deixados no local para levantamento posterior. Perante a sensibilidade de algumas questões verificou-se a relutância de poucos diretores em preencher o questionário, facto

que se veio a confirmar pela inobservância de resposta ao mesmo aquando da tentativa de recolha na data estipulada, mesmo depois das promessas de confidencialidade. Perante a diversidade de nacionalidades dos diretores hoteleiros, o questionário (que consta no anexo 28) teve uma versão em inglês.

Como se previa que a amostra dos empregados das unidades hoteleiras tivesse que ser bastante extensa, entre os 150 e os 230 empregados, o autor recorreu à ajuda de quatro estudantes da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane. Tal estratégia permitiu que enquanto o autor inquiria os diretores, os estudantes inquirissem os trabalhadores que se mostrassem disponíveis de modo a que a celeridade das respostas fosse assegurada e que o tempo de permanência em cada unidade hoteleira fosse minimizado para não obstaculizar as prestações de serviços aos clientes.

Existiram também casos em que os diretores não permitiram que os trabalhadores preenchessem os questionários assim como a inobservância de preenchimento dos mesmos na data previamente marcada para a sua recolha.

Mesmo com alguns constrangimentos, que são apresentados detalhadamente mais à frente nesta dissertação, pensa-se que a recolha de dados foi revestida de êxito, pois obteve-se a colaboração de 73% das unidades hoteleiras (22 unidades num universo de 30 unidades) e a amostra dos trabalhadores das unidades hoteleiras foi superada em 13 trabalhadores (216 inquiridos para uma amostra mínima de 203 empregados).

O tratamento dos dados, a análise estatística dos resultados e a demonstração gráfica dos mesmos foram feitos com base em dois *softwares* informáticos: Microsoft Excel 2007 e SPSS 13.0 for Windows.

As entrevistas às entidades públicas e privadas que representam, regulam e fiscalizam o sector turístico do Município de Inhambane foram realizadas entre a última semana de Fevereiro e a primeira semana de Março do corrente ano. O tratamento dos dados recolhidos através desta ferramenta foi feito recorrendo à análise do discurso.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

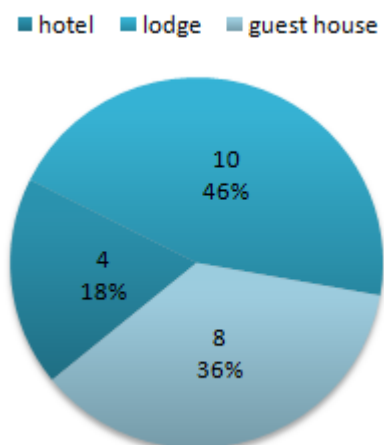
Para melhor compreensão da apresentação dos resultados, este capítulo será dividido pelas cinco dimensões que nortearam as hipóteses de pesquisa assim como os questionários e as entrevistas realizadas. Porém, começar-se-á por apresentar a caracterização das unidades hoteleiras alvo de estudo assim como da sua força de trabalho. Carece revelar que a estrutura aqui seguida será a mesma a apresentar na análise e interpretação dos resultados (capítulo 6), facilitando assim a confrontação dos dados por parte do leitor.

5.1. Caracterização dos grupos em estudo

5.1.1. Questionário realizado às unidades hoteleiras³⁷ (parte I)

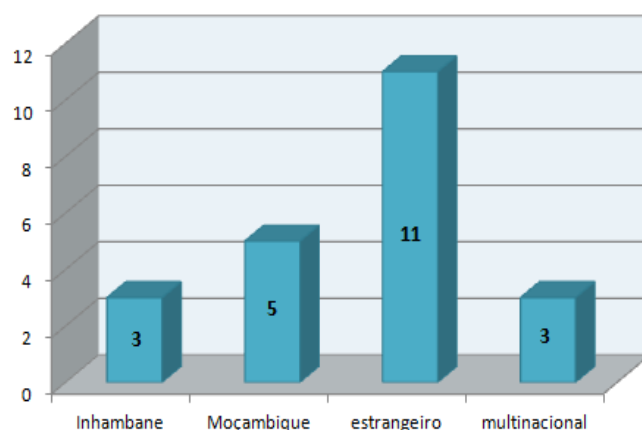
Como foi referido anteriormente foram inquiridas 22 unidades hoteleiras num total de 30 unidades, o que perfaz 73% do universo em estudo. Dessas 22 unidades hoteleiras 27% localizam-se na cidade de Inhambane, 41% na praia do Tofo e 32% na praia da Barra.

GRÁFICO 1. TIPOLOGIA DE UNIDADES INQUIRÍDAS



Fonte: o autor (2016)

GRÁFICO 2. ORIGEM DO CAPITAL INVESTIDO



Fonte: o autor (2016)

Como é possível observar nos gráficos acima representados, quanto à tipologia dos estabelecimentos, quase metade das unidades hoteleiras são *lodges*, seguidos pelas *guest houses* e só uma reduzida parte das mesmas tem a categoria de hotel. Quanto à origem dos capitais investidos 50% pertencem a empresários estrangeiros, 23% a empresários moçambicanos não oriundos do

³⁷ Ver anexo 31 – Quadro resumo das respostas aos questionários realizados às unidades hoteleiras. Fonte: o autor (2016)

Município de Inhambane e apenas 14% das unidades hoteleiras (3 estabelecimentos) pertencem a cidadãos afetos à comunidade local. Os projetos multinacionais, consórcios entre cidadãos moçambicanos e estrangeiros, representam os mesmos 14%, isto é, 3 unidades também.

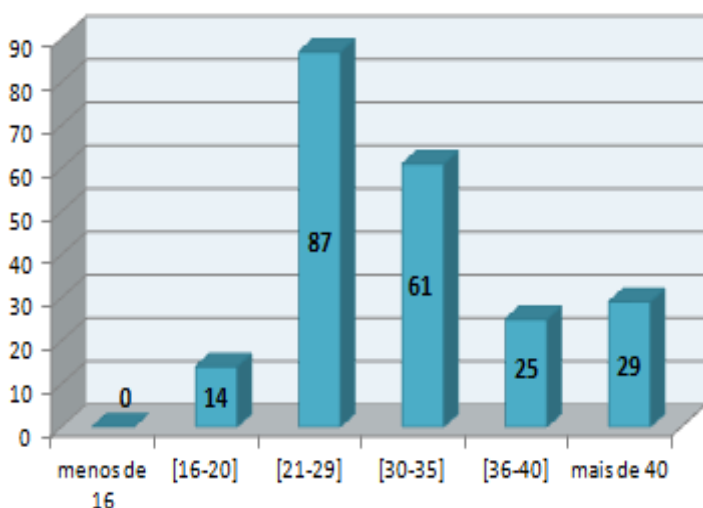
Pelo observado, 59% dos estabelecimentos (13 unidades hoteleiras) possuem cidadãos estrangeiros em cargos de chefia, contra 41% (9 unidades hoteleiras) que só possuem cidadãos nacionais nos cargos de responsabilidade diretiva.

Por fim, 5 unidades hoteleiras afirmam possuir mais atividades económicas no Município de Inhambane, enquanto 17 unidades hoteleiras afirmam ser aquela a sua única atividade no território em estudo.

5.1.2. Questionário realizado aos trabalhadores das unidades hoteleiras³⁸ (parte I)

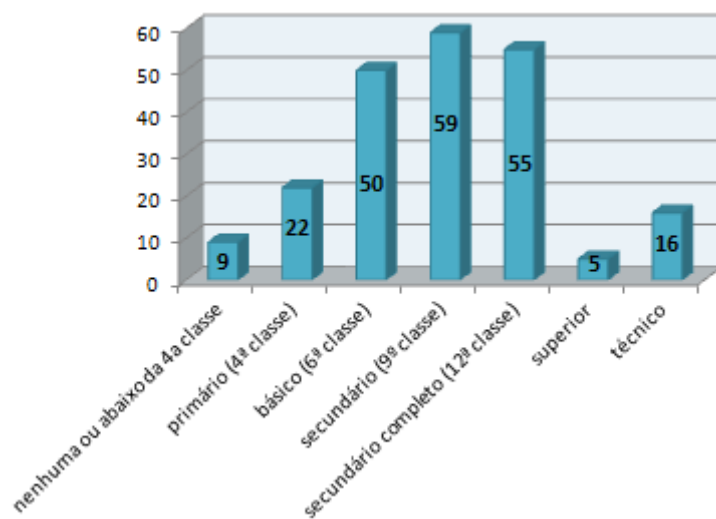
Dos 216 trabalhadores inquiridos notou-se a existência de uma discrepância considerável entre géneros, desta forma, inquiriram-se somente 74 pessoas do género feminino (34%), enquanto as do género masculino ascenderam a 142 trabalhadores (66%).

GRÁFICO 3. FAIXA ETÁRIA DOS TRABALHADORES INQUIRIDOS



Fonte: o autor (2016)

GRÁFICO 4. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES INQUIRIDOS



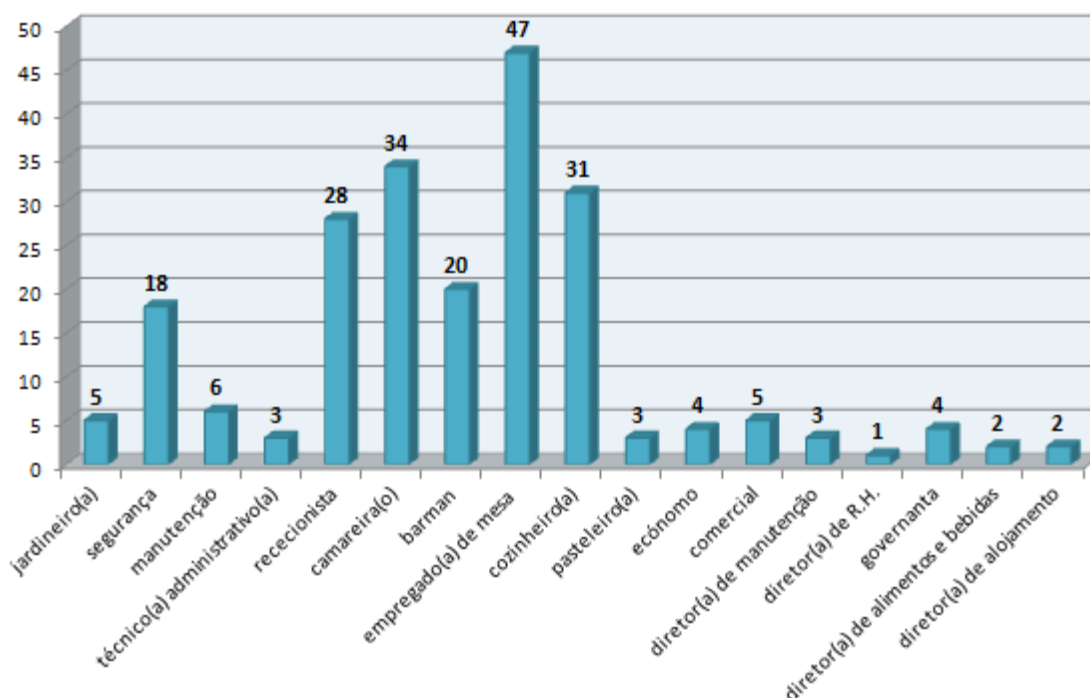
Fonte: o autor (2016)

³⁸ Ver anexo 32 – Quadro resumo das respostas aos questionários realizados aos trabalhadores das unidades hoteleiras. Fonte: o autor (2016)

Quanto à faixa etária (**gráfico 3**), 68% dos trabalhadores inquiridos são jovens adultos entre os 21 anos e os 35 anos. É de ressaltar que não se verificou nenhuma observação de trabalho infantil uma vez que não foram inquiridas pessoas com menos de 16 anos.

No que concerne às habilitações académicas (**gráfico 4**), 75% dos inquiridos diz possuir um grau académico entre o ensino básico (6º ano de escolaridade) e o ensino secundário completo (12º ano). Registaram-se pouquíssimos casos (5 trabalhadores) onde os inquiridos assumissem ter curso superior, aliás, este registo foi mesmo suplantado pelos trabalhadores que admitiram não possuir nenhum nível de escolaridade ou não terem terminado o ensino primário (9 trabalhadores).

GRÁFICO 5. DISPERSÃO DE TRABALHADORES POR CARGO OCUPADO



Fonte: o autor (2016)

De forma a garantir uma pluralidade de respostas ao questionário que fosse ao encontro de todas as opiniões do universo em estudo, inquiriram-se trabalhadores de 17 cargos profissionais distintos (**gráfico 5**), refletindo assim funções de *back office* e de *front office*, da área de manutenção, segurança, administrativa, alojamento, alimentos e bebidas, comercial e recursos humanos, com responsabilidades operacionais e diretivas. Dos trabalhadores inquiridos, a maioria, 61% afirma não possuir nenhuma formação profissional para as funções que desempenha, enquanto 39% dos inquiridos revela ter algum tipo de treinamento profissional.

5.2. Políticas conducentes ao contributo das unidades hoteleiras no desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane - Entrevista à Direção Provincial da Cultura e Turismo (parte I)

Para identificação das políticas gizadas para o desenvolvimento turístico e hoteleiro no Município de Inhambane foi entrevistado o dr. Luzio Nhavene, chefe do Departamento das Atividades Turísticas da Direção Provincial da Cultura e Turismo (DPCT).

Segundo o dr. Nhavene, a recente crise financeira internacional assim como as convulsões político-militares a que Moçambique esteve (e volta hoje a estar) sujeito fizeram com que a atividade turística no Município de Inhambane tenha passado por uma fase de retrocesso. Porém, fruto de uma campanha de marketing agressiva, com presenças em feiras nacionais e internacionais, os anos de 2014 e 2015 foram de retoma.

Como critério para aceitação de projetos de investimento hoteleiro no município, a DPCT como entidade a quem compete dar a aprovação final, somente exige a apresentação dos certificados obrigatórios como a licença do usufruto de terra ou os estudos de impacte ambiental.

Na tentativa da existência efetiva de um contributo do turismo e do setor hoteleiro na melhoria das condições de vida da comunidade local, a DPCT abraçou o programa STEP (Sustainable Tourism for Eradicate Poverty). Este programa qualifica e certifica pessoas da comunidade local, encontrando posteriormente estágios junto das empresas turísticas, numa clara tentativa de estimular o emprego direto. Existe simultaneamente apoio ao nível do microcrédito para pequenos negócios no âmbito do empreendedorismo ligado ao setor turístico ao qual a população local pode concorrer.

No sentido de conferir pujança ao efeito multiplicador do turismo, são efetuados trimestralmente fóruns onde participam pequenos empresários locais e diretores das unidades hoteleiras, no intuito de estreitar a ligação entre ambos e fomentar o clima de negócios. A DPCT auxilia também os pequenos produtores na adoção de técnicas de produção inovadoras, levando a um aumento de produção e de qualidade dos produtos locais.

No combate à falta de qualificação da mão-de-obra da indústria turística, a DPCT fornece inúmeros cursos de formação profissional. Assim, estão ao dispor das unidades hoteleiras assim como da população no geral, cursos de curta e média duração nas áreas de alojamento, alimentação e bebidas, recepção e guias turísticos. Porém, o dr. Nhavene realça que alguns diretores hoteleiros põem entraves à formação dos seus trabalhadores por receio de futuras exigências de aumentos salariais ou então de fuga de trabalhadores numa expectativa de encontro de melhores condições laborais.

5.3. O efeito multiplicador das operações das unidades hoteleiras na economia do Município de Inhambane

5.3.1. Entrevista à Associação dos Empresários do Município de Inhambane

Segundo o sr. José da Cunha, presidente da AEMI, o facto da maioria dos turistas que visitam Inhambane serem provenientes da África do Sul e viajarem de transporte próprio, torna mais relevante para o comércio local as atividades operacionais das unidades hoteleiras do que o consumo direto dos próprios turistas.

As unidades hoteleiras adquirem principalmente produtos alimentares em fornecedores locais enquanto os turistas usufruem maioritariamente de serviços de restauração, de atividades de lazer e do comércio de *souvenires*.

Ao adquirirem produtos alimentares, os hotéis fazem-no muitas vezes em mercados municipais, sobretudo para comprar produtos hortícolas, peixes e mariscos, contribuindo dessa forma para várias atividades de subsistência de importância capital no seio da comunidade local.

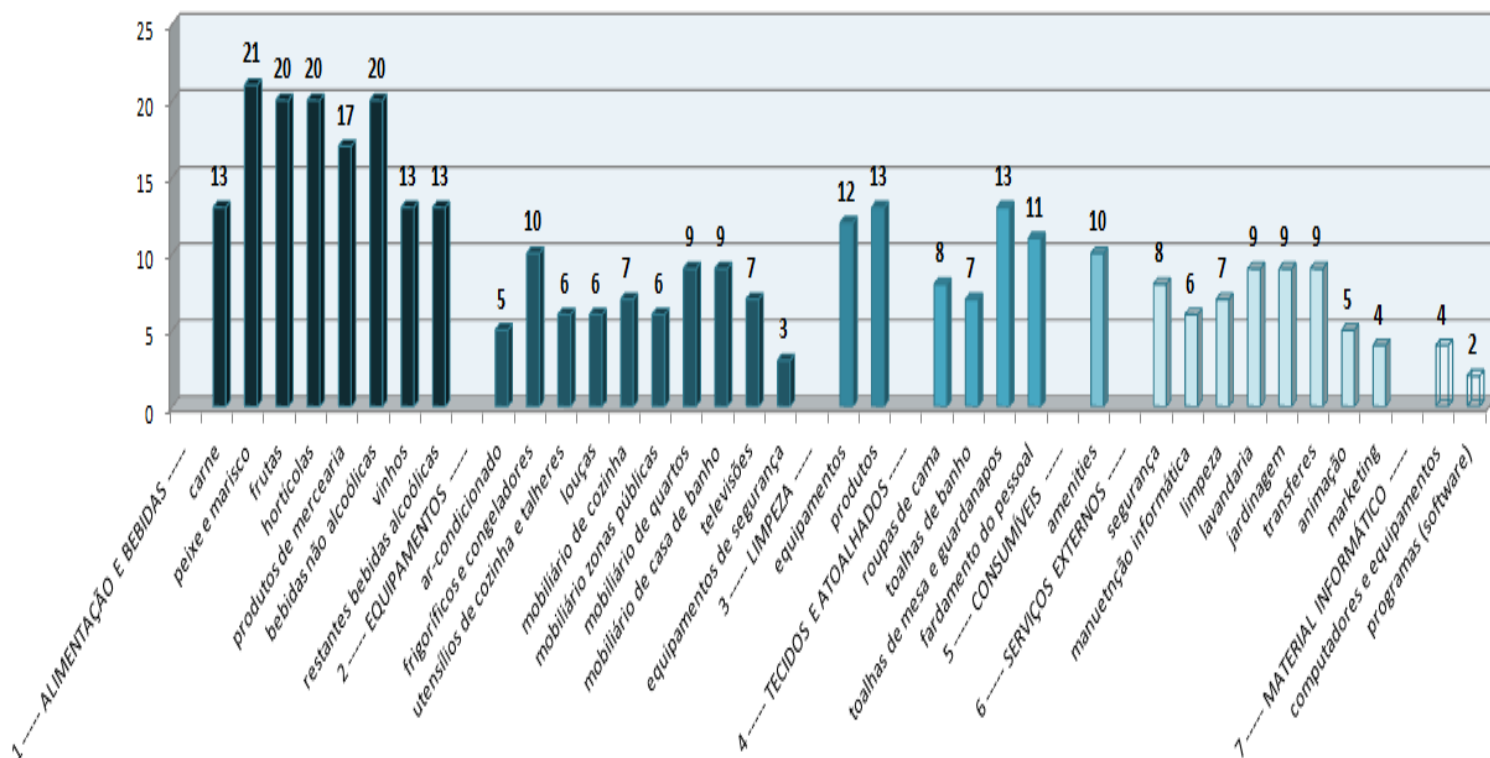
Quanto à competitividade dos comerciantes locais em angariarem clientes junto das unidades hoteleiras, esta é afetada pela distância a que a cidade de Inhambane se encontra do grande centro de comercialização de mercadorias que é a cidade de Maputo. Assim, é praticamente inevitável que pelos custos de transporte a maioria dos produtos disponíveis no mercado de Inhambane tenha um preço inflacionado. Este facto, contribui para que as unidades hoteleiras por vezes prefiram negociar diretamente com distribuidores de Maputo ou então pratiquem algumas das suas compras na cidade de Maxixe, capital económica da Província de Inhambane.

5.3.2. Questionário realizado às unidades hoteleiras (parte II)

Ao inquirir-se os diretores das unidades hoteleiras, percebeu-se que somente 45% das mesmas recorreram a empresas locais durante a fase de construção das suas instalações. Assim, das 22 unidades inquiridas, 12 unidades revelaram que construíram as suas instalações sem qualquer tipo de apoio de empresas sediadas no Município de Inhambane.

O mesmo cenário é observado quando em causa está a manutenção periódica das instalações hoteleiras. Somente 7 unidades hoteleiras assumem recorrer a empresas do município quando necessitam de efetuar alguma reparação nas suas infraestruturas ou equipamentos. Deste modo 15 unidades hoteleiras procuram caminhos alternativos, 13 delas (59%) afirma ter uma equipa de manutenção própria e as restantes 2 unidades revelam contratar empresas sediadas fora do Município de Inhambane.

GRÁFICO 6. PRODUTOS E SERVIÇOS FORNECIDOS POR EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE ÀS UNIDADES HOTELEIRAS



Fonte: o autor (2016)

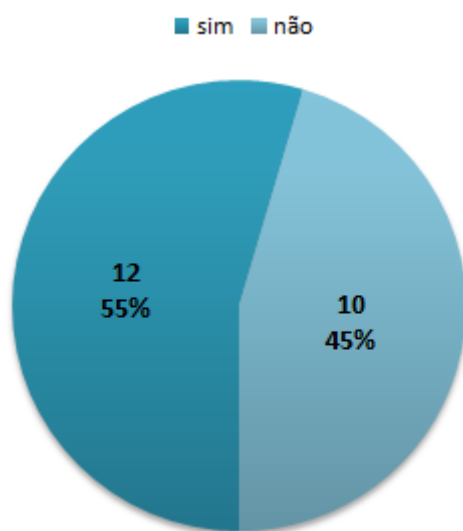
O gráfico 6, acima representado, demonstra que produtos ou serviços as unidades hoteleiras compram a empresas sediadas no Município de Inhambane. Tendo em consideração que em estudo estiveram 22 unidades hoteleiras, pode-se facilmente constatar a título de exemplo que apenas uma delas não compra peixe a empresas ou pescadores locais. Inversamente, e também em modo explicativo, apenas 4 unidades hoteleiras recorrem a empresas sediadas no município para lhe prestarem serviços de marketing.

Assim, constata-se que os produtos de alimentação e bebidas são os mais procurados junto das empresas de Inhambane, pois todos os itens têm uma percentagem de fornecimento acima dos 50%. Os produtos e equipamentos de limpeza assim como toalhas de mesa, guardanapos e fardamento do pessoal também constam da lista dos produtos mais fornecidos pelas empresas locais. Porém, é importante salientar que todos os outros produtos e serviços constantes no gráfico, confrangedoramente, não chegam a ser comprados por metade das unidades hoteleiras em estudo a empresas sediadas no município.

Quando questionadas pelos motivos que as fazem não comprar mais produtos ou serviços a empresas sediadas no Município de Inhambane, 45% das unidades hoteleiras respondem que os preços praticados pelas empresas do município são elevados e 55% das mesmas escudam-se na falta de oferta de produtos ou serviços por parte dos fornecedores locais. É de referir que 59% das

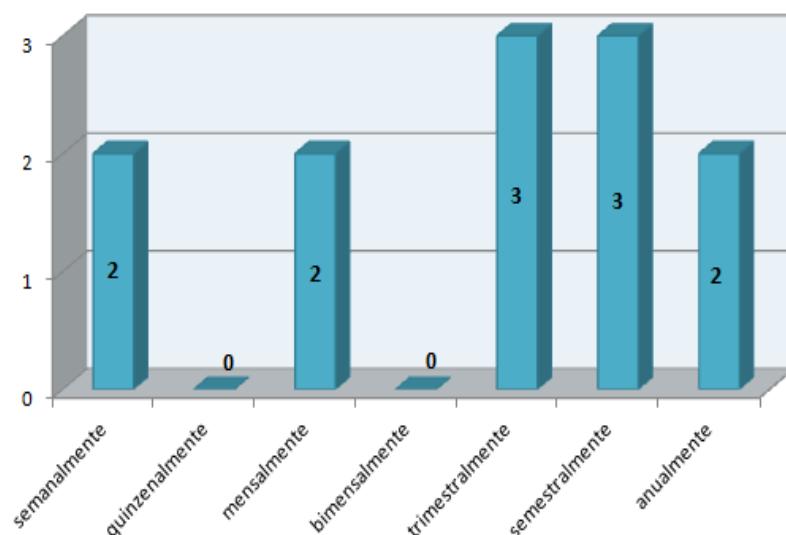
empresas hoteleiras afirmam que as práticas sócio-ambientais dos fornecedores sediados no município (número de empregados, salários praticados, adoção de operações ambientalmente responsáveis, etc...) é um dos critérios levados em consideração no momento de escolha.

GRÁFICO 7. CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS



Fonte: o autor (2016)

GRÁFICO 8. PERIODICIDADE DA CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS



Fonte: o autor (2016)

Outro contributo que as unidades hoteleiras podem dar ao desenvolvimento socioeconómico da comunidade de Inhambane é a contratação de artistas locais (**gráfico 7**), como forma de animação turística e divulgação da cultura endógena. Neste prisma, 55% das unidades hoteleiras inquiridas tem por hábito recorrer à contratação de artistas locais. Contudo quando se observa a periodicidade com que isso acontece (**gráfico 8**), constata-se que é de forma bastante irregular, pois 67% das unidades hoteleiras que contratam artistas locais para atuarem nas suas instalações só o faz de três em três meses (4 vezes por ano) ou com periodicidade ainda mais espaçada. Neste âmbito ainda, ao serem questionadas se costumam comercializar artesanato ou outro tipo de expressões artísticas provenientes de artistas locais nas suas instalações, 64% das unidades hoteleiras respondem afirmativamente.

Por fim, duas questões importantes foram colocadas: se costumam promover itinerários turísticos que contemplem atividades de lazer no seio das comunidades locais e se possuem algum centro de reservas fora do território moçambicano.

À primeira questão 59% das unidades hoteleiras responderam que sim, promovem itinerários turísticos onde a população tem um papel ativo. Mais preocupante é que praticamente metade das mesmas, 9 unidades hoteleiras (41%), afirmam possuir centro de reservas fora de Moçambique.

5.4. Qualidade da oferta de emprego proporcionada pelas unidades hoteleiras

5.4.1. Entrevista à Diretora da Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social

A entrevista na DPTTESS foi realizada com a Sra. Diretora da DPTTESS, dra. Leonilde Fruquia.

Segundo a dra. Fruquia, o pagamento de salários abaixo do ordenado mínimo nacional constitui uma prática relativamente comum entre as unidades hoteleiras. Esta realidade é fruto da debilidade económica que grande parte da comunidade local enfrenta³⁹.

De forma a não serem identificadas, as unidades hoteleiras descontam para segurança social sobre o valor do ordenado mínimo. Este tipo de comportamento visa fugir ao cruzamento de dados entre instituições e assim dificultar ao máximo a fiscalização das autoridades.

Ciente também que grande parte da força trabalhadora das unidades hoteleiras não possui qualquer tipo de formação profissional, a DPTTESS através do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (entidade por si tutelada) oferece cursos de capacitação profissional nas mais diversas áreas hoteleiras.

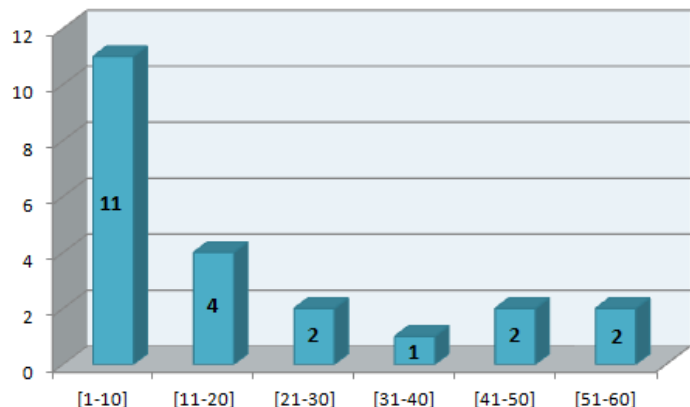
Outro fator de preocupação, reside na dificuldade que os trabalhadores provenientes das comunidades locais têm para alcançar cargos decisórios ou de chefia. A dra. Fruquia revela que já existem cotas estipuladas para o número máximo de trabalhadores estrangeiros por cada unidade hoteleira. Porém, é muito complicado fazer com que os investidores estrangeiros ponham as suas unidades hoteleiras nas mãos de gestores ou diretores locais, uma vez que a falta de qualificações académicas e até de experiência diretiva dos habitantes locais não pode ser escamoteada.

Por último, quanto à gritante desigualdade de género no número de trabalhadores das unidades hoteleiras, a sra. diretora da DPTTESS revela que esse facto resulta de valores culturais. Sendo a sociedade de Inhambane muito conservadora, ainda persiste a ideia que as mulheres devem cuidar da família. Assim, depois do casamento (que acontece relativamente cedo), a maioria dos homens exige às suas esposas que se dediquem inteiramente às atividades domésticas.

³⁹ Segundo o Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares a taxa de desemprego na Província de Inhambane cifra-se nos 16,4%. Contudo, perante o mesmo estudo, a taxa de desemprego nas áreas urbanas é 17% superior quando comparado com as áreas rurais. Sendo o Município de Inhambane uma área urbana estima-se uma taxa de desemprego de 25%. Fonte: INE (2012)

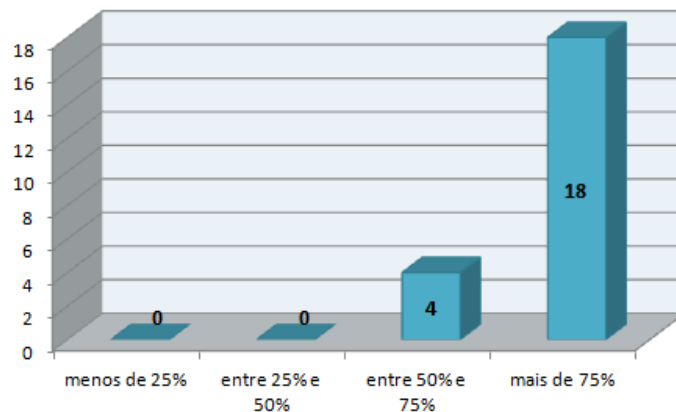
5.4.2. Questionário realizado às unidades hoteleiras (parte III)

GRÁFICO 9. NÚMERO DE TRABALHADORES POR UNIDADE HOTELEIRA



Fonte: o autor (2016)

GRÁFICO 10. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES LOCAIS

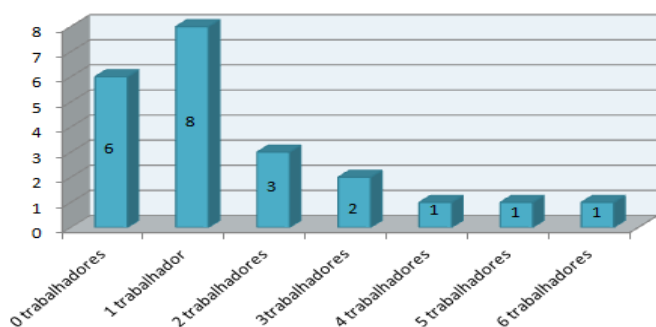


Fonte: o autor (2016)

Como ilustram os gráficos acima, 50% das unidades hoteleiras são de pequena dimensão e não possuem mais de 10 trabalhadores. Quanto à origem da força de trabalho, 18 unidades hoteleiras afirmam que mais de 75% dos seus trabalhadores são provenientes da comunidade local, enquanto 4 unidades hoteleiras confidenciam que “apenas” 50% a 75% dos seus empregados são oriundos do Município de Inhambane.

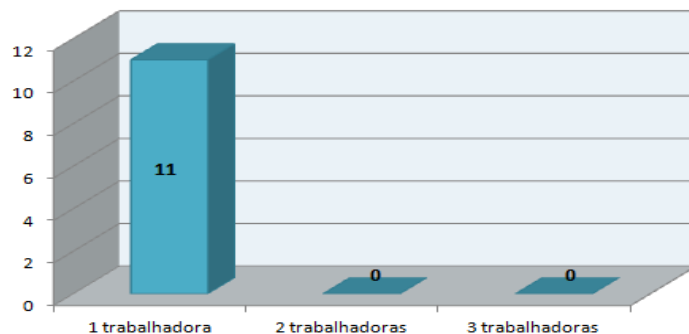
De um total estimado de 428 empregados, somente 14 trabalhadores provenientes do Município de Inhambane possuem curso superior. Acresce dizer que esses 14 trabalhadores estão dispersos por apenas 7 unidades hoteleiras. Assim, conclui-se que 68% das unidades hoteleiras não empregam trabalhadores oriundos da comunidade local que possuam curso superior.

GRÁFICO 11. NÚMERO DE TRABALHADORES LOCAIS COM CARGO DE CHEFIA POR UNIDADE HOTELEIRA



Fonte: o autor (2016)

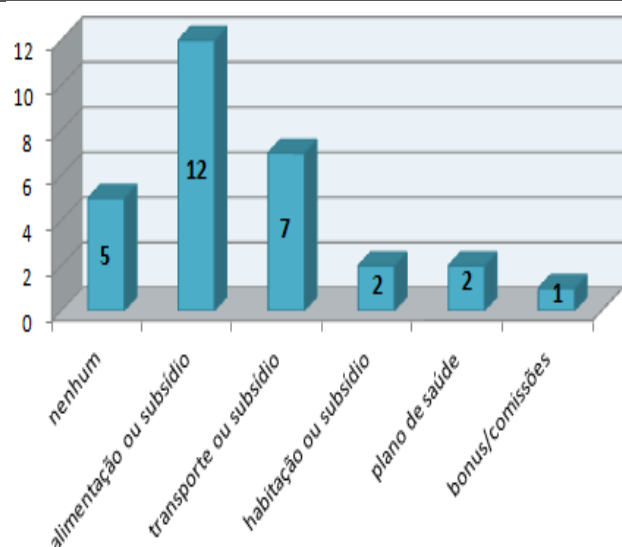
GRÁFICO 12. NÚMERO DE TRABALHADORES LOCAIS COM CARGOS DE CHEFIA E DO GÉNERO FEMININO POR UNIDADE HOTELEIRA



Fonte: o autor (2016)

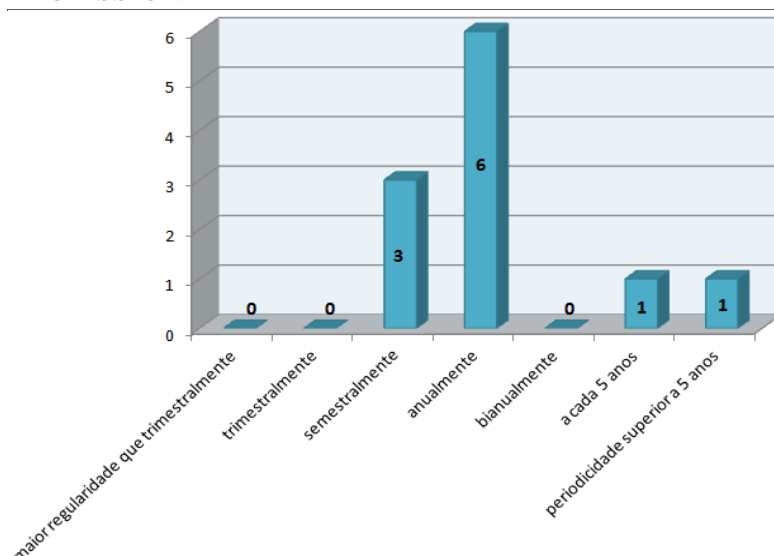
Quanto ao número de trabalhadores com cargos de chefia (**gráfico 11**), sejam eles diretivos ou operacionais, 27% dos estabelecimentos afirmam não possuir nenhum chefe oriundo do município, 36% das unidades hoteleiras dizem possuir apenas 1 trabalhador da comunidade local com cargo de chefia, 14% das mesmas assumem ter 2 trabalhadores naturais de Inhambane com cargos de chefia, 9% das unidades hoteleiras admitem ter 3 trabalhadores locais com cargo de chefia e 5% indicou que possui 4 trabalhadores oriundos do território em estudo com cargos de chefia. A mesma percentagem (5%) corresponde às unidades que afirmam ter 5 trabalhadores e 6 trabalhadores provenientes do Município de Inhambane e que desempenham funções de chefia. Relativamente a cargos de chefia do género feminino (**gráfico 12**), só se identificaram 11 trabalhadoras e todas elas dispersas por 11 estabelecimentos hoteleiros.

GRÁFICO 13. REGALIAS EXTRA-SALARIAIS POR UNIDADE HOTELEIRA



Fonte: o autor (2016)

GRÁFICO 14. PERIODICIDADE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Fonte: o autor (2016)

Outro fator que contribui para a qualidade da oferta de emprego são as regalias extra-salariais que as empresas oferecem aos seus trabalhadores. Como se observa no **gráfico 13**, 77% as unidades hoteleiras do Município de Inhambane oferecem regalias extra-salariais aos seus trabalhadores. Assim, alimentação ou subsídio de alimentação são as regalias mais usufruídas pelos trabalhadores hoteleiros no Município de Inhambane, seguido de transporte ou subsídio de transporte, habitação ou subsídio de habitação, planos de saúde e bónus ou comissões.

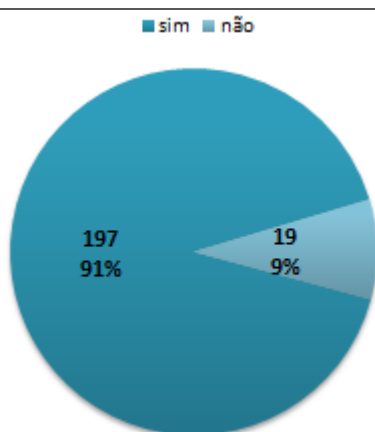
Quanto à formação profissional (**gráfico 14**), existe um empate técnico entre as unidades que afirmam já terem apostado na formação dos seus trabalhadores e aquelas que admitem que nunca o fizeram. Assim, 9 unidades de alojamento dão formação profissional aos seus trabalhadores com

periodicidade igual ou inferior a um ano, enquanto 2 estabelecimentos só assumem formar os seus trabalhadores com periodicidade igual ou superior a cinco anos.

Em melhor conta para os diretores hoteleiros estão as políticas de promoção interna quando necessitam de substituir alguém que possui cargos de chefia. Neste capítulo, 15 unidades hoteleiras (68%) relatam que apostam na promoção interna dos seus trabalhadores, enquanto 7 unidades hoteleiras (32%) assumem que nunca precisaram de o fazer ou então que recorrem à contratação de pessoas externas à empresa.

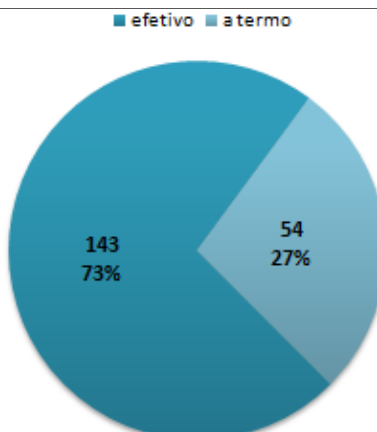
5.4.3. Questionário realizado aos trabalhadores das unidades hoteleiras (parte II)

GRÁFICO 15. EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO



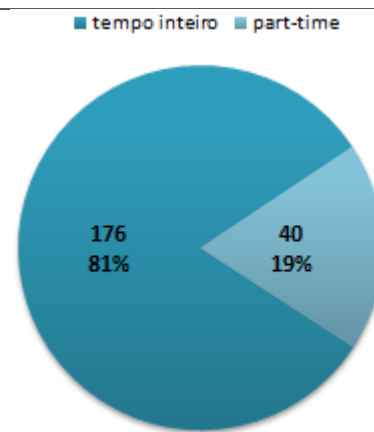
Fonte: o autor (2016)

GRÁFICO 16. TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO



Fonte: o autor (2016)

GRÁFICO 17. REGIME LABORAL



Fonte: o autor (2016)

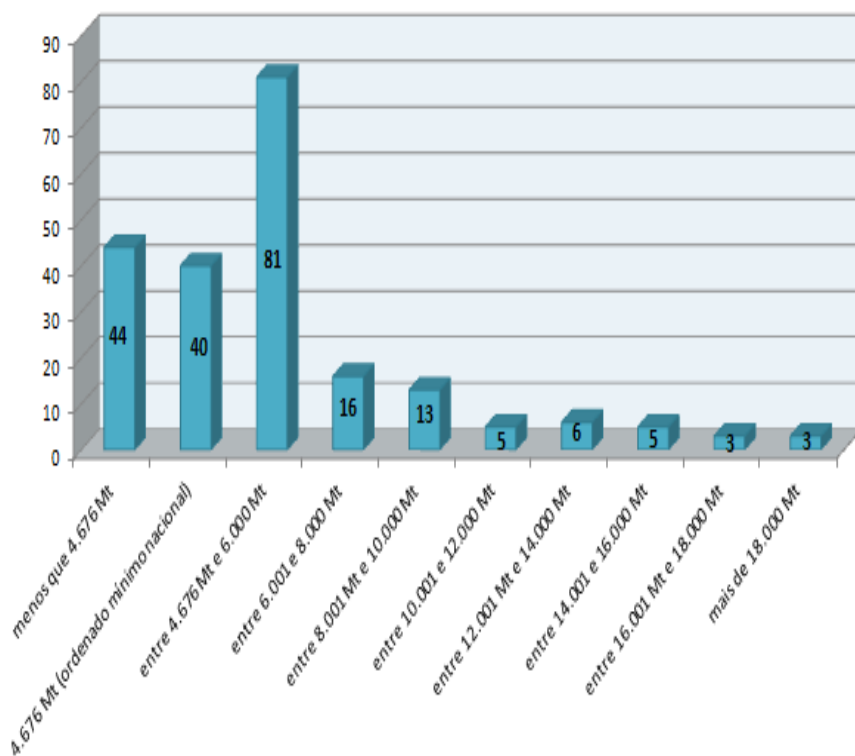
Dos 216 trabalhadores inquiridos, 197 (91%) afirma possuir contrato de trabalho com a sua entidade empregadora (**gráfico 15**). Desses 197 trabalhadores com contrato de trabalho, 143 (73%) afirmam estar efetivos nas empresas hoteleiras enquanto 54 (27%) dizem possuir contratos a termo certo (**gráfico 16**). Quanto ao regime laboral, 176 (81%) trabalham a tempo inteiro e 40 (19%) trabalham em regime de *part-time* (**gráfico 17**).

Sobre o número de dias das folgas semanais, somente 2% dos inquiridos afirma não possuir folgas semanais, 88% confessa ter um dia de folga semanal e 11% diz gozar de dois dias de folga por semana.

No que concerne ao respeito das unidades hoteleiras pelo cumprimento das horas laborais assim como pelos dias de folga semanais, 75% dos trabalhadores responde que a sua entidade empregadora respeita as suas horas laborais e 96% diz que as unidades hoteleiras respeitam as folgas semanais dos trabalhadores.

GRÁFICO 18. NÍVEL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL

QUADRO 6. SALÁRIO E NÍVEL DE VIDA EM MOÇAMBIQUE



Fonte: o autor (2016)

| Individual | MZN por mês | |
|---|-------------|-------|
| | Min | Max |
| Linha de Pobreza do banco Mundial | 970 | - |
| Linha de Pobreza Nacional | 4373 | - |
| Salário Mínimo | 3000 | 7800 |
| Salário de Subsistencia | 3610 | 6360 |
| Salário de trabalhador sem formação | 3500 | 5500 |
| Salário de trabalhador com formação média | 5000 | 9000 |
| Salário de trabalhador especializado | 7000 | 16000 |

Fonte: WageIndicator Foundation (2016)

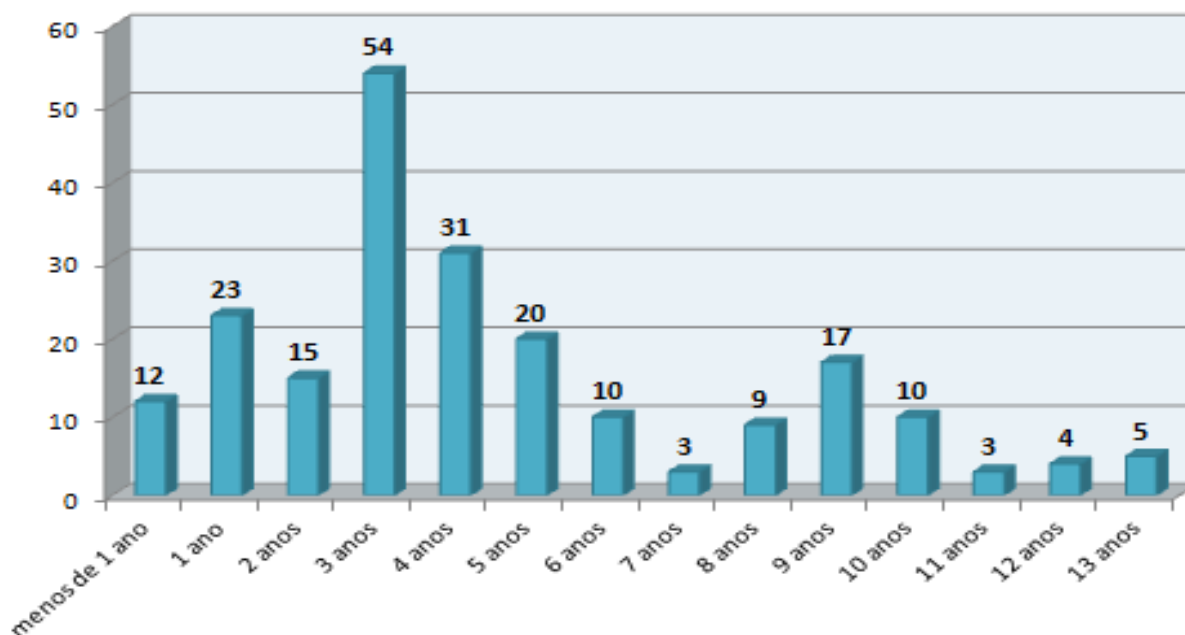
Observando os salários auferidos pelos trabalhadores inquiridos (**gráfico 18**) e cruzando a informação com os dados do **quadro 6**, depara-se com uma realidade preocupante: 20% dos trabalhadores confessam receber menos que o salário mínimo estipulado pelo Governo de Moçambique para o setor das Atividades de Serviços Não Financeiros⁴⁰ e encontram-se neste momento abaixo da linha de pobreza nacional. Deste modo, ao juntar-se os trabalhadores que auferem menos que o salário mínimo com os que ganham o salário mínimo nacional (4.676 meticais), chega-se a uma percentagem de 39% de trabalhadores. Conclui-se também que 77% dos

⁴⁰ Em Moçambique existem salários mínimos diferenciados para cada ramo de atividade profissional. A atividade turística e hoteleira está englobada no setor das Atividades de Serviços Não Financeiros cujo salário mínimo até 31 de Março de 2016 é de 4.676 meticais. Segundo o artigo 85 da lei do trabalho, as horas normais de trabalho não deverão exceder 48 horas por semana e 8 horas por dia. Fonte: WageIndicator Foundation (2015)

trabalhadores (165 pessoas) auferem salários considerados de subsistência, isto é, até abaixo de 6.360 meticais.

Quando questionados se alguma vez usufruíram de formação profissional oferecida pela sua entidade empregadora, 158 trabalhadores (73%) responderam negativamente e somente 58 trabalhadores (27%) afirmaram que a sua unidade hoteleira lhe proporcionou tal benefício.

GRÁFICO 19. TEMPO DE TRABALHO NAS UNIDADES HOTELEIRAS



Fonte: o autor (2016)

O **gráfico 19** dá-nos a perspetiva dos anos de trabalho de cada trabalhador na sua unidade hoteleira. Pode-se verificar que 143 trabalhadores (66%) trabalham nas suas respetivas unidades hoteleiras num intervalo temporal de 1 ano a 5 anos. Da amostra inquirida, constam indivíduos que trabalham há menos de 1 ano (12 trabalhadores) até indivíduos que trabalham há mais de 13 anos (5 trabalhadores).

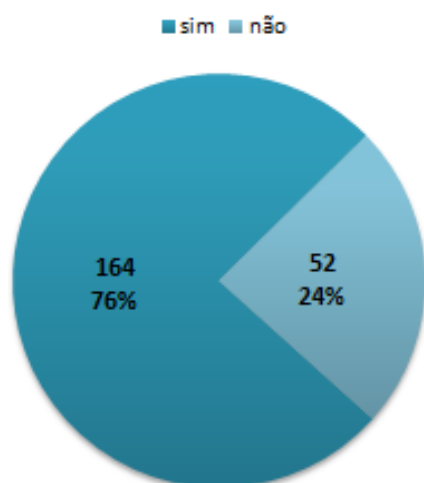
Analisando o tema das promoções hierárquicas, 149 trabalhadores (69%) queixam-se de nunca terem visto o seu esforço recompensado com uma promoção, ao contrário, 67 trabalhadores (31%) regozijam-se por já terem sido alvo de algum tipo de progressão na carreira. No entanto, e algo surpreendentemente, 123 trabalhadores (57%) afirmam que as unidades hoteleiras onde trabalham dão-lhes a perspetiva de poderem progredir na carreira, ao invés, 93 trabalhadores (43%) pensam não ter qualquer hipótese de progressão ao continuar a trabalhar na mesma empresa.

Sobre a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho analisou-se duas perspetivas distintas:

- a) a igualdade entre trabalhadores oriundos do Município de Inhambane e os demais trabalhadores;
- b) a igualdade de género.

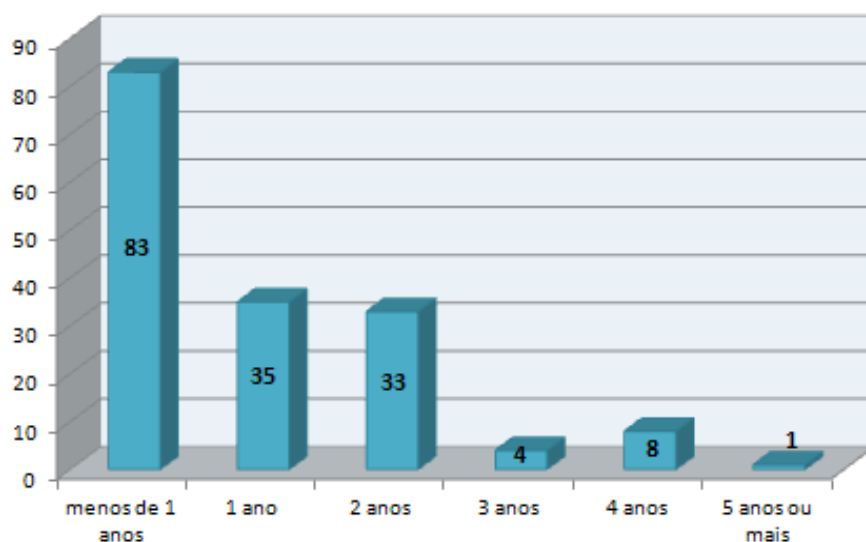
Assim, no respeitante à igualdade entre trabalhadores locais e os demais, 170 trabalhadores (74%) responderam que existe igualdade de oportunidades, enquanto 56 trabalhadores (26%) disseram sentir algum tipo de discriminação. Quanto à igualdade de género, 188 trabalhadores (87%) afirmam que a igualdade de oportunidades está assegurada e somente 28 trabalhadores (13%) pensam existir algum tipo de benefício em prol dos homens.

GRÁFICO 20. OCORRÊNCIA DE AUMENTO SALARIAL



Fonte: o autor (2016)

GRÁFICO 21. TEMPO DECORRIDO DESDE O ÚLTIMO AUMENTO SALARIAL



Fonte: o autor (2016)

O **gráfico 20** reflete as respostas dos trabalhadores quando questionados se já usufruíram de aumentos salariais ao longo da sua carreira nas atuais unidades hoteleiras. Assim, 164 trabalhadores (76%) dizem já terem sido aumentados pelo menos uma vez, embora 52 trabalhadores (24%) admitam que tal realidade nunca aconteceu. Inquirindo os trabalhadores que assumiram já terem sido salarialmente aumentados, percebe-se pelo **gráfico 21** que 151 trabalhadores (92%) viram os seus salários aumentarem nos últimos 2 anos e apenas 13 trabalhadores (8%) não são aumentados há 3 ou mais anos.

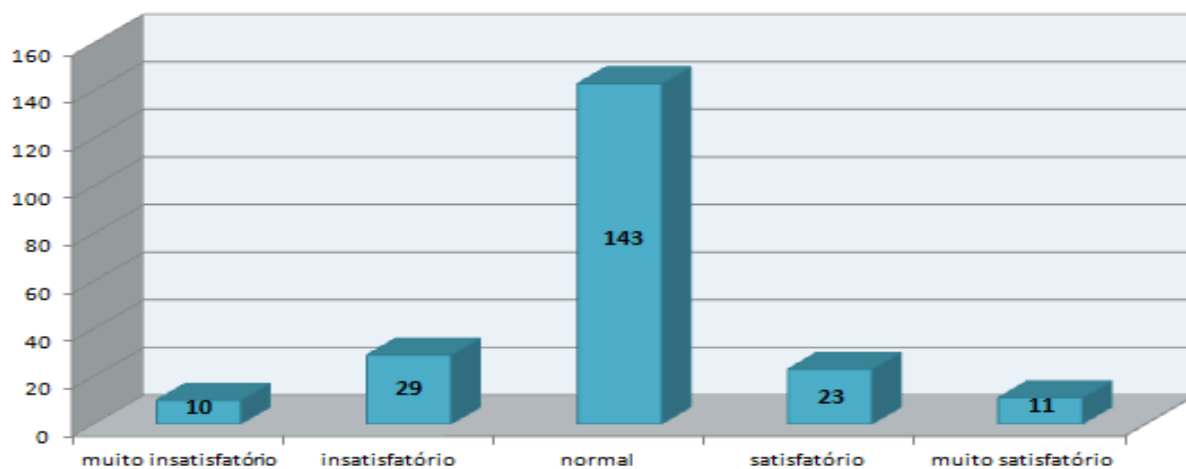
De modo a analisar a satisfação no trabalho vários itens são tidos em consideração: a justiça salarial, a capacidade do salário em fazer face ao custo de vida, o reconhecimento do desempenho profissional, o respeito existente nas relações laborais, o sentimento de “bem-estar” pelo desempenho das atuais funções e o sentimento de evolução pessoal.

Neste contexto, apenas 70 trabalhadores (32%) consideram o salário que auferem justo, 146 trabalhadores (68%) pensam merecer um salário melhor.

O cenário piora quando os trabalhadores das unidades hoteleiras são questionados sobre a capacidade dos seus salários em fazer face aos custos de vida. Aí, somente 31 trabalhadores (14%) afirmam que o salário que auferem é suficiente para fazer face às suas despesas mensais, enquanto 185 trabalhadores (86%) assume que o salário é escasso. Deste modo, 78 trabalhadores (36%) revelam que praticam uma segunda atividade económica na tentativa de cobrir todos os seus custos mensais.

Mais animadores são os números que espelham a natureza do relacionamento entre os trabalhadores e os diretores das unidades hoteleiras. Sobre tal, 163 trabalhadores (75%) consideram que o seu desempenho profissional é valorizado pelas suas chefias. No seguimento, 124 trabalhadores (57%) afirmam possuir chefes de nacionalidade estrangeira e desses, apenas 30 trabalhadores (24%) assumem já terem sentido algum tipo de desrespeito por parte do seu chefe estrangeiro por serem trabalhadores provenientes da comunidade local.

GRÁFICO 22. AVALIAÇÃO DO AMBIENTE LABORAL



Fonte: o autor (2016)

Perante os dados anteriormente apresentados, o **gráfico 22** representa a avaliação geral dos trabalhadores das unidades hoteleiras sobre o seu ambiente laboral. Como se pode observar, a esmagadora maioria, 143 trabalhadores (66%) consideram o seu ambiente laboral normal. Aqueles que avaliam o seu ambiente de trabalho negativamente ascendem a 39 trabalhadores (18%) e os que avaliam o seu ambiente de trabalho de forma positiva contabilizam um total de 34 trabalhadores (16%).

Assim, ao serem questionados se aceitariam mudar de atividade profissional recebendo o exatamente o mesmo salário, 111 trabalhadores (51%) afirmam que sim. Sobre se gostariam de abandonar a sua atividade profissional para incorporar os quadros do aparelho do Estado (em Moçambique o Estado é o principal empregador) 138 trabalhadores (64%) responderam afirmativamente e apresentam como principais motivos a segurança laboral, o respeito pelas horas de trabalho, os finais de semana livres e as regalias como o 13º salário.

Quanto ao contacto com os turistas, 199 trabalhadores (92%) assumem ter prazer em trabalhar diretamente com turistas e 169 trabalhadores (78%) afirmam que esse contacto direto tem benefícios reais nas suas vidas, apontando como motivos as experiências culturais, a aprendizagem de novas línguas e as ofertas (roupa, acessórios, material electrónico, comida, etc...).

5.5. Contributo das unidades hoteleiras para as infraestruturas de “bem-estar” locais

5.5.1. Entrevista à Direção Provincial da Cultura e Turismo (parte II)

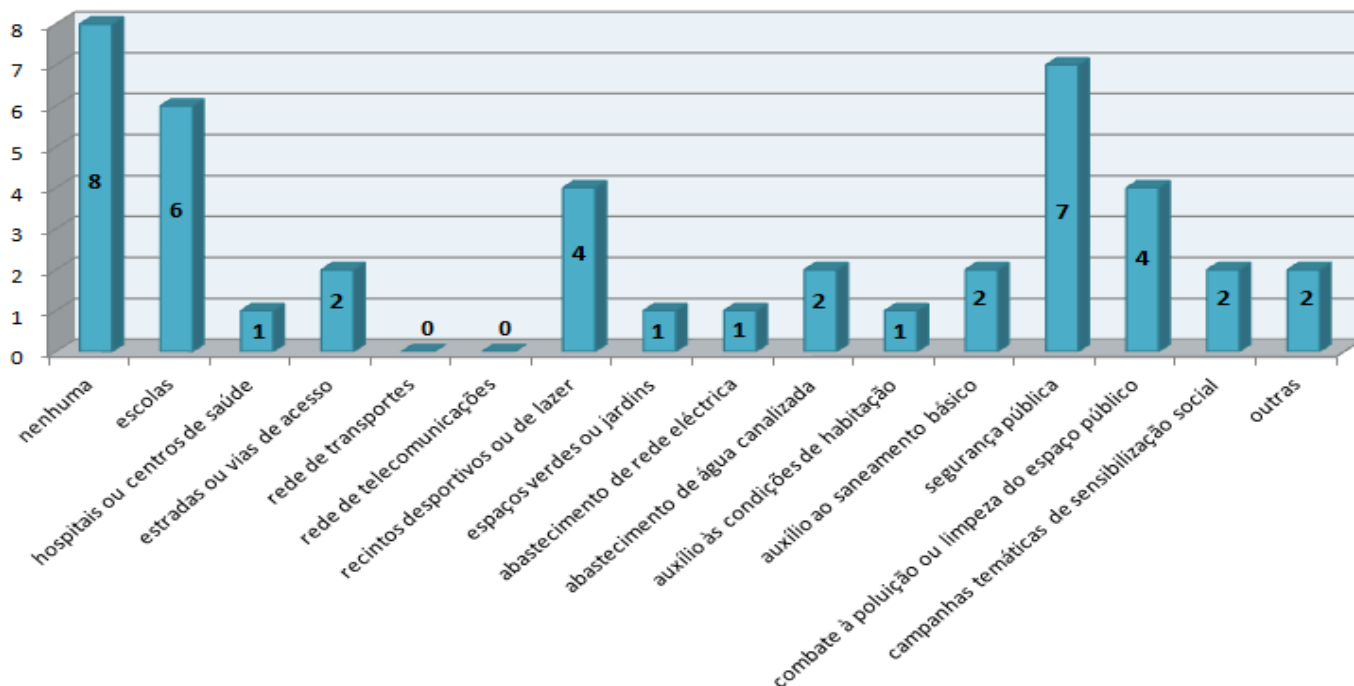
Sobre qual o contributo que as unidades hoteleiras têm na melhoria das infraestruturas do Município de Inhambane, o dr. Nhavane esclarece que os investimentos hoteleiros no território em estudo são maioritariamente em projetos de pequena dimensão. Este facto concorre para que as unidades hoteleiras não tenham um poderio económico nem um impacto territorial para que possam ter um grande peso na construção ou melhoria das infraestruturas relevantes do município.

Contudo, esses mesmos empreendimentos têm uma importância grande ao nível da responsabilidade social, pois são inúmeros os casos de apoio à construção de salas de aula, na abertura de poços de água, limpeza do espaço público, etc...

5.5.2. Questionário realizado às unidades hoteleiras (parte IV)

Relativamente ao contributo que os estabelecimentos hoteleiros dão à construção ou melhorias das infraestruturas de apoio social no Município de Inhambane, 14 unidades hoteleiras (64%) afirmam apoiar instituições de cariz social como por exemplo igrejas, escolas, orfanato, casa da cultura e Cruz Vermelha. Porém, quando confrontados com a possibilidade de cederem as suas instalações para eventos de cariz social, somente 8 unidades hoteleiras (36%) admitem já o ter feito.

GRÁFICO 23. INFRAESTRUTURAS OU CAMPANHAS NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE APOIADAS PELAS UNIDADES HOTELEIRAS



Fonte: o autor (2016)

Deste modo, o **gráfico 23** ilustra as infraestruturas ou campanhas de carácter social que as unidades hoteleiras do Município de Inhambane relatam já terem contribuído para as suas construções, melhorias ou execuções. Como se pode observar, 8 unidades hoteleiras (36%) assumem nunca terem contribuído para algo semelhante. De resto, 7 unidades hoteleiras (32%) afirmam terem contribuído com donativos para as forças de segurança pública, 6 unidades hoteleiras (27%) contribuíram para a reconstrução de escolas e melhoria das salas de aula, 4 unidades hoteleiras (18%) dizem ter apoiado a melhoria de infraestruturas desportivas ou de lazer assim como contribuído para campanhas de combate à poluição ou limpeza do espaço público. As restantes contribuições, como se constata, são bastante residuais.

As unidades hoteleiras foram também confrontadas sobre a existência de protocolos com instituições de ensino uma vez que o Município de Inhambane aloja a Escola Superior de Hotelaria e Turismo, o Instituto Eduardo Mondlane (instituto com cursos profissionalizantes na área hoteleira) e o Centro de Formação em Hotelaria e Turismo de Inhambane. Desoladoramente, apenas 3 unidades hoteleiras (9%) afirmam terem protocolos formais com as instituições de ensino acima referidas. Uma com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo e duas com o Instituto Eduardo Mondlane.

5.6. As políticas de preservação ambiental das unidades hoteleiras

5.6.1. Entrevista à Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Para esclarecer as políticas ambientais vigentes no Município de Inhambane assim como quais os impactes ambientais advindos das operações das unidades hoteleiras, foi entrevistado o Diretor da DPTADR, o dr. Diogo Borges.

Questionado sobre qual o impacte que a atividade turística tem tido no Município de Inhambane, o dr. Diogo Borges afirma que como qualquer atividade humana, o turismo também tem sempre impactes ambientais. No mínimo, a construção das infraestruturas turísticas tem consequências ao nível da flora e fauna locais.

Sobre o impacte específico das unidades hoteleiras no meio ambiente, o entrevistado divide-as em três grandes categorias: construção, operação e desativação. Os impactes de construção reduzem a vegetação e os habitats, os de operação englobam o lixo e a poluição resultantes das atividades operacionais e os de desativação resultam dos entulhos provenientes das demolições das infraestruturas.

Como o Município de Inhambane não possui aterros sanitários, todo o lixo produzido acaba por ser conduzido para as lixeiras municipais. Porém, existem empresas sediadas no município especializadas em tratamento de lixo segregado. Assim, as unidades hoteleiras deveriam no mínimo segregar o lixo, isto é, separar o lixo orgânico do não orgânico, ato que o diretor da DPTADR diz não acontecer.

Outros comportamentos ambientalmente responsáveis, segundo o dr. Diogo Borges, que as unidades hoteleiras deveriam cumprir resumem-se à reutilização para outros fins de materiais como garrafas plásticas ou papel, o retorno de alguns materiais às fábricas de produção para serem reutilizados como acontece com garrafas de vidro e a entrega de materiais plásticos em empresas especializadas na sua reciclagem. É de ressaltar que todas estas informações são passadas às unidades hoteleiras pela DPTADR.

Constata-se também um problema relacionado com a falta de uma rede de saneamento no Município de Inhambane. Neste contexto, todas as unidades hoteleiras recorrem a fossas sépticas. Este problema é ainda mais preocupante quanto se sabe que grande parte das unidades hoteleiras faz utilização de águas provenientes de furos. Podendo as fossas sépticas contaminar os lençóis freáticos, existe um claro risco para a saúde de quem consome esse tipo de águas.

5.6.2. Entrevista à Direção Provincial da Cultura e Turismo (parte III)

Quando questionado sobre o papel da DPCT no combate à degradação ambiental resultante da implementação da atividade hoteleira no Município de Inhambane (são inúmeros os casos de construção de infraestruturas em betão na primeira linha costeira), o dr. Nhavene escuda-se no facto da DPCT ser a última entidade a dar o seu parecer no processo de certificação das unidades hoteleiras. Assim, quando os processos chegam até si, já vêm com todos os certificados ambientais exigidos. Como forma de contornar essa situação, o dr. Nhavene afirma ser necessário uma maior cooperação institucional entre as autoridades competentes na certificação das unidades hoteleiras, defendendo até a criação de equipas multissetoriais que possam analisar com mais qualidade os projetos de investimento turístico

5.6.3. Questionário realizado às unidades hoteleiras (parte V)

Na tentativa de perceber quais as políticas ambientais seguidas pelas unidades hoteleiras do Município de Inhambane, inquiriram-se os diretores hoteleiros sobre a qualidade da construção das suas infraestruturas, a responsabilidade ambiental do seu departamento de alimentação e bebidas, o uso racional e eficiente de água e energia, hábitos de reciclagem, uso de químicos e estratégias tendentes à consciencialização dos hóspedes para a adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis.

Questionados sobre se as infraestruturas das suas unidades hoteleiras são “amigas do ambiente”, 19 diretores hoteleiros (86%) responderam que sim.

Sobre se os seus departamentos de alimentação e bebidas possuem a preocupação de comprar alimentos biológicos ou pouco industrializados, 10 unidades hoteleiras (45%) afirmam que sim e a maioria, 12 unidades hoteleiras (55%), confessam que não.

Onde existe unanimidade é na consciencialização dos trabalhadores para a importância do uso racional e eficiente de recursos como energia, água, papel ou químicos. A totalidade das unidades hoteleiras (100%) declaram que os seus trabalhadores estão alertados para a adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis.

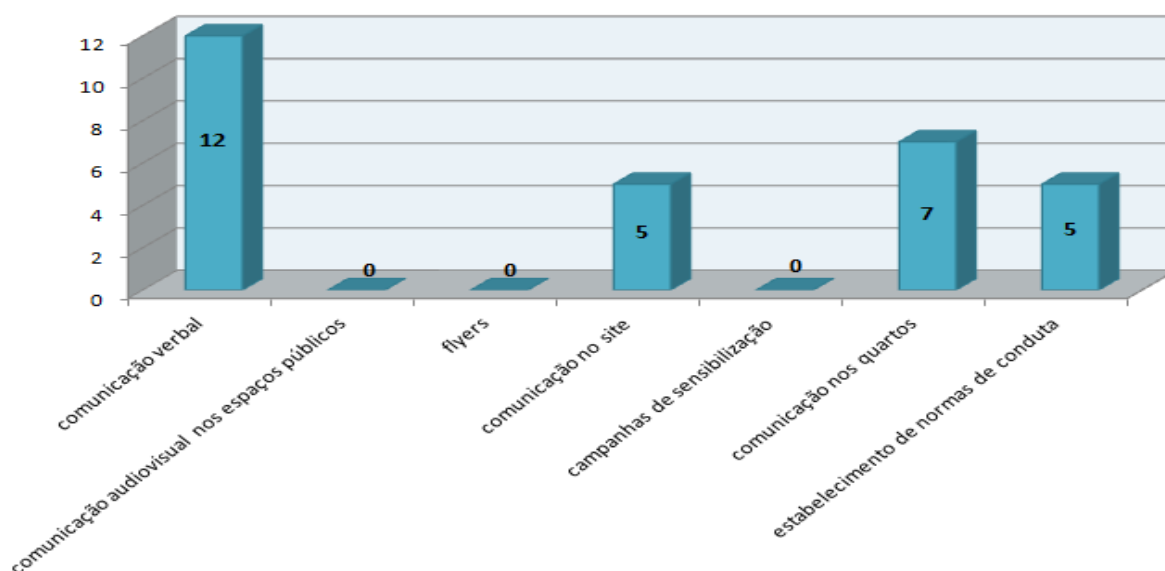
Quanto à aquisição de sistemas automáticos de redução do consumo de água e energia os números não são tão animadores. Somente 6 unidades hoteleiras (27%) possuem sistemas automáticos de redução do consumo de água e 9 unidades hoteleiras (41%) estão apetrechadas com sistemas automáticos de redução do consumo de energia. O mesmo cenário ocorre quanto a sistemas de tratamento e reutilização de águas, onde apenas 7 unidades hoteleiras (32%) apostaram na aquisição de sistemas semelhantes.

Os números pioram ainda mais quando confrontadas com a utilização de fontes de energia renováveis. Quanto a esta realidade, apenas 4 unidades hoteleiras (18%) dizem fazer uso de fontes de energia renováveis como painéis solares.

A reciclagem de lixo e resíduos parece fazer parte das operações da maioria das unidades hoteleiras. Assim, 12 unidades hoteleiras (55%) declaram reciclar parte do lixo gerado pelas suas operações ou reutilizar alguns dos seus resíduos.

A minimização do uso de químicos em produtos de limpeza e de jardinagem é uma preocupação partilhada por 17 unidades hoteleiras (77%).

GRÁFICO 24. ESTRATÉGIAS DE CONSCIENCIALIZAÇÃO DE HÓSPEDES PARA ADOÇÃO DE COMPORTAMENTOS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS



Fonte: o autor (2016)

Por último, 17 unidades hoteleiras (77%) afirmam tentar consciencializar os hóspedes para a prática de atitudes ambientalmente responsáveis. Dessas 17 unidades hoteleiras, 12 unidades hoteleiras (32%) fazem-no oralmente, 7 unidades hoteleiras (55%) através de mensagens nos quartos quanto à utilização de torneiras, reposição de toalhas e roupa de cama, 5 unidades hoteleiras (23%) através de informações nos seus websites e outras 5 unidades hoteleiras (23%) estabelecendo regras de conduta obrigatórias, previamente comunicadas antes da efetivação da reserva.

6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Caracterização dos grupos em estudo

6.1.1. Unidades hoteleiras

Analisando as unidades hoteleiras inquiridas, observa-se que o desenvolvimento turístico do Município de Inhambane assenta em grande parte na abertura do seu território às empresas turísticas estrangeiras e multinacionais, pois 64% das unidades hoteleiras sediadas no município, parcialmente ou na totalidade, são fruto de investimentos de capital estrangeiro.

Este facto, traduz-se numa visível importação de mão-de-obra internacional para os cargos de direção, consubstanciando Hjalager (2007) que afirma que importação de mão-de-obra é prática recorrente para colmatar a falta de *know-how*, uma vez que 59% das unidades hoteleiras possuem estrangeiros em cargos de chefia.

Porém, o autor supracitado defende também que ao internacionalizarem-se, as empresas turísticas devem apostar no desenvolvimento de *clusters* e serviços integrados de forma a tornarem-se competitivos. Essa realidade no Município de Inhambane não se observa. Talvez por se tratarem de empresas de pequenas dimensões, somente 23% das mesmas afirma possuir uma segunda atividade económica no município.

O que também não se verifica de forma evidente são as ideias preconizadas por Sharpley e Telfer (2008), ao afirmarem que os estabelecimentos turísticos internacionais conferem aos destinos infraestruturas de qualidade e uma capacidade impar de captar o turismo internacional. Para isso concorre o facto de o Município de Inhambane não ter conseguido ainda captar o investimentos de grandes marcas hoteleiras internacionais com o devido reconhecimento de *standards* de qualidade e de confiança.

Deste modo, os empreendimentos hoteleiros do Município de Inhambane compostos sobretudo por *lodges*, secundados por pequenos hotéis e *guest houses*.

6.1.2. Trabalhadores das unidades hoteleiras

Os trabalhadores das unidades hoteleiras provenientes da comunidade local encaixam-se quase na perfeição no caracterizado pela ILO (2010), maioritariamente com idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos, ocupando uma extensa variedade de cargos profissionais de nível operacional e intermédio e com habilitações académicas heterogéneas mas pouco qualificadas, fundamentalmente entre a 4ª classe e o 12º ano de escolaridade.

A “surpresa” reside no reduzido número de trabalhadores do género feminino, estimado em apenas 34% do total de trabalhadores. A esta realidade, estão subjacentes fortes fatores culturais, fatores esses que ainda hoje subjagam as mulheres moçambicanas remetendo-as somente para às lides domésticas após o casamento e que origina uma redução do contributo da hotelaria nos orçamentos familiares da população local.

Tratando-se Moçambique de um país em vias de desenvolvimento, acaba por revelar-se natural a falta de qualificação de mão-de-obra que caracteriza os trabalhadores locais, pois 61% do capital humano afirma não possuir nenhum tipo de formação profissional para as funções que desempenham.

6.2. Políticas conducentes ao contributo das unidades hoteleiras no desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane.

A Direção Provincial da Cultura e Turismo promove cinco políticas que visam estimular o contributo dos empreendimentos hoteleiros no desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane, sendo elas: 1) campanhas de marketing em feiras nacionais e internacionais de turismo no intuito de aumentar a procura turística, 2) a implementação do programa STEP com o objetivo de fomentar o emprego direto, 3) a criação de fóruns empresariais trimestrais na tentativa de intensificar o efeito multiplicador do turismo, 4) a prestação de formações profissionais nas mais diversas áreas do sector hoteleiros combatendo a falta de qualificação da mão-de-obra local e 5) o auxílio ao nível do microcrédito para empreendedores oriundos da comunidade Inhambane.

Contudo, apesar do visível esforço da DPCT, parecem ser escassas as suas políticas de estímulo ao desenvolvimento socioeconómico do município.

Desde logo, Zhao e Li (2006) ao apresentar as suas medidas fundamentais para a implementação da atividade turística nos países em vias de desenvolvimento, frisam três pontos não implementados pela DPCT: o estabelecimento de alianças geoestratégicas com outros destinos turísticos pertencentes a países em vias de desenvolvimento tendo como finalidade a troca de experiencias e

a junção de recursos visando a melhoria qualitativa das atividades turísticas, do marketing de destinos e da captação de receitas, a criação de fóruns comunitários para debate sobre as linhas futuras do desenvolvimento turístico do Município de Inhambane conferindo assim poder decisório à comunidade local e a criação de estratégias efetivas de estímulo ao turismo interno como a publicitação do destino nos meios de comunicação social nacionais de forma a diminuir a dependência do turismo internacional, turismo esse tão sensível a questões relacionadas com a segurança, numa época em que a imagem de Moçambique tem sido tão maltratada pela constante instabilidade político-militar.

Também Goodwin (2006) apresenta medidas que poderiam ser aplicadas pela DPCT no Município de Inhambane, tal como discriminar positivamente empresas da comunidade local que forneçam bens ou serviços às empresas hoteleiras, implementar taxas turísticas aplicadas ao consumo dos visitantes e cujas receitas revertam para o auxílio da melhoria das condições de vida da população local e incentivar as doações voluntárias dos turistas e empresas turísticas em prol das classes mais desfavorecidas.

Outra medida a ser implementada pela DPCT seria o estreitar de relações entre as empresas turísticas e os estabelecimentos de ensino vocacionados para o turismo e a hotelaria existentes no Município de Inhambane, criando condições para a existências de políticas de discriminação positiva para os estabelecimentos hoteleiros que de algum modo cooperassem ativamente com tais estabelecimentos de ensino.

Por fim, é de importância capital rever os critérios de aprovação para investimentos no sector hoteleiro no Município de Inhambane. Para melhor compreensão será efetuada a seguinte questão: se um diretor hoteleiro na contratação de qualquer chefia intermédia exige a apresentação de um currículo credível ao nível da experiência profissional, habilitações académicas e referências comprovativas da idoneidade pessoal do candidato, porque razão para se investir no sector hoteleiro no Município de Inhambane basta ao empresário (candidato) possuir algum desafogo financeiro?

Assim, para a aprovação de projetos de investimentos hoteleiros, a DPCT deveria exigir ao candidato que apresentasse as garantias necessárias que à frente da sua unidade hoteleira, estaria alguém cuja experiência profissional, qualificações académicas e reputação pessoal fosse um garante de qualidade de serviços e de um comportamento ético irrepreensível.

6.3. O efeito multiplicador das operações das unidades hoteleiras na economia do Município de Inhambane

Após a análise detalhada dos serviços e produtos consumidos pelas unidades hoteleiras do Município de Inhambane, uma realidade é indesmentível: as unidades hoteleiras na maioria dos casos, não recorrem a fornecedores do Município de Inhambane para satisfazer as suas necessidades.

Tal facto é explicado por Mrema (2015), quando o autor refere que por vezes, as comunidades receptoras dos países em vias de desenvolvimento não têm capacidade financeira para empreenderem atividades profissionais de apoio ao sector hoteleiro ou então não possuem suficiente formação profissional para lhe prestarem serviços com a qualidade exigida.

Quando confrontados com os motivos para não consumirem mais produtos ou serviços em empresas sediadas no município, as unidades hoteleiras referem dois motivos principais: os preços excessivamente elevados e a falta de oferta.

Contudo, não se pode escamotear o facto de Inhambane se encontrar a 490 quilómetros de Maputo, cidade capital do país e o seu grande centro económico e comercial. Este facto contribui para que os comerciantes de Inhambane incorram em grandes custos de transporte no ato de aquisição das mercadorias, custo esse que inflaciona os preços praticados pelo comércio local.

Assim, verifica-se que apenas os produtos alimentares, de limpeza bem como guardanapos, toalhas de mesa e fardamentos do pessoal são fornecidos por empresas locais a pelo menos 50% das unidades hoteleiras do município. Para todos os outros itens como equipamentos ou serviços especializados, a maioria dos estabelecimentos hoteleiros recorre a fornecedores fora do Município de Inhambane.

Para combater a insipiência do efeito multiplicador das unidades hoteleiras no comércio local, Kusluvan e Karamustafa (2001) recomendam que seja traçada uma estratégia de ligações sectoriais. Comerciantes, agricultores, pescadores, artesãos e outros, devem atuar de forma conjunta, criando grupos, associações ou cooperativas que auxiliem a aquisição de produtos ou matérias-primas mais baratas através de economias de escala, assim como encontrando soluções proveitosas para escoar os seus produtos. Depois, devem ser criados *clusters* que permitam que as unidades hoteleiras e os comerciantes locais funcionem numa rede de fornecimento de produtos e prestações de serviços que salvguarde a retenção das receitas turísticas no território do Município de Inhambane.

Cenário bem diferente prende-se com o espaço que as unidades hoteleiras proporcionam para que os artistas locais possam exhibir os seus trabalhos. Assim, 55% dos estabelecimentos contrata artistas

locais para efeitos de animação turística, embora de forma não regular, e 64% auxilia a comercialização de expressões artísticas locais.

Este comportamento por parte das unidades hoteleiras, de manifesto apoio aos artistas locais e usando-os mesmo como meio de animação turística de forma espaçada no tempo, reflete segundo Cunill (2009) e Yu et al. (2014) que as unidades hoteleiras no Município de Inhambane têm uma orientação cultural regiocêntrica, pois procuram conferir ao seu estabelecimento uma atmosfera que espelhe a realidade sociocultural onde está inserido, embora tenham preocupações em agradar a todo o tipo de clientes.

Por último, é relevante destacar que 41% das unidades hoteleiras tenham admitido que possuem centros de reservas fora do território moçambicano. O facto do tecido hoteleiro do município ter um carácter estrangeiro ou multinacional, associado à existências de centros de reservas fora do país, segundo Nowak e Sahli (2010), faz aumentar exponencialmente a probabilidade de ocorrência de fuga de capitais.

6.4. Qualidade da oferta de emprego proporcionada pelas unidades hoteleiras

A qualidade da oferta de emprego das unidades hoteleiras no Município de Inhambane não pode ser dissociada do contexto económico a que o município está sujeito. Desta forma, vale a pena relembrar que o INE (2012) estima a taxa de desemprego no município na ordem dos 25%.

A esta realidade económica, junta-se um universo hoteleiro composto por empreendimentos de pequena escala, sem grande poderio financeiro, em que metade dos mesmos não emprega mais de 10 trabalhadores e só 23% das unidades hoteleiras empregam entre 30 a 60 trabalhadores.

Por a generalidade das unidades hoteleiras serem de pequena escala e baixo poderio financeiro, a capacidade de atração de mão-de-obra estrangeira qualificada para cargos de nível operacional ou intermédio é imensamente reduzida, assim, constata-se que praticamente na totalidade das unidades hoteleiras mais de 75% da força trabalho é composta por trabalhadores pertencentes à comunidade local, embora quase sempre sem ocupar cargos de chefia e sendo pouco qualificados.

Como nota positiva, destaca-se o reduzido recurso ao emprego informal. Analisando os dados recolhidos observa-se que mais de 91% dos trabalhadores possui contrato de trabalho. Outro destaque positivo vai para o facto da esmagadora maioria dos trabalhadores possuírem contratos efetivos assim como o seu regime laboral ser a tempo inteiro, pois confere uma segurança quanto a manutenção dos seus postos de trabalho a longo prazo.

Porém, quando se observa os salários praticados, constata-se que os trabalhadores das unidades hoteleiras estão envoltos numa enorme precariedade. Incompreensivelmente, 20% dos trabalhadores afirma receber abaixo do ordenado mínimo nacional. Tal circunstância, reveste-se de um enorme desrespeito das unidades hoteleiras perante as leis laborais moçambicanas, facto que só pode ser observado à luz do neoliberalismo económico, como referem Hill (2003), Harvey (2007), Reid (2003) e Zhao e Li (2006).

Mais grave ainda, segundo a dra. Fruquia, diretora da DPTESS, tal prática é difícil de descortinar pelas autoridades competentes uma vez que as unidades hoteleiras descontam para a segurança social sobre o valor do ordenado mínimo, valor esse que consta nos contratos de trabalho, mas que através de mecanismos de coação, as unidades acabam por não pagar aos seus trabalhadores.

Continuando a analisar os salários auferidos pelos trabalhadores das unidades hoteleiras, verifica-se que 19% dos mesmos recebe o ordenado mínimo (4.676 meticais) e que a 38% ganha entre o ordenado mínimo e 6.000 meticais.

Cruzando estes dados com os do WageIndicator Foundation (2016), conclui-se 77% dos trabalhadores das unidades hoteleiras do Município de Inhambane encontram-se abaixo da linha de pobreza nacional ou então, no máximo, auferem os considerados salários de subsistência.

Quanto às regalias extra-salariais o panorama não é muito diferente. Muitos trabalhadores afirmam não terem nenhuma regalia extra-salarial (38%), sendo que as mais praticadas são a alimentação no local de trabalho e o subsídio de transporte. Pior cenário prende-se com as atividades de formação profissional, cuja esmagadora maioria de trabalhadores (73%) afirma nunca ter usufruído.

Assim, verifica-se o preconizado por Zhao e Li (2006) quando afirmam que grande parte dos postos de trabalho ocupados pelos membros das comunidades locais são de baixos salários, pouco qualificados e sem poder decisório.

Analisando o tempo de trabalho que cada trabalhador possui na sua unidade hoteleira, observa-se que 63% dos trabalhadores inquiridos não possui mais do que 4 anos de trabalho. Esta elevada percentagem, segundo Vasquez (2004) pode indicar que as unidades hoteleiras não conseguem reter a sua mão-de-obra, incorrendo em altas taxas de *turnover*, obviamente contraproducentes à estabilidade socioeconómica do Município de Inhambane.

Contudo, e apesar dos números acima analisados, os trabalhadores oriundos do Município de Inhambane afirmam não se sentirem discriminados perante os seus colegas provenientes de outras paragens, nem por chefes de nacionalidade estrangeira. Revelam até sentirem o seu desempenho profissional valorizado pelas chefias, apesar de acharem o seu salário injusto, avaliando o seu ambiente laboral como “*normal*”.

Facto curioso, e verificando-se o defendido por Higgins-Desbiolles (2006), é constatar que a generalidade dos trabalhadores sente-se agradada com a interação estabelecida com os turistas, pois estes proporcionam trocas de experiências e fomentam o conhecimento de novas línguas e culturas.

6.5. Contributo das unidades hoteleiras para as infraestruturas de “bem-estar” locais

Segundo o dr. Nhavene, chefe do Departamento das Atividades Turísticas da DPCT, o facto dos projetos hoteleiros no Município de Inhambane serem de pequena dimensão, faz com que as unidades hoteleiras não possuam peso económico nem estrutural para contribuírem significativamente para a construção ou melhorias das infraestruturas básicas da população local, contudo, têm apoiado diversas campanhas de responsabilidade social. Isto mesmo é corroborado por 64% das unidades hoteleiras, ao afirmarem que já apoiaram instituições de cariz social.

No que concerne ao contributo para a construção ou melhoria das infraestruturas no Município de Inhambane ou o apoio a campanhas de sensibilização comunitária, também 64% dos estabelecimentos hoteleiros afirmam já ter contribuído, indo ao encontro com o explanado por Cain (2012) e Ajake (2015). Assim, destacam-se o apoio a infraestruturas escolares, recintos desportivos e de lazer, estradas e vias de acesso, redes de água canalizada, auxílio ao saneamento básico, campanhas de segurança pública, combate à poluição ou limpeza do espaço público como praias e jardins e campanhas de sensibilização social como o combate ao HIV Sida.

Apesar do relativo auxílio das unidades hoteleiras às infraestruturas do Município de Inhambane, não se vislumbram políticas concertadas pelas autoridades Estatais para que tal aconteça. Políticas tendentes ao apadrinhamento de campanhas sociais, bairros, praças, jardins, recintos desportivos, escolas, hospitais e centros de saúde ou estradas e vias de acesso, deveriam ser levadas a cabo, beneficiando as próprias unidades hoteleiras com a afixação de painéis publicitários, direitos de *naming* ou simplesmente gozando de medidas de discriminação positiva ao usufruir de serviços municipais.

Preocupante é também a relação existente entre as unidades hoteleiras e as instituições de ensino sediadas no município. Uma relação que deveria ser frutuosa para ambas as partes, mas que somente 14% das unidades hoteleiras assumem ter estabelecido de forma regular. Culpas também devem ser atribuídas às instituições de ensino, sobretudo à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, incapaz de construir pontes e despertar as instituições hoteleiras para os benefícios advindos de alianças estratégicas.

6.6. As políticas de preservação ambiental das unidades hoteleiras

De acordo com o dr. Borges, Diretor da DPTADR, o Município de Inhambane enfrenta sérios problemas infraestruturais de apoio ambiental, uma vez que o município somente conta com lixeiras a céu aberto, não possuindo aterros sanitários nem uma rede de saneamento básico. Porém, existem empresas sediadas no município de Inhambane capacitadas em tratar o lixo segregado.

Neste contexto, a DPTADR presta toda a informação necessária às unidades hoteleiras, no intuito de as ajudar a fazer um correto tratamento do seu lixo e incentivando-as a estabelecerem relações comerciais com empresas especializadas do município (tratamento do lixo segregado) e empresas de Maputo (tratamento de reciclagem de lixo).

Também segundo o dr. Borges o impacto das unidades hoteleiras no meio ambiente resultam de três fontes distintas: a construção, as atividades operacionais e a desativação.

Como impacto de construção mais gritante, observa-se a implantação da maioria das unidades hoteleiras na primeira linha costeira, em cima das dunas ou invadindo o espaço reservado aos mangais. Quanto a esta realidade a DPCT afirma nada poder fazer, mesmo reconhecendo a gravidade do problema, uma vez que os projetos de investimento chegam à instituição já com as devidas autorizações ambientais, muitas vezes com autorizações especiais da Autoridade Marítima para construir nos primeiros 100 metros da orla costeira.

Quanto aos impactos de operação, verificam-se a possível contaminação dos lençóis freáticos por as unidades hoteleiras funcionarem com fossas sépticas, a falta de sensibilização para a compra de produtos alimentares biológicos ou pouco industrializados, o excesso de consumo de água e energia pela falta de sistemas automáticos de redução de consumos, o escasso uso de fontes de energias renováveis e a pouca prática para a segregação e reciclagem do lixo produzido.

Assim, segundo Lim (2002), Kasim e Scarlat (2007) e Grosbois (2011) urge implementar sistemas eficientes de redução de consumo de energia como lâmpadas de baixo consumo, torneiras automáticas, sistemas de luzes automáticas com detetores de presença, sistemas de rega automática, sistemas de tratamento de água e resíduos e, claro, a simples tarefa de segregar o lixo e criar condições para a sua reciclagem.

De forma a minimizar os impactos operacionais, Tixier (2008) adverte que as unidades hoteleiras devem possuir estratégias de consciencialização dos hóspedes para a adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis. Neste âmbito, 77% das unidades hoteleiras esforçam-se para moldar o comportamento dos seus hóspedes recorrendo sobretudo à comunicação oral, informações nos *web sites*, cartões informativos nos quartos sobre o uso de torneiras, reposição de toalhas e roupas de cama e uso de ar-condicionados e estabelecimentos de normas de conduta obrigatórias por parte

dos hóspedes previamente comunicadas antes do ato de reserva. Contudo, formas alternativas poderiam ser usadas, tais como a utilização das televisões no espaço público para passar campanhas audiovisuais, a utilização de *flyers* ou a implementação de campanhas de sensibilização de hóspedes recorrendo a atividades lúdicas envolvendo a flora e fauna local.

Os impactes de desativação, relacionam-se maioritariamente com a falta de aterros sanitários para o tratamento dos entulhos resultantes das demolições.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1. Conclusões gerais do estudo

A realização da presente dissertação de mestrado foi motivada pela aparente discrepância entre a valorização do Município de Inhambane como um polo turístico de excelência no panorama moçambicano e os indicadores de “bem-estar” paupérrimos associados à sua comunidade local.

Deste modo, uma inquietação deveras pertinente surgiu: Como pode a comunidade local, pertencente ao município turisticamente mais rico de Moçambique, ser tão pobre?

Tendo este estudo o foco nas unidades hoteleiras do município, no seu modelo operacional e na sua capacidade em contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da população, era obrigatório alargar o horizonte de análise para conseguir achar a resposta à inquietação supramencionada. Era necessário entender as dinâmicas do sector do turismo, como ele se adapta às exigências da globalização, como ele se mescla com as teorias de desenvolvimento e principalmente, que facetas apresenta quando implementado nos países em vias de desenvolvimento. Sem isso, não seria possível perceber as causas e os efeitos dos modelos operacionais das unidades hoteleiras em destinos tropicais como Moçambique.

Analisando o modelo de desenvolvimento turístico implementado no Município de Inhambane, conclui-se que este assenta indubitavelmente numa matriz neoliberal. Sendo assim, também as unidades hoteleiras apresentam as mesmas características. Pode-se mesmo afirmar que a internacionalização do setor hoteleiro é uma realidade no território em estudo, sendo que 64% dos empreendimentos possui capital estrangeiro ou multinacional, 59% apresenta cidadãos estrangeiros em cargos de direção e 41% assume possuir centros de reservas fora do território moçambicano.

Com uma visão puramente mercantilista da atividade turística, a maioria das unidades hoteleiras do município apresenta poucas preocupações ambientais ou sociais. No intuito de valorizar ao máximo a sua localização geográfica, grande parte dos empreendimentos situa-se a escassos metros da linha do mar, em cima de dunas e mangais, por vezes com construções de cimento, perigando a biodiversidade costeira. Na busca desenfreada pelos lucros, chegam a praticar salários abaixo do ordenado mínimo nacional, e 77% dos seus trabalhadores auferem salários considerados no limiar da pobreza ou então apenas de subsistência. Existem relatos até, de empregadores que preferem não apostar na formação profissional dos seus empregados, com receio de futuras exigências de aumentos salariais.

As instituições públicas competentes na regulação e fiscalização da atividade hoteleira no Município de Inhambane são um pouco permissivas. A Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social tem conhecimento das práticas salariais à margem das leis, mas escuda-se nos valores escritos nos contratos de trabalho assim como nos descontos feitos pelas unidades empregadoras à segurança social para justificarem a dificuldade na identificação e repressão dessa prática conducente à precariedade e à pobreza dos trabalhadores. A Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural tem a noção dos impactes ambientais negativos que advêm da construção de infraestruturas na primeira linha costeira, mas escuda-se nas autorizações especiais passadas pela Autoridade Marítima para que essas construções sejam realizadas, acrescentando até que todas as atividades humanas acarretam impactes ambientais, “*é o custo a pagar pelo desenvolvimento*”, argumenta. A Direção Provincial da Cultura e Turismo atenta a toda a situação não nega a existência destas práticas contraproducentes para um desenvolvimento turístico sustentável, mas escuda-se no facto de ser a última entidade a quem compete aprovar os projetos de investimentos turísticos, e assim, quando os processos chegam a ela, já vêm com todos os certificados aprovados pelas outras instituições.

Assim, é urgente a criação de equipas multisectoriais compostas por elementos de cada Direção Provincial que analisem e decidam em conformidade em todas as fases de certificação de futuros empreendimentos turísticos, assim como inspeções mais regulares e eficazes às unidades hoteleiras já existentes.

Também foi notada uma ausência da participação da comunidade local nas decisões estratégicas do desenvolvimento turístico do Município de Inhambane. Primeiramente por não existirem fóruns regulares abertos à população ou aos líderes comunitários, onde se debata as questões mais pertinentes ligadas à atividade turística. Depois, por a própria comunidade local não possuir empresas turísticas ou hoteleiras de relevo capazes de influenciar as políticas a serem seguidas. Por último, por serem escassos os cargos de chefia das unidades hoteleiras ocupados por trabalhadores oriundos da comunidade local.

Apesar de tudo, é interessante verificar que as unidades hoteleiras do Município de Inhambane no seu processo de internacionalização possuem uma orientação cultural regiocêntrica, isto é, ao mesmo tempo que adotam operações que satisfaçam todos os tipos de clientes (ex. aposta na cozinha internacional, música ambiente internacional nos espaços públicos, decorações sem grandes referências culturais endógenas, etc...), procuram também conferir aos seus estabelecimentos particularidades que espelhem a realidade sociocultural onde estão inseridas. Exemplo disso, são a contratação de artistas locais como forma de animação turística ou o auxílio à comercialização de artesanato ou outras formas de expressão artística.

Cain (2012), sublinha que a relevância que as unidades hoteleiras possam ter no desenvolvimento socioeconómico dos países em vias de desenvolvimento está diretamente ligada com a qualidade do emprego que geram, com as compras que fazem junto dos consumidores locais assim como com o comprometimento estabelecido com os cidadãos ao seu redor.

Numa sociedade muitíssimo afetada pelo desemprego e falta de qualificação profissional, a empregabilidade gerada pelas unidades hoteleiras é extremamente importante. Apesar das pequenas dimensões da generalidade dos empreendimentos hoteleiros, estes conferem um meio de sustento a inúmeras famílias da comunidade local, principalmente daquelas que se encontram mais afastadas do centro urbano do município. Por outro lado, mesmo apostando pouco na formação profissional, a experiência adquirida pelos trabalhadores nas suas atividades diárias reveste-se de uma importância capital quanto à aquisição de competências. Não se pode escamotear também, que as unidades hoteleiras dão a oportunidade do contacto direto entre os trabalhadores e os turistas. Desse contacto, nascem trocas de experiências que vão desde a aprendizagem de novas línguas, à abertura de novos horizontes e perspectivas de vida.

Porém, os laivos de precariedade que caracterizam a sua oferta de emprego devem ser erradicados o mais depressa possível. Urge dignificar a mão-de-obra hoteleira, é absolutamente primordial qualificá-la e remunerá-la de forma justa. Só assim, as unidades hoteleiras poderão baixar as suas taxas de *turnover*, aumentar a satisfação dos seus trabalhadores, proporcionar serviços de qualidade e contribuir ainda mais para a captação da procura turística no município, gerando ainda mais benefícios socioeconómicos para Inhambane.

Por sua vez, o efeito multiplicador das operações hoteleiras na economia local é diminuto. Não tendo a comunidade local poderio financeiro para empreender atividades comerciais de grande monta, as unidades hoteleiras vêm-se privadas de efetuar muitas das suas compras de produtos e serviços em empresas sediadas no município. Este facto origina uma expressiva fuga de capitais do Município de Inhambane que devia ser estancada.

Devem ser atribuídos mais incentivos financeiros ao empreendedorismo local, assim como as unidades hoteleiras devem procurar adaptar as suas necessidades operacionais à capacidade de produção de bens e serviços existente no município.

Também o comprometimento estabelecido com a população deve ser melhorado. O contributo que muitas unidades hoteleiras dão ao nível da responsabilidade social, no apoio a algumas instituições, infraestruturas básicas assim como em campanhas de sensibilização comunitária constitui um passo importante na persecução desse objetivo. Porém, fatores como a precariedade laboral e a escassa participação no desenvolvimento económico do comércio local obstaculizam a existência de uma onda mobilizadora em torno do sector hoteleiro.

Por fim, existe a necessidade de referir que pelas características intrínsecas do Município de Inhambane, seria bastante interessante que as diretrizes do desenvolvimento turístico perdessem um pouco o seu carácter neoliberal e que se aproximassem de um desenvolvimento endógeno, quiçá promovendo um turismo de base comunitária. Acredita-se que tal, iria contribuir para um desenvolvimento turístico mais sustentável, para uma maior participação comunitária nas estratégias de desenvolvimento turístico e principalmente para uma maior capacidade de retenção dos benefícios económicos oriundos da atividade hoteleira em prol da melhoria das condições de “bem-estar” da população local.

7.2. Propostas de medidas qualitativas de operações hoteleiras que promovam um desenvolvimento económico mais sustentável no Município de Inhambane.

a) Efeito multiplicador

Como estratégias de melhoria do efeito multiplicador das operações hoteleiras na economia do Município de Inhambane, sugere-se: 1) a aposta na oferta gastronómica típica do município, levando ao aumento do consumo de bens alimentares produzidos localmente, 2) o uso de matérias-primas endógenas na construção de futuras unidades hoteleiras ou na remodelação das já existentes, 3) a decoração das unidades hoteleiras com mais motivos e obras de arte produzidos localmente, 4) um aumento considerável da frequência na contratação de artistas locais como forma de animação turística, 5) a criação e promoção de mais itinerários turísticos junto das comunidades locais, 6) o encerramento dos centros de reservas existentes fora do Município de Inhambane e 7) a criação de *clusters* envolvendo os comerciantes locais de forma a garantir a descida dos custos de transportes na aquisição de mercadorias, baixando o preço dos produtos no comércio local, diversificando a oferta e aumentando eficazmente as transações comerciais entre as unidades hoteleiras e os fornecedores locais.

b) Qualidade da oferta de emprego

Para melhoria da qualidade da oferta de emprego, sugere-se: 1) um aumento considerável na aposta na formação profissional dos trabalhadores, 2) um esforço financeiro em praticar salários acima dos 6.360 meticais, salários considerados de subsistência, 3) aumento das regalias extra-salariais principalmente no que toca à alimentação ou subsídio de alimentação, 4) aumento da frequência de revisão salarial, pois a inflação e Moçambique é acelerada, 5) fomentar um aumento das chefias intermédias provenientes da comunidade local e 6) apostar em políticas de mitigação do *turnover*, contribuindo assim para a estabilidade laboral.

c) Contributo para infraestruturas de “bem-estar”

Como políticas conducentes ao aumento da contribuição das unidades hoteleiras para a melhoria das infraestruturas de “bem-estar”, sugere-se: 1) um aumento do apoio ou patrocínio a instituições de cariz social, 2) aumento da pressão sobre as autoridades locais para a extensão da rede elétrica e da rede de abastecimento de água até às zonas onde estão implementadas as suas unidades hoteleiras (para as unidades hoteleiras que funcionam com geradores e furos de água), 3) aumento do auxílio financeiro a hospitais e centros de saúde e 4) expansão da sua atividade comercial para o setor dos transportes e 5) aumento exponencial dos protocolos com as instituições de ensino do Município de Inhambane, principalmente com os vocacionados para a hotelaria e turismo.

d) Preservação ambiental

Quanto às medidas de preservação ambiental que possam ser implementadas pelas unidades hoteleiras, sugere-se: 1) um aumento da compra de produtos alimentares biológicos ou pouco industrializados, 2) a aquisição de sistemas automáticos de redução do consumo de água e energia, 3) um aumento da utilização de fontes de energia renováveis, 4) um aumento exponencial da segregação e reciclagem do lixo, 5) a aquisição de sistemas de tratamento e reutilização de água e 6) reforçar a cooperação com as autoridades marítimas, principalmente quanto à pesca ilegal do tubarão.

7.3. Constrangimentos e limitações do estudo

Foram sentidos ao longo da elaboração da dissertação constrangimentos que afetaram o aprofundamento de algumas temáticas. A falta de dados estatísticos e qualitativos em entidades como o INE, DPCT, DPTCESS e DPTADR dificultaram de sobremaneira a obtenção de dados de fontes secundárias capazes de substanciar e ajudar a interpretar os dados recolhidos pelas fontes primárias. Os dados disponibilizados por essas entidades, refletiam sempre a realidade da Província de Inhambane e não o Município de Inhambane. Tendo a Província de Inhambane catorze distritos, cinco municípios, mais de um milhão de habitantes e caracterizando-se na sua generalidade por ser uma província rural, achou-se conveniente não utilizar esses dados por não representarem fidedignamente a realidade do Município de Inhambane.

Existiram também impedimentos por parte de entidades públicas como a Direção Provincial da Indústria e Comércio e a vereação do turismo do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane que não se mostraram disponíveis para a realização de entrevistas sobre a atividade comercial e turística no município.

Infelizmente também não foi possível inquirir o total do universo das unidades hoteleiras, uma vez que oito dos trinta estabelecimentos hoteleiros mostraram-se indisponíveis para a realização das entrevistas.

Contudo, as limitações encontradas não desvirtuaram o carácter qualitativo da pesquisa, tendo sido atingidos os objetivos iniciais propostos pelo autor.

7.4. Recomendações para linhas futuras de investigação

A presente pesquisa reveste-se de um carácter eminentemente qualitativo. Neste contexto, existem alguns temas que merecem um estudo aprofundado.

Questões como a efetiva retenção no Município de Inhambane dos benefícios económicos advindos das operações hoteleiras ou a extensão das fugas de capitais proporcionadas pelos diretores hoteleiros dos empreendimentos internacionais ou multinacionais, são deveras pertinentes.

Seria também interessante, a realização de um estudo sobre a possível promiscuidade das relações existentes entre as unidades hoteleiras e as instituições públicas no Município de Inhambane.

Com um carácter mais sociológico, seria oportuno o estudo da relação das unidades hoteleiras com o aparecimento de casos de prostituição informal no Município de Inhambane.

Por fim, seria extremamente importante a elaboração de uma pesquisa que visasse a criação de políticas turísticas e hoteleiras conducentes à implementação de um turismo de base comunitária, priorizando assim o desenvolvimento endógeno e ecologicamente sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ajake, A. O. (2015). Assessing the Impacts of Hospitality Industry in Enugu, Nigeria. *American Journal of Tourism Managemet* (Vol.4 (3), 43-53). Rosemead (CA): SAP.
- Amaral, Jair do, Filho (1996). Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. *Planejamento e Políticas Públicas* (Vol.14 (1), 35-70). Brasília: Ipea.
- Amundsen, Inge (1999). Political Corruption: an introduction to the issues [Working Paper N° 1999-07]. *Development Studies and Human Rights*, Chr. Michelsen Institute, Bergen.
- Archer, B.; Cooper, C. & Ruhanen, L. (2005). The Positives and Negatives Impacts of Tourism. In Theobald, W. (editor), *Global Tourism*. (3th Ed). Oxford: Butterworth.
- Ashley, C; Roe, D; Page, S. & Meyer D. (2004). Tourism and the Poor: analyzing and interpreting tourism statics from a poor perspectives [Working Paper N° 16]. *Pro-Poor Tourism*, Pro-Poor Tourism Partnership, London.
- Ashley, C.; De Brine, P.; Lehr, A. & Wilde, H. (2007). The Role of the Tourism Sector in Expanding Economic Opportunity. *Economic Oportunnity Series*. Cambridge: Harvard University.
- Ashley, C.; Spenceley, A. & de Kock, M. (2009). *Tourism-led Poverty Reduction Programme: core training module*. Geneve: International Trade Centre.
- A.T.Kearney's Hospitality Index (2013). *Seizing Advantage in Hospitality's New Frontier*. Korea: A.T.Karney, Inc.
- Barrows, C.; Powers, T. & Reynolds, D. (2012). *Introduction to Management in the Hospitality Industry*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Bellen, Hans M. V. (2003). Desenvolvimento Sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *Ambiente&Sociedade* (Vol.6 (1), 67-88). São Paulo: PROCAM-USP.
- Bellù, Lorenzo G. (2011). Development and Development Paradigms – a (reasoned) review prevailing visions. *Isseu Papers*, EASYPol Module 102. Rome
- Boorstin, Daniel J. (1992). *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Vintage Books.

O Turismo e a Inovação na Hotelaria: contributos para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane

Bresser-Pereira, Luiz C. (2009). Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e a Teoria Económica. *Revista Estudos Avançados* (Vol.23 (66), 7-23). São Paulo: USP.

Brohman, John (1996). New Directions in Tourism for Third World Development. *Annals of Tourism Research* (Vol.23 (1), 48-70). Oxford: Elsevier.

Bursztyn, I.; Bartholo, R.; Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: Bartholo, R., Sansolo, D.G, Bursztyn, I. (editores). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Cain, C. L. (2012). *Assessing the Economic Impact of Hotel Investments*. San Diego: Global Hospitality Resources.

Calvo, Pablo Galindo (2006). Las Complejidades del Desarrollo Socioeconómico en el Caso de Andalucía. *Revista de Estudios Andaluces* (Vol.26 (1), 13-35). Granada: Universidade de Granada.

Cañada, Ernest & Gascón, Jordi (2007). *Turismo y Desarrollo: herramientas para una mirada crítica*. Managua: Enlace.

Cavalcanti, Clóvis (2004). Uma Tentativa de Caracterização da Economia Ecológica. *Ambiente&Sociedade* (Vol.7 (1), 147-156). São Paulo: PROCAM-USP.

Cavalcanti, Clóvis (2010). Concepções da Economia Ecológica: as suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Revista Estudos Avançados* (Vol.24 (68), 53-67). São Paulo: USP.

Ceballos-Lascuráin, H. (1996). *Tourism, Ecotourism, and Protected Areas: The State of Nature-Based Tourism Around the World and Guidelines for Its Development*. Cambridge: IUCN.

Cerqueira, Jackson B. A. (2008). Uma Visão do Neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. *Sitientibus* (Vol.39, 169-189). Feira de Santana: UEFS.

Chojnicki, Zbyszko (2010). Socio-Economic Development and Its Axiological Aspects. *Quaestiones Geographicae* (Vol.29 (2), 7-17). Poznan: Mickiewicz University Press.

Christofakis, Manolis & Tsampra, Maria (2012). Opportunities and Restrictions for the Local-Endogenous Development in Metropolitan Areas of High Industrial Concentration: the case of Thriasio Pedio in Attica. *Bulletin of Geography. Socio-Economic Series* (Vol.17 (1), 21-31). Torun: Nicolaus Copernicus University Press.

Clarke, H. R. & Ng, Yew-Kwang (1993). Tourism, Economic Welfare and Efficient Pricing. *Annals of Tourism Research* (Vol.20 (1), 613-632). UK: Pergamon Press.

Coriolano, L.N.M.T. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: Bartholo, R., Sansolo, D.G, Bursztyn, I. (editores). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Cortez, Ana & Bruckner, Matthias (2015), *The 2015 Triennial Review of the List of Least Developed Countries* (Technical Report/2015), New York, Department of Economic and Social Affairs, United Nations.

Costa, Márcio J. & Lustosa, Maria C. (2007, novembro). Mensuração do Desenvolvimento Socioeconómico e Ambiental. *Anais do VII Encontro da Sociedade Brasileira da Economia Ecológica*. Fortaleza: Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Coutinho, Luciano G. (1995). Nota sobre a natureza da globalização. *Economia e Sociedade* (Vol.26 (4), 21-26). Campinas: SciELO.

Crush, Jonathan (1995). *Power of Development*. London: Routledge.

Cunill, O. M. (2009). *The Growth Strategies of Hotel Chains: best business practices by leading companies*. New York: Routledge.

Cury, Diniz R. (2011). O Ideário Neoliberal e as Suas “Receitas”: base para um estudo da (des)regulamentação jurídica das relações do trabalho. *Revista CEPPG* (Vol.25 (2), 147-165). Goiás: Centro de Ensino Superior de Catalão.

Daly, Herman (2007). *Ecological Economics and Sustainable Development, Selected Essays of Herman Daly*. MA: Edward Elgar.

Dunning, J. H. & McQueen, M. (1981). The Eclectic Theory of International Production: a case study of international hotel industry. *Managerial and Decision Economics* (Vol.2 (4), 197-210). London: Heyden & Sons, Ltd.

Emas, Rachel (2015). The Concept of Sustainable Development: definition and defining principles. Brief for *Global Sustainable Development Report 2015*. New York: UN.

Escobar, Arturo (1997). The Making and Unmaking of the Third World Trough Development. In Rahnama, M. & Bawtree, V. (editors), *The Post-Development Reader*. London: Zed Books.

O Turismo e a Inovação na Hotelaria: contributos para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane

Escobar, Arturo (2010). Planning. In Sachs, Wolfgang (editor), *The Development Dictionary, a guide to knowledge as power*. London: Zed Books.

Euromonitor International (2012). *Passaporte: Global Hotels – innovating for growth*. London: Euromonitor.

Evans, Peter B. (1998). Análise do Estado no Mundo Neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. *Revista de Economia Contemporânea* (Vol.4, Julho-Dezembro, 51-85). Rio de Janeiro: UFRJ.

Faria, Diomira M. (2012). *Desenvolvimento e Turismo: uma abordagem conceitual* (Texto para discussão, Nº 462). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR.

Ferreira, M. J. & Campos, P. (2009). O Inquérito Estatístico – uma introdução à elaboração dos questionários, amostragem, organização e apresentação dos resultados. *Dossiês Didáticos*. Lisboa: ALEA.

Fraser, Nancy (1996). Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition and Participation. *The Tanner Lectures on Human Values*. Stanford: Stanford University.

Freidman, Benjamin (2006). *The Moral Consequences of Economic Growth*. New York: Vintage Books.

Giddens, Anthony (1991). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.

Giddens, Anthony (2000). *Runaway World: How Globalisation is Reshaping Our Lives*. London: Routledge.

Gil, David G. (2009). Perspectives on Social Justice. *Forum on Public Policy* (Spring 2009 Edition, 1-11). Recuperado em 29 de Maio, 2015, de <http://forumonpublicpolicy.com/spring09papers/archivespr09/gil.pdf>

Glasson, G.; Godfrey, K.; Goodey, B.; Absalom, H. & Van Der Borg, L. (1995). *Towards Visitor Impact Management: Visitor Impacts, Carrying Capacity and Management Responses in Europe's Historic Towns and Cities*. UK: Avebury.

Goodwin, Harold (2006, June). Measuring and Reporting the Impacto of Tourism on Poverty. *Proceedings of the Conference on Cutting Edge Research in Tourism – New Directions, Challenges and Applications School of Management, Surrey, United Kingdom*.

Goodwin, Harold & Ashley, Caroline (2007, June). Pro Poor Tourism: what's gone right and what's gone wrong? *Overseas Development Institute*, pp 80,81.

Governo da Província de Inhambane (2010). *Plano Estratégico da Província de Inhambane (2011-2020)*. Inhambane

Governo da República de Moçambique (2013). *Boletim da República – Regulamento de Alojamento Turístico, Restauração e Bebidas e Salas de Dança*. I Série, nº 104, 20º Suplemento. Recuperado em 26 de Fevereiro de 2016, de <http://www.gaza.gov.mz/legislacao/turismo/Regulamento%20turistico%20novo%20Decreto%2097-2013.pdf>

Goulet, Denis (1989). Participation in Development: New Avenues. *World Development*, (Vol.17 (2), 165-178). UK: Pergamon Press.

Gowdy, John & Erickson, Jon D. (2005). The Approach of Economical Economics. *Cambridge Journal of Economics* (Vol. 29 (2), 207-222). Cambridge: Cambridge Political Economy Society.

Greenwood, D. J. (1976). Tourism as an agent of change: a Spanish Basque case. *Annals of Tourism Research* (Vol. 3 (3), p. 128-142). Oxford: Elsevier.

Grosbois, D. (2011). Corporate social responsibility reporting by the global hotel industry: Commitment, initiatives and performance. *International Journal of Hospitality Management*, (Vol.31 (3), 896-905). Oxford: Elsevier.

Haller, Alina (2012). Concepts of Economic Growth and Development. Challenges of Crisis and of Knowledge. *Economic Transdisciplinarity Cognition*, (Vol.15 (1), 66-71). Romania: Romanian Academy Branch of Iasi.

Harris, Jonathan M. (2000). Basic Principles of Sustainable Development [Working Paper N° 00-04]. *Global Development and Environment Institute*, Tufts University, MA.

Harvey, David (2007). Neoliberalismo como Destruição Criativa. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* (Vol.2 (4), 1-30). São Paulo: InterfacEHS.

Held, D., & McGrew, A. (2001). *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Hicks, Norman & Streeten, Paul (1979). Indicators of Development: The Search for a Basic Needs Yardstick. *World Development*, (Vol.7, 567-580). Great Britain: Pergamon Press Ltd.

O Turismo e a Inovação na Hotelaria: contributos para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane

Hidalgo, M. M. (2000). Es el Turismo un Buen Instrumento para el Desarrollo Humano de Cusco? *Crónicas Urbnas* (Vol. 8 (1), 13-32). Cusco: Centro Guaman Poma de Ayala.

Hidalgo, M. M. (2008). Introducción a las Teorías del Desarrollo. En: Piqueras, A.I.; Moratal, M. H. & Moliner, S. U. (editores). *Desarrollo y cooperación: un análisis crítico*. Valencia: Tirant Lo Blanch.

Hill, Dave (2003). O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. *Currículo sem Fronteiras* (Vol.3 (2), 24-59). Recuperado em 15 de Julho, 2015, de <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>

Higgins-Desbiolles, F. (2006). More Than an “Industry”: the forgotten power of tourism as a social force. *Tourism Management* (Vol. 27 (1), 1192-1208). Oxford: Elsevier.

Hiwasaki, L. (2006). Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan`s protected areas. *Society and Natural Resources* (Vol.19 (8), 675-692). London: Routledge.

Hjalager, Anne-Mette (2007). Stages in The Economic Globalization of Tourism. *Annals of Tourism Research* (Vol.34 (2), 437-457).). Great Britain: Pergamon Press Ltd.

Honey, Martha (1999), *Ecotourism and Sustainable Development, Who Owns Paradise?* Island Pres: London.

Honey, Martha & Gilpin, Raymond (2009). *Tourism in Developing World, Promoting Peace and Reducing Poverty* (Special Report 233), Washington DC, United States Institute of Peace.

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Inquéritos Contínuos aos Agregados Familiares*. Maputo.

Instituto Nacional de Estatística (2013). *Estatísticas do Distrito – Cidade de Inhambane*. Maputo.

International Labour Organization (2003). Working Out of Poverty. *International Labor Conferece* (91st Session). Geneva: ILO.

International Labour Organization (2010). *Developments and Challenges in the Hospitality and Tourism Sector*. Geneva: ILO.

International Labour Organization (2011). *Manual para a Redução da Pobreza por meio do Turismo*. Geneva: ILO.

International Labour Organization (2013). Desenvolvimento Sustentável, Trabalho Digno e Empregos Verdes. *102º Conferencia Internacional do Trabalho. 5º Relatório*. Geneva: ILO.

Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: R. Bartholo; D.G. Sansolo; I. Bursztyn. (editores). *Turismo de Base Comunitária*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Kasim, A. & Scarlat C. (2007). Business Environmental Responsibility in The Hospitality Industry. *Management*, (Vol.2 (1), 5-23). Koper: University of Primorska.

Kates, Robert; Parris, Thomas & Leiserowitz, Anthony (2005). What Is Sustainable Development? Goals, indicators, values, and practice. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development* (Vol.47 (3), 8-21). UK: Routledge

Klink, Federico A. & Ancántara, Vicente (1994). De La Economía Ambiental A La Economía Ecológica. In Klink, F. & Alcántara, V. (Eds.). *De La Economía Ambiental A La Economía Ecológica*. Barcelona: ICARIA.

Krippendorf, J. (1987). *The Holiday Makers. Understanding the Impact of Leisure and Travel*. Oxford: Butterworth Heinemann.

Krugman, Paul (1991). *Geography and trade*. Cambridge: MIT

Kusluvan, S. & Karamustafa K. (2001). Multinational Hotel Development in Developing Countries: an exploratory analysis of critical policy issues. *International Journal of Tourism Research*, (Vol.3 (3), 179-197). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Kuznets, Simon (1966). *Modern Economic Growth: rate, structure and spread*. New Haven: Yale University Press.

Lanni, Octávio (1998), Globalização e o Neoliberalismo. *São Paulo em Perspectiva*, (Vol.12 (2), 27-32). São Paulo: SciELO.

Lenz, T.C.Z. (2011). Arranjo socio-produtivo de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. In: Sampaio, C. A. C.; Henriquez, C.; Mansur, C. (editores). *Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau: Edifurb.

Lim, C. (2002, June). The Socioeconomic Importance of Eco-Resort Management Practices. *Proceedings of the 1st Biennial meeting of the International Environmental Modelling and Software Society*, Lugano: iEMSs.

Lizardo, Omar & Strand, Michael (2009). Postmodernism and Globalization. *Protosociology*, (Vol.26, 38-72). Frankfurt: Goethe-University.

O Turismo e a Inovação na Hotelaria: contributos para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane

Lovison, Aida M. & Basso, E. Júnior (2015). Desenvolvimento Local Endógeno: interrogando seus limites e possibilidades à luz da pedagogia do oprimido. *Desenvolvimento em Questão* (Vol.30 (1), 327-345). Rio Grande do Sul: Editora Unijuí.

MacCannell, Dean (1999). *The tourist: a new theory of the leisure class*. Berkeley: University of California Press.

Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Bursztyn, I. (editores). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Martinez-Alier, Joan; Norgaard, Richard B. & Kallis, Giorgos (2009). An Ecological-Economic Exploration of the Global Economic Crisis. *Paper Assets, Real Debts* (Vol.5 (1/2), 14-25). Bradford: Emerald.

Martoni, R. M. (2006, julho). Turismo e Capitalismo. *Anais do IV SeminTur – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*. Caxias do Sul: UCS.

Mine, S. & Ateljevic, I. (2001). Tourism, economic development and the global-local nexus: theory embracing complexity. *Tourism Geographies*, (Vol.3 (4), 369-393). UK: Routledge.

Ministério do Turismo (2004). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique*. Maputo.

Moldau, Juan Hersztajn (1998). Os Fundamentos Microeconómicos dos Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómicos. *Revista de Economia Política*, (Vol.18, nº3 (71)). São Paulo: Centro de Economia Política.

Mrema, A. A. (2015). Contribution of Tourist Hotels in Socio-Economic Development of Local Communities in Monduli District, Northern Tanzania. *Journal of Hospitality and Management Tourism*, (Vol.6 (6), p. 71-79). Nairobi: Academic Journals.

Muhanna, Emmad (2007). Tourism Development Strategies and Poverty Elimination. *Problems and Perspectives in Management* (Vol.5 (1), 37-49). Sumy (Ukraine): LLC “CPC “Business Perspectives”.

Murphy, Kevin (2012), The Social Pillar of Sustainable Development: a literature review and framework for policy analysis. *Sustainability: Science, Practice, and Policy* (Vol.8 (1), 15-29). Maryland: ProQuest.

Nagarajan, K. V. (2011). The Code of Hammurabi: an economic interpretation. *International Journal of Business and Social Science* (Vol.2 (8), 108-117). Radford: Center for Promoting Ideas.

Nazzari, R. K.; Reule, E. & Lazzarotto, E. M. (2003a, outubro). Capital Social, Desenvolvimento Socioeconómico e Cooperativismo. *Anais do II Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel*, (Vol.1 (1)). Cascavel: Edunioeste.

Nazzari, R. K.; Gonzatto, J.; Scimeoni, J. T. & Borges, M. R. (2003b, outubro). Alcances e Limites do Capital Social no Desenvolvimento Socioeconómico. *Anais do II Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel*, (Vol.1 (1)). Cascavel: Edunioeste.

Nowak, Jean-Jacques & Sahil, Mondher (2010, September). Should Tourism Be Promoted In Developing Countries? *Private Sector & Development*, Vol.7, pp 11,13.

Ogunleye, O. S. & Adesuyan A. J. (2012, June). Tourism and Hospitality, Issues and Strategies for Sustainable Socio-Economic Development in Ondo State, Nigeria. *Proceedings of the 2nd Advances in Hospitality and Tourism Marketing and Management Conference*, (Vol.1 (1)). Corfu Island: Research Institute for Tourism of the Hellenic Chamber of Hoteliers.

Okumus, F.; Altinay, L. & Chathoth P. (2010). *Strategic Management for Hospitality and Tourism*. Oxford: Elsevier.

Organização Mundial do Turismo (1998). Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism. Madrid: UNWTO.

Organização Mundial do Turismo (2002). Tourism in the Age of Alliances, Mergers and Acquisitions. Madrid: UNWTO.

Organização Mundial do Turismo (2011). *Tourism Towards 2030 – Global Overview*. Madrid: UNWTO.

Organização Mundial do Turismo (2013). *Sustainable Tourism for Development*. Madrid: UNWTO.

Pleumarom, Anita (2012). *The Politics of Tourism, Poverty Reduction and Sustainable Development*. Penang: Third World Network.

Poon, Auliana (1994). The New Tourism Revolution. *Tourism Management* (Vol. 15(2), 91-92). Oxford: Elsevier.

Quintella, Rogério & Soares Jr., Jair (2008). Development: an Analysis of Concepts, Measurement and Indicators. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração* (Vol. 5 (2), 104-124). Curitiba: Brazilian Administration Review.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). (J. M. Marques, M. A. Mendes & M. Carvalho, Trad.). Lisboa: Gradiva. (Obra original publicada em 1995).

Rahnema, Majid (1997). Towards Post-Development: searching for signposts, a new language and new paradigms. In Rahnema, M. & Bawtree, V. (editors), *The Post-Development Reader*. London: Zed Books.

Reid, Donald G. (2003), *Tourism, Globalization and Development – responsible tourism planning*. London: Pluto Press.

Rist, Gilbert (2002). *The History of Development: From Westren Origins to Global Faith*. UK: Zed Books.

Ritzer, G.; Liska, A. (1997). ‘McDisneyzation’ and ‘post-tourism’: complementary perspectives on contemporary tourism. In: ROJEK, C.; URRY, J., *Touring cultures: transformations of travel and theory*. London: Routledge.

Rodrigues, A.M. (2002). Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística. In: Rodrigues, A.B. (editor), *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec.

Romer, Paul M. (1994). The Origins of Endogenous Growth. *Journal of Economic Perspectives* (Vol.8 (1), 3-22). Pittsburgh, PA: AEA Publications.

Sachs, W. (1992). *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*. New York: Zed Books.

Seers, Dudley (1969). The Meaning of Development. *Institute of Development Studies Library*, Communication series nº 44. Brighton.

Seers, Dudley (1979). Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? *Análise Social*, (Vol.4 (60), 949-968). Lisboa.

Sen, Amartya (1988). The Concept of Development. In Chenery, H. & Srinivasan T. (editors), *Handbook of Developments Economics (Vol.1)*. Oxford: Elsevier.

- Sezgin, E. & Yolal, M. (2012). Golden Age of Mass Tourism: its history and development. In: Kasimoglu, M. (editor). *Visions for Global Tourism Industry: creating and sustaining competitive strategies*. Rijeka: InTech.
- Sharpley, Richard (2009). *Tourism Development and The Environment: beyond sustainability?* Earthscan. London.
- Sharpley, R. & Telfer, D. (2008). *Tourism and Development in the Developing World*. Oxon: Routledge.
- Siedenberg, Dieter R. (2003). Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómico: uma síntese. *Desenvolvimento em Questão*, (Vol.1 (1), 45-71). Rio Grande do Sul: Editora Unijuí. .
- Sinclair, M. T.; Stabler, M. (1997). *The Economics of Tourism*. Routledge: London.
- Stewart, Donald, Jr. (1995). *O que é o liberalismo* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- Szirmai, Adam (2005). *The Dynamics of Socio-Economic Development: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Telfer D.J. (2002). The Evolution of tourism and development theory. In Sharpley, R. & Telfer D.J. (editors), *Tourism and development: concepts and issues*. Clevedon: Chanel View Publication.
- Tixier, M. (2008, April). The Hospitality Business Communication and Encouragement of Guests' Responsible Behaviour and Their Diverse Responses. *Proceedings of the VI ESADE International Doctoral Tourism and Leisure Colloquium - Apuestas Publico-Privadas ara la Gestion del Turismo*. Barcelone.
- Transparency International (2014). *Corruptions Perceptions Index 2014*. Berlin: Transparency International.
- Tremblay, Crystal (2009). Advancing the Social Economy for Socio-Economic Development: International perspectives. *Canadian Social Economy Research Partnerships*, Public Policy Paper Series 01 – September. Victoria: Canadian Social Economy Hub at University of Victoria.
- United Nations (2002), Johannesburg Declaration on Sustainable Development. 4th September. Johannesburg, South Africa.
- United Nations Development Programme (1990). *Human Development Report*. Oxford: Oxford University Press.

United Nations Development Programme (2014). *Human Development Report*. New York: Communications Development Incorporated.

United Nations Environment Programme (2002). *Tourism Industry as a partner for sustainable development*. United Kingdom: World Travel & Tourism Council, International Hotel & Restaurant Association, International Federation of Tour Operators, International Council of Cruise Lines.

Vasquez, D. (2014). Employee Retention for Economic Stabilization: a qualitative phenomenological study in the hospitality sector. *International Journal of Management, Economics and Social Science*, (Vol.3 (1), 1-17). San Diego: IJMESS.

Vásquez-Barquero, A. (2007). Desarrollo Endógeno. Teorías y Políticas de Desarrollo Territorial. *Investigaciones Regionales*, (Vol.11 (1), 183-210). Madrid: Asociación Española de Ciencia Regional.

Vásquez-Barquero, A. & Afonso-Gil, J. (2015). Endogenous Development in the Tropics: the relevance of institutions. *International Forestry Review*, (Vol.17 (1), 97-110). Washington DC: BioOne.

Vergara, Patricio (2004). Es Posible el Desarrollo Endógeno en Territorios Pobres y Socialmente Desiguales? *Ciencias Sociales Online* (Vol.1 (1), 37-52). Universidade de Viña del Mar. Recuperado em 30 de Julho, 2015, de http://www.uvm.cl/csonline/2004_1/pdf/endogeno.pdf

WageIndicator Foundation (2015). *Salário mínimo em Moçambique, a partir de 01-04-2015 a 31-03-2016*. Recuperado em 13 de Novembro, 2015, de <http://www.meusalario.org/mocambique/main/salario/salario-minimo>

WageIndicator Foundation (2016). *Nível de vida e os salários no contexto de Moçambique*. Recuperado em 03 de Março, 2016, de <http://www.meusalario.org/mocambique/main>

Whitla, P.; Walters, P. & Davies, H. (2007). Global Strategies in the International Hotel Industry. *International Journal of Hospitality Management* (Vol.26 (1), 777-792). Oxford: Elsevier.

World Travel & Tourism Council (2014). *Travel & Tourism League Table Summary 2014*. London.

Yu, Y.; Byun, W-H. & Lee, T. J. (2014). Critical Issues of Globalization in the International Hotel Industry. *Current Issues in Tourism* (Vol.17 (2), 114-118). Oxford: Routledge.

Zhao, Weibing & Li Xingqun (2006). Globalization of Tourism and Third World Tourism Development – a political economy perspective. *Chinese Geographical Science* (Vol. 16 (3), 203-2109). Hong Kong: Springer.

ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS

| | |
|--|-----|
| Anexo 1 - Lista de países cuja indústria turística possui maior preponderância nos seus PIB e tendências futuras..... | 128 |
| Anexo 2 - Lista de países cuja indústria turística possui maior preponderância nos seus Índices de Empregabilidade e tendências futuras..... | 128 |
| Anexo 3 - Projeção da tipologia de turistas que visitarão o continente africano em 2020 e 2030..... | 129 |
| Anexo 4 - Incidência da pobreza absoluta em Moçambique e Província de Inhambane..... | 129 |
| Anexo 5 - Indicadores de “bem-estar” do Município de Inhambane..... | 130 |
| Anexo 6 - Modelos internacionais de medição de desenvolvimento..... | 131 |
| Anexo 7 - Modelo conceptual do desenvolvimento sustentável..... | 132 |
| Anexo 8 - Diferença conceptual entre a economia ecológica e as teorias económicas neoclássicas..... | 133 |
| Anexo 9 - Mecanismos do desenvolvimento endógeno..... | 134 |
| Anexo 10 - Lista de países em vias de desenvolvimento segundo o indicador de Renda Bruta Nacional..... | 134 |
| Anexo 11 - Lista de países em vias de desenvolvimento segundo o indicador Índice de Capital Humano..... | 135 |
| Anexo 12 - Lista de países em vias de desenvolvimento segundo o indicador Índice Vulnerabilidade Económica..... | 135 |
| Anexo 13 - Mapa-múndi sobre o Índice de Desenvolvimento Humano..... | 136 |
| Anexo 14 - Mapa-múndi sobre o Índice de Corrupção..... | 136 |
| Anexo 15 - Percentagem de Chegadas de Turistas Internacionais até 2030..... | 137 |
| Anexo 16 - Etapas da Globalização do Mercado Turístico..... | 137 |
| Anexo 17 - Perspetiva do Turismo como uma Força Social..... | 138 |
| Anexo 18 - A Relação entre o Turismo e a Erradicação da Pobreza..... | 139 |
| Anexo 19 - Definição de Abordagens Turísticas Conducentes à Redução da Pobreza..... | 140 |
| Anexo 20 - Previsão de Crescimento da Classe Média à Escala Mundial até 2025..... | 141 |
| Anexo 21 - Mapa da previsão do crescimento da indústria hoteleira por regiões geográficas até 2016..... | 141 |

| | |
|---|-----|
| Anexo 22 - Os impactes da hotelaria multinacional nos países em vias de desenvolvimento | 142 |
| Anexo 23 - Plano de ação para a implementação de unidades hoteleiras multinacionais nos países em vias de desenvolvimento | 142 |
| Anexo 24 - Mapa do Município de Inhambane..... | 143 |
| Anexo 25 - Cadastro das Unidades de Alojamento do Município de Inhambane..... | 144 |
| Anexo 26 - Lista das Unidades Hoteleiras do Município de Inhambane | 145 |
| Anexo 27 - Lista das Unidades Hoteleiras Inquiridas e Número de Trabalhadores..... | 145 |
| Anexo 28 - Questionário Dirigido aos Diretores das Unidades Hoteleiras do Município de Inhambane | 146 |
| Anexo 29 - Questionário Dirigido aos Trabalhadores das Unidades Hoteleiras do Município de Inhambane | 152 |
| Anexo 30 - Guiões de entrevistas às instituições públicas e privadas do Município de Inhambane.. | 156 |
| Anexo 31 - Quadro resumo das respostas aos questionários realizados às unidades hoteleiras... | 164 |
| Anexo 32 - Quadro resumo das respostas aos questionários realizados aos trabalhadores das unidades hoteleiras | 168 |

ANEXO 1 - LISTA DE PAÍSES CUJA INDÚSTRIA TURÍSTICA POSSUI MAIOR PREPONDERÂNCIA NOS SEUS PIB E TENDÊNCIAS FUTURAS.

| Relative terms In which countries was the total contribution (relative terms) of Travel & Tourism to GDP greatest in 2013? | | 2013 | Relative terms In which countries will the total contribution (relative terms) of Travel & Tourism to GDP be greatest in 2024? | | 2024 |
|---|-----------------------------|----------------|---|------------------------|----------------|
| Total GDP | | % of total GDP | Total GDP | | % of total GDP |
| 1 | Maldives | 94.1 | 1 | Maldives | 94.5 |
| 2 | Macau | 86.2 | 2 | Macau | 93.3 |
| 3 | Aruba | 84.1 | 3 | Aruba | 92.0 |
| 4 | British Virgin Islands | 76.9 | 4 | British Virgin Islands | 72.4 |
| 5 | Vanuatu | 64.8 | 5 | Antigua and Barbuda | 71.2 |
| 6 | Antigua and Barbuda | 62.9 | 6 | Vanuatu | 70.9 |
| 7 | Anguilla | 57.1 | 7 | Anguilla | 67.9 |
| 8 | Seychelles | 56.5 | 8 | Seychelles | 56.1 |
| 9 | Former Netherlands Antilles | 46.7 | 9 | Cape Verde | 53.9 |
| 10 | Bahamas | 46.0 | 10 | Bahamas | 53.6 |

Fonte: World Travel & Tourism Council (2014)

ANEXO 2 - LISTA DE PAÍSES CUJA INDÚSTRIA TURÍSTICA POSSUI MAIOR PREPONDERÂNCIA NOS SEUS ÍNDICES DE EMPREGABILIDADE E TENDÊNCIAS FUTURAS.

| Relative terms In which countries was the total contribution (relative terms) of Travel & Tourism to employment the greatest in 2013? | | 2013 | Relative terms In which countries will the total contribution (relative terms) of Travel & Tourism to employment be greatest in 2024? | | 2024 |
|--|------------------------|-----------------------|--|------------------------|-----------------------|
| Total Employment | | % of total employment | Total Employment | | % of total employment |
| 1 | British Virgin Islands | 90.1 | 1 | Maldives | 89.4 |
| 2 | Maldives | 86.7 | 2 | Aruba | 89.2 |
| 3 | Aruba | 86.2 | 3 | Macau | 88.7 |
| 4 | Macau | 83.8 | 4 | British Virgin Islands | 80.9 |
| 5 | Anguilla | 58.8 | 5 | Anguilla | 73.2 |
| 6 | Antigua and Barbuda | 57.8 | 6 | Bahamas | 63.1 |
| 7 | Seychelles | 56.5 | 7 | Antigua and Barbuda | 63.0 |
| 8 | Vanuatu | 55.4 | 8 | Vanuatu | 60.9 |
| 9 | Bahamas | 54.5 | 9 | Seychelles | 58.4 |
| 10 | St Lucia | 42.1 | 10 | Cape Verde | 53.8 |

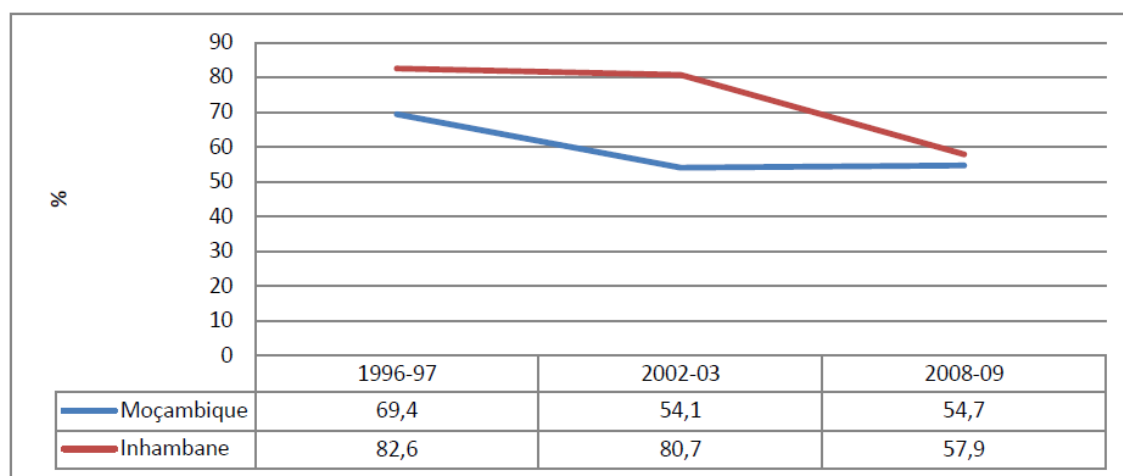
Fonte: World Travel & Tourism Council (2014)

ANEXO 3 - PROJEÇÃO DA TIPOLOGIA DE TURISTAS QUE VISITARÃO O CONTINENTE AFRICANO EM 2020 E 2030.

| | International Tourist Arrivals received (million) | | | | | | | | Average annual growth (%) | | | | | | Market share (%) | | | | |
|----------------------------------|---|------|------|------|------|------|-------------|------|---------------------------|-----|-----|---------------------|-----|-----|------------------|------|------|-------------|------|
| | actual data | | | | | | projections | | actual data | | | projections | | | actual data | | | projections | |
| | 1980 | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 | 2020 | 2030 | 1980-2010, of which | | | 2010-2030, of which | | | 1980 | 1995 | 2010 | 2020 | 2030 |
| | | | | | | | | | 1980-'95 | | | '95-2010 | | | | | | | |
| Africa | 7.2 | 14.8 | 18.9 | 26.5 | 35.4 | 50.3 | 85 | 134 | 6.7 | 6.7 | 6.7 | 5.0 | 5.4 | 4.6 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Leisure, recreation and holidays | 3.6 | 7.8 | 10.7 | 14.8 | 18.6 | 26.0 | 42 | 63 | 6.8 | 7.5 | 6.1 | 4.5 | 4.9 | 4.2 | 51 | 57 | 52 | 49 | 47 |
| Business and professional | 1.2 | 2.0 | 3.1 | 4.2 | 4.8 | 7.3 | 13 | 22 | 6.2 | 6.4 | 5.9 | 5.6 | 6.0 | 5.2 | 17 | 16 | 15 | 15 | 16 |
| VFR, health, religion, other | 2.3 | 5.0 | 5.1 | 7.6 | 12.0 | 17.0 | 30 | 49 | 6.9 | 5.4 | 8.3 | 5.5 | 6.0 | 4.9 | 32 | 27 | 34 | 36 | 37 |

Fonte: Organização Mundial do Turismo (2011)

ANEXO 4 - INCIDÊNCIA DA POBREZA ABSOLUTA EM MOÇAMBIQUE E PROVÍNCIA DE INHAMBANE.



Fonte: Plano Estratégico da Província de Inhambane 2011-2020 (2010)

ANEXO 5 - INDICADORES DE “BEM-ESTAR” DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE.

| Tipo de Material | Distrito | |
|----------------------------------|---------------|--------------|
| | Número | % |
| Tipo de Paredes das Casas | 15,744 | 100.0 |
| Bloco de cimento | 3346 | 21.3 |
| Bloco de tijolo | 168 | 1.1 |
| Madeira/zinco | 509 | 3.2 |
| Bloco de adobe | 13 | 0.1 |
| Caníço/paus/bambú/palmeira | 11,544 | 73.3 |
| Paus maticados | 140 | 0.9 |
| Lata/cartão/papel/saco/casca | 6 | 0.0 |
| Outros | 18 | 0.1 |

| Fonte de Água | Distrito | |
|---------------------------------------|----------|------|
| | Número | % |
| Água Canalizada dentro de casa (rede) | 1,280 | 8.1 |
| Água Canalizada fora de casa (rede) | 5,344 | 33.9 |
| Fontenário | 2,096 | 13.3 |
| Poço / Furo protegido | 1,374 | 8.7 |
| Poço sem bomba (céu aberto) | 5,093 | 32.3 |
| Rio / Lago / Lagoa | 406 | 2.6 |
| Água da chuva | 108 | 0.7 |
| Água mineral | 4 | 0.0 |
| Outros | 39 | 0.2 |

| Fonte de Energia | Distrito | |
|---------------------------------|----------|------|
| | Número | % |
| Electricidade | 5,005 | 31.8 |
| Gerador/placa solar | 64 | 0.4 |
| Gás | 9 | 0.1 |
| Petróleo / Parafina / Querosene | 10,281 | 65.3 |
| Vela | 239 | 1.5 |
| Bateria | 38 | 0.2 |
| Lenha | 77 | 0.5 |
| Outras | 31 | 0.2 |

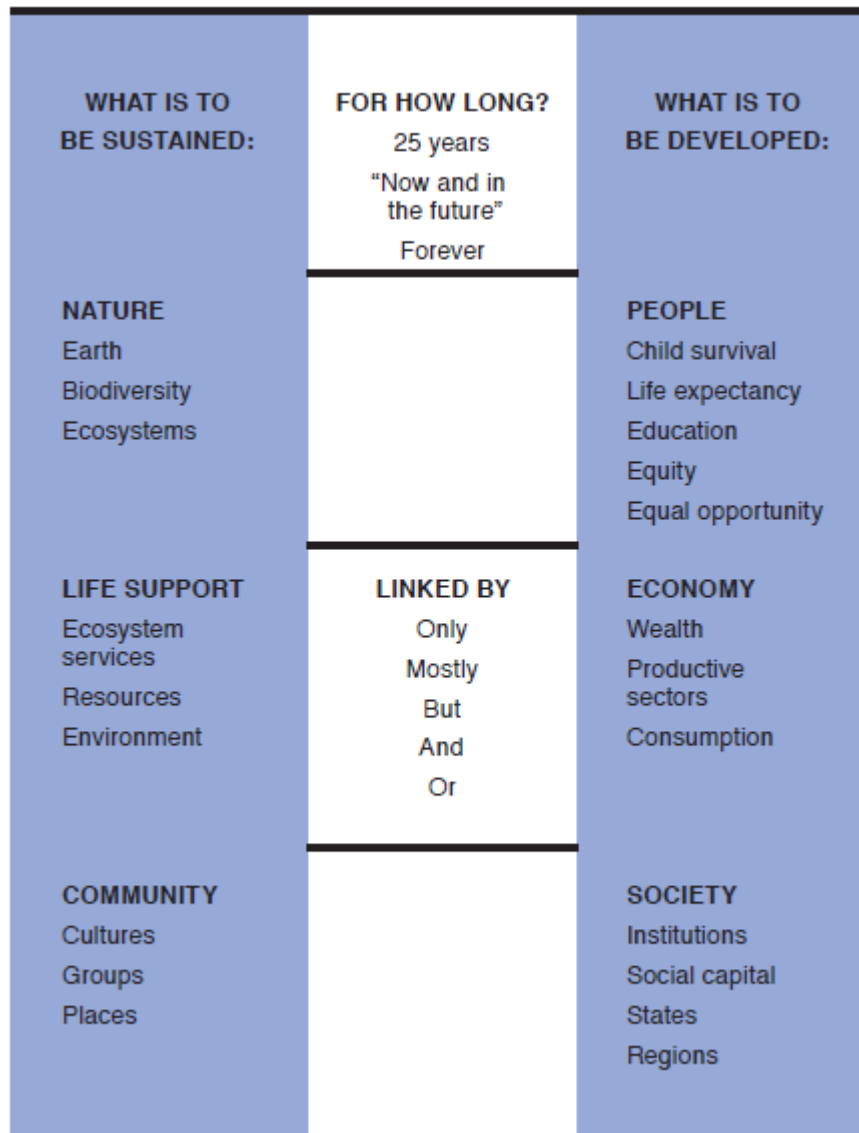
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2013)

ANEXO 6 – MODELOS INTERNACIONAIS DE MEDIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO.

| Description | Dimension | | | | | Coverage (Countries) |
|--|---------------|----------|-----------|--------|--|----------------------|
| | Environmental | Economic | Political | Social | | |
| 1. Combined Consumption Level Index (Bennett, 1951) | X | X | | X | | 31 |
| 2. Human Resources Development Index [HRDI] (Harbison & Myers, 1964) | | | | X | | 75 |
| 3. Real Index of Consumption (Beckerman & Bacon, 1966) | | X | | X | | 80 |
| 4. UNRISD General Index of Development [GID] (McGranahan, Richard-Proust, Sovani, & Subramanian, 1972) | | X | | X | | 58 |
| 5. Physical Quality of Life Index [PQLI] (Morris, 1979) | | | | X | | 150 |
| 6. Composite Basic Needs Indices (Ram, 1982) | | X | | X | | 82 |
| 7. World Handbook of Political and Social Indicators (Taylor & Jodice, 1983) | | X | X | X | | 156 |
| 8. Index of Social Progress [ISP] (Estes, 1984) | | X | X | X | | 107 |
| 9. World Standart Distance Scales (Ginsberg, Osborn, & Blank, 1986) | | X | | X | | 143 |
| 10. Human Suffering Index [HIS] (Camp & Speidel, as related in Hess, 1989). | | X | X | X | | More than 60 |
| 11. Quality of Life Rankings (Slotje, 1991) | | X | X | X | | 126 |
| 12. Combined Quality of Life Indices [CQLI] (Diemer, 1995) | X | X | X | X | | 77 |
| 13. Index of Economic Freedom (Johnston & Sheehy, 1995) | | X | | | | More than 100 |
| 14. Economic Freedom Indices [EFIs] (Gwartmey, Lawson, & Block, 1996) | | X | X | | | 103 |
| 15. Human Development Index [HDI] (UNDP, 1996) | | X | | X | | 174 |
| 16. Gender-related Development Index [GDI] (UNDP, 1996) | | X | | X | | 163 |
| 17. Gender Empowerment Measure [GEM] (UNDP, 1996) | | X | X | X | | 100 |
| 18. Global Competitiveness Indices (World Economic Forum, 1996) | | X | X | X | | 49 |
| 19. Human Poverty Index [HPI-1] for developing countries (UNDP, 1999) | | | | X | | 92 |
| 20. Human Poverty Index [HPI-2] for developed countries (UNDP, 1999) | | X | | X | | 17 |
| 21. Ecological Footprint (Wackernagel & Rees, 1996) | X | X | | X | | 52 |
| 22. Dashboard of sustainability (International Institute for Sustainable Development [IISD], 2003) | X | X | | X | | More than 200 |
| 23. Environmental Sustainability Index (Yale Center for Environmental Law and Policy & Center for International Earth Science Information Network, 2005) | X | X | X | X | | 146 |

Fonte: Quintella, R. & Soares Jr., J. (2008)

ANEXO 7 - MODELO CONCEPTUAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



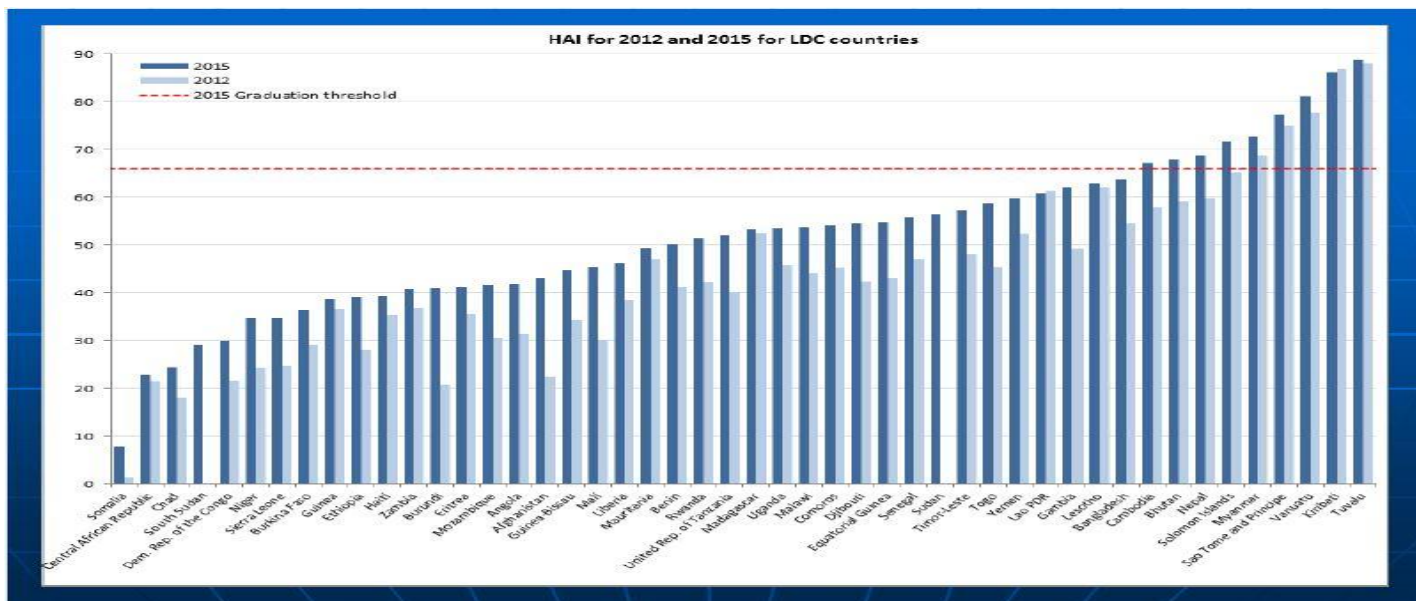
Fonte: U.S. National Research Council, Policy Division, Board on Sustainable Development (1999 apud Kates, Parris & Leiserowitz, 2005)

 ANEXO 8 – DIFERENÇA CONCEPTUAL ENTRE A ECONOMIA ECOLÓGICA E AS TEORIAS ECONÓMICAS NEOCLÁSSICAS.

| Conceptual issue | Neoclassical welfare economics | Ecological economic alternative |
|---------------------|---|--|
| Value Monism | Reduce value to commensurable monetary units; utility function. | Separate value into incommensurable categories; multi-criteria assessment. |
| The Rational Actor | Individual consumers and firms at the centre of analysis. | Analyse humans as social actors, consumers versus citizens. |
| Marginal Analysis | Comparative statics of marginal changes. | Recognises discontinuous change and total effects |
| Evolutionary Change | Evolution as constrained optimisation, survival of the fittest view of market outcomes, individual based selection. | Importance of contingency, historical accidents, path dependency. Considers altruism and group selection as well as selfishness. |
| Uncertainty | Reduce uncertainty to risk. Market outcome focus to decision-making. | Precautionary principle to deal with pure uncertainty. Process-oriented, co-evolutionary focus to decision-making. |
| Decision Criteria | Efficiency as the sole criterion, usually based on potential Pareto improvements. | Equity, stability, resilience of environmental and social systems. |
| Production Process | Theory of allocation of fixed resources; production function. | Production as a biophysical process, thermodynamics; extended IO approach, joint production of goods and polluting wastes. |
| Discounting | Straight-line discounting of future costs and benefits. | Recognises the difference between individual and social valuation of the future; hyperbolic discounting. |

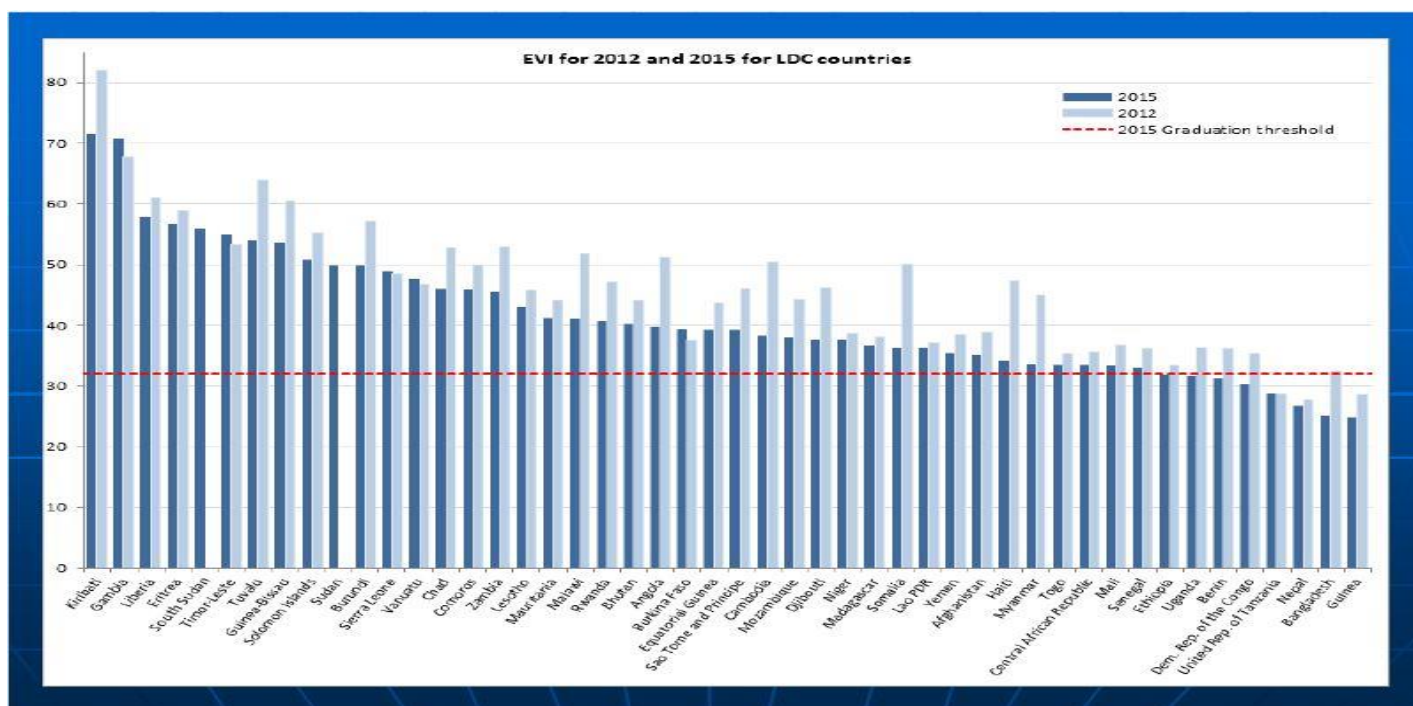
Fonte: Gowdy & Erickson (2005)

ANEXO 11 - LISTA DE PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO SEGUNDO O INDICADOR ÍNDICE DE CAPITAL HUMANO



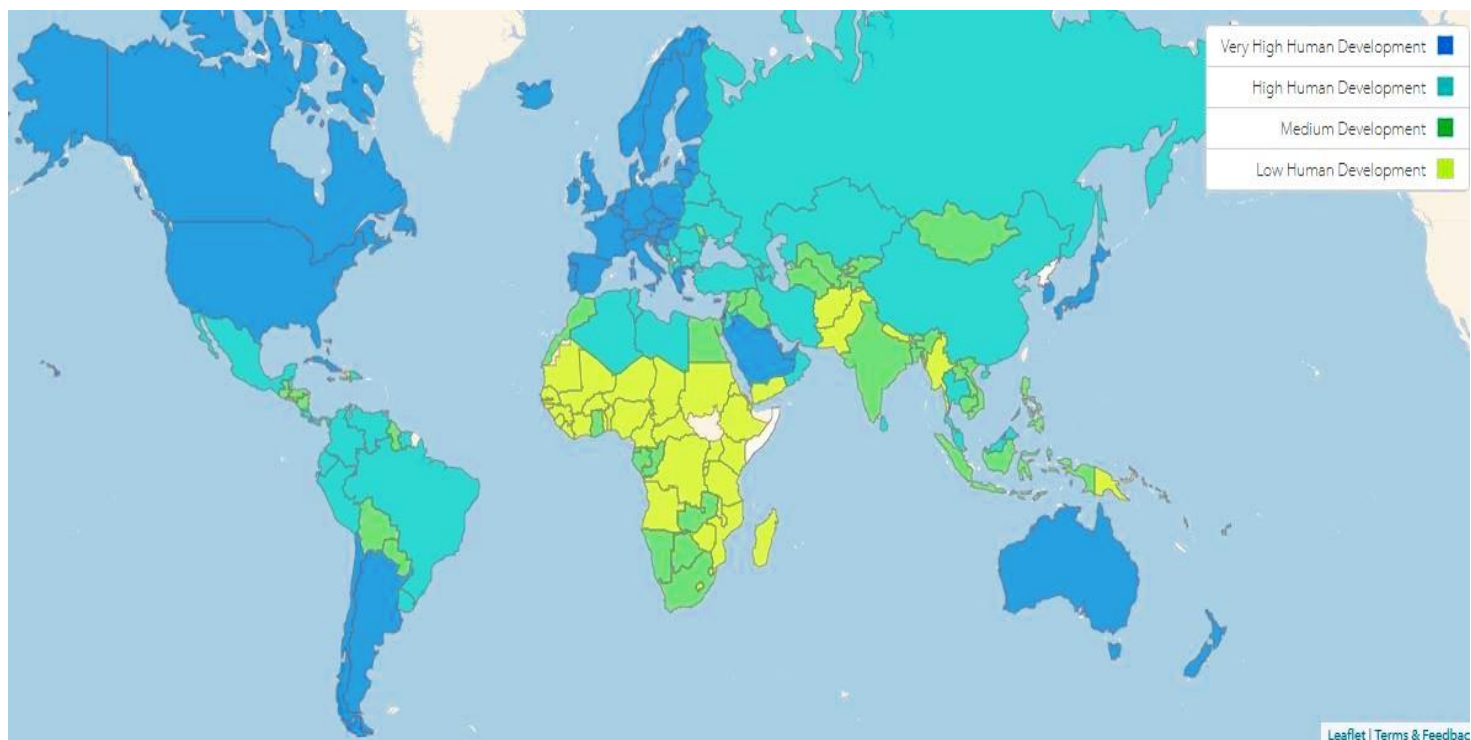
Fonte: Cortez e Bruckner (2015) - Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas

ANEXO 12 - LISTA DE PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO SEGUNDO O INDICADOR ÍNDICE DE VULNERABILIDADE ECONÓMICA



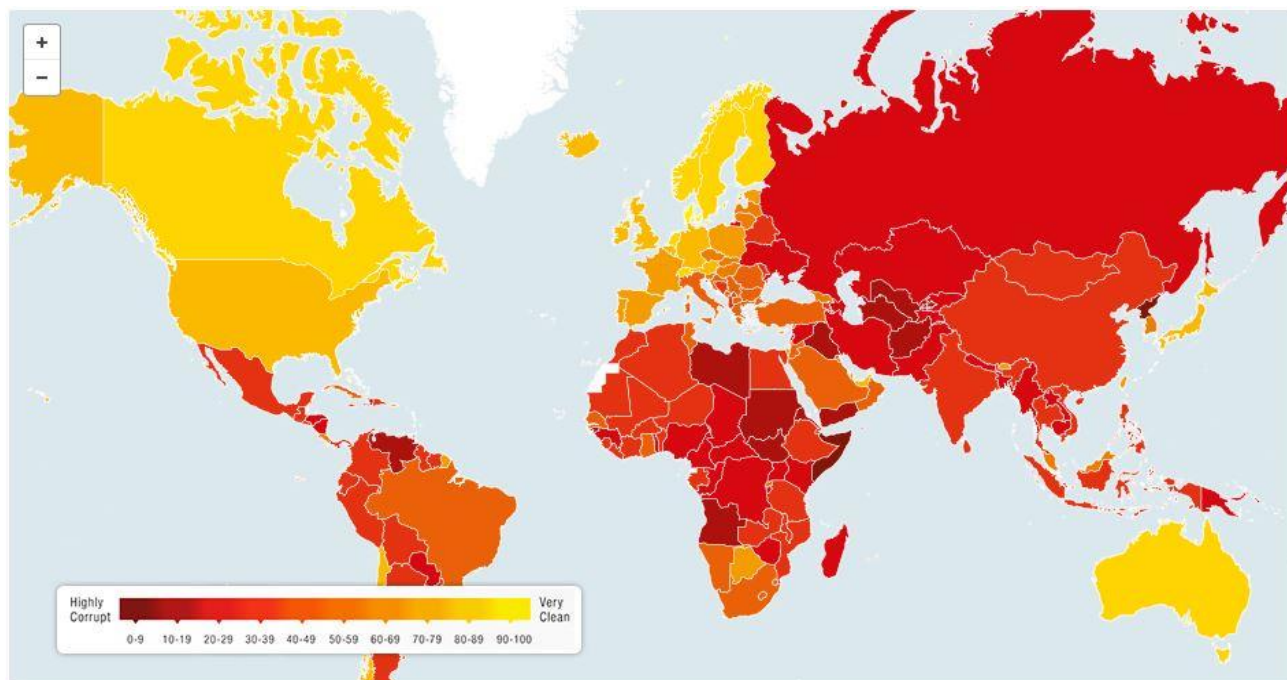
Fonte: Cortez e Bruckner (2015) - Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas

ANEXO 13 – MAPA-MÚNDI SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO



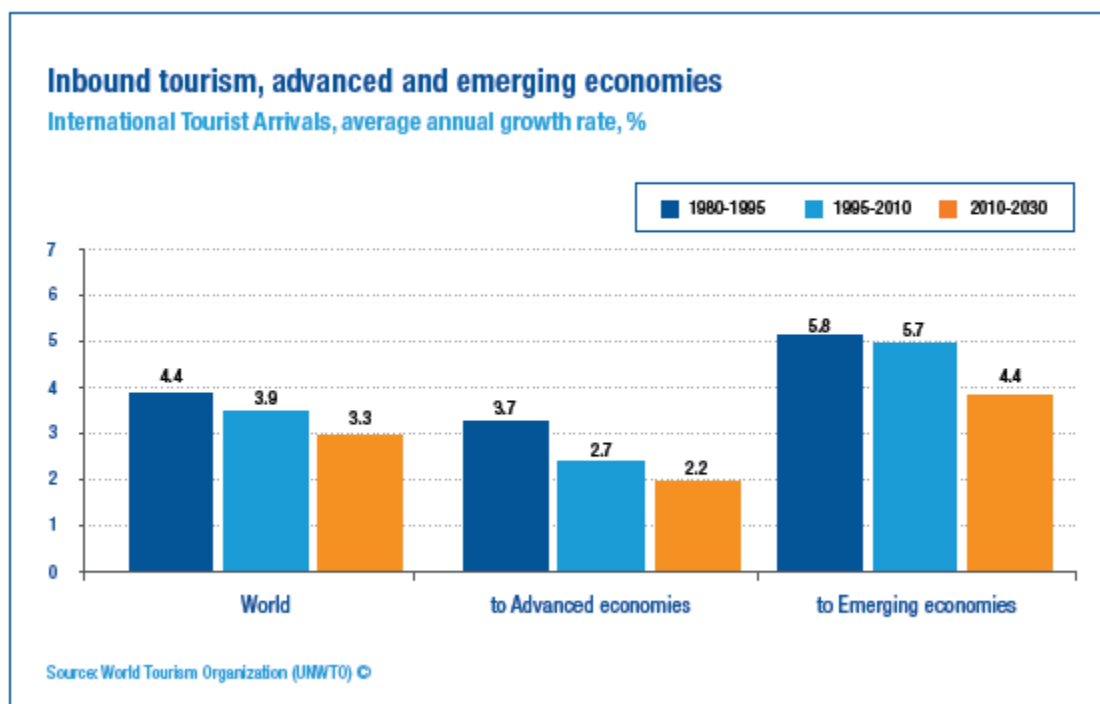
Fonte: Human Development Report Office, United Nations (2015)

ANEXO 14 – MAPA-MÚNDI SOBRE O ÍNDICE DE CORRUPÇÃO



Fonte: Corruption Perceptions Index 2014, Transparência Internacional (2014)

ANEXO 15 – PERCENTAGEM DE CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS ATÉ 2030



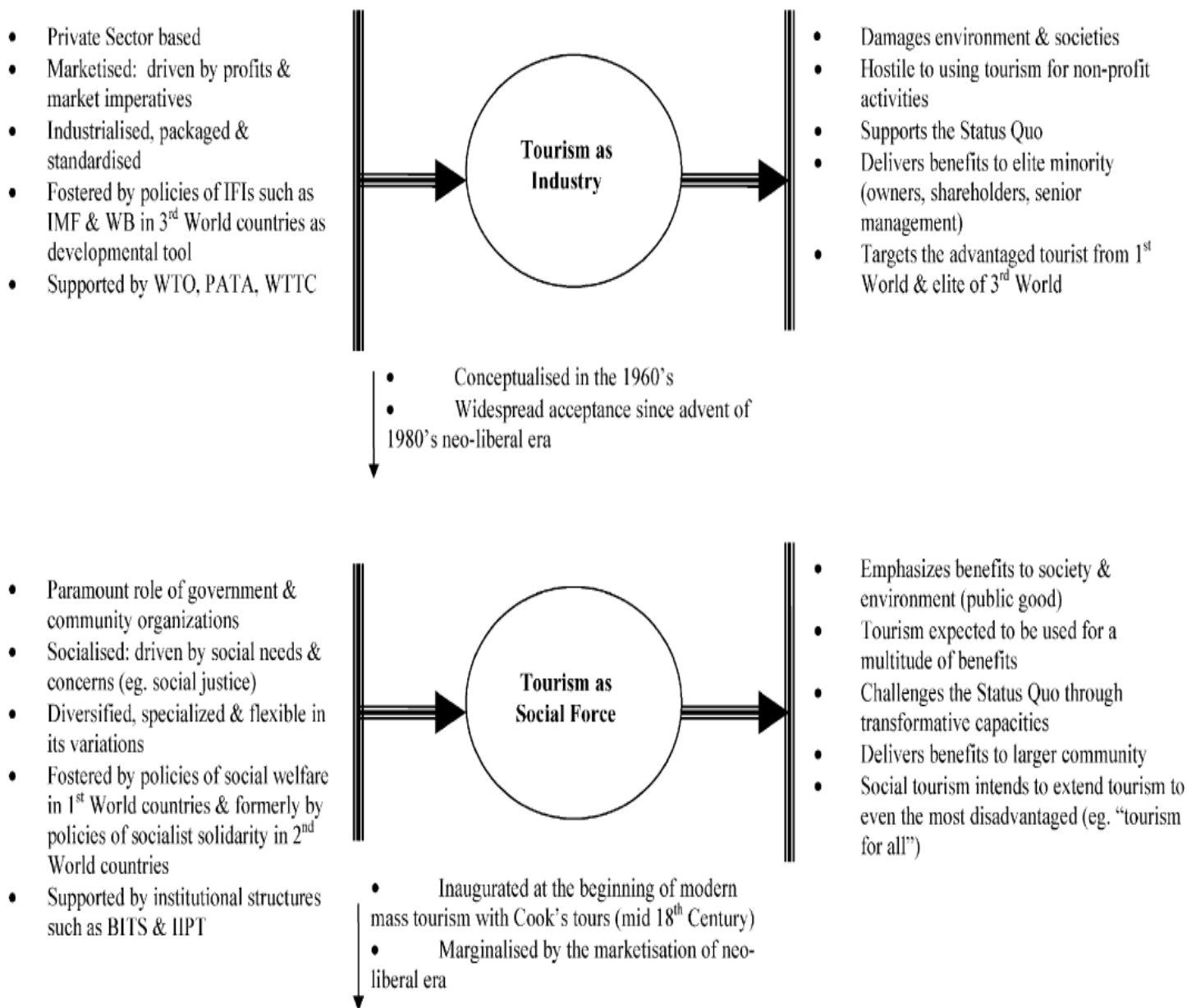
Fonte: Organização Mundial do Turismo (2011)

ANEXO 16 – ETAPAS DA GLOBALIZAÇÃO DO MERCADO TURÍSTICO

| Features | Low Globalization Profile | | | High Globalization Profile |
|---|--|--|--|---|
| Stage title | 1. Missionaries in the markets | 2. Integrating across borders | 3. Fragmentation of the value chain | 4. Transcending into new value chains |
| Logic | Access to profitable new markets for existing products | Utilization of market access and brand profiles in foreign markets | Creating profitability in services and getting access to specified material and immaterial resources | Adding value by integrating economic logics in other sectors |
| Manifestations in the tourism sector | A. Tourism board representation and operations in the markets B. International marketing collaboration by regional/national tourism enterprises C. Market expansion of larger tourism corporations | D. Transnational integration through business investments and mergers E. Import and export of business concepts through franchising and licensing | F. Splitting the value chain, outsourcing G. Flexible human resourcing and enhancing of the international labor markets | H. Development, production and marketing of knowledge I. Sales of market positions and brand extension and spin-off J. Tourism in the global media production |

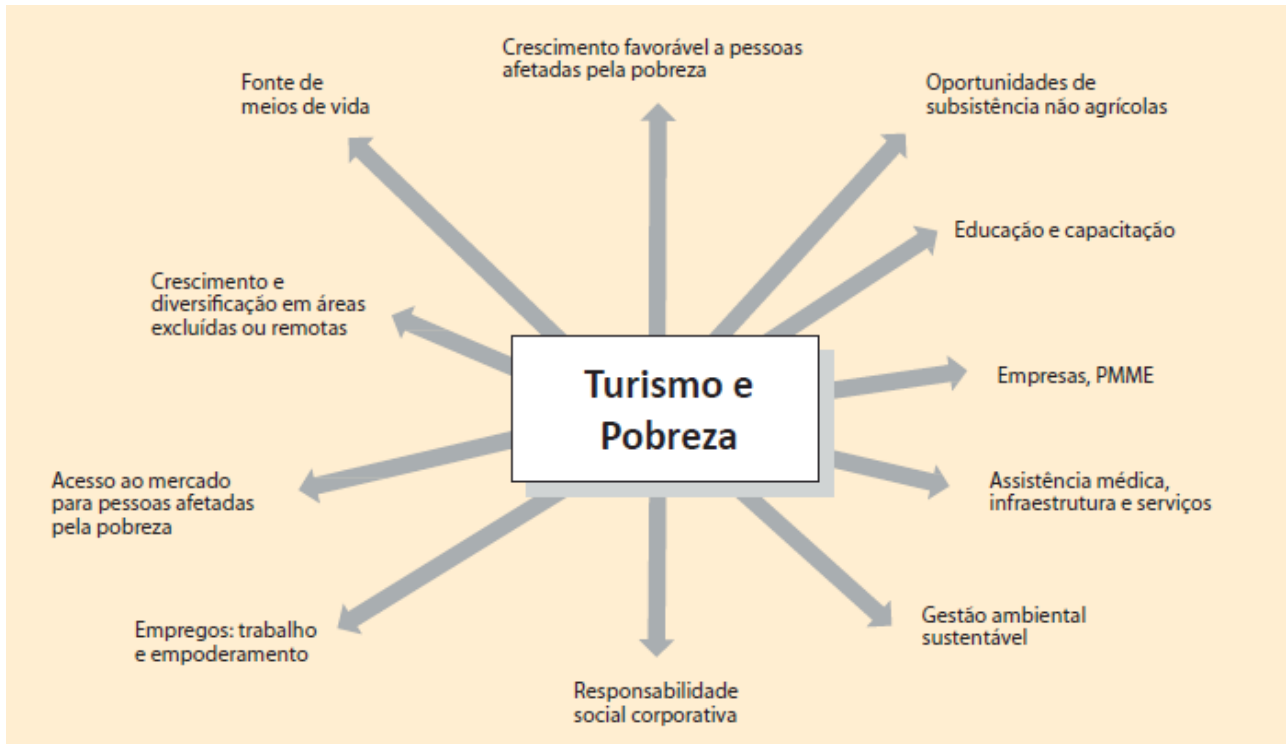
Fonte: Anne-Mette Hjalager (2007)

ANEXO 17 – PERSPETIVA DO TURISMO COMO UMA FORÇA SOCIAL



Fonte: Higgins-Desbiolles (2006)

ANEXO 18 – A RELAÇÃO ENTRE O TURISMO E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Fonte: International Labour Organization (2011)

ANEXO 19 – DEFINIÇÃO DE ABORDAGENS TURÍSTICAS CONDUCENTES À REDUÇÃO DA POBREZA

Inclusive tourism is an approach promoted by the ITC for tourism development that fosters links and interaction between the different actors in the tourism industry, partnership with private actors, stimulation of the local economy, integration of women, and involvement of local communities to better understand their needs and wants. It is a sustainable approach that includes the environment, social and economic factors (ITC, 2008).

Sustainable tourism is defined as tourism which is developed and maintained in an area (i.e. a community environment) in such a manner and at such a scale that it remains viable over an indefinite period and does not degrade or alter the environment (human and physical) in which it exists to such a degree that it prohibits the successful development and wellbeing of other activities and processes (Butler, 1993). The 'triple bottom line' of sustainable development suggests that companies not only need to be commercially viable, but also need to invest in the future and be socially responsible (Elkington, 1997): to reflect environmental, social and economic sustainability.

Responsible tourism:

- minimizes negative economic, environmental and social impacts;
- generates greater economic benefits for local people and enhances the wellbeing of host communities, improves working conditions and access to the industry;
- involves local people in decisions that affect their lives and life chances;
- makes positive contributions to the conservation of natural and cultural heritage, to the maintenance of the world's diversity;
- provides more enjoyable experiences for tourists through more meaningful connections with local people, and a greater understanding of local cultural, social and environmental issues;
- provides access for physically challenged people; and
- is culturally sensitive, engenders respect between tourists and hosts, and builds local pride and confidence.

(Cape Town Declaration, 2002)

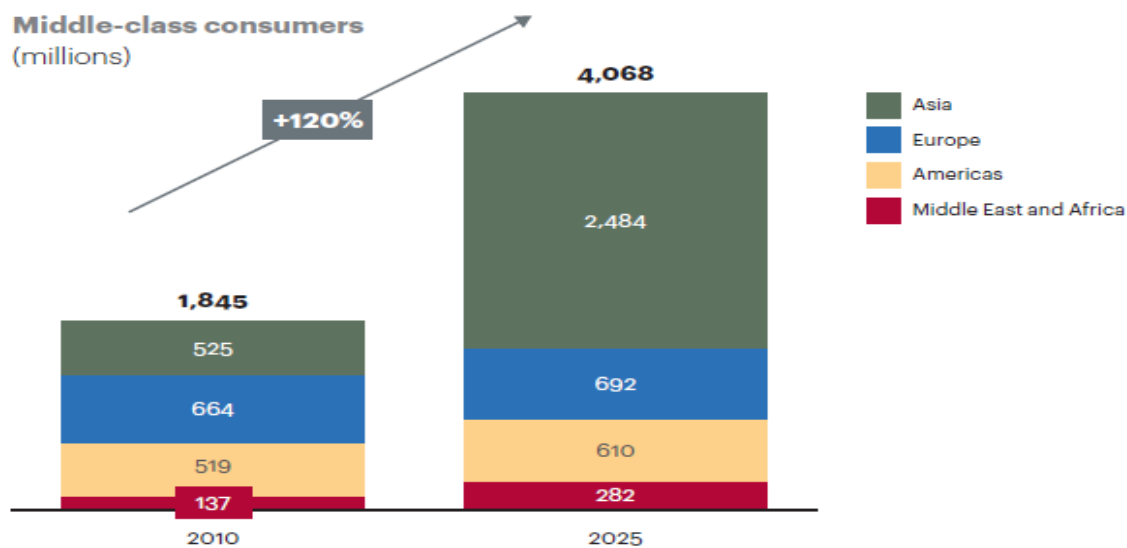
Pro-poor tourism is tourism that results in increased net benefits for poor people. Pro-poor tourism is not a specific product or niche sector but an approach to tourism development and management. It enhances the linkages between tourism businesses and poor people, so that tourism's contribution to poverty reduction is increased and poor people are able to participate more effectively in product development (www.propoortourism.org.uk/what_is_ppt.html)

Fair trade tourism is about ensuring that the people whose land, natural resources, labour, knowledge and culture are used for tourism activities, actually benefit from tourism. The Fair Trade movement started in Europe in the 1960s to help producers in developing countries receive a better deal for international trade in commodities and other goods. Since then Fair Trade has grown in influence and power. The movement has created trading partnerships and ethical trading initiatives. It has improved working conditions, remuneration and market access for producers in the global South (www.fairtourismsa.org.za/fairtrade_overview.html; www.fairtourismsa.org.za/fairtrade_intourism.html)

Community-based tourism is tourism in which local residents (often rural, poor and economically marginalised) invite tourists to visit their communities with the provision of facilities and activities. Community, by definition, implies individuals with some kind of collective responsibility, and the ability to make decisions by representative bodies. Community-based tourism is often 1. located within a community (e.g. on communal land, or with lease fees paid to the community); or 2. owned by one or more community members (i.e. for the benefit of one or more community members); or 3. managed by community members (i.e. community members can influence decisions made with regards to running the business). (www.responsibletravel.com/copy/copy901197.htm ; www.community-tourism-africa.com)

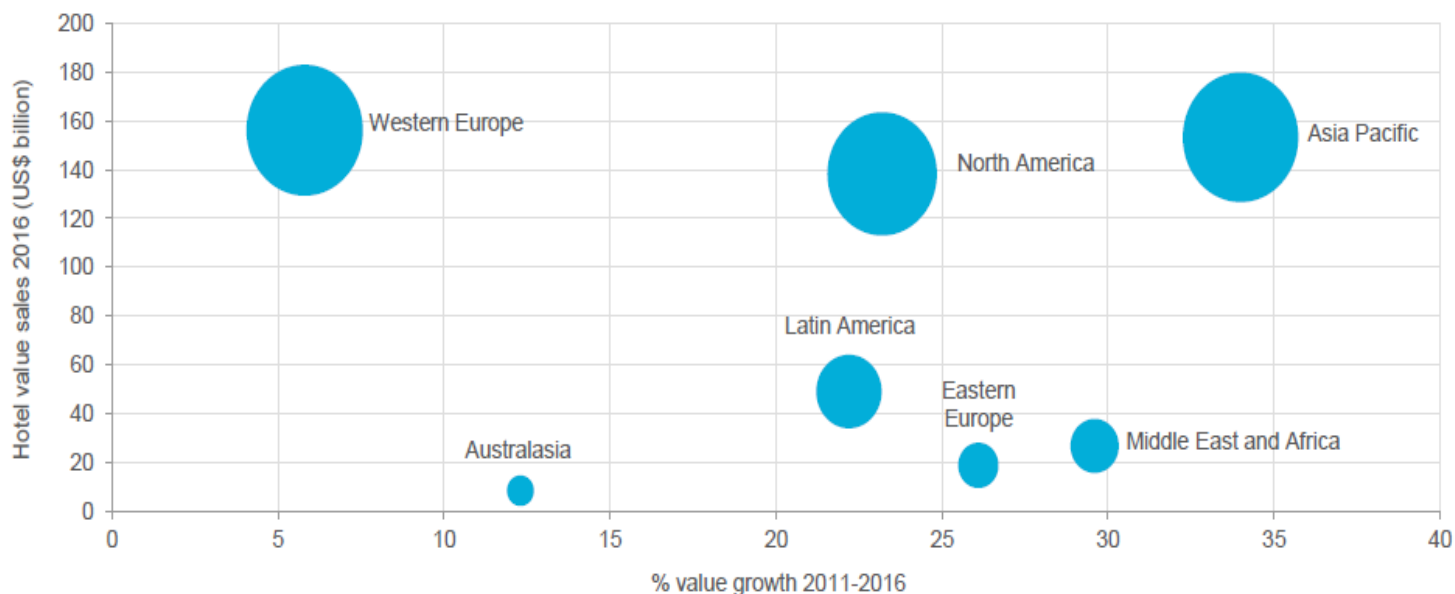
Fonte: Ashley, Spenceley & de Kock (2009)

ANEXO 20 – PREVISÃO DE CRESCIMENTO DA CLASSE MÉDIA À ESCALA MUNDIAL ATÉ 2025



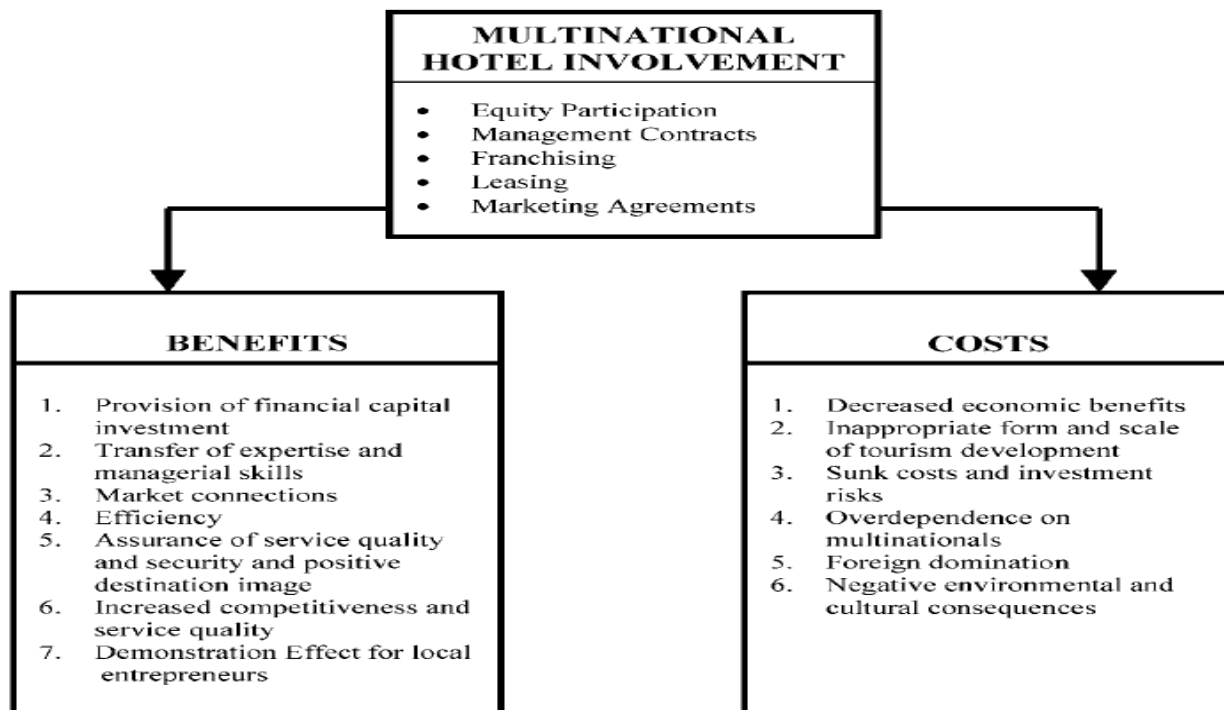
Fonte: A.T. Kearney’s Hospitality Index (2013)

ANEXO 21 – MAPA DA PREVISÃO DO CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA HOTELEIRA POR REGIÕES GEOGRÁFICAS ATÉ 2016



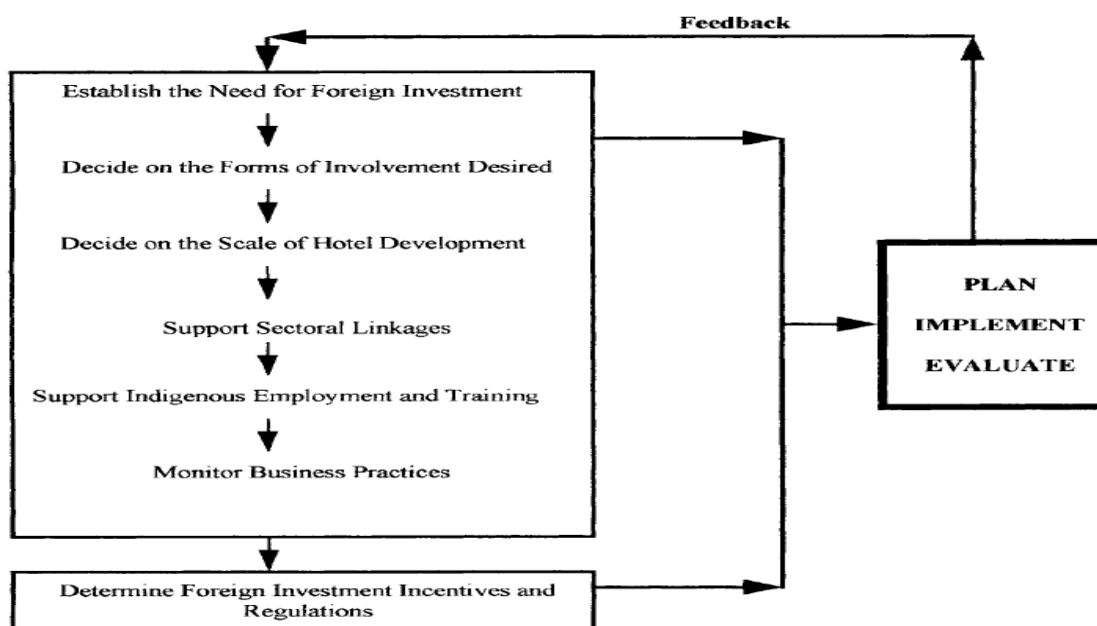
Fonte: Euromonitor International (2012)

ANEXO 22 – OS IMPACTES DA HOTELARIA MULTINACIONAL NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO



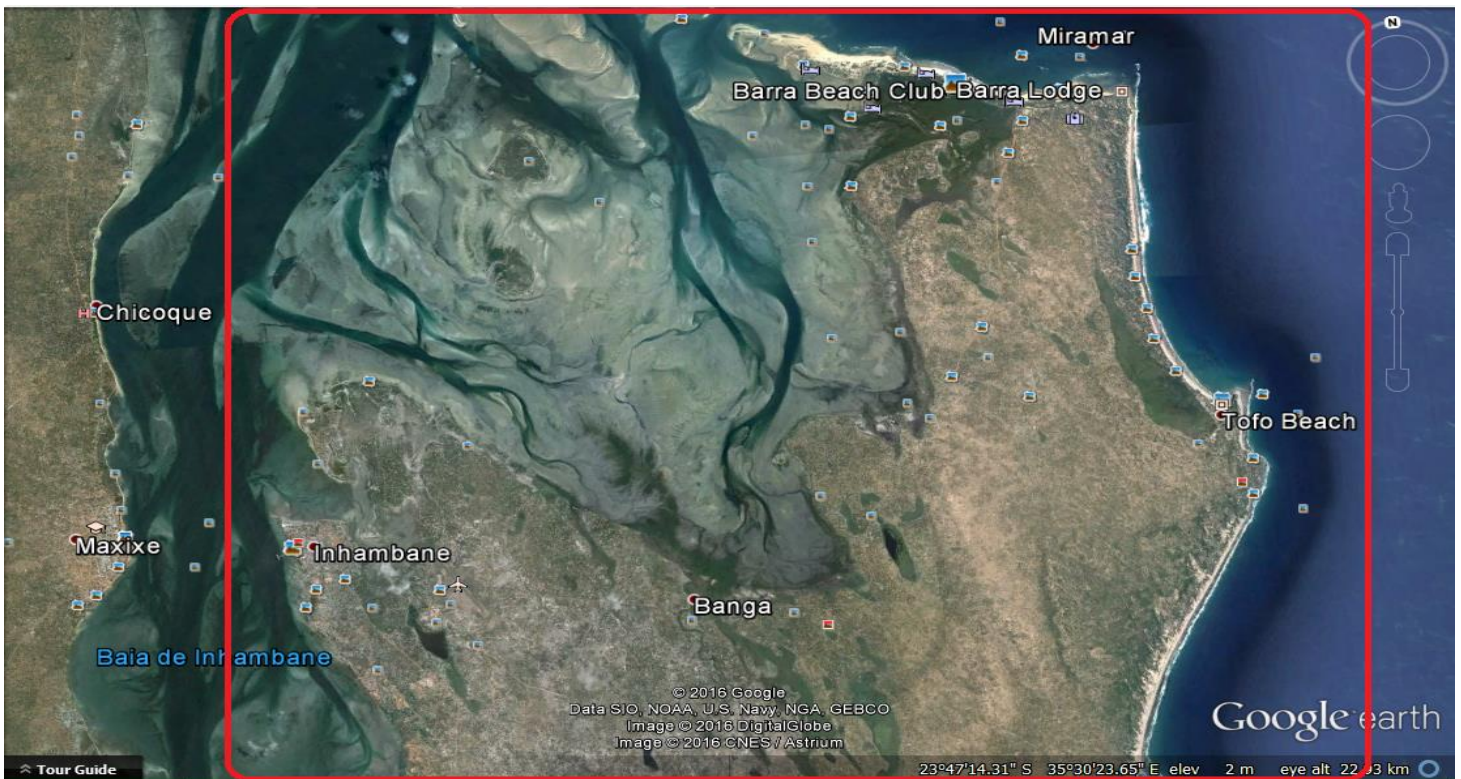
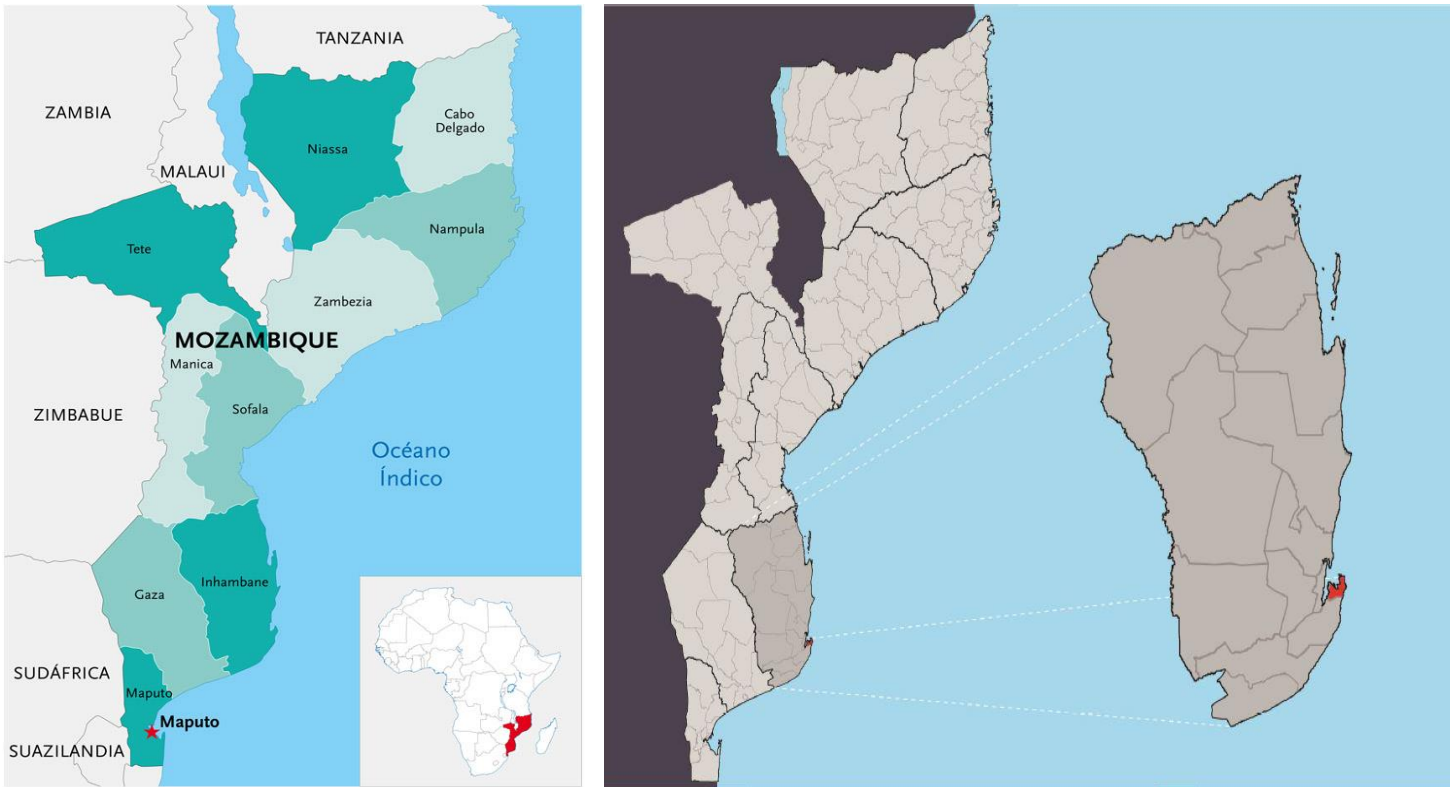
Fonte: Kusluvan e Karamustafa (2001)

ANEXO 23 – PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES HOTELEIRAS MULTINACIONAIS NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO



Fonte: Kusluvan e Karamustafa (2001)

ANEXO 24 – MAPA DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE



Fontes: www.ppgconsulting.net (2006), INE (2013) e Google Earth (2016)

ANEXO 25 – CADASTRO DAS UNIDADES DE ALOJAMENTO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

| Cluster | INHAMBANE | # | Nome Comercial | Gestor | Telefones | Email | Classe | Aberto | Capital inicial | Investimento | | | Trabalhadores | | | | |
|---------|----------------------------|----|-----------------------------|--------|-------------|--|-------------|--------|-----------------|----------------|---------|-------|---------------|--------|-----------|----------|---|
| | | | | | | | | | | Valor Actual | Quartos | Camas | F&B | Locais | Nacionais | Estrang. | |
| 1.1 | Ibane Cidade | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | Av. Maguigane | 1 | Hotel Casa do Capitão | | 293214081 | info@hotelcasadocapitao.com | Hotel | 2010 | | 140,000,000.00 | 24 | 24 | 1 | 96 | N/A | N/A | |
| 8 | Av. da Independência, Ba | 2 | Hotel Inhambane | | 843893837 | hotelinhambane@gmail.com | Hotel | 2007 | 5,000,000.00 | | 35 | 35 | 1 | 23 | 1 | N/A | |
| 9 | Av. 20 de Setembro, Balar | 3 | Hotel Residencial JK | | 29320999 | ikhresidencial@yahoo.com.br | Apart Hotel | 2011 | 22,950.00 | | 5 | 5 | 0 | 6 | 1 | N/A | |
| 10 | Chalamba 1, Matadouro | 4 | Sudeisse Guest House | | 828135270 | N/A | Guest House | 2009 | 3,000,000.00 | | 16 | 16 | 0 | 5 | N/A | N/A | |
| 11 | Muelé 1 | 5 | Gaya Guatu | | 827728280 | gayawatuacomodation@sapo.mz | Guest House | 2012 | 1,000,000.00 | | 12 | 12 | 0 | 4 | N/A | N/A | |
| 12 | Av. 3 de Fevereiro, Balane | 6 | Pensão Pachica | | 843895217 | N/A | Pensao | 2005 | 410,000.00 | | 7 | 7 | 1 | 16 | N/A | N/A | 1 |
| 13 | Chalamba 2 | 7 | Casa Jensen | | 828596150 | contact@casajensen.com | Guest House | 2008 | 20,000.00 | | 5 | 5 | 0 | N/A | N/A | N/A | |
| 14 | Rua da Liberdade 263, Ba | 8 | Africa Tropical | | 827774871 | mima@netmadeira.com | Pensao | 2004 | 110,000.00 | | 10 | 20 | 1 | 0 | 16 | 0 | |
| 15 | Rua da Vigilancia, Bairro | 9 | Antonio Room | | 844080387 | N/A | Pensao | 2008 | N/A | | 9 | 6 | 0 | 2 | 0 | 0 | |
| 16 | Liberdade 3 | 10 | ESHTI | | 29320781 | residencialescola@uem.mz | Pousada | 2003 | N/A | | 6 | 6 | 0 | 3 | N/A | N/A | |
| 17 | Bairro Muele 1 | 11 | Centro de Form. Mulher | | 24320171 | N/A | Pousada | 1991 | N/A | | 20 | 20 | 0 | na | N/A | N/A | |
| 18 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 20 | Tot I' Bane Cidade | 11 | | | | | | | | | 149 | 156 | 4 | 155 | 18 | 1 | |
| 21 | 1.2 Barra | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22 | Praia da Barra | 1 | Anda Ca Lodge | | 823587130 | andacalodie@gmail.com | 3 | 2005 | 900,000.00 | | 16 | 30 | 1 | 18 | 1 | na | |
| 23 | Praia de Barra | 2 | Barra Beach Club | | 29356298 | tionsbarra@hotelcasacapitao.com | 3 | 2010 | 260,000,000.00 | | 11 | 11 | 1 | 24 | 1 | na | |
| 24 | Praia da Barra | 3 | Barra Lodge | | 823206070 | reception@barraresort.com | 4 | 2000 | 32,500,000.00 | | 61 | 234 | 2 | 40 | 1 | na | |
| 25 | Praia da Barra | 4 | Bay View Lodge | | 827958330 | bavviewlodge@tdm.co.mz | 4 | 2009 | 28,566,000.00 | | 40 | 80 | 1 | 19 | na | 2 | |
| 26 | Praia da Barra | 5 | Campbell Bay | | 824443599 | stav@campbell-bay.com | 2 | 2008 | 1,500,000.00 | | 50 | 50 | 1 | 10 | na | na | |
| 27 | Praia da Barra | 6 | Flamingo Bay | | 29356005 | flamingoadmin@barraresorts.com | 3 | 2005 | 10,000,000.00 | | 20 | 20 | 1 | 41 | na | na | |
| 28 | Praia da Barra | 7 | Makolo Bay | | 847507318 | makolobavjorrelle@yahoo.com | 4 | 2008 | 10,000.00 | | 8 | 8 | 1 | 15 | na | na | |
| 29 | Praia da Barra | 8 | Palm Grove Lodge | | 847129066 | relha@palmgravelodie.co.za | 4 | 2009 | 150,000.00 | | 41 | 69 | 1 | 26 | 2 | na | |
| 30 | Praia da Barra | 9 | Barracuda Lodge | | 847028359 | na | 1 | 2012 | 1,581,040.00 | | 33 | 33 | 0 | 17 | na | na | |
| 31 | Praia da Barra | 10 | Sorte Lodge | | 8277939955* | na | 4 | 2006 | na | | 8 | 84 | 0 | 3 | 1 | na | |
| 34 | 1.3 Tofo/Tofinho | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 35 | Praia do Tofo | 1 | Hotel Tofo Mar | | | | Hotel | | | | 12 | 24 | 1 | | | | |
| 36 | Praia do Tofo | 2 | Albatroz Lodge | | 29329005 | restalbatroz@teledata.mz | 1 | 1998 | na | | 24 | 42 | 1 | 15 | 1 | 1 | |
| 37 | Praia do Tofo | 3 | Aquatico Oceano Lodge | | 828572850 | na | 4 | 2006 | 900,000.00 | | 12 | 24 | 1 | 11 | 2 | na | |
| 38 | Praia do Tofo | 4 | Baia Sonambula | | 29329037 | www.baiaisonambula.com | 1 | 2008 | 400,000.00 | | 5 | 10 | 0 | 5 | na | na | |
| 39 | Praia do Tofo | 5 | Bambooz Beach Lodge | | 823020413 | bambooz@resorts.com | 4 | 2010 | 1,200,000.00 | | 26 | 111 | 1 | 17 | 7 | 2 | |
| 40 | Praia do Tofo | 6 | Casa Algodoal | | 845901086 | casaalgodoal@hotmail.com | 5 | 2009 | 1,320,000.00 | | 2 | 6 | 0 | 4 | na | 2 | |
| 41 | Praia do Tofo | 7 | Casa Barry | | 29329007 | cbreceptiontofo@gmail.com | 4 | 1993 | 5,000,000.00 | | 27 | 98 | 1 | 37 | na | 2 | |
| 42 | Praia do Tofo | 8 | Casa do Mar | | 824557481* | casadomar@vodamd.go.za | 5 | 2011 | na | | 7 | 1 | 1 | 12 | 1 | na | |
| 43 | Praia do Tofo | 9 | CFM Tofo Lodge | | 29329020 | na | 4 | 1984 | na | | 10 | 10 | 1 | 2 | 1 | na | |
| 44 | Praia do Tofo | 10 | Desejo, Lda | | 842119814 | jacqui@mangobeach.co.za | 4 | 2012 | 20,000.00 | | 4 | 3 | 0 | 2 | na | 1 | |
| 45 | Praia do Tofo | 11 | Fatimas Nest | | 824145730 | fatimas@tvcabo.co.mz | 4 | 2000 | na | | 40 | 135 | 1 | 20 | 1 | na | |
| 46 | Praia do Tofo | 12 | Mango Beach Lodge | | 829434660 | na | 4 | 2008 | 3,000,000.00 | | 14 | 40 | 1 | 9 | na | 1 | |
| 47 | Praia do Tofo | 13 | Paradise Dunes | | 825697455 | thomascuamba@gmail.com | 1 | 2007 | 10,000,000.00 | | 18 | 34 | 0 | 10 | na | na | |
| 48 | Praia do Tofo | 14 | Vanilla Vein | | 840263390 | cdeigen7b@live.co.za | 5 | 2012 | na | | 3 | 3 | 0 | 4 | na | na | |
| 49 | Praia do Tofinho | 15 | Ponta da Baleia Beach Homes | | 845103791 | na | 4 | 2005 | na | | 17 | 17 | 1 | 10 | 4 | na | |
| 50 | Praia do Tofinho | 16 | Tofo Beach Cottages | | 128325532* | bookings@tofo.co.za | 4 | 1994 | 20,000.00 | | 21 | 21 | 0 | 8 | 1 | na | |
| 51 | Praia do Tofinho | 17 | Casa John | | 824518450 | na | 4 | 2003 | 1,000,000.00 | | 19 | 35 | 0 | 3 | 4 | na | |
| 52 | Praia da Barra | | Africa Futura | | | | 2 | | 27,000,000.00 | | | | | | | | |
| 53 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 54 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 55 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 56 | Praia do Tofinho | 18 | Casa Malcampo | | 844900242 | casa.malcampo@gmail.com | 4 | 2004 | 5,000.00 | | 15 | 0 | 1 | 10 | 9 | na | |
| 57 | Tot Tofo/Tofinho | 18 | | | | | | | | | 276 | 613 | 11 | 179 | 31 | 9 | |

Fonte: Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane (2015)

ANEXO 26 – LISTA DAS UNIDADES HOTELEIRAS DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

Cidade de Inhambane:

1. Hotel Casa do Capitão
2. Hotel Inhambane
3. Machibombo Guest House
4. África Tropical
5. Casa Jensen
6. Gaya Guatu

Praia do Tofo:

1. Fátimas Nest
2. A Streetcar Named Desire (John's Place)
3. Wayuni Pariango
4. Hotel Tofo Mar
5. Casa na Praia
6. Casa Barry
7. Baía Sonâmbula
8. Albatroz Lodge
9. Casa do Mar
10. Varandas do Índico
11. Top of the Dune
12. Turtle Cove
13. Mozambeat
14. Amigo Lodge

Praia da Barra:

1. Bali-Hai
2. Sun Set Lodge
3. Anda Cá Lodge
4. Palm Groove Lodge
5. Barra Beach Club
6. Neptune's Lodge
7. Bay View Lodge (Green Turtle)
8. Makolo Bay
9. Flamingo Bay
10. Areia Branca Lodge (White Sand)

Fonte: O autor (2016)

ANEXO 27 – LISTA DAS UNIDADES HOTELEIRAS INQUIRIDAS E NÚMERO DE TRABALHADORES

| | Localização | Unidade Hoteleira | Nº Total de Trabalhadores | % Trabalhadores de Inhambane |
|----|------------------|--------------------------|---------------------------|------------------------------|
| 1 | Cidade Inhambane | Hotel Casa do Capitão | 56 | Mais de 75% |
| 2 | Cidade Inhambane | Hotel Inhambane | 14 | Mais de 75% |
| 3 | Cidade Inhambane | Machibombo Guest House | 08 | Mais de 75% |
| 4 | Cidade Inhambane | África Tropical | 08 | Mais de 75% |
| 5 | Cidade Inhambane | Casa Jensen | 08 | Mais de 75% |
| 6 | Cidade Inhambane | Gaya Guatu | 10 | Mais de 75% |
| 7 | Praia do Tofo | Fátima's Nest | 35 | Mais de 75% |
| 8 | Praia do Tofo | A Streetcar Named Desire | 03 | Entre 50% e 75% |
| 9 | Praia do Tofo | Wayuni Pariango | 04 | Entre 50% e 75% |
| 10 | Praia do Tofo | Hotel Tofo Mar | 50 | Mais de 75% |
| 11 | Praia do Tofo | Casa Barry | 48 | Mais de 75% |
| 12 | Praia do Tofo | Casa do Mar | 09 | Mais de 75% |
| 13 | Praia do Tofo | Varandas do Índico | 12 | Mais de 75% |
| 14 | Praia do Tofo | Top of the Dune | 04 | Entre 50% e 75% |
| 15 | Praia do Tofo | Amigo Lodge | 06 | Mais de 75% |
| 16 | Praia da Barra | Palm Groove Lodge | 19 | Mais de 75% |
| 17 | Praia da Barra | Barra Beach Club | 23 | Mais de 75% |
| 18 | Praia da Barra | Neptune's Lodge | 08 | Mais de 75% |
| 19 | Praia da Barra | Bay View Lodge | 26 | Mais de 75% |
| 20 | Praia da Barra | Makolo Bay | 12 | Mais de 75% |
| 21 | Praia da Barra | Flamingo Bay | 58 | Mais de 75% |
| 22 | Praia da Barra | White Sand Lodge | 07 | Mais de 75% |
| | TOTAL | | 428 | |

Fonte: O autor (2016)

ANEXO 28 – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS DIRETORES DAS UNIDADES HOTELEIRAS DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

Questionário aos diretores das unidades hoteleiras sobre o seu papel no desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane

Orlando Alcobia, autor deste questionário, é docente do Curso de Gestão Hoteleira na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane pertencente à Universidade Eduardo Mondlane.
Este questionário é parte integrante do estudo da Dissertação de Mestrado em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (Portugal) cujo título é "O turismo e a Inovação na hotelaria: contributos para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane". O autor compromete-se em manter a confidencialidade dos dados recolhidos, sendo que os resultados dos mesmos serão apresentados num contexto generalizado em conjunto com os demais questionários realizados na cidade de Inhambane, praia do Tofo e praia da Barra. Para qualquer informação adicional não hesite em contactar o autor através do email: orlandoalcobia@hotmail.com ou do número de telefone 82 513 49 63.
Muito obrigado pela colaboração.

1. Identificação

- 1.1. Nome da unidade hoteleira
- 1.2. Contacto (telefone)
- 1.3. Localização
- 1.4. Tipo de unidade Hotel Lodge Guest House
- 1.5. Origem do capital investido? Inhambane Moçambique Estrangeiro Multinacional
- 1.6. A sua unidade hoteleira possui cidadãos estrangeiros em cargos de chefia? Sim Não
- 1.7. A sua unidade hoteleira possui mais alguma atividade económica no Município de Inhambane?
Sim Não 1.6.1. Se sim, quais?

2. Qualidade do Emprego

- 2.1. Quantos trabalhadores emprega a sua unidade hoteleira?
- 2.2. Qual a percentagem de empregados naturais do Município de Inhambane?
menos de 25% entre 25% e 50% entre 50% e 75% mais de 75%
- 2.3. Quantos empregados naturais do Município de Inhambane possuem curso superior?
- 2.4. Quantos empregados naturais do Município de Inhambane ocupam cargos de chefia?
- 2.4.1. Quantos com cargo de chefia são do género feminino?
- 2.5. Para além do salário mensal, que outras regalias a sua unidade hoteleira oferece aos seus empregados que não possuem cargos de chefia?
Nenhum Alimentação ou subsídio Transporte ou subsídio Habitação ou subsídio
Plano de saúde Outros quais?

2.6. Os seus empregados já usufruíram de alguma formação profissional proporcionada pela sua unidade hoteleira?

Sim Não

2.6.1. Se sim, com que regularidade?

Maior regularidade que trimestralmente Trimestralmente Semestralmente

Anualmente Bianualmente A cada 5 anos Periodicidade superior a 5 anos

2.7. A sua unidade hoteleira tem como política a promoção interna quando necessita de recrutar alguém para cargos de chefia?

Sim Não

2.7.1. Se Não, porquê?

3. Participação na prosperidade Económica do Município de Inhambane

3.1. Na construção da sua unidade hoteleira recorreu-se a empresas do Município de Inhambane?

Sim Não

3.1.1. Se não, porquê?

3.2. Recorre a empresas do Município de Inhambane para efetuar a manutenção da sua unidade hoteleira?

Ex. Sistemas elétricos, canalização, sistemas de frio, equipamentos de cozinha, etc...

Sim

Não, temos manutenção própria

Não, recorremos a empresas de fora do Município de Inhambane

3.3. Assinale com um (X) os produtos ou serviços que compra em empresas sediadas no Município de Inhambane:

Food and beverage

- Carne
- Peixe e marisco
- Frutas
- Hortícolas
- Produtos de mercearia
- Bebidas não alcoólicas
- Vinhos
- Restantes bebidas alcoólicas

Equipamentos

- Ar-condicionado
- Frigoríficos e congeladores
- Utensílios de cozinha e talheres
- Louças

Mobiliário de cozinha

- Mobiliário zonas públicas
- Mobiliário de quartos
- Mobiliário de casa de banho
- Televisões
- Equipamentos de segurança
- Limpeza**
- Equipamentos
- Produtos
- Tecidos e atoalhados**
- Roupas de cama
- Toalhas de banho
- Toalhas de mesa e guardanapos
- Fardamento do pessoal

Consumíveis

- Amenities
- Serviços externos**
- Segurança
- Manutenção informática
- Limpeza
- Lavandaria
- Jardinagem
- Transferes
- Animação
- Marketing
- Material Informático**
- Computadores e equipamentos
- Programas (software)

3.3.1. Quais as razões para não comprar mais produtos ou serviços a empresas sediadas no Município de Inhambane?

- Preço elevado Falta de qualidade Falta de oferta
Falta de credibilidade das empresas locais outros motivos

3.3.1.1. Se assinalou outros motivos revele quais:

3.4. Na escolha de fornecedores oriundos do Município de Inhambane leva em conta se as suas práticas operacionais são socialmente e ambientalmente sustentáveis?

Sim Não

3.5. A sua unidade hoteleira tem por hábito contratar artistas oriundos do Município de Inhambane como forma de animação turística e valorização da cultura local? Ex. músicos, dançarinos, etc...

Sim Não

3.5.1. Se sim com que periodicidade?

- Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente Bimensalmente
Trimestralmente Semestralmente Anualmente

3.6. A sua unidade hoteleira comercializa ou auxilia na comercialização de artesanato ou outro tipo de expressões artísticas e obras de arte provenientes de artistas locais?

Sim Não

3.7. A sua unidade hoteleira promove junto dos seus hóspedes itinerários turísticos que contemplem atividades de lazer no seio das comunidades locais?

Sim Não

3.8. A sua unidade hoteleira tem algum centro de reservas fora de Moçambique?
Ex. África do Sul, Portugal, etc...

Sim Não

4. Contributos para infraestruturas e “bem-estar” da comunidade local

4.1. A sua unidade hoteleira apoia, financia ou patrocina alguma instituição de cariz social no Município de Inhambane?

sim Não

4.1.1. Se sim, indique qual (opcional)

4.2. Assinale com um (X) as infraestruturas ou as campanhas no Município de Inhambane que a sua unidade hoteleira, direta ou indiretamente (através de auxílio financeiro ou de outro tipo), tenha contribuído para a construção / execução, reabilitação ou melhoramento:

- | | |
|---|--|
| Nenhuma <input type="checkbox"/> | Abastecimento de rede elétrica <input type="checkbox"/> |
| Escolas <input type="checkbox"/> | Abastecimento de água canalizada <input type="checkbox"/> |
| Hospitais ou centros de saúde <input type="checkbox"/> | Auxílio às condições de habitação <input type="checkbox"/> |
| Estradas ou vias de acesso <input type="checkbox"/> | Auxílio ao saneamento básico <input type="checkbox"/> |
| Rede de transportes <input type="checkbox"/> | Segurança pública <input type="checkbox"/> |
| Rede de telecomunicações <input type="checkbox"/> | Combate à poluição ou limpeza do espaço público <input type="checkbox"/> |
| Recintos desportivos ou de lazer <input type="checkbox"/> | Campanhas temáticas de sensibilização social <input type="checkbox"/> |
| Espaços verdes ou jardins <input type="checkbox"/> | Outras <input type="checkbox"/> |

4.2.1. Comente resumidamente como contribuiu:

4.3. A sua unidade hoteleira tem algum protocolo com estabelecimentos de ensino do Município de Inhambane?

Sim Não

4.3.1. Se sim, indique quais

4.4. As instalações de sua unidade hoteleira já foram utilizadas ou cedidas para eventos de carácter social?

Sim Não

4.4.1. Se sim, indique quais

5. Políticas ambientais

5.1. Os materiais usados na construção assim como o design da sua unidade hoteleira são "amigos do ambiente" tendo em conta a sua localização?

Sim Não

5.2. O seu departamento de F&B (alimentos e bebidas) possui preocupação em comprar alimentos biológicos ou pouco industrializados para a operacionalização dos seus menus?

Sim Não

5.3. A sua unidade hoteleira consciencializa os seus trabalhadores para a importância de um uso racional e eficiente de energia, água, papel, químicos, etc...?

Sim Não

5.4. A sua unidade hoteleira possui algum sistema automático de redução do consumo de energia?

Sim Não

5.5. A sua unidade hoteleira possui algum sistema automático de redução do consumo de água?

Sim Não

5.6. A sua unidade hoteleira faz algum tipo de uso de fontes energéticas renováveis?

Sim Não

5.7. A sua unidade hoteleira possui alguma prática que promove a reciclagem do seu lixo ou dos seus resíduos?

Sim Não

5.8. A sua unidade hoteleira possui algum sistema de tratamento ou de reutilização de água?

Sim Não

5.9. A sua unidade hoteleira tenta minimizar o uso de químicos em produtos de limpeza ou jardinagem entre outros?

Sim Não

5.10. A sua unidade hoteleira tenta consciencializar os seus hóspedes para a adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis?

Sim Não

5.10.1 Se sim, através de que estratégias?

Comunicação verbal Comunicação audiovisual nos espaços públicos Flyers

Comunicação através do site Campanhas de sensibilização através de atividades lúdicas

Comunicação escrita nos quartos quanto à troca de toalhas, lençóis, uso de torneiras, chuveiro e periodicidade da limpeza

Estabelecimento de normas de conduta a serem seguidas pelos hóspedes e previamente comunicadas antes do ato de reserva

Outras

5.10.2. Se respondeu outras, indique quais

Muito obrigado pela colaboração...

ANEXO 29 – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS TRABALHADORES DAS UNIDADES HOTELEIRAS DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

Questionário aos trabalhadores do setor hoteleiro oriundos do Município de Inhambane

Orlando Alcobia, autor deste questionário, é docente do Curso de Gestão Hoteleira na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane pertencente à Universidade Eduardo Mondlane.
Este questionário é parte integrante do estudo da Dissertação de Mestrado em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (Portugal) cujo título é "O turismo e a inovação na hotelaria: contributos para o desenvolvimento socioeconómico do Município de Inhambane". O autor compromete-se em manter a **confidencialidade dos dados recolhidos**, sendo que os resultados dos mesmos serão apresentados num contexto generalizado em conjunto com os demais questionários realizados na cidade de Inhambane, praia do Tofo e praia da Barra. Para qualquer informação adicional não hesite em contactar o autor através do email: orlandoalcobia@hotmail.com ou do número de telefone 82 513 49 63.
Muito obrigado pela colaboração.

1. Dados pessoais

- 1.1. Género: Feminino Masculino
- 1.2. Faixa etária: Menos de 16 [16-20] [21-29] [30-35] [36-40] mais de 40
- 1.3. Qual o cargo que ocupa?
- 1.4. Qual o seu nível de escolaridade?
- Nenhum ou abaixo da 4ª classe Primário (4ª classe) Básico (6ª classe)
Secundário (9ª classe) Secundário completo (12ª classe) Superior Técnico
- 1.5. Possui formação profissional para o cargo que desempenha? Sim Não
- 1.6. Em que tipo de estabelecimento trabalha? Hotel Lodge Guest House

2. Qualidade do emprego

- 2.1. Possui contrato de trabalho? Sim Não
- Se sim:
- 2.1.1. Tipo de contrato? Efetivo A termo
- 2.1.2. Qual o regime laboral? Tempo inteiro Part time
- 2.1.3. A entidade empregadora respeita as horas laborais estabelecidas no contrato? Sim Não
- 2.2. Quantos dias de folga tem por semana? Nenhum Um Dois
- 2.2.1. A unidade hoteleira em que trabalha costuma respeitar os seus dias de folga? Sim Não
- 2.3. Qual o nível da sua remuneração salarial?
- | | |
|--|--|
| Menos que 4.676 Mt <input type="checkbox"/> | 4.676 Mt (ordenado mínimo nacional) <input type="checkbox"/> |
| Entre 4.676 Mt e 6.000 Mt <input type="checkbox"/> | Entre 6.001 e 8.000 Mt <input type="checkbox"/> |
| Entre 8.001 Mt e 10.000 Mt <input type="checkbox"/> | Entre 10.001 e 12.000 Mt <input type="checkbox"/> |
| Entre 12.001 Mt e 14.000 Mt <input type="checkbox"/> | Entre 14.001 e 16.000 Mt <input type="checkbox"/> |
| Entre 16.001 Mt e 18.000 Mt <input type="checkbox"/> | Mais de 18.000 Mt <input type="checkbox"/> |

2.4. Para além do salário possui algum tipo de regalia ou subsídio?

Nenhum Alimentação ou subsídio Transporte ou subsídio Habitação ou subsídio

Plano de saúde Outros quais?

2.5. Desde que trabalha na sua unidade hoteleira já usufruiu de algum tipo de formação profissional?

Sim Não

3. Perspetivas de progressão na carreira e igualdade de oportunidades

3.1. Há quanto tempo trabalha na sua unidade hoteleira?

3.2. O seu salário alguma vez foi aumentado? Sim Não

3.2.1. Se sim, há quanto tempo não é aumentado?

Menos de 1 ano 1 ano 2 anos 3 anos 4 anos 5 ou mais anos

3.3. Alguma vez foi promovido de cargo hierárquico? Sim Não

3.4. A unidade hoteleira em que trabalha dá-lhe a perspetiva progredir na carreira? Sim Não

3.4.1. Se não, porquê?

3.5. Quantos cargos de chefia possui a sua unidade hoteleira?

3.6. Quantos chefes são provenientes do Município de Inhambane?

3.7. Considera que na unidade hoteleira onde trabalha existe igualdade de oportunidades para progredir na carreira entre os trabalhadores oriundos do Município de Inhambane e os demais trabalhadores (estrangeiros ou provenientes de outros pontos de Moçambique)?

Sim Não

3.7.1. Se não, porquê?

3.8. Sente que na unidade hoteleira em que trabalha existe uma igualdade de oportunidades entre pessoas do género masculino e do género feminino?

Sim Não

3.8.1. Se não, porquê?

4. Satisfação no trabalho

4.1. Considera o seu salário justo para as funções que desempenha?

Sim Não

4.2. Considera o seu salário suficiente para fazer face às suas despesas mensais?

Sim Não

4.3. Pratica alguma outra atividade para conseguir aumentar a sua renda mensal?

Sim Não

4.4. Considera que o seu desempenho profissional é devidamente valorizado pelos seus chefes?

Sim Não

4.5. Possui chefes estrangeiros?

Sim Não

4.5.1. Se sim, já se sentiu desrespeitado pelo seu chefe por ser cidadão moçambicano ou por ser oriundo do Município de Inhambane?

Sim Não

4.6. Como avalia o seu ambiente de trabalho?

Muito insatisfatório Insatisfatório Normal Satisfatório Muito Satisfatório

4.7. Se tivesse oportunidade de pelo mesmo salário trabalhar em outros ramos de atividade mudaria de emprego?

Sim Não

4.7.1. Se sim, porquê?

4.8. Em Moçambique o Estado é o grande empregador. Se tivesse oportunidade de trabalhar no aparelho do Estado mudaria de emprego?

Sim Não

4.8.1. Se sim, porquê?

4.9. Gosta de trabalhar diretamente com turistas?

Sim Não

4.9.1. Se não, porquê?

4.10. O facto de trabalhar diretamente com turísticas tem algum efeito positivo na sua vida?

Sim Não

4.10.1. Se sim, quais?

Muito obrigado pela colaboração...

ANEXO 30 – GUIÕES DE ENTREVISTAS ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

Entrevista 1 – Direção Provincial da Cultura e Turismo (DPCT)

Entrevistado – **Chefe de Departamento das Atividades Turísticas, dr. Luzio Nhavene**



OA - Como caracteriza a dinâmica atual do setor turístico no Município de Inhambane?

LN - Nos últimos anos o MI foi confrontado com um decréscimo da atividade turística. Em 2012 fruto da crise financeira mundial assim como em 2013 pela instabilidade político-militar que se verificou houve realmente um declínio. Porém, 2014 e 2015 foram anos de retoma, retoma essa sentida pelos gestores hoteleiros. A DPCT tem feito um grande esforço, implementando uma política de marketing agressiva e estando presente em feiras de turismo a nível nacional e internacional.

OA - Que condições são exigidas a qualquer empresário que queira investir no setor hoteleiro no Município de Inhambane? É exigido algum tipo de experiência anterior em investimentos no setor turístico ou apresentar algum *background* de reconhecido mérito?

LN - Qualquer investidor que queira implementar um projeto turístico tem que preencher alguns requisitos como o direito de posse da terra ou estudos de impacte ambiental por exemplo. Queremos implementar um turismo de alta qualidade no MI e para tal somos exigentes na apreciação dos projetos de investimento no setor turístico. Contudo na esmagadora maioria dos investimentos hoteleiros do MI não se exige essas qualificações aos investidores, a não ser em projetos que envolvam o auxílio de fundos de investimento.

OA - Que estratégias a DPCT leva a cabo para que exista um efetivo contributo do turismo e da indústria hoteleira na melhoria das condições de vida das comunidades locais?

LN - Existe um programa apelidado de STEP (Sustainable Tourism for Eradicate Poverty) que apoia pessoas de base comunitária. Esse programa qualifica, certifica e ainda arranja estágios junto das empresas turísticas, logo favorece o emprego direto. Existem simultaneamente programas apoiados por nós que concorrem para um aumento da responsabilidade social das empresas turísticas. Por último, damos apoio ao nível do microcrédito para pequenos negócios no âmbito do empreendedorismo ao qual as pessoas da comunidade local podem concorrer.

OA - A DPCT fomenta de algum modo que os diretores das unidades hoteleiras escolham as empresas locais como seus fornecedores preferenciais?

LN - Existem fóruns trimestrais onde são lançadas oportunidades para que os pequenos empresários locais possam apresentar os seus produtos aos diretores hoteleiros. Nós também estamos sempre disponíveis para apoiar os habitantes locais a alcançarem técnicas produtivas que garantam a produção de produtos de qualidade, pois essa é uma preocupação dos empresários turísticos, ter acesso a produtos de qualidade. Desta forma passamos insistentemente a mensagem que a aposta no mercado interno é fundamental. Agora, por vezes é necessária também uma alteração da legislação, dou como exemplo os estabelecimentos que têm apoio da CPI (Centro de Promoção ao Investimento) que possuem benefícios fiscais à importação de equipamentos.

OA - Qual o contributo do turismo e da indústria hoteleira em particular na melhoria das infraestruturas do Município de Inhambane?

LN - No Mi a esmagadora maioria dos investimentos são em empreendimentos turísticos de pequena dimensão, isso não facilita a que as empresas turísticas possam ter um grande peso na melhoria das infraestruturas básicas. No entanto, esses mesmos empreendimentos têm uma importância grande ao nível da responsabilidade social, são inúmeros os casos de apoio à construção de salas de aula, na abertura de poços de água, etc...

OA - Um dos grandes flagelos relacionados com as operações das empresas hoteleiras de capital estrangeiro ou multinacional é a sua propensão para a prática de fuga de capitais. Como a DPCT tenta controlar e prevenir essa realidade?

LN - Esse assunto foge um pouco à nossa jurisdição. Sei que a nível central está-se a trabalhar. Por exemplo, agora é obrigatório que todas as empresas estrangeiras tenham registo no Banco de Moçambique para haver um maior rastreio das movimentações financeiras das mesmas. Também a implementação da conta satélite do turismo vem dar um auxílio a esse controlo.

OA - Muitos trabalhadores do setor hoteleiro afirmam receber o ordenado mínimo assim como nunca terem usufruído de formação profissional. Que ações a DPCT promove para qualificar e credibilizar os serviços hoteleiros no Município de Inhambane?

LN - Temos programas de formação nas mais vareadas áreas turísticas e hoteleiras, como por exemplo barmans, empregados de mesa, camareiras ou guias turísticos. Contudo não podemos escamotear uma realidade, muitas vezes os próprios empregadores põem barreiras à formação dos seus trabalhadores. Penso que alguns empresários ficam com receio que depois de formados

os seus empregados exijam aumentos salariais ou então que partam em busca de novas oportunidades. Aqui também poderia haver um auxílio da legislação, pois esta não obriga as unidades hoteleiras a possuírem uma certa percentagem de empregados formados.

OA - Não é incomum no Município de Inhambane a existência de infraestruturas hoteleiras construídas de betão na primeira linha costeira. Que postura tem adotado a DPCT no combate à degradação ambiental advinda da atividade turística?

LN – Essa realidade existe e preocupa-nos ao nível da sustentabilidade turística mas temos um problema, somos a última entidade a dar o seu parecer no processo de certificação das unidades hoteleiras. Quando os processos chegam a nós já vêm com todos os certificados a nível ambiental por exemplo. Em alguns casos os projetos até vêm com Licença Especial (licença passada pela Autoridade Marítima que confere a permissão para a construção nos primeiros 100 metros da orla costeira). Para contornar essa situação já encetámos contactos para a criação de equipas multissetoriais (que envolvam técnicos de várias instituições) que possam analisar com mais qualidade os projetos de investimento turístico no MI. É urgente a existência de uma maior cooperação institucional entre as entidades competentes nessa matéria.

Entrevista 2 – Associação dos Empresários do Município de Inhambane (AEMI)

Entrevistada – Presidente da AEMI, sr. José da Cunha



OA - Qual a sua visão sobre a importância do setor turístico para a vitalidade do comércio no Município de Inhambane?

JdC - Na minha opinião o turismo tem a sua importância para o comércio local. Poderia ter mais importância do que realmente tem, mas a importância está lá. Penso que o peso do turismo esta mais ligado com a existência dos hotéis do que propriamente com a presença dos turistas. Os hotéis sempre fazem algumas compras junto do comércio local, principalmente para adquirir produtos alimentares, já os turistas não é bem assim. O problema reside no facto de grande parte dos turistas serem provenientes da África do Sul, e virem para Inhambane de carro. Isso faz com que tragam

literalmente tudo às costas, até mesmo a comida que vêm consumir aqui. Depois vão-se embora e deixam cá o lixo. Os turistas que vêm de outras partes do mundo e que ficam nos hotéis até usufruem dos serviços de restauração que existem na cidade ou então dos serviços turísticos como atividades mergulho, mas quanto ao resto do comércio vejo-os mais interessados em artesanato e *souvenirs* no geral. Dessa forma acho que para a grande maioria dos comerciantes, os habitantes locais são certamente a sua grande fonte de rendimento.

OA - Considera que os habitantes locais que possuem atividades económicas de subsistência (pequenos agricultores, artesãos, vendedores, artistas) são beneficiados pela existência de empresas hoteleiras no Município de Inhambane?

JdC - Esses acho que sim, porque costumam vender nos mercados municipais. E os hotéis para compras de produtos hortícolas, frutas, entre outros costumam comprar no mercado uma vez que os preços são acessíveis e os produtos frescos. Também os turistas olham para os mercados como atrativos turísticos e compram muitos produtos de artesanato lá.

OA - Muitos diretores das unidades hoteleiras afirmam não terem condições para realizar a maioria das suas compras em empresas sediadas no Município de Inhambane, pois queixam-se de preços elevados e falta de oferta. Como resolver esta situação?

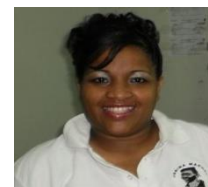
JdC - Os comerciantes de Inhambane enfrentam uma dificuldade que é os custos de transporte para a maioria dos produtos que vendem. Não podemos esquecer que grande parte dos produtos são comprados em fornecedores de Maputo e os 500 Km que nos separam fazem-se sentir nos preços finais. Por isso muitas vezes os hotéis preferem ir eles mesmos buscar as mercadorias a Maputo ou então efetuar compras na cidade de Maxixe onde encontram preços mais competitivos. Quanto à falta de oferta, penso que hoje em Inhambane já temos quase tudo. Os preços são ligeiramente mais altos, é verdade, mas temos quase tudo. Talvez estejam-se a referir a prestações de serviços como manutenção de equipamentos por exemplo. Mesmo para isso existem empresas no município, talvez não com a qualidade ou o profissionalismo desejado.

OA - Existe algum plano/política levado a cabo pela AEMI para reforçar a interligação ou colaboração das empresas do setor turístico com a restante atividade comercial existente no Município de Inhambane?

Infelizmente a nossa associação não tem assim tanto peso ou apoio dos comerciantes locais. Também somos uma associação relativamente nova. Penso que primeiramente temos de ter uma boa base de sustentação a nível de representação dos comerciantes locais e depois em conjunto traçarmos estratégias. Mas temos uma porta aberta para ajudarmos os comerciantes a escoar os seus produtos assim como para ouvir as inquietações das empresas turísticas e tentarmos satisfazer as suas necessidades. O importante é todos juntos conseguirmos fazer com que a economia do município floresça e que possamos aumentar até as taxas de empregabilidade. Todos saíramos a ganhar com isso.

Entrevista 3 – Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social (DPTTESS)

Entrevistada – Diretora Provincial do Trabalho, dra. Leonilde Fruquia



OA - Pelo estudo realizado, alguns trabalhadores das unidades hoteleiras do Município de Inhambane afirmam receber menos que o ordenado mínimo assim como não vêem respeitadas as suas folgas semanais ou o seu horário laboral. Que medidas a DPTTESS tem tomado para combater estes sintomas de precaridade?

LF - A DPTTESS está ciente dessa realidade a qual é difícil de combater também por culpa dos trabalhadores. Aproveitando-se da debilidade económica que graça no Município de Inhambane, muitos hotéis ao celebrarem contratos de trabalho avisam os futuros trabalhadores que não pagarão o valor que está lá estipulado como salário base, deixando à consideração dos mesmos se aceitam ou não as condições laborais. Por falta de alternativa as pessoas acabam-se sujeitando a isso. Aquando das inspeções a que as unidades estão sujeitas, os próprios trabalhadores por receio de represálias omitem a situação. Entretanto os hotéis ao fazerem pagamentos à segurança social descontam sobre o valor estipulado no contrato contornando dessa forma o nosso cruzamento de dados. Esta realidade só surge à tona quando existem conflitos laborais e aí os trabalhadores acabam por denunciar esta realidade. Desta forma, hoje, procuramos sempre que possível falar com os trabalhadores individualmente para se sentirem mais confortáveis para denunciarem essas situações.

OA - Muitos trabalhadores afirmaram também que não possuem habilitações para os cargos que ocupam assim como as entidades empregadoras não apostam na formação profissional. A DPTCESS tem algum plano que vise a qualificar e credibilizar os trabalhadores do setor hoteleiro?

LF - A DPTCESS tutela o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP). O INEFP recorrentemente lança formações profissionais ligadas à área da hotelaria. O problema é que por falta de quadros especializados o número de vagas por formação é sempre muito escasso em relação à procura. Chega a haver situações onde são abertas vagas para 20 pessoas e o formador depara-se com mais de 60 participantes na última hora. Temos consciência que existe um longo caminho a percorrer nesse capítulo.

OA - Existem algumas políticas que garantam uma maior ocupação de cargos de chefia na indústria hoteleira por parte de cidadãos naturais do Município de Inhambane?

LF - Já existem as cotas limitativas para os cidadãos estrangeiros. Assim, pequenas, médias e grandes empresas têm que cumprir uma cota 10%, 8% e 5% de trabalhadores estrangeiros no seu quadro. Porém, torna-se complicado obrigar as empresas privadas a terem os cidadãos nacionais ou provenientes do Município de Inhambane nos cargos de chefia, primeiro porque o capital investido é estrangeiro e segundo porque não há como esconder que ainda hoje existe falta de experiência dos moçambicanos em cargos diretivos ligados ao turismo. Esse facto faz com que surja relutância dos investidores em pôr os seus negócios nas mãos de gestores moçambicanos ou oriundos de Inhambane.

OA - Qual a sua opinião sobre a igualdade de género nas empresas do setor hoteleiro? Pela pesquisa efetuada somente 35% dos trabalhadores das unidades hoteleiras no Município de Inhambane são mulheres.

LF - Essa realidade não pode ser dissociada das raízes culturais de Inhambane e Moçambique no geral. A sociedade de Inhambane é muito conservadora. Ainda persiste a ideia que as mulheres devem cuidar da família. Assim, depois do casamento, a maioria dos homens exige às suas esposas que se dediquem inteiramente às atividades domésticas. Numa sociedade com carências financeiras, faria todo o sentido que as mulheres ajudassem mais os orçamentos familiares, mas por questões culturais isso acaba por não acontecer. Até pode concluir-se que os maridos moçambicanos são muito ciumentos (risos)!

Entrevista 4 – Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (DPTADR)

Entrevistado – Diretor Provincial do Ambiente, dr. Diogo Borges



OA - Qual o impacto ambiental que a atividade turística tem tido no Município de Inhambane?

DB - Bem, não há como escapar a uma situação, sempre que se verificam movimentos demográficos a construção é um aspeto incontornável. Mesmo a cidade de Inhambane foi construída em cima de aterros. Nós não deveríamos de estar localizados aqui. Com o turismo passa-se a mesma coisa e é inevitável que as construções de infraestruturas turísticas tenham sempre impacto na flora e na fauna local.

OA - Quais os principais problemas ambientais associados às unidades hoteleiras no Município de Inhambane?

DB - Os problemas ambientais existem e podem ser categorizados em três tipos: de construção, de operação e de desativação. Os de construção reduzem a vegetação assim como, no caso de Inhambane, os habitats marinhos e costeiros. Um exemplo disso é o que se passa com as tartarugas marinhas que procuram as nossas praias para desovar. Os de operação englobam o lixo proveniente das atividades operacionais como por exemplo recipientes descartáveis, garrafas plásticas, de vidro, entre tantas outras. Os de desativação estão ligados com os entulhos advindos da demolição. Um problema que enfrentamos é o facto de não possuímos nenhum aterro sanitário em Inhambane e assim não temos como dar o devido tratamento ao entulho, que acaba invariavelmente por ir parar às lixeiras municipais.

OA - Uma grande percentagem dos diretores hoteleiros diz que as suas unidades não fazem reciclagem do lixo pois o Município não dá condições para que tal aconteça. Qual o tratamento que é dado ao lixo produzido pelas unidades hoteleiras?

Acaba sempre por ir parar às lixeiras municipais. Mas esse assunto não se pode por nesses moldes, pois não corresponde à realidade. No mínimo as empresas hoteleiras deviam fazer a segregação do lixo, que é o ato de separar o lixo biodegradável do restante, pois há empresas no município especializadas em tratar o lixo segregado. Depois sempre podem tentar reutilizar ao máximo o lixo por si gerado dando-lhe outro uso, como por exemplo garrafas de plástico cortadas, papel, etc... Ainda há a possibilidade de fazer o retorno de alguns materiais às fábricas de produção para serem reutilizados como acontece com garrafas de vidro. Por fim, existem fábricas em Maputo

especializadas em reutilizar materiais plásticos. A DPTADR, por ano, faz múltiplas campanhas informativas junto dos hotéis para estes saberem quais as alternativas disponíveis para tratarem os seus lixos. Mas infelizmente, a maioria acaba sempre por seguir o caminho mais fácil, que é juntar tudo no caixote do lixo.

OA - Como funciona o saneamento básico das unidades hoteleiras (esgotos, águas, etc...)?

DB - As unidades hoteleiras funcionam com fossas sépticas, pois não existe uma rede de saneamento no município. E esta realidade é uma grande preocupação pois muitas delas utilizam água de furos. Acontece que as fossas sépticas podem contaminar os lençóis freáticos e desse modo a contaminação da água utilizada pode ocorrer. Por acaso até hoje não temos conhecimento que algo do género tenha sucedido. Mas estamos bem atentos a essa situação.

OA - Não é incomum no Município de Inhambane a existência de infraestruturas hoteleiras construídas de betão na primeira linha costeira. Qual a postura da DPTADR sobre o assunto?

DB – Todas as unidades hoteleiras antes de serem construídas passam por um processo de licenciamento. Nesse processo há três níveis de exigência distintos A, B e C consoante o tamanho da unidade hoteleira. Posso dizer que muitos projetos já foram recusados. Agora como disse no início não há como haver evolução sem existirem custos ambientais. As praias de Inhambane têm sofrido nos últimos anos uma enorme erosão, assim algumas das construções que hoje se encontram à beira da água à data da construção não estavam tão perto assim.

Fonte: O autor (2016)

ANEXO 31 – QUADRO RESUMO DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS ÀS UNIDADES HOTELEIRAS

| 1. Identificação | | | | |
|--------------------------------|--|---------------------------|------------------------|-----------------------|
| Nº | Questão | Opções de Resposta | Nº de Respostas | % de Respostas |
| 1.1. | Nome da unidade hoteleira | ... | ... | ... |
| 1.2. | Contacto | ... | ... | ... |
| 1.3. | Localização | Cidade de Inhambane | 6 | 27% |
| | | Praia do Tofo | 9 | 41% |
| | | Praia da Barra | 7 | 32% |
| 1.4. | Tipo de unidade hoteleira | Hotel | 4 | 18% |
| | | Lodge | 10 | 46% |
| | | Guest House | 8 | 36% |
| 1.5. | Origem do capital investido | Inhambane | 3 | 14% |
| | | Moçambique | 5 | 23% |
| | | Estrangeiro | 11 | 50% |
| | | Multinacional | 3 | 14% |
| 1.6. | Estrangeiros em cargos de chefia | Sim | 13 | 59% |
| | | Não | 9 | 41% |
| 1.7. | Outras atividades económicas no MI | Sim | 5 | 23% |
| | | Não | 17 | 77% |
| 2. Qualidade do emprego | | | | |
| Nº | Questão | Opções de Resposta | Nº de Respostas | % de Respostas |
| 2.1. | Emprego direto gerado | [1-10] | 11 | 50% |
| | | [11-20] | 4 | 18% |
| | | [21-30] | 2 | 9% |
| | | [31-40] | 1 | 5% |
| | | [41-50] | 2 | 9% |
| | | [51-60] | 2 | 9% |
| 2.2. | % de empregados naturais do MI | menos de 25% | 0 | 0% |
| | | entre 25% e 50% | 0 | 0% |
| | | entre 50% e 75% | 4 | 18% |
| | | mais de 75% | 18 | 82% |
| 2.3. | Nº de empregados naturais do MI com curso superior | 0 | 15 | 68% |
| | | 1 | 4 | 18% |
| | | 2 | 1 | 5% |
| | | 3 | 1 | 5% |
| | | 4 | 0 | 0% |
| | | 5 | 1 | 5% |
| 2.4. | Nº de empregados naturais do MI com cargo de chefia | 0 | 6 | 27% |
| | | 1 | 8 | 36% |
| | | 2 | 3 | 14% |
| | | 3 | 2 | 9% |
| | | 4 | 1 | 5% |
| | | 5 | 1 | 5% |
| | | 6 | 1 | 5% |
| 2.4.1. | Nº de cargos de chefia do género feminino naturais do MI | 1 | 11 | 50% |
| | | 2 | 0 | 0% |
| | | 3 | 0 | 0% |
| 2.5. | Regalias extra-salariais para empregados sem cargo de chefia | Nenhum | 5 | 23% |
| | | Alimentação ou subsídio | 12 | 55% |
| | | Transporte ou subsídio | 7 | 32% |

| | | Habitação ou subsídio | 2 | 9% |
|--|---|---|-----------------|----------------|
| | | Plano de saúde | 2 | 9% |
| | | Bónus/comissões | 1 | 5% |
| 2.6. | Aposta na formação profissional | Sim | 11 | 50% |
| | | Não | 11 | 50% |
| 2.6.1 | Regularidade da formação profissional | Maior regularidade que trimestralmente | 0 | 0% |
| | | Trimestralmente | 0 | 0% |
| | | Semestralmente | 3 | 14% |
| | | Anualmente | 6 | 27% |
| | | Bianualmente | 0 | 0% |
| | | A cada 5 anos | 1 | 5% |
| | | Periodicidade superior a 5 anos | 1 | 5% |
| 2.7. | Políticas de promoção interna | Sim | 15 | 68% |
| | | Não | 7 | 32% |
| 3. Participação na prosperidade económica do MI | | | | |
| Nº | Questão | Opções de Resposta | Nº de Respostas | % de Respostas |
| 3.1. | Contratação de empresas do MI para construção da unidade hoteleira | Sim | 10 | 45% |
| | | Não | 12 | 55% |
| 3.2. | Contratação de empresas do MI para manutenção da unidade hoteleira | Sim | 7 | 32% |
| | | Não, temos manutenção própria | 13 | 59% |
| | | Não, recorreremos a empresas fora do MI | 2 | 9% |
| 3.3. | Produtos/serviços fornecidos por empresas do MI | Alimentação e Bebidas | | |
| | | Carne | 13 | 59% |
| | | Peixe e marisco | 21 | 95% |
| | | Frutas | 20 | 91% |
| | | Hortícolas | 20 | 91% |
| | | Produtos de mercearia | 17 | 77% |
| | | Bebidas não alcoólicas | 20 | 91% |
| | | Vinhos | 13 | 59% |
| | | Restantes bebidas alcoólicas | 13 | 59% |
| | | Equipamentos | | |
| | | Ar-condicionado | 5 | 23% |
| | | Frigoríficos e congeladores | 10 | 45% |
| | | Utensílios de cozinha e talheres | 6 | 27% |
| | | Louças | 6 | 27% |
| | | Mobiliário de cozinha | 7 | 32% |
| | | Mobiliário zonas públicas | 6 | 27% |
| | | Mobiliário de quartos | 9 | 41% |
| | | Mobiliário de casa de banho | 9 | 41% |
| | | Televisões | 7 | 32% |
| | | Equipamentos de segurança | 3 | 14% |
| | | Limpeza | | |
| | | Equipamentos | 12 | 55% |
| | | Produtos | 13 | 59% |
| | | Tecidos e Atoalhados | | |

| | | Roupas de cama | 8 | 36% |
|---|---|---|-----------------|----------------|
| | | Toalhas de banho | 7 | 32% |
| | | Toalhas de mesa e guardanapos | 13 | 59% |
| | | Fardamento do pessoal | 11 | 50% |
| | | Consumíveis | | |
| | | Amenities | 10 | 45% |
| | | Serviços externos | | |
| | | Segurança | 8 | 36% |
| | | Manutenção informática | 6 | 27% |
| | | Limpeza | 7 | 32% |
| | | Lavandaria | 9 | 41% |
| | | Jardinagem | 9 | 41% |
| | | Transferes | 9 | 41% |
| | | Animação | 5 | 23% |
| | | Marketing | 4 | 18% |
| | | Material informático | | |
| | | Computadores e equipamentos | 4 | 18% |
| | | Programas (software) | 2 | 9% |
| 3.3.1. | Porque não recorrer mais vezes a fornecedores do MI | Preço elevado | 10 | 45% |
| | | Falta de qualidade | 5 | 23% |
| | | Falta de oferta | 12 | 55% |
| | | Falta de credibilidade das empresas locais | 3 | 14% |
| | | Outros: contrato com empresas sul-africanas | 1 | 5% |
| 3.4. | Observância de práticas sócio-ambientais dos fornecedores | Sim | 13 | 59% |
| | | Não | 9 | 41% |
| 3.5. | Contratação de artistas do MI como forma de animação turística | Sim | 12 | 55% |
| | | Não | 10 | 45% |
| 3.5.1. | Periodicidade da contratação de artistas locais | Semanalmente | 2 | 17% |
| | | Quinzenalmente | 0 | 0% |
| | | Mensalmente | 2 | 17% |
| | | Bimensalmente | 0 | 0% |
| | | Trimestralmente | 3 | 25% |
| | | Semestralmente | 3 | 25% |
| | | Anualmente | 2 | 17% |
| 3.6. | Auxílio na comercialização de artesanato e outras artes locais | Sim | 14 | 64% |
| | | Não | 8 | 36% |
| 3.7. | Promoção de itinerários turísticos envolvendo a população local | Sim | 13 | 59% |
| | | Não | 9 | 41% |
| 3.8. | Existência de centro de reservas fora de Moçambique | Sim | 9 | 41% |
| | | Não | 13 | 59% |
| 4. Contributos para infraestruturas de “bem-estar” da comunidade local | | | | |
| Nº | Questão | Opções de Resposta | Nº de Respostas | % de Respostas |
| 4.1. | Apoio a instituições de cariz social no MI | Sim | 14 | 64% |
| | | Não | 8 | 36% |
| 4.2. | Apoia a infraestruturas ou campanhas sociais no MI | Nenhuma | 8 | 36% |
| | | Escolas | 6 | 27% |
| | | Hospitais ou centros de saúde | 1 | 5% |
| | | Estradas ou vias de acesso | 2 | 9% |

| | | Rede de transportes | 0 | 0% |
|--------------------------------|---|---|-----------------|----------------|
| | | Rede de telecomunicações | 0 | 0% |
| | | Recintos desportivos/lazer | 4 | 18% |
| | | Espaços verdes ou jardins | 1 | 5% |
| | | Abastecimento de rede elétrica | 1 | 5% |
| | | Abastecimento de água canalizada | 2 | 9% |
| | | Auxílio às condições de habitação | 1 | 5% |
| | | Auxílio ao saneamento básico | 2 | 9% |
| | | Segurança pública | 7 | 32% |
| | | Combate à poluição ou limpeza do espaço público | 4 | 18% |
| | | Campanhas temáticas de sensibilização social | 2 | 9% |
| | | Outras | 2 | 9% |
| 4.3. | Protocolos com estabelecimentos de ensino do MI | Sim | 3 | 14% |
| | | Não | 19 | 86% |
| 4.4. | Cedência das instalações para eventos de carácter social | Sim | 8 | 36% |
| | | Não | 14 | 64% |
| 5. Políticas Ambientais | | | | |
| Nº | Questão | Opções de Resposta | Nº de Respostas | % de Respostas |
| 5.1. | Materiais de construção e design ecologicamente sustentáveis | Sim | 19 | 86% |
| | | Não | 3 | 14% |
| 5.2. | Compra de alimentos biológicos ou pouco industrializados | Sim | 10 | 45% |
| | | Não | 12 | 55% |
| 5.3. | Consciencialização de trabalhadores para comportamentos ecologicamente sustentáveis | Sim | 22 | 100% |
| | | Não | 0 | 0% |
| 5.4. | Sistema automático de redução do consumo de energia | Sim | 9 | 41% |
| | | Não | 13 | 59% |
| 5.5. | Sistema automático de redução do consumo de água | Sim | 6 | 27% |
| | | Não | 16 | 73% |
| 5.6. | Fontes de energia renováveis | Sim | 4 | 18% |
| | | Não | 18 | 82% |
| 5.7. | Reciclagem de lixo e resíduos | Sim | 12 | 55% |
| | | Não | 10 | 45% |
| 5.8. | Sistemas de tratamento e reutilização de água | Sim | 7 | 32% |
| | | Não | 15 | 68% |
| 5.9. | Minimizar o uso de químicos em limpeza e jardinagem | Sim | 17 | 77% |
| | | Não | 5 | 23% |
| 5.10. | Consciencialização de hóspedes para comportamentos ecologicamente sustentáveis | Sim | 17 | 77% |
| | | Não | 5 | 23% |
| 5.10.1. | Estratégias de consciencialização de hóspedes | Comunicação verbal | 12 | 55% |
| | | Comunicação audiovisual | 0 | 0% |
| | | Flyers | 0 | 0% |
| | | Comunicação no site | 5 | 23% |
| | | Campanhas de sensibilização | 0 | 0% |

| | | | | |
|--|--|-------------------------|---|-----|
| | | Comunicação nos quartos | 7 | 32% |
| | | Normas de conduta | 5 | 23% |

Fonte: O autor (2016)

ANEXO 32 – QUADRO RESUMO DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS AOS TRABALHADORES DAS UNIDADES HOTELEIRAS

| 1. Dados pessoais | | | | |
|-------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|-----------------|----------------|
| Nº | Questão | Opções de Resposta | Nº de Respostas | % de Respostas |
| 1.1. | Género | Feminino | 74 | 34% |
| | | Masculino | 142 | 66% |
| 1.2. | Faixa etária | Menos de 16 | 0 | 0% |
| | | [16-20] | 14 | 6% |
| | | [21-29] | 87 | 40% |
| | | [30-35] | 61 | 28% |
| | | [36-40] | 25 | 12% |
| | | Mais de 40 | 29 | 13% |
| 1.3. | Cargo ocupado | Jardineiro(a) | 5 | 2% |
| | | Segurança | 18 | 8% |
| | | Téc. Manutenção | 6 | 3% |
| | | Téc. Administrativo(a) | 3 | 1% |
| | | Rececionista | 28 | 13% |
| | | Camareira(o) | 34 | 16% |
| | | Barman | 20 | 9% |
| | | Empregado(a) de mesa | 47 | 22% |
| | | Cozinheiro(a) | 31 | 14% |
| | | Pasteleiro(a) | 3 | 1% |
| | | Ecónomo | 4 | 2% |
| | | Comercial | 5 | 2% |
| | | Diretor(a) manutenção | 3 | 1% |
| | | Diretor(a) de R.H. | 1 | 0% |
| | | Governanta | 4 | 2% |
| | | Diretor(a) de A&B | 2 | 1% |
| Diretor(a) alojamento | 2 | 1% | | |
| 1.4. | Nível de escolaridade | Nenhuma ou abaixo da 4ª classe | 9 | 4% |
| | | Primário (4ª classe) | 22 | 10% |
| | | Básico (6ª classe) | 50 | 23% |
| | | Secundário (9ª classe) | 59 | 27% |
| | | Secundário completo (12ª classe) | 55 | 25% |
| | | Superior | 5 | 2% |
| 1.5. | Possui formação profissional | Técnico | 16 | 7% |
| | | Sim | 85 | 39% |
| 1.6. | Tipo de estabelecimento onde trabalha | Não | 131 | 61% |
| | | Hotel | 73 | 34% |
| | | Lodge | 119 | 55% |
| | | Guest house | 24 | 11% |
| 2. Qualidade do emprego | | | | |
| Nº | Questão | Opções de Resposta | Nº de Respostas | % de Respostas |
| 2.1. | Possui contrato de trabalho | Sim | 197 | 91% |

| | | Não | 19 | 9% |
|--|--|-------------------------------------|-----------------|----------------|
| 2.1.1. | Tipo de contrato | Efetivo | 143 | 73% |
| | | A termo | 54 | 27% |
| 2.1.2. | | Qual o regime laboral | Tempo inteiro | 176 |
| | | Part-time | 40 | 19% |
| 2.1.3. | Respeito por horas laborais | Sim | 163 | 75% |
| | | Não | 53 | 25% |
| 2.2. | Nº de folgas semanais | Nenhuma | 4 | 2% |
| | | Uma | 189 | 88% |
| | | Duas | 23 | 11% |
| 2.2.1. | Respeito por folgas semanais | Sim | 208 | 96% |
| | | Não | 8 | 4% |
| 2.3. | Remuneração mensal | Menos que 4.676 Mt | 44 | 20% |
| | | 4.676 Mt (ordenado mínimo nacional) | 40 | 19% |
| | | Entre 4.676 Mt e 6.000 Mt | 81 | 38% |
| | | Entre 6.001 e 8.000 Mt | 16 | 7% |
| | | Entre 8.001 Mt e 10.000 Mt | 13 | 6% |
| | | Entre 10.001 e 12.000 Mt | 5 | 2% |
| | | Entre 12.001 Mt e 14.000 Mt | 6 | 3% |
| | | Entre 14.001 e 16.000 Mt | 5 | 2% |
| | | Entre 16.001 Mt e 18.000 Mt | 3 | 1% |
| | | Mais de 18.000 Mt | 3 | 1% |
| 2.4. | Regalias extra-salariais | Nenhuma | 81 | 38% |
| | | Alimentação ou subsídio | 126 | 58% |
| | | Transporte ou subsídio | 37 | 17% |
| | | Habitação ou subsídio | 8 | 4% |
| | | Plano de saúde | 9 | 4% |
| | | Bonús | 5 | 2% |
| 2.5. | Entidade empregadora aposta na formação profissional | Sim | 58 | 27% |
| | | Não | 158 | 73% |
| 3. Perspetivas de progressão na carreira e igualdade de oportunidades | | | | |
| Nº | Questão | Opções de Resposta | Nº de Respostas | % de Respostas |
| 3.1. | Tempo de trabalho na unidade hoteleira | Menos de 1 ano | 12 | 6% |
| | | 1 ano | 23 | 11% |
| | | 2 anos | 15 | 7% |
| | | 3 anos | 54 | 25% |
| | | 4 anos | 31 | 14% |
| | | 5 anos | 20 | 9% |
| | | 6 anos | 10 | 5% |
| | | 7 anos | 3 | 1% |
| | | 8 anos | 9 | 4% |
| | | 9 anos | 17 | 8% |
| | | 10 anos | 10 | 5% |
| | | 11 anos | 3 | 1% |
| | | 12 anos | 4 | 2% |
| | | 13 anos | 5 | 2% |
| 3.2. | Ocorrência de aumento de salarial | Sim | 164 | 76% |
| | | Não | 52 | 24% |
| 3.2.1 | Último aumento de salário | Menos de 1 anos | 83 | 51% |

| | | 1 ano | 35 | 21% |
|----------------------------------|--|----------------------|-----------------|----------------|
| | | 2 anos | 33 | 20% |
| | | 3 anos | 4 | 2% |
| | | 4 anos | 8 | 5% |
| | | 5 anos ou mais | 1 | 1% |
| 3.3. | Ocorrência de promoção hierárquica | Sim | 67 | 31% |
| | | Não | 149 | 69% |
| 3.4. | Perspetivas de promoção | Sim | 123 | 57% |
| | | Não | 93 | 43% |
| 3.5. | Nº de chefias | Anulada | Anulada | Anulada |
| 3.6. | Nº de chefias provenientes do MI | Anulada | Anulada | Anulada |
| 3.7. | Igualdade de oportunidades entre trabalhadores oriundos do MI e demais trabalhadores | Sim | 160 | 74% |
| | | Não | 56 | 26% |
| 3.8. | Igualdade de género | Sim | 188 | 87% |
| | | Não | 28 | 13% |
| 4. Satisfação na carreira | | | | |
| Nº | Questão | Opções de Resposta | Nº de Respostas | % de Respostas |
| 4.1. | Justiça salarial | Sim | 70 | 32% |
| | | Não | 146 | 68% |
| 4.2. | Salário capaz de satisfazer despesas mensais | Sim | 31 | 14% |
| | | Não | 185 | 86% |
| 4.3. | Prática de 2ª atividade económica para aumentar a renda mensal | Sim | 78 | 36% |
| | | Não | 138 | 64% |
| 4.4. | Valorização do desempenho profissional | Sim | 163 | 75% |
| | | Não | 53 | 25% |
| 4.5. | Chefes estrangeiros | Sim | 124 | 57% |
| | | Não | 92 | 43% |
| 4.5.1. | Sentimento de desrespeito por chefias estrangeira | Sim | 30 | 24% |
| | | Não | 94 | 76% |
| 4.6. | Avaliação do ambiente de trabalho | Muito insatisfatório | 10 | 5% |
| | | Insatisfatório | 29 | 13% |
| | | Normal | 143 | 66% |
| | | Satisfatório | 23 | 11% |
| | | Muito satisfatório | 11 | 5% |
| 4.7. | Mudança de setor de atividade pelo mesmo salário | Sim | 111 | 51% |
| | | Não | 105 | 49% |
| 4.8. | Mudança para o aparelho do Estado | Sim | 138 | 64% |
| | | Não | 78 | 36% |
| 4.9. | Satisfação em trabalhar com turistas | Sim | 199 | 92% |
| | | Não | 17 | 8% |
| 4.10. | Sentimento de benefício prático por trabalhar com turistas | Sim | 169 | 78% |
| | | Não | 47 | 22% |

Fonte: O autor (2016)